

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Artes e Comunicação Social
Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

ALBA LÍVIA TALLON BOZI

**A biopolítica da fome na contemporaneidade:
A invisibilidade da *vida nua* dos famintos
e a valorização do *animal laborans* nas narrativas da revista *Veja***

NITERÓI
2013

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Artes e Comunicação Social
Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

ALBA LÍVIA TALLON BOZI

**A biopolítica da fome na contemporaneidade:
A invisibilidade da *vida nua* dos famintos
e a valorização do *animal laborans* nas narrativas da revista *Veja***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor. Área de concentração: Estéticas e Tecnologias da Comunicação.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Paula Sibilia

NITERÓI
2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B793 Bozi, Alba Livia Tallon.

A biopolítica da fome na contemporaneidade: a invisibilidade da *vida nua* dos famintos e a valorização do *animal laborans* nas narrativas da revista *Veja* / Alba Livia Tallon Bozi. – 2013.

241 f.

Orientador: Maria Paula Sibilia.

Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2013.

Bibliografia: f. 202-207.

1. Miséria. 2. Fome. 3. Biopolítica. 4. Foucault, Michel, 1926-1984. 5. *Veja* (Revista). I. Sibilia, Maria Paula. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 339.46

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Artes e Comunicação Social
Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

ALBA LÍVIA TALLON BOZI

**A biopolítica da fome na contemporaneidade:
A invisibilidade da *vida nua* dos famintos
e a valorização do *animal laborans* nas narrativas da revista *Veja***

Aprovada em 30 de abril de 2013.

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof^ª. Dr^ª. Maria Paula Sibilía (orientadora)
Universidade Federal Fluminense – UFF

.....
Prof^ª. Dr^ª. Carla Barros
Universidade Federal Fluminense – UFF

.....
Prof. Dr. Kleber Mendonça
Universidade Federal Fluminense – UFF

.....
Prof. Dr. João Freire Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

.....
Prof. Dr. Paulo Vaz
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

NITERÓI
2013

Ao bebê que está a caminho, nosso presentinho.

Agradeço

A Deus, por me conceder a vida e pela oportunidade de continuar neste mundo.

À Paula, pelo interesse, pela disponibilidade, pela dedicação e pela valorosa colaboração, a quem devoto enorme admiração.

Ao Paulo Vaz, por participar da qualificação desta tese e prestar tão rica contribuição aos rumos desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, por contribuírem para ampliar o debate formulado neste estudo.

Ao Luís, companheiro incansável e inseparável, por estar comigo em todos os bons e nos mais difíceis momentos, a quem dedico meu amor.

Aos meus pais, pelo exemplo de vida, pela perseverança, pela compreensão nas ausências e pelo constante encorajamento na busca desta tão importante conquista.

Aos meus irmãos, pelas ricas experiências de suas vidas, principalmente pelas profissões admiráveis e pela sensibilidade diante das realidades encontradas, atitude que aguçou as minhas observações. Ao meu irmão, em especial, pela contribuição nas leituras, pela bibliografia e pela partilha do interesse pelo assunto.

A Lívia e Larissa, pelo amor maduro e desmedido, pelo caloroso acolhimento e pelo conforto em todas as horas.

Ao Sergio Fontes, diretor do Observatório Nacional, pela confiança, pela compreensão e pelo incentivo.

Aos amigos, presentes e distantes, que me animaram durante esse longo e atribulado percurso.

*Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais.*

Caetano Veloso

Resumo

Esta tese analisa a narrativa jornalística em torno da miséria — e, mais precisamente, da fome enquanto sintoma dela decorrente — considerando o discurso jornalístico como um indicador dos modos como a sociedade percebe e catalisa tal questão. O fenômeno social da fome e da miséria é examinado enquanto “dispositivo de poder” no mundo globalizado de fins do século XX e início do XXI. O quadro deplorável no qual se encontram milhões de pessoas configura-se em meio aos paradoxos do capitalismo contemporâneo, que eleva o consumismo como valor moral ao mesmo tempo em que exacerba a exclusão do jogo econômico de grande parte da população. As questões desta tese são debatidas à luz dos conceitos de *animal laborans*, elaborado pela filósofa alemã Hannah Arendt em 1958, de *biopoder*, formulado pelo filósofo francês Michael Foucault na década de 1970, e *vida nua*, do filósofo italiano Giorgio Agambem, apresentado nos anos 1990. A articulação dessas três noções permite alavancar uma profunda reflexão sobre alguns dos grandes paradoxos do capitalismo contemporâneo. Para sustentar empiricamente a hipótese proposta, o objeto de pesquisa escolhido compreende as reportagens que tratam dos assuntos fome e miséria, publicadas entre os anos 1968 e 2012 na revista *Veja* — periódico impresso semanal de maior circulação no Brasil e mais antigo neste segmento. A tese aqui defendida detecta e examina, por meio da análise dessas reportagens, certa naturalização do persistente problema da fome na sociedade contemporânea, que — apesar de todos os avanços e conquistas obtidas no campo dos direitos humanos, das liberdades individuais e, inclusive, dos avanços econômicos e tecnocientíficos — não reage nem toma medidas para solucionar tais mazelas que ainda afetam grande parte da população global. Além disso, certos discursos que atualmente circulam com crescente vigor, representados pelas reportagens da revista *Veja*, mostram que os famintos são responsabilizados por sua própria situação miserável, especialmente por eles não corresponderem ao ideal do empreendedorismo individual que rege a sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, são incluídos nos direitos considerados essenciais, numa tentativa de minimizar sequelas ao estilo de vida apoiado no consumismo e impulsionado pelo movimento dos mercados globais, num regime que fora batizado por Gilles Deleuze como “sociedades de controle”. Neste estudo, observam-se várias transformações nas narrativas jornalísticas ao longo do período abordado. Inicialmente, influenciadas pela concepção do Estado do bem-estar social, as coberturas tratam a questão sob um prisma político e ético. Com a ascensão do ideário neoliberal, porém, identifica-se a prioridade dada pelo periódico nas últimas duas décadas, que segue uma tendência percebida em outras publicações do gênero, a assuntos de interesse dos consumidores-cidadãos da atualidade em detrimento daquelas análises com viés social.

Palavras-chave

Miséria; Fome; Biopolíticas; Michael Foucault; Revista *Veja*

Abstract

This thesis analyzes the journalistic narrative about poverty — especially hunger as a symptom resulting from poverty — considering the journalistic discourse as an indicator of the ways in which society perceives and absorbs this question. The social phenomenon of hunger and poverty is examined as “power device” in the globalized world of the late twentieth century and early twenty-first century. The unfortunate scenario in which millions of people are occurring amid the paradoxes of contemporary capitalism, which puts consumerism as a moral value while excluding much of the population of the economic game. The subjects of this thesis are analysed under the concept of *animal laborans*, created by the german philosopher Hanna Arendt at 1958; under the concept of *biopower*, elaborated by french philosopher Michael Foucault in the 1970's; and too under concept *naked life*, from the italian philosopher Giorgio Aganbem, presented at 1990's. With the combination of this three perceptions is possible to promote a deep reflexion about some of big paradoxes in the contemporani capitalism. To support this hypothesis empirically, the research object chosen is formed by reports about hunger and poverty, published between the years 1968 and 2012 in *Veja* magazine — printed weekly with the largest circulation in Brazil and oldest in this segment. The thesis defended here detects and examines, through the analysis of these reports, some naturalization of persistent hunger problem in contemporary society, which — despite all the advances and achievements in the field of human rights, individual freedoms and even the economic and technological advances — not taking measures to solve these problems that still affect much of the population worldwide. In addition, certain discourses currently circulating with increasing force, represented by *Veja* magazine reports show that hungry people are responsible for their own situations of misery, especially they do not correspond to the ideal of individual entrepreneur, who directs the contemporary society. At the same time, they are considered essential to the rights included in an attempt to reduce the sequelae lifestyle consumerism supported and driven by the movement of global markets, a system which was called by Gilles Deleuze “societies of control”. In this analysis, we observe the transformation in journalistic narratives during the period analyzed. Initially influenced by the idea of the state of social welfare, the reports about these issues are focused on politics and ethics. With the rise of neoliberal ideas, however, it is possible to identify the approach taken by the journal over the past two decades, which follows a trend seen in other similar publications, issues of interest to consumer-citizens at the expense of the analysis with social focus.

Key-words

Poverty; Hunger; Biopolitics; Michael Foucault; *Veja* magazine

Sumário

Introdução	11
1. O capitalismo nas sociedades disciplinares e de controle	14
1.1. A vitória do <i>animal laborans</i> e a sociedade de consumidores	15
1.1.1. O <i>animal laborans</i> contemporâneo	20
1.2. O biopoder e o desenvolvimento do capitalismo	21
1.3. O poder moderno do mercado e as biopolíticas	24
1.4. A concorrência como valor no final do século XX: o neoliberalismo	26
1.4.1. O neoliberalismo e a estratégia da miserabilidade	30
1.4.2. O capital humano e o desenvolvimento econômico	34
1.5. O <i>homo sacer</i> e a <i>vida nua</i>	36
1.5.1. A <i>vida nua</i> dos famintos	38
1.6. As sociedades de controle	44
2. Fome: o ônus da globalização na conta dos excluídos	47
2.1. Pobreza, miséria, fome, desnutrição e segurança alimentar: precisando conceitos	47
2.2. A trajetória da mundialização do mercado	51
2.3. A privatização das terras	56
2.4. A comercialização de um bem vital: a comida	59
3. O faminto contemporâneo e os paradoxos do capitalismo	71
3.1. A construção da noção de “pessoa”	74
3.2. Os Direitos Humanos	77
3.3. Fome e miséria nas “sociedades de controle”	83
3.4. A canalização biopolítica da fome na contemporaneidade	97
3.5. A busca pela felicidade: uma “tecnologia do governo neoliberal”	105
3.6. A abundância do capitalismo e o apetite insaciável dos consumidores contemporâneos	112
3.7. A “guinada subjetivista” nas narrativas noticiosas	115

4. A arqueologia da fome na revista Veja	118
4.1. A biopolítica da fome no alvo das narrativas: o protagonismo do sofrimento e a responsabilidade das autoridades	125
4.2. A personalização das vítimas	140
4.3. A ascensão da “propriedade volatizada” como desejo dos consumidores ..	145
4.4. O descaso das autoridades	163
4.5. Louvor ao “imposto negativo”	169
4.6. A solução empreendedora	174
4.7. As dificuldades do <i>animal laborans</i> contemporâneo	186
4.8. A individualização das responsabilidades	194
Considerações finais	198
Referências	202
Anexos	208

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, em torno de um bilhão de pessoas passa fome atualmente. Trata-se de uma parcela significativa da população mundial que vive na pobreza extrema. A existência desse contingente de miseráveis sem condições básicas de sobrevivência impressiona especialmente por existir numa sociedade que reconhece os chamados “direitos humanos” como fundamentais e que registra importantes avanços técnico-científicos que permitem uma ampla produção de alimentos, tendo como consequência, inclusive, a abundância e o desperdício. Esse cenário contraria a polêmica teoria do economista e demógrafo britânico Thomas Malthus, publicada em 1798, na qual ele assegura que a população mundial se expandiria em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos aumentaria em progressão aritmética, sendo a fome, portanto, um mal inevitável e em fatal crescimento. Devido ao elevado aumento demográfico do século XX e às crises alimentares mundiais vividas no período pós-guerra, nas décadas de 1960 e 1970, as ideias do economista voltaram à tona na forma de um *neomalthusianismo*. Porém, rapidamente tais assertivas foram desacreditadas, sobremaneira com a expansão da Revolução Verde. A realidade mostrou-se bastante diferente e, nos dias atuais, o mundo produz até mais alimentos que seriam necessários.

Diante disso, um questionamento aflora. Com tantos avanços tecnológicos ocorridos no âmbito da produção e, também, uma evidente sensibilização das autoridades internacionais e locais quanto à importância da observação atenta dos direitos humanos de todos os cidadãos, como tolerar a indigência de um bilhão de pessoas? Tal questão se configura pilar nesta tese e é debatida à luz dos conceitos de *animal laborans*, elaborado pela filósofa alemã Hannah Arendt em 1958, de *biopoder*, formulado pelo filósofo francês Michael Foucault na década de 1970, e *vida nua*, do filósofo italiano Giorgio Agambem, apresentado nos anos 1990. A articulação dessas três noções permite alavancar uma profunda reflexão sobre alguns dos grandes paradoxos do capitalismo contemporâneo.

A supremacia do *animal laborans* e seu ideal da abundância sobre o *homo faber* e seu desejo de durabilidade e utilidade, ainda na modernidade, modificou as relações dos indivíduos com os produtos e priorizou o prazer em relação à dor. Seus apetites tornaram-se insaciáveis e passaram a envolver também as frivolidades, transformadas então em essenciais. Com isso, um novo valor foi elevado pelo capitalismo moderno: o consumismo. Na contemporaneidade, o consumidor pode ser comparado ao *animal laborans*, que vive

unicamente preocupado em satisfazer suas necessidades de vida, mesmo que tais necessidades não sejam somente aquelas orgânicas e realmente essenciais à sobrevivência.

As biopolíticas têm origem no liberalismo e, naqueles tempos, estavam baseadas no poder disciplinar que ascendeu na modernidade, substituindo o “poder de morte” das sociedades soberanas, como conceituou Foucault. Resultado da imbricação da mecânica do ser vivo com os processos biológicos, as biopolíticas visavam a promover a intervenção e a regulação das populações. Mesmo sendo características da modernidade, as biopolíticas persistem na contemporaneidade, canalizadas agora por meio dos ideais amplamente difundidos pelo neoliberalismo, uma nova roupagem do liberalismo moderno, como as novas torções do individualismo, a entronização do empreendedorismo e a “inclusão pela exclusão” típica dos “impostos negativos” definidos por Foucault.

O poder soberano, anterior à instauração moderna do biopoder, também costuma ser de algum modo atualizado nos séculos XX e XXI, principalmente como ocorreu nos campos de concentração nazistas que foram objeto de estudo do filósofo Giorgio Agamben. Os refugiados desses campos, onde a exceção se converte na regra, foram classificados por Agamben como *homo sacer*, um conceito marcado pelo cruzamento da matabilidade do humano e da insacriticabilidade divina. Nesse cenário, a soberania é dada pelo aprisionamento da *vida nua*, uma forma de vida desprotegida, supérflua e exposta à morte violenta. No contexto desta tese, os miseráveis e famintos da contemporaneidade podem, analogamente, ser considerados *homo sacer*, sujeitos à própria sorte e desprovidos de qualquer proteção.

Para tentar compreender a tolerância à situação de flagelo de tanta gente nos tempos atuais, a perpetuação dessa *vida nua* numa sociedade que reconhece e defende os direitos humanos ao mesmo tempo em que dispõe da vida dos miseráveis e famintos para manter a dinâmica econômica do neoliberalismo, esta tese promoveu uma reflexão sobre as mudanças nos modos de produção ao longo da tradição ocidental, remontando até a pré-história. Essa retrospectiva contribui para entender as transformações empreendidas pelos seres humanos em sua relação com a terra, que sob os fluxos do capitalismo passou de ser um bem comum e partilhado a constituir propriedade privada. Juntamente com essa privatização, com a valorização da propriedade e a procura de fins lucrativos, os alimentos foram convertidos num precioso objeto de comércio. Com isso, somente tem acesso a eles quem por eles pode pagar. A industrialização teve papel essencial nessa configuração, proporcionando o aumento da produtividade e a diminuição dos esforços e, com isso, valorizando o prazer e imprimindo a

necessidade de consumo de tudo que era produzido, condição fundamental para a manutenção e a expansão do mercado, eixo central do liberalismo.

No início do século XX, o liberalismo enfrentou uma forte crise que fez surgirem novos regimes, apoiados, sobretudo, nas políticas de bem-estar social. Entretanto, a partir de meados desse mesmo século, tais sistemas também entraram em colapso, fazendo emergir uma nova versão do liberalismo, conhecida como neoliberalismo, cujo sustentáculo é a concorrência e a extensão da “ética empresarial” aos indivíduos e a todos os âmbitos da existência. Esse novo projeto de sociedade somente contempla os mais favorecidos, definidos como consumidores, e deixa de fora os menos abastados, desprovidos de “capital humano” e dispensáveis ao jogo econômico que vigora na atualidade. Na ética concorrencial, os indivíduos devem buscar sua autopromoção, garantir sua sobrevivência de forma autônoma e independente recorrendo ao mercado e, assim, desonerar o Estado de uma responsabilidade sobre os cidadãos. Para atingir esse objetivo, a governamentalidade neoliberal apoia-se em algumas estratégias, tendo destaque a conquista da felicidade como objetivo primordial e a associação desse ideal da felicidade ao consumo, à autorresponsabilidade e ao empreendedorismo.

Os modos de vida que atualmente vigoram no mundo ocidental, definidos por Gilles Deleuze como “sociedades de controle”, estão solidamente apoiados nesses valores neoliberais. Com isso, apesar do reconhecimento formal dos direitos de cada pessoa à vida e à garantia das condições básicas para sua sobrevivência, a indigência de um enorme contingente da população é tolerada na contemporaneidade. Para sustentar empiricamente a hipótese de que a fome e a miséria operam como um “dispositivo de poder” e, conseqüentemente, caracterizam um fenômeno tolerado e naturalizado no mundo globalizado de fins do século XX e início do XXI, esta pesquisa elegeu como objeto as reportagens que tratam desses assuntos, publicadas entre os anos 1968 e 2012 na revista *Veja*. Essa publicação foi escolhida por ser o semanário de maior circulação no Brasil e mais antigo neste segmento. Observando atentamente o periódico, é possível refletir sobre algumas mudanças na problematização desses temas na sociedade contemporânea, particularmente no Brasil. Afinal, a imprensa não apenas é um importante instrumento na formação das opiniões, mas suas reportagens também constituem sintomas dos valores circulantes na sociedade à qual ela se dirige e na qual eles se conformam.

CAPÍTULO 1

O capitalismo nas sociedades disciplinares e de controle

Este fosso econômico divide hoje a humanidade em dois grupos que se entendem com dificuldade: o grupo dos que não comem, constituído por dois terços da humanidade, e que habitam as áreas subdesenvolvidas do mundo, e o grupo dos que não dormem, que é o terço restante dos países ricos, e que não dormem, com receio da revolta dos que não comem.
(Josué de Castro)

Este capítulo apresenta uma discussão sobre as mudanças no capitalismo ao longo da era moderna e na contemporaneidade, que se manifestam em certas modificações ocorridas nas relações de consumo. Essas transformações exacerbam, na atualidade, a negação dos direitos de cidadania às populações desprovidas de poder de compra. Por isso, em diálogo com as reflexões de autores como Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Michel Foucault e Gilles Deleuze, a proposta consiste em analisar como essas mudanças se foram produzindo nas “sociedades disciplinares” — caracterizadas pelo desenvolvimento do biopoder e pela implantação das medidas biopolíticas no escopo de cada Estado-Nação — e na passagem para as “sociedades de controle”, cujas relações de poder se tecem de maneira mais inclusiva e, ao mesmo tempo, excludente, individualizada, contínua e aparentemente flexível.

As transformações vivenciadas no capitalismo, especialmente com a emergência do liberalismo e mais recentemente do neoliberalismo, resultaram em profundas alterações nas relações de consumo. Repercutiram também na ética vigente na sociedade e na maneira como ela catalisa as questões que envolvem os miseráveis, sobretudo aqueles excluídos até mesmo das condições mais básicas de sobrevivência, como é o caso da alimentação. Por isso, este capítulo se dedica a explorar alguns conceitos formulados por autores que detiveram suas reflexões em certas mudanças registradas a partir da ascensão do capitalismo.

A revolução industrial promoveu o advento de várias tecnologias, especialmente de comunicação, automação, transporte e energia, constituindo a marca do surgimento do capitalismo e — sobretudo, ao longo dos séculos XVIII e XIX — sua consolidação como sistema econômico predominante no planeta em vias de “globalização”. Conforme a célebre análise de Max Weber, o capitalismo promoveu o ideal de respeito à individualidade humana e incentivou a prática empreendedora de cada sujeito, visando ao sucesso na vida terrena por

merecimento próprio. Esse quadro estava afinado às ideias protestantes propagadas a partir do século XVI, à “ética” e ao modo de vida delas decorrentes — apoiados, entre outros dogmas, na visão utilitarista e prática da vida, bem como no enaltecimento da riqueza como predestinação à salvação eterna. Os avanços tecnológicos vivenciados na revolução industrial estimularam a atenção à produtividade, bem como às crescentes quantidade e qualidade dos produtos fabricados, fortalecendo o comércio e transformando o mercado numa espécie de arena na qual toda essa produção passou a ser negociada. Nessa zona de transação, precisamente, são identificados os anseios, as tendências e os interesses dos atores; e, nesse contexto, o acúmulo de bens e de capitais se tornou um dos principais motores que impulsionaram esse novo modo de vida.

1.1. A vitória do *animal laborans* e a sociedade de consumidores

Esse desejo consumista característico do capitalismo moderno é analisado por Hannah Arendt em seu livro *A condição humana*, publicado originalmente em 1958. Segundo essa autora, tratar-se-ia de uma transformação dos valores morais, decorrente de uma carência individual de outros sentidos para a vida, que levou a estabelecer uma relação simbólica com os objetos para além de sua finalidade primordial. O sociólogo Colin Campbell (2001, p. 58), por sua vez, no livro *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*, publicado em 1987, levanta o debate sobre o que ele define como o aspecto mais marcante do consumismo moderno: a insaciabilidade, cujas causas não seriam muito claras. Uma das possíveis hipóteses seria o notório aumento da capacidade produtiva, sobrevivendo das fortes inovações realizadas com o advento da revolução industrial, com destaque para a produção em massa, a propaganda e as vendas a crédito (CAMPBELL, 2001, p. 327). Com isso, tornou-se aparente um movimento circular de produção e consumo, bem enfatizado nas palavras de John Lukács que constituem a epígrafe do capítulo “O enigma do consumismo moderno”, no qual Campbell aborda essa notável característica: “no mundo moderno, a produção do consumo se torna mais importante que o consumo da produção” (*apud* CAMPBELL, 2001, p. 57).

Para dar conta dessa peculiar dinâmica, então, é preciso criar não apenas produtos, mas, sobretudo, necessidades e desejos. Hannah Arendt (2007) analisa a dependência dos seres humanos em relação àquilo que produzem, seja por seu *labor* — que se refere à produção e reprodução do que é essencial à sua sobrevivência, como os alimentos, por

exemplo —, seja pelo *trabalho*, que alude exclusivamente à elaboração de objetos úteis. O consumo dos produtos surgidos desses dois tipos de atividades é diferente, e essa distinção reside, especialmente, na sua durabilidade. Os resultados do labor são de consumo rápido, enquanto os resultados do trabalho são mais duradouros. De acordo com Arendt, apenas os primeiros são realmente vitais ao ser humano enquanto ser orgânico, pois para garantir a sobrevivência somente os alimentos são fundamentais. Trata-se dos únicos que de fato são “consumidos”.

Em sua obra, a filósofa define como *vida ativa* três atividades primordiais da condição humana: *labor*, *trabalho* e *ação* (ARENDDT, 2007, p. 15). Os dois primeiros enfrentam, desde a modernidade e principalmente graças ao capitalismo, certo embaralhamento. Com o gradativo desenvolvimento dos modos de vida sob o capitalismo, os produtos do trabalho se tornaram igualmente “essenciais”, configurando-se um tipo de necessidade que vai além do objeto a ser “consumido”, pois atinge um aspecto imaterial que excede o da mera utilidade. Das três condições acima mencionadas, a *ação* é considerada por Arendt como a mais humana das atividades, aquela de que resulta do aspecto social dos indivíduos. Realiza-se pelos atos e discursos, produzindo laços entre os indivíduos e possibilitando sua relação com o mundo. Das três, é a única que somente pode existir em sociedade, pois sua característica principal é a pluralidade, condição de toda vida política. Nesta pluralidade, a autora destaca que os seres humanos são diferentes entre si, individualmente, mas são iguais enquanto humanos.

Já o *trabalho* visa à criação artificial de coisas duráveis, utilitárias, que ultrapassam as vidas individuais. Sua condição humana é a mundanidade e sua filosofia é o utilitarismo sistemático. O trabalho e seu produto “emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano” (ARENDDT, 2007, p. 15-16; p. 167). O executor do trabalho é o *homo faber*, de algum modo livre e autônomo, pois, ao construir o mundo artificial, domina a natureza, é dono de si e de seus atos, o que “não se aplica ao *animal laborans*, sujeito às necessidades de sua existência, nem ao homem de ação, que sempre depende de seus semelhantes” (ARENDDT, 2007, p. 157). A experiência do *homo faber* concentra-se na noção de instrumentalidade ou de serventia. Para ele e sua proposta utilitária, os fins não só justificam os meios, como produzem e organizam os meios. Sua atuação se dá a partir da questão “para quê”.

O fim justifica a violência cometida contra a natureza para que se obtenha o material, tal como a madeira justifica matar a árvore e a mesa justifica destruir a madeira. É em atenção ao produto final que as ferramentas são projetadas e os utensílios são inventados, e é o produto final que organiza o próprio processo de trabalho, determina a necessidade de especialistas, a quantidade de cooperação, o número de auxiliares, etc. Durante o processo de trabalho, tudo é julgado em termos

de adequação e serventia em relação ao fim desejado, e nada mais. (ARENDR, 2007, p. 166)

Já o *labor* está relacionado às condições biológicas e de sobrevivência, com a produção de bens de consumo imediato para suprir as necessidades orgânicas. Esses bens de consumo são pouco mundanos e mais naturais, pouco duráveis, porém necessários ao processo da vida. O labor é inerente ao ciclo da vida biológica: para subsistir, é preciso consumir seus produtos, e esse consumo é essencial para gerar a força laboral que, novamente, vai garantir seu sustento. (ARENDR, 2007, p. 107-111) A condição humana do labor é a vida e seu produtor é o *animal laborans*, sujeito à necessidade da sua própria existência — como os escravos da antiguidade, desprezados por serem obrigados a se submeter aos senhores em troca de sua sobrevivência e, por isso, comparáveis aos “animais domésticos”.

Arendt (2007, p. 94) conta que “laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana”, e que “os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade”. A escravidão, na antiguidade, não tinha o objetivo de obter mão de obra barata nem era uma exploração visando ao lucro: era uma tentativa de excluir o labor das condições da vida humana, pois tudo que havia em comum com outras formas de vida animal era considerado inumano pelos gregos. Desse modo justifica-se o emprego da palavra “animal” ao conceito de *animal laborans*. (ARENDR, 2007, p. 95) Já na modernidade, o labor teve uma importante promoção, passando da “mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada de todas as atividades humanas”. (ARENDR, 2007, p. 113) Na análise de Arendt, isso ocorreu quando John Locke descobriu no labor a fonte de toda propriedade, quando Adam Smith viu no labor a fonte de toda riqueza, e quando Karl Marx definiu o labor como a origem de toda produtividade e a expressão da própria humanidade do homem.

De acordo com a autora, a moderna supremacia do *animal laborans* encontra respaldo na noção de *processo*, também presente na ação, que ganha grande importância com o *labor*. Hannah Arendt aponta que, a partir do século XVII, os teóricos políticos perceberam um “processo até então inaudito de riqueza crescente, propriedade crescente e aquisição crescente”. Assim, passaram a investigar o fenômeno do próprio processo progressivo, tornando esse conceito fundamental para a modernidade. Como o labor é interminável, diferente da ação e do trabalho, é concebido como processo natural e, por isso, semelhante ao processo vital, acompanhando a própria vida. Desse modo, aproxima-se dos processos biológicos, inclusive na terminologia e na concepção, o que vai ao encontro das biopolíticas

identificadas por Foucault, que serão contempladas mais adiante neste mesmo capítulo, sugerindo uma instigante relação entre tais estudos e os de Arendt aqui mencionados, analisada também pela pesquisadora Flavia Gisela Costa, em sua tese *Biopolíticas y biotécnicas: El “cuerpo productivo” en la era de las formas de vida tecnológicas*, defendida em 2010 na Universidade de Buenos Aires, na Argentina. Já para o *homo faber*, o processo é secundário, sendo apenas o caminho para atingir o fim, que é constituído pelo produto. Aqui sustentaremos que, se foi valorizado de modo crescente na modernidade, o *processo* tornar-se-ia ainda um dos pilares do capitalismo contemporâneo.

Arendt também relaciona a ascensão do labor à filosofia moral de Kant, no sentido de que o homem não pode ser um meio para nenhum fim, e que todo ser humano é um fim em si mesmo. A proposta de Kant era evitar que a categoria de meios e fins fosse aplicada no campo da ação política. No entanto, termina por corresponder, de algum modo, à atuação do *homo faber* que submete toda a natureza e o mundo a simples meios. Assim, analisa Arendt, em busca de uma solução para a ausência de significado que caracteriza a filosofia estritamente utilitária, é preciso criar um distanciamento do “mundo objetivo de coisas de uso” e atentar para a “subjetividade da própria utilidade”. A utilidade apenas pode alcançar uma significação no mundo antropocêntrico, em que o “o usuário, isto é, o próprio homem, é o fim último que põe termo à cadeia infundável de meios e fins”, alterando, portanto, o “valor” de todas as coisas. (ARENDR, 2007, p. 168) Entretanto, o *homo faber* não é capaz de compreender o significado do mundo antropocêntrico, pois seu pensamento se restringe à fabricação dos produtos e à relação de meios e fins dessa produção.

Desse modo, pode-se chegar à prevalência do *animal laborans*, que busca assegurar a própria vida e cujo fim é o próprio homem. O *animal laborans* se torna o principal representante das sociedades de consumo, pois visa à produção de itens que se extinguem rapidamente, analisa a pesquisadora Flavia Costa (2010, p. 34). Se o *homo faber* tem como finalidade a produção de objetos úteis, sendo seu produto um fim em si mesmo, na era moderna, o resultado do trabalho — a mais mundana das três atividades — perde seu sentido original e torna-se apenas um meio para atender às necessidades subjetivas. (ARENDR, 2007, p. 168-171)

A filósofa alemã aponta, ainda, como símbolo do declínio do *homo faber* a substituição do princípio da utilidade pelo da felicidade, valorizando o prazer e procurando minimizar a dor. Com isso, ganhou *status* de “útil” tudo aquilo que ajudava a estimular a produtividade aliviando a dor e o esforço, como as máquinas surgidas com a revolução

industrial. Os produtos passaram a ser avaliados não mais em função de seu uso, mas da felicidade que eles eram capazes de fornecer: “a quantidade de dor e prazer experimentada na produção ou no consumo das coisas” (ARENDT, 2007, p. 322). Além disso, a filósofa afirma (2007, p. 332) que o cristianismo também teve importância fundamental na revalorização do *animal laborans*, especialmente por difundir a sacralidade da vida, apregoando que a existência, e não o mundo, é o bem supremo para o homem. Por isso, essa visão do mundo chegou a enaltecer o escravo que não se matava e aceitava sua sujeição ao dono, porque o suicídio era condenável sob a ótica cristã. Antes da era moderna, especialmente para os gregos, configurava um ato mais louvável que um escravo se matasse, pois o fato de se submeter em troca da sobrevivência era julgado como algo vergonhoso. Naquele tempo, grande parte dos escravos constituía-se de inimigos derrotados. Mas no Império Romano, uma parcela considerável tinha nascido já sendo escravo, o que também contribuiu — juntamente com a valorização da vida — para a aceitação preferencial da condição de *animal laborans* sobre a opção pela morte.

Com a elevação do valor do *labor* na modernidade, Arendt (2007, p. 138) afirma que houve uma vitória do *animal laborans*, com seu desejo de abundância, sobre o *homo faber* e seu ideal da permanência, estabilidade e durabilidade das coisas. O *labor*, com sua inerente fertilidade, é o único capaz de produzir a abundância tão cara aos modos de vida sob a égide capitalista. A solução encontrada para superar a limitação natural da sua própria fertilidade é “tratar os objetos de uso como se fossem bens de consumo”. Para conseguir tal objetivo, a revolução industrial, entre outras coisas, promoveu a divisão do labor.

A revolução industrial substituiu todo artesanato pelo labor; o resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés de produtos do trabalho, que se destinam a ser usados. (...) O artesanato é necessário somente para o projeto e fabrico do modelo, antes que esse seja produzido em massa, o que também depende de máquinas e ferramentas. Mas a produção em massa seria, além disso, completamente impossível sem a substituição de trabalhadores e da especialização por operários e pela divisão do labor. (ARENDT, 2007, p. 137)

Assim, passou-se à sociedade de operários ou de homens que “laboram”, fato que Arendt atribui à emancipação da atividade do labor, e não à emancipação das classes trabalhadoras. Sendo o labor e o consumo, na explicação da filósofa, “dois estágios de um só processo, imposto ao homem pelas necessidades da vida”, a sociedade de operários é também a sociedade de consumidores. Um dos principais sinais da vitória do *animal laborans* é a economia do desperdício, que transformou a durabilidade dos objetos ao tornar descartáveis certos produtos que antes eram duradouros, visando a provocar a necessidade de rápida

substituição para que o processo seja contínuo e perene. Nesse cenário, quando não está laborando, o *animal laborans* está consumindo, e “quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são seus apetites”. Agora, o problema maior reside no fato de que esses apetites ficaram mais refinados, fazendo com que o consumo não se limite às necessidades concretas da vida — aquelas consideradas básicas à sobrevivência física —, mas tenha por objetivo, principalmente, as superfluidades da vida (ARENDRT, 2007, p. 138-139; 146-148). Portanto, a vitória do *animal laborans* e do consumismo da era moderna exacerbou-se na contemporaneidade, pois a cultura capitalista fortalece a associação entre capacidade de consumo, riqueza crescente, abundância e felicidade, acirrando as diferenças entre ricos e pobres, consumidores e não consumidores.

1.1.1. O *animal laborans* contemporâneo

Ao refletir sobre as três atividades da condição humana — ação, labor e trabalho —, Hannah Arendt relaciona o labor às condições biológicas e de sobrevivência, cujo resultado é a produção de bens naturais necessários ao processo da vida, de pouca durabilidade, obtidos para o consumo imediato. Seu produtor é o que a autora denomina *animal laborans*, o homem sujeito à necessidade da sua própria vida, que na antiguidade era tido como um ser humano inferior e desprezível por estar escravizado pela necessidade. Naquele período, o *labor* estava relacionado à produção de bens de consumo imediato para suprir as necessidades orgânicas. Eram bens naturais, pouco duráveis, essenciais para gerar a força de trabalho que possibilitava, num ciclo, garantir seu sustento (ARENDRT, 2007, p. 107-111). Na modernidade, o *animal laborans* teve seu *status* modificado, passando a ser valorizado. Já na contemporaneidade, o *animal laborans* ganha ainda mais destaque, pois é o representante central da economia do desperdício, que transformou a durabilidade dos objetos. Certos produtos, antes duradouros, foram convertidos em artigos descartáveis, o que gera uma necessidade de rápida substituição — o processo se torna, então, contínuo e perene, e responde às necessidades mais atuais do capitalismo.

A partir dessa reflexão, podemos deduzir que o *animal laborans* da contemporaneidade encontra-se bem representado pelo consumidor que faz da obsessão pela felicidade e do desejo insaciável por “superfluidades” o sustentáculo do capitalismo. O *animal laborans* contemporâneo, cujo fim é ele mesmo, atende essa indústria de produtos descartáveis e consome incessantemente todo tipo de artigo que considera essencial à sua

sobrevivência, indo além daqueles relacionados às necessidades concretas mais básicas e buscando modos de consumir também as frivolidades da vida (ARENDR, 2007, p, 138-139; 146-148).

Nessa tentativa de sustentar o funcionamento do mercado, aquela parcela da população situada no limiar entre a pobreza e a miséria oscila sua participação na sociedade “laborante”, conforme a conveniência definida pelo jogo econômico, e registra uma situação talvez ainda mais degradante do que a prevista por Arendt na concepção original do conceito de *animal laborans*. Afinal, essa população, da qual se serve o neoliberalismo para manter sua dinâmica, ora tem seus desejos subjetivos de consumo estimulados — o que pode elevá-la à massa de consumidores, quando necessário — ora é mantida com acesso apenas e nem sempre suficiente às necessidades básicas à sua sobrevivência física. Para nomear esses miseráveis e famintos da atualidade, portanto, é preciso criar outra categoria conceitual: eles poderiam ser considerados *homo humilis*, por exemplo, expressão cuja origem latina remete a um ser humano insignificante, submisso, sem valor. Constituem uma categoria inferior ao desprezível *animal laborans* mais primário das definições de Arendt, distante também do *homo faber* decadente da modernidade e incapaz para a ação e a vida política que ela proporciona. O *homo humilis* está inapto, portanto, ao que a filósofa denominou *vida ativa*.

1.2. O biopoder e o desenvolvimento do capitalismo

Ao estudar as mudanças históricas decorrentes da passagem para o regime capitalista no mundo ocidental, Michael Foucault (2010, pp. 149-150) analisou que, nas sociedades anteriores a essa implantação — por ele denominadas “soberanas” —, o objetivo era monopolizar, mais que organizar a produção; e decidir sobre a morte dos súditos, mais que gerir sua vida. O poder pré-moderno das monarquias absolutistas ou do feudalismo se baseava na violência e na opressão: era um poder de apreensão e extirpação, que confiscava os bens, os corpos e as vidas dos súditos. Em suma, era um poder capaz de “causar a morte ou deixar viver”. Nesse modelo de organização sociopolítica e econômica, o poder se afirmava punindo severamente os infratores, e esse ato era espetacularizado no espaço público pois o objetivo consistia em atemorizar os demais pelo exemplo do que poderia acontecer com aqueles que fizessem o que não deveria ser feito.

Mas as transformações ocorridas com a ascensão burguesa, a partir do século XVII, provocaram fortes modificações nos dispositivos de poder. Não se trata apenas das mudanças no nível macro, decorrentes das revoluções democráticas e industriais, que implantaram outras instituições com seus peculiares modos de funcionamento. Na análise desse movimento, Foucault assinala a organização de um novo mecanismo de exercício de poder também no plano micropolítico, apoiado num fator fundamental: a disciplina. Esse modelo, que foi se desenvolvendo a partir de então e estendeu sua vigência até pelo menos meados do século XX, tinha por objetivo gerir a vida das populações e era composto por duas vertentes. A primeira, centrada no corpo de cada cidadão como uma máquina produtiva, foi definida pelo filósofo como “anátomo-política do corpo humano”. Seu objetivo era adestrar os corpos, ampliar suas aptidões, extorquir suas forças e promover sua utilidade e docilidade, com a finalidade de obter “sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 2010, p. 151).

Já o segundo polo do poder disciplinar, identificado a partir do século XVIII, tinha como foco o corpo-espécie, promovendo a imbricação da mecânica do ser vivo com os processos biológicos da população: natalidade e mortalidade, grau de saúde, longevidade, demografia, nível de recursos por habitante, entre outros. Foucault definiu como “biopolíticas” essas medidas que procuravam a intervenção e a regulação das populações, definindo-as como uma consequência da inserção dos fatores biológicos no campo político, quando os fenômenos próprios à vida da espécie humana penetraram a ordem do saber e do poder (FOUCAULT, 2010, p. 151-152). Por sua vez, as biopolíticas se valem da disciplina anátomo-política, de cunho mais individual, para governar as vidas e aproveitar ao máximo as forças da população em prol do novo projeto de sociedade.

A junção dessas duas tecnologias — anatômica e biológica — deslocou o imenso poder de morte das sociedades soberanas para o propósito de administrar os corpos e promover a gestão calculista da vida, algo que seria típico da era moderna. Com a gradativa implantação e expansão das biopolíticas, teve início a vigência daquilo que Foucault cunhou como “biopoder”, um tipo de poder até então inédito, organizado em torno das disciplinas do corpo e das regulações da população, que visava a atender às necessidades da era industrial e do modo de produção capitalista. Esse tipo de biopoder apontava para a governamentalidade das vidas, tornando a população um objeto de intervenção política, de gestão e de governo, na tentativa de conseguir a “inserção controlada dos corpos no aparelho de produção” e o “ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2010,

p. 153). Seu exercício se dava por meio dos “dispositivos de confinamento”, tais como a família, o exército, a escola, o quartel, a medicina e a administração, nos quais a disciplina foi implantada de modo minucioso e capilar. Em palavras do autor, todas essas instituições modernas:

agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros. Garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder [sic] com suas formas e procedimentos múltiplos. (Foucault, 2010, p. 153-154)

Assim, as biopolíticas de prevenção, planejamento e regulação foram um recurso fundamental dos Estados nacionais modernos para interferir nas condições de vida de suas populações, com o objetivo de modificá-las, controlá-las e adequá-las às normas. De acordo com Paula Sibilia (2002, p. 159), trata-se de “instrumentos de normalização destinados a maximizar e expropriar as forças humanas com vistas à utilidade”, em consonância com os objetivos capitalistas em pleno desenvolvimento industrial. Tais dispositivos desenvolveram um papel muito importante para a consolidação do capitalismo, um modo de organização sociopolítica e econômica que tem como alicerces primordiais as diferenças sociais estratificadas em classes, apesar da bandeira da “igualdade de direitos”, a alta produtividade, o consumo, o acúmulo de bens e riquezas, além da vigilância centralizada.

O biopoder que se desdobrou naquele contexto promovia a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e a adequação dos fenômenos da população aos processos econômicos, mas, sobretudo, conseguia garantir a utilidade e a docilidade dos corpos, tudo isso com vistas a assegurar o bom desenvolvimento do capitalismo (FOUCAULT, 2010, p. 153). Mas essas metas somente podiam ser alcançadas se a população assimilasse as normas disciplinares e as incluísse na dimensão da “naturalidade”. Para obter tal resultado, os dispositivos de confinamento destilavam uma moralidade capaz de coibir eventuais rebeldias. Entre outros métodos, adotaram o modelo do *panóptico*, cuja intenção era promover nos indivíduos a impressão de que estavam sendo observados durante todo o tempo, até que passassem eles próprios a vigiar-se entre si ou a internalizar a vigilância para se comportarem corretamente. Desse modo, foram diluindo, naturalizando e reforçando as redes de um poder bem mais complexo e eficaz daquele que vigorara no regime anterior — o das sociedades soberanas —, que estava centrado na figura do monarca e se assentava na força capaz de matar e, nos interstícios, “deixar viver”. Assim, foi possível agir sobre as vidas humanas de

um modo muito mais minucioso e permanente, tornando-as objeto de governo, moldando corpos e influenciando opiniões, hábitos, medos, preconceitos e necessidades sob a ambígua bandeira da “liberdade”.

1.3. O poder moderno do mercado e as biopolíticas

No curso intitulado *Nascimento da biopolítica*, que transcreve os materiais de um curso ministrado em 1979, Foucault analisa o contexto do surgimento desse modo de governar típico da modernidade, um regime sustentado na gestão calculada da vida das populações. Para compreender seu funcionamento e esclarecer seus sentidos, o filósofo retorna ao tipo de liberalismo anterior ao capitalismo moderno, no seio do qual se configuraram as biopolíticas, pois, de acordo com a perspectiva foucaultiana, para compreender as biopolíticas é preciso, antes, compreender o liberalismo. Assim, o modelo no qual o autor se detém em primeiro lugar é o liberalismo definido como “autolimitação da razão governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 28), apoiado no individualismo liberal descrito por John Locke no século XVII. Enquanto sistema político, o liberalismo tem como premissas os direitos naturais do indivíduo à vida, à liberdade e à propriedade, considerados pelo filósofo inglês como preexistentes ao Estado. Além desse princípio, a proposta liberal de Locke ainda tem como diretrizes o consenso, a subordinação do poder executivo ao poder legislativo, o poder limitado e o direito de resistência.

Cabe lembrar que o liberalismo foi se assentando juntamente com a consolidação dos valores individuais e com a exaltação das liberdades dos indivíduos. Mas Foucault se preocupa em destacar a amplitude do termo “liberalismo”, elencando algumas características que devem ser observadas para sua compreensão. A primeira delas é a aceitação do princípio de que deve haver alguma limitação do governo que não seja somente um direito externo. O liberalismo é, então, a própria solução para limitar ao máximo as formas e domínios de ação do governo, e também é a organização dos métodos que podem limitar as práticas de governo: constituição, parlamento; opinião, imprensa; comissões, inquéritos. Nesse quadro, “os sujeitos de direito sobre os quais se exerce a soberania política” tornam-se, na verdade, “uma população que um governo deve administrar” (FOUCAULT, 2008, p. 30). No entanto, além de se constituir como um sistema político, o liberalismo se estabelece também como um sistema econômico, cuja mais importante teoria é formulada no século XVIII por Adam

Smith. Seu princípio fundamental era a não intervenção do Estado na economia e, mais que isso, este devia assegurar que o mercado não sofreria qualquer intervenção. Smith cunhou a célebre expressão “mão invisível” do mercado, sugerindo que este deveria ser capaz de se autorregular, sendo independente, eficiente e eficaz. Para que fosse alcançada a autorregulação, o autor julgava necessário estimular o comércio internacional, rompendo barreiras alfandegárias, incentivando a concorrência e permitindo que o mercado fosse regido pela lei da oferta e da procura.

Foucault se debruça sobre todas essas questões, inclusive sobre as ideias de Smith e de outros pensadores, para refletir sobre o liberalismo, considerado uma “nova razão governamental”, vigente a partir do século XVIII, que marcaria a modernidade. Essa nova racionalidade é conceituada como “a razão do Estado mínimo” ou do “governo mínimo como princípio de organização da própria razão de Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 40). Foi com base nestes princípios que, no século XVIII, segundo o filósofo, passou a vigorar um “governo frugal”, caracterizado pela moderação, pela temperança, pela sobriedade e pela parcimônia. Esse governo mínimo e o surgimento da economia política estão interligados. E essa relação teve origem ainda na Idade Média, na existência de um mercado que era objeto privilegiado da intervenção, da regulação e da vigilância governamentais. A partir do século XVIII, porém, o mercado converte-se num mecanismo de formação de verdade, pois em vez de tentar aplicar a governamentalidade regulamentar a esse mercado, a opção adotada foi a de “deixá-lo agir com o mínimo possível de intervenções, justamente para que ele possa formular sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 42).

Na Idade Média, o mercado era concebido como um “lugar de justiça”, voltado à fiscalização da prática de preços justos para proteger antes o comprador e, em segundo plano, o comerciante, e também para dar garantias quanto à origem dos produtos, ao tipo de fabricação, aos direitos a serem pagos, etc. Os preços praticados eram considerados justos, pois levavam em conta o trabalho executado, as necessidades dos comerciantes e as necessidades e possibilidades dos consumidores. A principal preocupação era que não houvesse fraudes, garantindo certa proteção ao comprador e procurando a distribuição mais justa possível das mercadorias. “O mercado era percebido naquela época como um risco que talvez o comerciante corresse de um lado, mas o comprador com certeza de outro”, explica Foucault, “e era necessário proteger o comprador contra o perigo que representava uma mercadoria ruim e contra a fraude de quem a vendia”. (FOUCAULT, 2008, p. 43)

Já a partir do século XVIII, com a ascensão do liberalismo econômico, o mercado virou o “lugar da verificação”, pois se propagou a ideia de que o jogo nele implícito se dava de forma natural e espontânea, devendo-se regular por si mesmo. Assim, os preços tidos como “naturais”, “bons” ou “normais” tornaram-se um padrão de verdade imposto ao Estado. Por isso, a importância da teoria da economia política reside no fato de ter indicado ao governo onde ele deveria buscar o princípio de verdade de sua própria prática governamental (FOUCAULT, 2008, p. 44-45). Nessa nova configuração, as políticas de regulação das populações passaram a ser guiadas e a trabalhar em prol desse novo mercado, beneficiando e protegendo aqueles que com ele lucram e, em decorrência, relegando quem dele não fazia parte. Nesse momento, tem início a supremacia do mercado com sua autorregulação e, portanto, do viés econômico sobre as questões sociais. Tal paradigma, todavia, enfrentou momentos críticos e colheu insucessos, gerando uma população marginal ao mercado, índices elevados de desemprego e uma instabilidade econômica. Com isso, o início do século XX foi marcado por resistências e oposições a esse modelo. A análise dessas transformações cabe nesta tese por permitir compreender a formação do Estado do bem-estar social e, mais recentemente, do neoliberalismo, configurações importantes nas reflexões sobre a maneira como a miséria e a fome são catalisadas pela sociedade e como integram as narrativas jornalísticas.

1.4. A concorrência como valor no final do século XX: o neoliberalismo

No início do século XX, o liberalismo de Adam Smith e a ideia da “mão invisível” do mercado passaram a ser duramente criticadas, principalmente a partir da crise de 1929¹, que evidenciou a fragilidade de um sistema que confia plenamente na autorregulação do mercado. Foi assim que emergiram teorias que propunham um novo projeto político e econômico. Entre elas, ganhou destaque a doutrina keynesiana, sobretudo a partir da década de 1930, proposta pelo economista inglês John Maynard Keynes. Essa nova linha apregoava um Estado

¹ Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Estados Unidos viveram um forte crescimento econômico. A produção industrial alcançou níveis muito altos, as taxas de emprego também cresceram bastante, os cidadãos conseguiam ascender socialmente e o país se tornou um grande credor mundial. Guiado pelo princípio liberal de não intervir no mercado, o governo não interferiu nos seus processos especulativos. Em 1928, porém, as empresas precisaram adotar medidas severas para contornar os problemas que já vinham aparecendo e que estavam sendo postergados. Por tais motivos, houve demissões massivas e tentativas de repassar ações a outros investidores. O excesso de ofertas e a falta de compradores na Bolsa de Nova York levaram à sua quebra, em 24 de outubro de 1929. Como muitos países tinham a economia atrelada à norte-americana, a crise generalizou-se no mundo.

intervencionista, modelo que foi adotado por muitas economias depois da crise e, especialmente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, na tentativa de recuperar o equilíbrio perdido no período pós-guerra. Nesse momento, a prioridade voltou-se para o pleno emprego, a estabilidade dos preços, o equilíbrio na balança de pagamentos, o crescimento do produto interno bruto (PIB), a redistribuição da renda e das riquezas, e a garantia de benefícios sociais (FOUCAULT, 2008, p. 269).

Desse modo, abandonando o princípio do *laissez-faire*² que até então regera o liberalismo, uma das principais ações do Estado passou a ser a de aquecer a economia, promovendo grandes aplicações financeiras e concedendo linhas de crédito, por exemplo, para garantir ao setor privado condições de fazer investimentos, o que resultaria num aumento dos índices de emprego e, portanto, num maior poder de consumo e na progressiva sustentação desse ciclo. Com isso, estava assegurada também uma maior distribuição de renda e melhores condições sociais para a população, configurando o chamado Estado de bem-estar social (*Welfare State*), que se expandiu sobretudo nos países desenvolvidos, entre os anos 1940 e 1970. A relação entre o Estado intervencionista e o *Welfare State* dá-se no momento em que o mercado pode avançar com garantias de uma estabilidade social, pelo menos do mínimo necessário à vida, gerando uma espécie de harmonia entre os diversos interesses.

Entretanto, a partir da década de 1960 e fortemente nos anos 1970, as formulações de Keynes passaram a ser criticadas, especialmente em decorrência da desaceleração do desenvolvimento da economia, da inflação e da instabilidade econômica que os governos dos diversos países ocidentais já não conseguiam controlar. Opondo-se ao intervencionismo estatal, portanto, foram retomadas certas ideias liberais, reestabelecendo os limites ao Estado e dando, novamente, maior autonomia ao mercado. No livro *Nascimento da biopolítica*, o filósofo debruça-se precisamente sobre o advento e a consolidação do neoliberalismo, traçando semelhanças e distinções entre os principais modelos políticos e econômicos vigentes no século passado. Nessa análise, o filósofo busca compreender a origem do que ele nomeou biopolíticas, e aprofunda-se nessas medidas de intervenção e regulação das populações adotadas para sustentar e consolidar o capitalismo.

Para Foucault, o neoliberalismo aflorado na transição da modernidade para a contemporaneidade não se limita à simples retomada das teorias de Adam Smith nem da sociedade mercantil, mas assume o grande desafio de “saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado”

² Expressão francesa que, traduzida literalmente, corresponde a “deixar fazer”, adotada como princípio do liberalismo clássico principalmente no século XIX.

(FOUCAULT, 2008, p. 181). Com isso, o filósofo explica que a ação governamental do neoliberalismo inclui ações reguladoras e ordenadoras do mercado. A regulação deve ser feita sobre as condições do mercado, e não sobre os mecanismos da economia de mercado. Assim, as ações reguladoras devem “identificar, admitir e deixar agir” três tendências que caracterizam e fundamentam esse mercado: tendência à redução dos custos; tendência à redução progressiva dos lucros das empresas; e uma tendência provisória, pontual, ao aumento do lucro, seja diminuindo os preços ou aumentando a produtividade. Tudo para que haja uma estabilidade dos preços e um controle da inflação, mesmo que para isso seja necessário abdicar a manutenção do poder aquisitivo e do pleno emprego, e até do equilíbrio da balança de pagamentos (FOUCAULT, 2008, p. 190-191). Nessa regulação, certo nível de desemprego pode inclusive ser necessário.

Já as ações ordenadoras devem agir, conforme explica Foucault, sobre as condições de existência do mercado, sobre elementos não econômicos essenciais para sua garantia, adequando-os a essa necessidade. Por exemplo, deve-se promover uma mudança na agricultura para que ela possa funcionar como um mercado, incentivando a migração da população agrícola, disseminando técnicas entre os agricultores de modo a melhorar a produção, e alterando o regime jurídico das terras, entre diversas medidas (FOUCAULT, 2008, p. 193).

Outra característica do estilo de ação governamental do neoliberalismo é a “política social” que, originalmente formulada pelo economista britânico Arthur Pigou ainda na década de 1920, tinha como objetivo a repartição do acesso aos bens de consumo, beneficiando assim os mais pobres. Entretanto, tal proposta foi bastante criticada porque a ideia da igualização ataca um sistema que, ao contrário, se vale das diferenças e das desigualdades para poder funcionar, por serem fatores essenciais ao mecanismo de concorrência (FOUCAULT, 2008, p. 194-196). Assim, em substituição a essa proposta, foi sugerida a adoção do “mínimo vital”, em vez de uma média capaz de equalizar as diversas esferas da sociedade. Nesse contexto, explica Foucault (2008, p. 198), o crescimento econômico, por si só, “deveria permitir que todos os indivíduos alcançassem um nível de renda que lhes possibilitasse os seguros individuais, o acesso à propriedade privada, a capitalização individual ou familiar, com as quais poderiam absorver os riscos”. A ideia serviu de impulso para o desenvolvimento, na década de 1960, do “anarcocapitalismo americano” — ou seja, do neoliberalismo norte-americano.

Como fica evidenciado na explicação de Foucault, o neoliberalismo realmente é caracterizado por uma ação governamental, diferentemente do que foi o liberalismo oitocentista, quando ela era inexistente e o princípio reitor consistia na autorregulação do mercado. Mas tal interferência é ainda especialmente diversa da que foi praticada nas políticas de bem-estar que vigoraram em vários países entre as décadas de 1920 e 1960. A intervenção estatal no neoliberalismo não aponta para os efeitos do mercado e não tem a pretensão de corrigir seus resultados negativos na sociedade. Na verdade, essa nova arte de governar tenciona que o mercado seja possível. Assim, o que se registra, de acordo com o filósofo, é uma intervenção do governo na sociedade “para que os mecanismos concorrenciais (...) possam ter o papel de reguladores” (FOUCAULT, 2008, p. 199).

Por tudo isso, Foucault explica que o neoliberalismo não teve a pretensão de retomar os modelos liberais que se estenderam até o início do século XX, com a sociedade mercantil e seu sistema baseado nas trocas. Ao contrário, o princípio regulador neoliberal consiste nos mecanismos de concorrência. O que se pretende, com isso, é constituir uma sociedade empresarial, submetida à dinâmica concorrencial e regida pela ética social da empresa. “O *homo oeconomicus* que se quer reconstruir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção”, afirma o filósofo (2008, p. 201). Essa descrição merece destaque por ajudar na compreensão do papel da concorrência como um princípio fundamental que rege a sociedade contemporânea, cuja etimologia foi explicitada por Foucault. Tal conduta configura-se como um valor essencial da atualidade e contribui, sobremaneira, para reforçar a “ética empresarial” da qual algumas manifestações são examinadas nesta tese, por meio da análise das narrativas jornalísticas selecionadas, que registraram uma mudança muito significativa em sua abordagem, especialmente a partir do final da década de 1990 e mais fortemente no início do século XXI.

Foucault ressalta, ainda, que os objetivos da ação governamental neoliberal são claros: favorecer o acesso à propriedade privada; reduzir os gigantismos urbanos, substituindo a política dos grandes subúrbios por uma política das cidades medianas, bem como a política e a economia dos grandes conjuntos por uma política e uma economia de casas individuais, incentivando assim as pequenas unidades de cultivo e criação no campo, o artesanato e o pequeno comércio; descentralizar os locais de moradia, produção e gestão; corrigir os efeitos de especialização e de divisão do trabalho; reconstruir a sociedade a partir das comunidades naturais, das famílias e das vizinhanças. (FOUCAULT, 2008, p. 202) Algumas dessas estratégias são identificadas e naturalizadas nas narrativas das reportagens que constituem o

objeto de estudo desta tese, focalizado prioritariamente no capítulo 4. Aqui, a título de ilustração, podem ser mencionadas aquelas matérias publicadas na revista *Veja* entre 1968 e 2012 que alertam para o aumento da população, sobretudo na área urbana, bem como para a violência originária da periferia das cidades; a constante categorização das coberturas referentes à miséria na editoria de “economia”; a divulgação e o estímulo a programas e iniciativas de geração de trabalho e renda; entre outras.

O neoliberalismo compreende, então, um programa de racionalização econômica, com base no formato de empresa:

Trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas ‘empresa’ (...). É essa multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador [sic] da sociedade (FOUCAULT, 2008, p. 203).

Generalizar a forma empresa implica fazer do modelo econômico — ou seja, da relação investimento-custo-lucro — o paradigma do convívio social, “uma forma de relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com seu círculo, com o futuro, com o grupo, com a família” (FOUCAULT, 2008, p. 332). É ainda uma proposta de tornar mais “quente” o mecanismo “frio”, “racional” e “mecânico” da concorrência, transpondo o campo social para a economia. Em síntese, trata-se de organizar o corpo social de acordo com as regras da economia de mercado. Além disso, requer também modificações profundas na instituição jurídica e no sistema de leis necessário a uma sociedade regulada pela economia concorrencial de mercado — o Estado de direito. Isso significa que essa nova vertente contraria um dos sustentáculos do liberalismo “original”, aquele dos séculos XVIII e XIX: a ideia de que o mercado se estabelecia naturalmente. Afinal, é a intervenção jurídica do Estado, e não a natureza, que estabelece, por exemplo, a moeda, o regime de propriedade, dos contratos, das patentes e da falência, entre outros (FOUCAULT, 2008, p. 223).

1.4.1. O neoliberalismo e a estratégia da miserabilidade

No neoliberalismo que se espalhou pelo mundo ocidental a partir da década de 1970, predomina a aceção de que a economia é um jogo e o Estado tem a função de “definir as regras econômicas” e “garantir que sejam efetivamente bem aplicadas”, conforme resume Foucault (2008, p. 277). Tais regras deveriam permitir que o jogo beneficiasse o maior número possível de pessoas e que tornasse impossível a um dos parceiros perder tudo e não

poder mais jogar. A razão que subjaz nessa regra é que ninguém participa de um jogo econômico por vontade própria, então “cabe à sociedade e à regra do jogo imposta pelo Estado fazer que ninguém seja excluído desse jogo no qual esta pessoa se viu envolvida sem nunca ter desejado explicitamente participar dele” (FOUCAULT, 2008, p. 278).

Para que ninguém fique fora do jogo econômico, o neoliberalismo recorre, entre outras estratégias, ao “imposto negativo”, um subsídio em espécie destinado, provisória ou definitivamente, a quem não alcança um patamar financeiro suficiente para participar da dinâmica — ou seja, para consumir. O ideário neoliberal também recomenda que é somente para essa população que se deveria fornecer serviços essenciais gratuitos, como aqueles referidos à saúde e à educação, ou os benefícios compensatórios característicos de uma política social. Essa concepção abandona uma das premissas da democracia moderna, aquela que estipula que “toda a sociedade deve a cada um de seus membros serviços como a saúde ou a educação” e também a noção de que haveria um ideal de equidade na população, reintroduzindo uma “distorção entre os pobres e os outros, os assistidos e os não assistidos” (FOUCAULT, 2008, p. 280).

A formulação do modelo do imposto negativo considera ainda a necessidade de estimular os beneficiados a procurar trabalho e conquistar um salário, evitando fazer do subsídio um meio de vida. A eficácia proposta pelo imposto negativo exige uma rígida fiscalização por parte do poder público, algo que é frequentemente questionado pelos críticos dos programas assistencialistas. Também sobraram impugnações a esse modelo sob o aspecto que Foucault (2008, p. 281) denominou perspectiva tradicional: “não se pode atribuir uma assistência a alguém sem se perguntar por que esse alguém necessita dessa assistência e sem procurar, por conseguinte, modificar as razões pelas quais necessita”.

No Brasil, especialmente a partir da década de 1990, o governo federal, independentemente de sua inscrição na esquerda ou na direita do espectro partidário, já criou diversos auxílios buscando minimizar os impactos da miséria sobre a população, como Bolsa-Escola, Vale-Gás, Fome Zero, Bolsa Família e Brasil Carinhoso, entre outros. Várias prefeituras e governos estaduais também criaram ações desse tipo. Na Argentina, o programa *Volver a la escuela* tem características semelhantes ao Bolsa Escola idealizado por Cristovam Buarque, e ainda há programas com a mesma proposta, como o *Asignación Universal por Hijo*, voltado aos filhos dos desempregados, dos trabalhadores informais ou dos que ganham menos de um salário mínimo. Outros países latino-americanos adotaram iniciativas com os mesmos propósitos, sobretudo nas últimas duas décadas.

Os recursos públicos entregues desse modo a um setor da população tem o propósito de permitir-lhes o acesso àquilo que seria essencial à sua sobrevivência. Entretanto, esses programas costumam ser alvo de denúncias pelo mau uso do dinheiro pelos beneficiários dos programas, que o utilizariam para outros fins que não seriam os indispensáveis. Nesse ponto, cabe retomar a discussão desencadeada no início deste capítulo a partir dos conceitos formulados por Hannah Arendt. A aquisição de bens e serviços considerados não essenciais à sobrevivência é rechaçada por alguns setores da sociedade. Entretanto, vale lembrar as transformações registradas no consumo a partir da supremacia histórica do *animal laborans*. Deixaram de ser exclusivamente vitais somente os produtos relacionados às necessidades concretas da vida, sendo objeto de desejo também o consumo de fontes simbólicas. Em 2012, a Argentina virou destaque no noticiário mundial em virtude dos constantes e violentos saques registrados em diversas regiões daquele país. Os saques, tidos pelos militantes como um protesto contra o flagelo social resultante da crise econômica, foram considerados atos de vandalismo pelas autoridades, posição que ocupou as narrativas do noticiário. A argumentação estava baseada no fato de que além dos supermercados, os manifestantes também entraram em lojas e levaram eletrodomésticos. Frases como “levar uma televisão de plasma não é fome, mas sim um vandalismo”³, “nem sequer saqueiam alimentos”⁴, “os saqueadores também visaram itens de maior valor, como televisores e eletrodomésticos”⁵ indicam a censura pelas escolhas de outros produtos além do arroz e do feijão.

Outro exemplo do consumo de fontes simbólicas está na reportagem “O Bolsa Família e a revolução feminista no sertão”, publicada na revista *Marie Claire* em 3 de dezembro de 2012⁶. Narrada a partir de uma pesquisa feita com mulheres beneficiárias, o texto mostra as prioridades na hora das compras com os recursos repassados pelo governo federal. Com o dinheiro, elas conquistaram o “direito à vaidade”, comprando batons para si mesmas “pela primeira vez na vida”. Assim, com o auxílio recebido do poder público, os beneficiários dos

³ AFP. Dois morrem e 300 são detidos durante onda de saques na Argentina. In: Portal G1, 21 de dezembro de 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/dois-morrem-e-300-sao-detidos-durante-onda-de-saques-na-argentina.html>> Acesso em 18fev2013.

⁴ PALACIOS, Ariel. Onda de saques na Argentina deixa 3 mortos e se aproxima de Buenos Aires. In *Estadão.com.br*, 21 de dezembro de 2012. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,onda-de-saques-na-argentina-deixa-3-mortos-e-se-aproxima-de-buenos-aires,976556,0.htm>> Acesso em 18fev2013.

⁵ CARMO, Marcia. Onda de saques intensifica disputa entre governo e sindicalistas na Argentina. In *BBC Brasil*, 21 de dezembro de 2012. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121221_saques_argentina_mc.shtml> Acesso em 18fev2013.

⁶ SANCHES, Mariana. O Bolsa Família e a revolução feminista no sertão. In: Revista *Marie Claire*, 3 de dezembro de 2012. Disponível em <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/o-bolsa-familia-e-revolucao-feminista-no-sertao.html>> Acesso em 05jan2013.

programas, normalmente excluídos da sociedade marcada pelo consumo, deixam a categoria do *homo humilis* e podem se integrar à categoria do *animal laborans* contemporâneo.

Os programas brasileiros também são alvejados pelas denúncias referentes à má administração dos recursos, geralmente efetuada por intermédio das prefeituras que realizam o cadastramento de possíveis assistidos e se encarregam do repasse das verbas. As delações costumam se referir à apropriação indevida de valores por agentes públicos ou à sua destinação a cidadãos que não cumpririam os requisitos necessários. Mesmo assim, a adoção desses programas nos últimos anos, enquadrados na estratégia neoliberal do “imposto negativo”, não costuma causar maior estranhamento à sociedade contemporânea.

Entretanto, Foucault (2008, p. 281) ressalta que o imposto negativo serve somente para atenuar os efeitos da pobreza e manter certa segurança na sociedade, mas não tem por objetivo modificar suas causas. Esse dinheiro é usado para reclassificar os pobres e miseráveis na condição mais conveniente aos mecanismos do jogo econômico e, também, para minimizar os riscos de violência ou a “insegurança” da classe média diante de uma possível “explosão dos guetos e favelas” (DELEUZE, 1992), por exemplo, além de permitir a dinâmica comercial em diversas regiões desfavorecidas economicamente, mantendo pequenos negócios e os empregos por eles gerados para que o mercado possa seguir funcionando.

Outra característica do imposto negativo avaliada por Foucault é que tal medida ajudaria a evitar uma “política socialista”, ou seja, uma política cuja finalidade seria uma real redistribuição geral de renda, capaz de atenuar os efeitos da pobreza relativa resultante da diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres. Talvez por isso, o imposto negativo ainda seja uma boa opção para as classes mais abastadas, que podem se isentar da responsabilidade coletiva pela proteção dos indivíduos mais vulneráveis, como proposta no Estado do bem-estar social. No imposto negativo, “o único problema é a pobreza ‘absoluta’, isto é, esse limiar abaixo do qual se considera que as pessoas não têm uma renda decente capaz de lhes proporcionar um consumo suficiente”. O filósofo destaca ainda que o imposto negativo fornece uma segurança limitada, pois em todo o resto da sociedade continuam agindo “os mecanismos econômicos do jogo, os mecanismos da concorrência, os mecanismos da empresa” (FOUCAULT, 2008, p. 282-283).

Uma sociedade baseada no modelo da empresa, como a que propõe o neoliberalismo, somente pode se efetivar entre a população que se localiza acima do limiar da renda mínima necessária para obter os suprimentos básicos. Nessa faixa limite entre a pobreza e a miséria, haverá uma população flutuante, cuja posição será estrategicamente definida pelas

necessidades do jogo econômico. Essa população limiar “constituirá, para uma economia que justamente renunciou ao objetivo do pleno emprego, uma perpétua reserva de mão de obra que se poderá utilizar, se necessário, mas se poderá mandar de volta ao seu estatuto de assistida, se necessário também” (FOUCAULT, 2008, p. 284). No mundo inteiro, em 2012 havia 1,4 bilhão de pessoas vivendo na extrema pobreza, pelo menos 16% da população do planeta, segundo estimativas da FAO (2012). De acordo com dados do governo federal, em 2012, pelo menos 16 milhões de brasileiros viviam em condições miseráveis, com renda mensal inferior a setenta reais ou pouco mais de dois reais por dia⁷. Ao analisar os relatórios das últimas três décadas, elaborados pelas instituições que buscam essas informações e as publicam, é possível observar uma constante oscilação nessa população, o que vai ao encontro das reflexões de Foucault sobre essa parcela flutuante que vive no limiar da miséria e da pobreza, e que constitui o foco desta tese.

1.4.2. O capital humano e o desenvolvimento econômico

O neoliberalismo norte-americano é um dos modelos mais influentes no mundo inteiro. Mesmo a França e a Alemanha, com suas respectivas criações internas, absorveram — sobretudo a partir da década de 1970 — muitas características desse modelo formulado nos Estados Unidos. Em seu livro *Nascimento da biopolítica*, Foucault destaca dois elementos do neoliberalismo norte-americano para analisá-los de um modo mais profundo: a teoria do capital humano e o programa de análise da criminalidade e da delinquência.

De acordo com a concepção neoliberal, diferente da marxista, o salário é a remuneração, a renda atribuída a certo “capital” que cada indivíduo utiliza para produzir algo visando a sua própria satisfação. Trata-se do “capital humano”, pois “a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador”, explica Foucault (2008, p. 312). O viés da *performance* humana e do empreendedorismo individual no mundo produtivo contemporâneo é tema frequente das publicações jornalísticas desde o final do século passado. A partir da década de 1990, é comum encontrar manchetes relacionadas a esse desempenho, sem falar na edição de periódicos especificamente voltados ao assunto, como a revista *Você S.A.*, da editora Abril, por exemplo, que aborda temas

⁷ BONIS, Gabriel. O Brasil tem 16,2 milhões na pobreza extrema. In *Carta Capital*, 3 de fevereiro de 2013. Disponível em <www.cartacapital.com.br/economia/brasil-tem-162-milhoes-na-pobreza-extrema/>. Acesso em 03fev2013.

relacionados a carreira, competência, produtividade, liderança, finanças, etc. Nas bancas ainda são encontradas as revistas *Exame*, da mesma editora, *Carreira e Negócios*, da editora Escala, e *Pequenas empresas & Grandes negócios*, da editora Globo, entre diversas outras com características similares. A revista *Veja*, publicação de variedades escolhida para análise nesta tese, também apresenta muitas capas e matérias dedicadas ao tema.

No artigo “Em busca da alta *performance*: a remediação dos mal-estares dos discursos de consumo”⁸, as pesquisadoras Julia Salgado e Marianna Ferreira Jorge examinaram os discursos construídos nas narrativas jornalísticas e também na publicidade, acerca dos valores relacionados ao alto desempenho. Nas análises, perceberam que os produtos midiáticos enaltecem o espírito empreendedor, a competitividade, a criatividade e a superação. Especialmente as matérias jornalísticas apresentam muitos relatos sobre profissionais bem sucedidos e “ensinam” os caminhos para que o leitor também alcance o sucesso, mostrando que a fama e a fortuna são possíveis a todo mundo por seu próprio mérito. Com isso, “a disputa e a rivalidade inerentes a toda competição ganham ares de justiça” (SALGADO; JORGE, 2012, p. 7).

O “capital humano” seria composto de elementos inatos e hereditários, de origem basicamente genética, e também de elementos adquiridos, resultado dos “investimentos educacionais”. Além do aprendizado escolar ou profissional, essa última categoria inclui o nível cultural dos pais de cada um, o tempo e o afeto que eles dedicaram aos filhos, os estímulos e o ambiente de formação do indivíduo, os cuidados médicos e outros dados desse tipo (FOUCAULT 2008, p. 315-316). Foucault destaca ainda que o grande crescimento dos países desenvolvidos na segunda metade do século XX se deveu ao investimento em “capital humano”, e não mais aos investimentos materiais em capital físico nem ao aumento do número de trabalhadores. Como a produção desse capital humano possui uma relação direta com o nível cultural e social da população, os países periféricos enfrentaram mais dificuldades para constituí-lo. Numa explicação que se enquadra perfeitamente na lógica neoliberal, as pessoas de renda mais elevada são as que detêm o maior capital humano e preocupam-se em transmiti-lo aos filhos, algo que exige grandes investimentos de tempo e de recursos, afetando também as taxas de natalidade tão fortemente diferenciadas entre ricos e pobres.

O livro *A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo*, publicado em 2011, é dedicado unicamente ao tema. Na apresentação da obra, os

⁸ O artigo foi apresentado no Seminário Internacional Brasil e Portugal: Jovens, Subjetividades e Novos Horizontes, realizado de 25 a 27 de setembro de 2012, no Rio de Janeiro/RJ.

pesquisadores João Freire Filho e Maria das Graças Pinto Coelho, organizadores da publicação, destacam que o capital humano já foi abordado unicamente sob os aspectos de escolarização e formação profissional. Entretanto, posteriormente foi estendido a questões mais subjetivas, como as condutas e emoções humanas, que poderiam agregar “valor social para o sujeito” e também “poderio econômico para as corporações” (FREIRE FILHO; COELHO, 2011, p. 7)

1.5. O *homo sacer* e a *vida nua*

Recorrendo a algumas ferramentas teóricas enunciadas por Foucault para pensar os campos de concentração existentes em diversos países ao longo dos séculos XIX e XX, o filósofo italiano Giorgio Agamben, em sua obra intitulada *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, designa a existência dos prisioneiros nesses campos como *vida nua*, no sentido de que a vida humana opera aí numa fronteira tênue com a vida animal. Seria algo sem valor, quase descartável e que, portanto, pode ser excluído dos valores cidadãos que supostamente vigoram na sociedade como um todo. Assim, o autor constata a existência, no Estado moderno, daquilo que Foucault conceituou como as antiquadas práticas do poder soberano pré-moderno.

Essa soberania ocorre com o aprisionamento da *vida nua* — desprotegida, supérflua e exposta à morte violenta —, que Agamben denomina *homo sacer*, conceito marcado pela ambiguidade do sacro: a vida do *homo sacer* está situada no “cruzamento entre uma matabilidade”, característica do humano, “e uma insuscetibilidade” que o torna divino. O *homo sacer* tem como especificidade, portanto, o fato de sua morte não ser punida e, ao mesmo tempo, não poder ser determinada (AGAMBEN, 2010, p. 75-76). Essa relação ambivalente seria análoga à estrutura da exceção soberana, que pode decidir suspender a lei quando julga necessário, numa realidade que excede o ordenamento jurídico: *faz morrer e deixa viver*, ao contrário do que estabelece o biopoder moderno, num aparente retorno à lógica soberana, porém no contexto histórico da contemporaneidade e, portanto, com suas próprias características. Nesse sentido, os campos de concentração constituem um espaço que escapa ao direito formal constituído nos Estados nacionais da modernidade.

A analogia apontada por Agamben (2010, p. 86) reside numa simetria que esse autor identifica entre o soberano e o *homo sacer*: “soberano é aquele em relação ao qual todos os

homens são potencialmente *homines sacri*” e “*homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos”. Outra simetria, embora inversa, refere-se às sanções pelas mortes de um e de outro, ambas não enquadradas na classificação jurídica de um homicídio: o assassinato do *homo sacer* não chega a constituir um crime desse tipo e o assassinato do soberano é algo maior, é um delito especial, um crime contra a majestade, pois o soberano também tem um caráter sacro em sua essência. Mas a característica marcante aqui é a inviolabilidade, enquanto no *homo sacer*, o caráter sacro se manifesta pela insacriticabilidade, porém na sua condição de matável (AGAMBEN, 2010, p. 102).

De acordo com Agamben (2010, p. 85), ao soberano lhe é permitido estabelecer o estado de exceção porque a sacralidade da vida do *homo sacer* traz, em sua origem, a “sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono”. Na exceção, os seres humanos são tratados como *vida nua*, e nesse contexto, matar não é um homicídio, tampouco é julgado como um sacrifício, pois “matável e insacriticável é a vida que foi capturada nesta esfera”. Ditar a exceção, portanto, equivale a encontrar maneiras de manter sob domínio algo que havia saído do controle — na explicação de Agamben (2010, p. 35), é o que ele chama de *bando*⁹, é incluir por meio da própria suspensão, “aplicar-se desaplicando” ou “incluir excluindo”.

A relação de exceção é uma relação de bando. Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem. Dele não é literalmente possível dizer que esteja fora ou dentro do ordenamento (...). É neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: ‘não existe um fora da lei’. A relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o abandono (AGAMBEN, 2010, p. 35).

Aquilo que foi colocado em *bando*, então, está entregue à mercê de quem o abandona, dispensado e capturado, excluído e incluso. Nesse sentido, Agamben discute, por exemplo, a situação do exílio, que pode ser visto como um direito e um refúgio, mas também como uma pena. É o *bando* que, para o filósofo, liga a vida nua e o poder, o *homo sacer* e o soberano. Cabe lembrar que esse autor (2010, p. 113) aplica suas reflexões à modernidade e, especialmente, aos campos de concentração nazistas de meados do século XX, nos quais os seres humanos eram exterminados como *vida nua*, perigosamente convertida em uma “forma

⁹ O filósofo Giorgio Agamben explica a origem do termo *bando*, por ele escolhido para definir da relação de exceção: “do antigo termo germânico que designa tanto a exclusão da comunidade quanto o comando e a insígnia do soberano” (2010, p. 35). Explica também que, em italiano, *in bando* e *a bandono* significam “à mercê de” e também “a seu talante, livremente”, e *bandito* corresponde a “excluído”, “posto de lado”, “banido” e “aberto a todos”, “livre”.

de vida”. A condição de insuscetível, aplicada ao *homo sacer* na era moderna, não lhe protege da violência, pois pode ser morto por qualquer um. O conceito de *vida nua* é um ponto de confluência entre as ideias de Michael Foucault sobre a biopolítica — a implicação da vida biológica no poder — e as teorias de Hannah Arendt sobre o totalitarismo, cujo objetivo é o domínio total do homem. A politização da vida caracteriza os Estados totalitários, transformando a política em biopolítica, convertendo o ser humano em objeto da política, adotando a *vida nua* como seu referente e estabelecendo uma relação entre democracia e totalitarismo que provoca a perda da clareza nas definições políticas tradicionais (direita e esquerda, liberalismo e totalitarismo, privado e público). A afirmação da biopolítica na modernidade, especialmente no mundo ocidental, é acompanhada de uma expansão do “estado de exceção”, um deslocamento, em relação à soberania, do poder decisório sobre a vida para o poder decisório sobre a morte, poder que Agamben estende e atualiza, por analogia, no jurista, no médico e no cientista, por exemplo.

1.5.1. A *vida nua* dos famintos

As condições de vida nos campos de concentração de meados do século XX, analisadas por Agamben a partir das ferramentas teóricas legadas por Foucault, muito se assemelham ao estado deplorável em que vive a população miserável que padece de fome. A vida dos prisioneiros nos campos de concentração é definida por Agamben como *vida nua*, uma vida humana sem valor, descartável. Em vários sentidos, a vida dos famintos no século XXI se aproxima dessa *vida nua*, desprovida dos direitos de cidadania que deveriam vigorar na sociedade como um todo. A fome, expressão contundente da miséria, é uma circunstância extrema, com consequências graves tanto para o indivíduo como para a sociedade que o cerca, e de cujas benesses o sujeito faminto está “excluído”. Entre os desdobramentos dessa situação, já em 1946, Josué de Castro (2003) destacou as alterações que podem suscitar na conduta social do ser humano, podendo levar à desagregação moral, à perda de escrúpulos e a atitudes fora dos padrões comportamentais vigentes. No limite da fome, a preocupação do ser humano passa a ser exclusivamente a de se manter com vida: uma vida absolutamente precária, básica, “nua”. A promoção dessa debilidade pode ser configurada também como uma estratégia das biopolíticas definidas por Foucault, quando a política se apropria dos fenômenos biológicos e converte o ser humano em seu objeto, podendo, dessa forma, intervir e regular suas vidas de modo a adequá-las ao jogo econômico capitalista.

A literatura de ficção já narrou, inúmeras vezes e com diverso grau de realismo, histórias de exploração dos menos privilegiados e a experiência da fome. O romance *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago, por exemplo, sugere que, com o estado crítico de fome, a vida humana pode se aproximar da instintiva e irracional vida animal. Nessa obra ficcional do escritor português, em um dado momento toda a população é acometida da mesma cegueira inexplicável, o que resulta num grande caos num ambiente urbano que poderia ser contemporâneo, e as pessoas vivem um desespero selvagem pela obtenção de comida para sobreviver. Já a história de outro romance, *O jardineiro fiel*, de John Le Carré, revela a exploração da pobreza em prol dos lucros da indústria farmacêutica. Essas duas obras literárias¹⁰ vêm a conto nesta tese porque suscitam uma reflexão sobre as condições humanas quando submetidas à fome e sobre a instrumentalização da pobreza pelo capitalismo, atualizando na modernidade e até mesmo na contemporaneidade a existência de um tipo de “poder soberano” que se atribui o direito de decidir pela morte de seres humanos, conforme analisa Agamben.

Analogamente, os famintos do século XXI podem ser considerados a versão contemporânea do *homo sacer*, repetindo a ambiguidade que o filósofo identificou na *vida nua* dos prisioneiros dos campos de concentração. A *vida nua* dos famintos não recebe proteção, podendo ser enquadrada como supérflua e ficar exposta a uma morte violenta, ainda que preserve o caráter divino da insuscetibilidade. Sua morte não pode ser determinada, mas tal acontecimento também não é punido (AGAMBEN 2010, pp.75-76). O filósofo italiano ressalta que a imprescindível questão sobre os “horrores” cometidos nos campos não é aquela que pergunta como é possível cometer tanta violência em relação aos seres humanos. Para Agamben (2010, p. 167), é mais relevante, honesto e útil refletir sobre quais “procedimentos jurídicos” e “dispositivos políticos” permitiram que “seres humanos fossem privados integralmente de seus direitos e de suas prerrogativas, até o ponto em que cometer contra eles qualquer ato não mais se apresentasse como um delito”, pois “a esta altura, de fato, tudo tinha-se tornado verdadeiramente possível”.

¹⁰ Tanto *Ensaio sobre a cegueira* como *O jardineiro fiel* inspiraram filmes dirigidos pelo cineasta brasileiro Fernando Meirelles, em 2008 e 2005, respectivamente. *Ensaio sobre a cegueira* narra a inexplicável epidemia de uma cegueira e o confinamento das vítimas à medida que são tomadas pela chamada “cegueira branca”, pois os afetados vêem apenas uma claridade. O filme mostra a ruína da sociedade a partir desse problema, com a perda do que era considerado civilizado. Já no filme *O jardineiro fiel*, o personagem Justin Quayle, diplomata britânico residente na África e jardineiro por hobby, tem sua rotina alterada quando sua esposa é brutalmente assassinada. Decidido a investigar o que realmente aconteceu, ele descobre que o crime foi uma queima de arquivo comandada por uma grande empresa farmacêutica que usa africanos como cobaias para testes de remédios contra tuberculose.

Assim, o mesmo autor (2010, p. 169-170) destaca que os campos “materializam” o estado de exceção e definem “um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de indistinção”. Por isso, toda vez que existe uma estrutura como essa, em que norma e *vida nua* não são mais distinguíveis e em que o estado de exceção vira a regra, configura-se virtualmente um campo. A partir dessa análise, pode-se relacionar o estado de fome e miséria como um “campo” contemporâneo, mesmo que fisicamente não se restrinja a um espaço fechado nem vigorem nele muitas das demais características dos campos nazistas. Contudo, nesse quadro de fome e miséria, percebe-se a suspensão do ordenamento normal, como ocorre nos outros exemplos citados pelo autor.

A fome impede o ser humano de agir politicamente, inabilitando qualquer capacidade de reação e reduzindo sua vida à mera busca por comida. Sua condição de *homo sacer* acaba por significar sua exclusão de todas as esferas de cidadania. No relato de *O jardineiro fiel*, por exemplo, por meio da “ajuda humanitária” que leva alimentos aos moradores do Quênia, na África, as poderosas indústrias farmacêuticas utilizam a população faminta, doente e desesperada, como cobaia para testes de medicamentos contra a tuberculose. De um modo comparável ao que ocorria com os prisioneiros dos campos de concentração, essa população também não tem o que buscar ou o que tentar, pois carece de algo fundamental no ideário neoliberal: a livre-escolha, característica privilegiada nas atuais “sociedades de controle”, conceito formulado por Gilles Deleuze que será tratado mais adiante ainda neste capítulo.

Portanto, essa condição de *vida nua* constitui um ataque à concepção de pessoa humana, à sua integridade e à sua dignidade, e, de certo modo, também desafia a ética neoliberal que prevê o envolvimento de toda a sociedade no jogo econômico. Apesar desses graves questionamentos éticos e até mesmo lógicos, o capitalismo, enquanto projeto político e econômico, tem sua base de sustentação na desigualdade social, algo que fica ainda mais explícito quando se abandona os ideais de igualdade e fraternidade do Estado do bem-estar social para adotar os padrões mais brutais do neoliberalismo. Logo, a miséria humana pode, neste quadro, operar como um eficaz instrumento de controle político e de manutenção do poder econômico para manter em segurança o jogo econômico e um quadro flexível de reserva de mão de obra para a economia (FOUCAULT, 2008, p. 284).

Nesse sentido, Agamben identifica certas convergências entre a democracia moderna e o totalitarismo, com a arriscada transformação da *vida nua* em uma “forma de vida”, o que já é perceptível também nas “sociedades de controle” esboçadas por Deleuze e recém-mencionadas. Para o filósofo italiano, essa naturalização é o que torna frequentes — e, de

certo modo, “invisíveis” — na atualidade as situações dos refugiados, bem como dos desabrigados e dos moradores daquelas muitas regiões do planeta em que o poder público vive em constante confronto com o crime organizado. Trata-se de pessoas sem documentos ou que, mesmo os possuindo, não tem condições de exercer seus deveres e não usufruem seus direitos enquanto cidadãos. É o que ocorre, também, com os famintos e os miseráveis, cuja privação das condições básicas à sobrevivência não é vista como um delito que seria cometido pelo Estado — menos ainda reconhecido como uma responsabilidade do mercado — e, por conseguinte, ninguém é culpado por sua eventual morte em decorrência da falta de alimento.

No caso da população faminta, sua “herança social” — que seria uma existência desprovida de “capital humano” — parece justificar e selar seu destino. O Estado que lhes devia proteção, sobretudo de acordo com as concepções políticas do Estado do bem-estar social que proliferaram em meados do século XX, atualmente precisa ser vigiado para que não permita ou mesmo promova medidas de higienização de tipo eugenistas. Agamben apresenta muitos exemplos dessas práticas na política nazista, como as experiências genéticas com seres humanos nos campos de concentração e o extermínio massivo de indivíduos classificados como “doentes” ou “inferiores” pelo regime alemão daquela época. Naquele cenário, destaca o filósofo, acreditava-se que a “herança biológica” determinava o destino, pois o conjunto de informações genéticas de cada um era algo “imediatamente biopolítico”. Segundo Agamben (2010, p. 144), a vida tornara-se “o sujeito-objeto da política estatal”.

A experiência de tais práticas permitiu, porém, desde o final da guerra e mesmo durante os conflitos, o surgimento de muitas posições contrárias às violências cometidas contra diversas populações, o que resultou inclusive em punições aos considerados culpados por massacres e outras formas de agressão, julgados nos tribunais internacionais por crimes contra a humanidade. Considerando as consequências dos horrores do regime nazista e o repúdio atual àquelas práticas, vale a pena lançar algumas questões para a reflexão que se propõe esta tese: futuramente, haverá responsabilização e julgamento para aqueles que permitem atualmente a morte dos miseráveis pela falta de condições básicas de sobrevivência? Alguém será julgado por crimes contra a humanidade por permitir a morte anual de milhões de pessoas devido à falta de nutrientes necessários à manutenção da vida? E, caso isso seja cogitado, quem seria julgado e como seria punido? No momento atual, esse tipo de questões é completamente descabido: o flagelo decorrente das condições miseráveis não encontra punições ou prevenções eficazes, constituindo-se num fenômeno de grande modo tolerável pelas sociedades.

Os processos de higienização das cidades com base na “herança social” ainda costumam ser promovidos nas atuais sociedades e não somente nos países periféricos, mas também nos mais abastados, embora sejam rechaçados pelos organismos que defendem os direitos humanos e proibidos explicitamente por diversas legislações em todo o mundo. Apesar disso, os grandes eventos internacionais, como Copa do Mundo e Olimpíadas — cuja definição da sede é objeto de disputa entre diversos países e cidades, que concentram esforços administrativos, políticos e financeiros nessa contenda — configuram-se numa oportunidade comumente utilizada como justificativa para a adoção dessas medidas. Tais eventos muitas vezes resultaram em despejos de moradores para a realização de obras, retirada de assentamentos improvisados sem a devida indenização, expulsão e recolhimento de moradores de rua. Exemplo atual de atitudes como essas é a tentativa de retirar os moradores da comunidade Vila Autódromo, assim denominada por estar próxima ao Autódromo de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ. A ocupação do local foi autorizada pelo ex-governador Leonel Brizola no início da década de 1980. Entre os preparativos da cidade de Rio de Janeiro para as Olimpíadas 2016, a Prefeitura pretende construir no local um parque esportivo e, para isso, vem tentando remover os moradores.

Já os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 incluem a demolição do antigo Museu do Índio e da Escola Municipal Friedenreich, ambos situados no entorno do estádio Maracanã e que serviriam para ampliação do estacionamento do centro esportivo¹¹. Na escola, estudam 350 alunos de ensino fundamental. Já o prédio do Museu do Índio, inutilizado desde 1978, atualmente estava ocupado por cerca de 100 índios que ali residiam desde 2006, formando a Aldeia Maracanã. A tentativa de desapropriação do imóvel e expulsão dos indígenas rendeu diversos protestos. O Governo estadual desapropriou o edifício em 10 de janeiro de 2013 e dois dias depois houve uma ação policial na tentativa de despejo dos moradores. Durante o protesto, uma reportagem veiculada pela *GloboNews* mostrou algumas pessoas no telhado do imóvel e denunciou que estariam ali comercializando drogas: “nossa reportagem flagrou homens encapuzados vendendo drogas no local”, diz a apresentadora do telejornal¹². Tal fato daria consistência à “política do medo”, típica da contemporaneidade,

¹¹ Além da escola e do Museu do Índio, a ampliação do estacionamento do Maracanã ainda envolve a demolição do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare, ambos componentes do Complexo Esportivo do Maracanã. Sua destruição resultou em protestos, especialmente de entidades representativas de atletas que utilizam o local para treinos preparatórios para os Jogos Olímpicos de 2016. Os dois espaços oferecem também atividades físicas para o público externo.

¹² A denúncia da venda de drogas está na reportagem “Polícia do Rio cerca antigo Museu do Índio na Zona Norte”, veiculada no dia 12 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://globoTV.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/v/policia-do-rio-cerca-antigo-museu-do-indio-na-zona-norte/2341582/>>. Acesso em 20jan2013.

que justifica a adoção de medidas extremas pelo poder público, num ato similar aos analisados pelos pesquisadores Paulo Vaz, Janine Cardoso e Carla Felix, no artigo “Risco, Sofrimento e Vítima Virtual: a Política do Medo nas Narrativas Jornalísticas Contemporâneas”, publicado em 2012. No mesmo dia, em outro noticiário, a emissora fez uma retratação da denúncia, por não ter como comprová-la: “não temos como confirmar essa informação e, claro, pedimos desculpas”, disse o apresentador do Jornal das Dez¹³. No dia 22 de março de 2013, depois de um vaivém de ações de despejo e recursos suspensivos, os índios foram retirados do local em meio a confrontos, clima de tensão e muitas manifestações contrárias e até violentas¹⁴. Parte dos índios aceitou ser removida para um abrigo provisório em Jacarepaguá que, dois dias depois, foi alagado pelas fortes chuvas que atingiram a cidade¹⁵.

O Rio de Janeiro registra atualmente também diversas ações de recolhimento de moradores de rua, especialmente nas áreas conhecidas como “cracolândias”, onde se concentram usuários de drogas, e a ocupação de favelas por militares, num programa intitulado Unidades de Polícia Pacificadora. Além desses exemplos da tentativa de “limpeza” da cidade, é preciso destacar que costuma se efetuar ainda um grande investimento financeiro na realização de um conjunto de obras que, após os eventos, não tem serventia alguma para a população da cidade, sem considerar os recursos que são superfaturados com o respaldo dos exíguos prazos para a execução das construções.

Assim, a partir das experiências testemunhadas em diversos países e com a preparação da estrutura para a Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil, e para as Olimpíadas de 2016, marcadas para o Rio de Janeiro, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, integrante do Ministério Público Federal (MPF), divulgou a Recomendação Nº 7, em 27 de abril de 2011¹⁶. Apesar de a Constituição Federal prever a proteção aos cidadãos, sem qualquer distinção, e ainda assegurar a garantia de condições básicas de vida, o MPF

¹³ O pedido de desculpas da emissora está ao final da reportagem “Policiais cercam antigo Museu do Índio no Rio para cumprir mandado de reintegração”, divulgada no dia 12 de janeiro de 2013, disponível em <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/t/todos-os-videos/v/policiais-cercam-antigo-museu-do-indio-no-rio-para-cumprir-mandado-de-reintegracao/2342757/>>. Acesso em 20jan2013.

¹⁴ QUERO, Caio. Tumulto marca retirada de índios da Aldeia Maracanã. In BBC Brasil, 22 de março de 2013. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130322_aldeia_cq_atualiza.shtml>. Acesso em 24mar2013.

¹⁵ ROCHA, Pedro. RJ: alojamento em Jacarepaguá divide índios da Aldeia Maracanã. In: Terra, 24 de março de 2013. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/tj-alojamento-em-jacarepagua-divide-indios-da-aldeia-maracana,7bdb2e902bd9d310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 24mar2013.

¹⁶ A recomendação Nº 7, de 27 de abril de 2011, publicada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, está disponível em <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/temas-de-atuacao/megaeventos/atuacao-do-mpf/recomendacao-07-da-pfdc-de-27-de-abril-de-2011>>. Acesso em 25mai2011.

documentou uma série de orientações que, pelo que estabelece o sistema legislativo brasileiro, já deveriam estar compreendidas. Entre outras considerações, o documento recomenda que haja respeito ao trabalhador nos canteiros de obras e nos alojamentos, e também que “seja respeitado o princípio da dignidade da pessoa humana relativo à população moradora de rua e trabalhadores informais, não praticando o que se denomina política de higienização, baixando atos de ‘exceção’” relacionados ao direito de locomoção dessas pessoas. Outra iniciativa resultante das medidas que vem sendo adotadas foi a criação, em agosto de 2012, do Grupo de Trabalho Moradia Adequada, pelo Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana (CDDPH) da Secretaria dos Direitos Humanos. A proposta é que o GT recolha informações sobre os problemas de moradia enfrentados pela população, especialmente referentes aos impactos de megaprojetos e megaeventos, e encaminhe recomendações às prefeituras e governos.

No lado oposto das políticas de higienização de tipo eugenistas, mas enfatizando a condição *homo sacer* dos famintos contemporâneos, cabe mencionar a adoção de programas de cunho assistencialista para tentar atenuar certos problemas relacionados ao déficit na sua capacidade de consumo e a promover a inclusão de, pelo menos, uma parte da população em situação de pobreza. A adoção desses programas, enquadrados na estratégia neoliberal do “imposto negativo”, analisada por Foucault (2008, p. 280-284) e já referida neste capítulo, proliferou nos últimos tempos em diversos países latino-americanos. Além de não despertarem estranheza, tais iniciativas chegam a obter menções de louvor e, por parte dos beneficiados, é até motivo de gratidão ao poder público. Esses programas, essencialmente, cumprem o importante papel de manter em segurança o jogo econômico, reclassificando os pobres e miseráveis na condição mais conveniente aos mecanismos desse jogo, passando-os, conforme a necessidade, de *homo sacer* a *animal laborans*.

1.6. As sociedades de controle

O neoliberalismo, com base numa série de práticas e crenças que atualizaram os princípios do liberalismo no final do século XX, inscreve uma importante alteração no modo de funcionamento característico do capitalismo industrial, registrado a partir da década de 1990. Esse novo tipo de capitalismo está ancorado no produto, em vez de afirmar-se na

produção, e seu objetivo é o consumo excessivo, conforme descreve o filósofo Gilles Deleuze:

Mas atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado (DELEUZE, 1992, p. 223).

Essa reorganização do capitalismo sob a lógica neoliberal acompanha o regime que veio substituir o poder disciplinar, e que Deleuze (1992, p. 223-224) conceitua como “sociedades de controle”. Esse novo “modo de vida” se apoia em formas mais sutis de controle, adotadas numa aparente liberdade de escolha individual, e baseadas na prevenção e na inclusão, em oposição à rigidez analógica do confinamento disciplinar. Esse capitalismo pós-industrial, voltado para o consumo e os fluxos financeiros, apoia-se na descentralização, na privatização, na virtualização e na globalização, contrariando o poder centralizador antes em vigor e provocando uma crise nesse modelo que impulsionará sua transformação (SIBILIA, 2002, p. 168).

Deleuze enfatiza que, no século XIX, o capitalismo visava à concentração para a produção e à propriedade, e na passagem do século XX para o XXI, a meta passou a ser o “consumo excessivo”. A partir dessa constatação, Paula Sibilía (2002, p. 26-27) destaca que, nesse processo de mudança, a prática da propriedade de bens, muito valorizada no capitalismo tradicional e no ideário do liberalismo, estaria perdendo espaço para uma nova modalidade: a de “acesso”. Esta última é “mais volátil e flexível” do que a posse dos produtos por se referir à capacidade de utilização de bens e serviços, com ênfase no marketing e no consumo, configurando-se como uma “propriedade volatizada”. Essa transformação é comparável à que Arendt detecta como tendo ocorrido quando os produtos do trabalho foram convertidos em produtos do labor: feitos unicamente para serem consumidos, disponíveis em abundância, porém sem durabilidade.

As noções de “acesso” e de “propriedade volatizada” ganham importância nesta tese por serem identificadas nas atuais narrativas jornalísticas. A partir da década de 1990, quando começa a ser notória a passagem para o tipo de sociedade definido por Deleuze, quando o capitalismo caminha para essa reorganização, esse novo modo de funcionamento — bem como a ética a ele associada — se detecta no viés adotado nas narrativas e também no tipo de abordagem comumente agendada na imprensa. Assim, ganha destaque a cobertura de temáticas comportamentais e mais despolidizadas, com ênfase nos problemas que afetam os

cidadãos-consumidores. Entre os exemplos cabe realçar a alusão a fenômenos como a obesidade, a anorexia e as dietas para emagrecer, na contramão do problema social da fome, que ainda permanece tão grave no século XXI. Outra importante vertente dessas matérias atuais é a “insegurança” vivenciada pelas classes mais abastadas da sociedade contemporânea, que seriam vítimas de uma população miserável e que, portanto, precisaria ser contida e isolada.

Deleuze destaca que aí reside uma grande dificuldade das sociedades de controle. Manter sob domínio uma massa continuamente em crescimento que está excluída do capitalismo, que não tem recursos para consumir, sem “acesso” à vida do *animal laborans* e desprovida dessa “propriedade volatizada”. Essa enorme parcela que, exatamente por seu volume, tampouco pode ser confinada.

É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas. (DELEUZE, 1992, p. 224).

Assim, com a emergência do consumismo contemporâneo, que se consolida com o “acesso” e a insaciabilidade, e não mais com o acúmulo, exacerba-se o abismo entre o *homo sacer* e o *animal laborans*, exigindo das atuais sociedades novas modalidades de controle.

CAPÍTULO 2

Fome: o ônus da globalização na conta dos excluídos

2.1. Pobreza, miséria, fome, desnutrição e segurança alimentar: precisando conceitos

Para contextualizar a discussão apresentada nesta tese, é preciso definir de um modo mais preciso alguns termos fundamentais, como pobreza, miséria ou indigência, fome, desnutrição e insegurança alimentar. A economista Sonia Rocha, pesquisadora do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), em seu livro *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* (2003), destaca a complexidade do fenômeno e, genericamente, define a pobreza como “situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” e, ainda, como “não dispor de meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (ROCHA, 2003, p. 9-10). A pesquisadora salienta que a classificação dessa condição não deveria ser simplificada, sobretudo levando em conta as diferenças existentes entre as regiões e também entre os diversos países, o que dificulta a adoção de um parâmetro universal, como aquele que é empregado pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁷.

A autora insiste na relatividade dos conceitos e distingue pobreza absoluta de pobreza relativa. Esta última se vincula às “necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão”. Por isso, para avaliá-la, é preciso “delimitar um conjunto de indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos”. Já a pobreza absoluta está “estritamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo

¹⁷ A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação adota como referencial o PPC, que significa “paridade do poder de compra” (www.fao.org.br/cf.asp). O PPC mede o poder de compra de uma determinada moeda, eliminando a diferença de preços entre os países, como nos rendimentos e no custo de vida. Representa o quanto uma determinada moeda poderia comprar se não fosse influenciada pelas razões de mercado ou de política econômica que determinam a taxa de câmbio. O critério adotado pela ONU para classificar a pobreza é o mesmo do Banco Mundial, que modificou o valor de referência do dólar PPC em 2008: atualmente, quem vive com menos de 1,25 dólar PPC por dia é miserável, e pobre é quem vive com até dois dólares PPC diariamente. O IBGE (<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/pobreza.html>) aponta que no Brasil a metodologia oficial tem como referência o Salário Mínimo (SM), sendo considerado miserável quem tem renda mensal inferior a um quarto do SM e estando na pobreza quem vive com a metade do SM, o que seria, em 2012, R\$ 5,18 por dia e R\$ 10,36 diários, respectivamente.

vital” (ROCHA, 2003, p. 11). Cabe ressaltar que, para o filósofo Michel Foucault (2008, p. 283), a pobreza absoluta também é relativa, pois “há sociedades para as quais o limiar da pobreza absoluta se situará relativamente alto e outras sociedades globalmente pobres em que o limiar de pobreza absoluta será muito mais baixo”. Logo, conclui o filósofo, trata-se de “um limiar relativo de pobreza absoluta”, fato que pode ser percebido na reportagem “Os pobres no país dos ricos”, publicada pela revista *Veja* na edição 2.057, de 23 de abril de 2008 e analisa no último capítulo desta tese. A narrativa expõe a crise norte-americana e mostra que para estar na condição de assistido pelo governo, a renda familiar per capita tem que ser inferior a 600 dólares. Assim, é considerado pobre nos Estados Unidos quem vive com menos de 20 dólares diários, dez vezes mais que o parâmetro estabelecido pela ONU.

Sem desconhecer essa complexidade, convém adotar aqui a distinção elaborada por Rocha, elaborada a partir da problemática dos países ricos, que constitui o contexto atual em que a pobreza é discutida mundialmente. Por tal motivo, conforme explica a economista (2003, p. 12), as questões ligadas à sobrevivência física e associadas à noção de pobreza absoluta têm sido crescentemente preteridas, enquanto generalizou-se a abordagem da pobreza como insuficiência de renda. No entanto, a pesquisadora alerta que nos países menos favorecidos, nos quais também já é adotado esse modelo, os indicadores relativos à sobrevivência física ainda são relevantes. Assim, quando a renda não permite que sejam supridas as necessidades nutricionais, alcança-se a linha de indigência: a pobreza extrema ou, para outros autores, a miséria.

Como uma decorrência desse cenário, atinge-se o quadro de fome, entendida aqui como aquela “situação em que uma pessoa ou uma população sofre, de forma duradoura, de insuficiência de alimentação em quantidade e/ou qualidade que lhe forneçam as calorias (energia) e os elementos nutritivos necessários à vida e à saúde do seu organismo”, definição estabelecida pelo geógrafo Melhem Adas (2004, p. 15). Na mesma linha de pensamento, o especialista em economia agrícola Walter Belik (2003, p. 15) explica que “a fome ocorre quando a alimentação diária não supre a energia requerida para manutenção do organismo e para exercício das atividades normais do ser humano”. Para caracterizar a fome enquanto fenômeno social, essa insuficiência deve decorrer da falta de acesso aos alimentos, especialmente por motivos econômicos, de maneira contínua e satisfatória, em termos energéticos e nutricionais, levando ao quadro de desnutrição: “manifestação de sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou

também de doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos” (BELIK, 2003, p. 15).

A partir dessa perspectiva que focaliza a carência, o geógrafo Melhem Adas (2004, p. 17) distingue dois tipos de fome: a energética ou calórica, por um lado, e a de proteínas, vitaminas e minerais, por outro. A primeira consiste na “incapacidade de a ração alimentar diária ingerida por uma pessoa fornecer as calorias equivalentes à energia gasta pelo organismo nos trabalhos realizados”. É preciso levar em conta que a necessidade calórica varia de pessoa para pessoa, conforme seu biótipo, idade, modo de vida, tipo de trabalho, entre outros fatores. Mesmo assim, os especialistas em alimentação, como médicos e nutricionistas, estabelecem parâmetros médios necessários, atualmente em torno de 2.200 calorias.

A desnutrição calórico-protéica, mesmo quando não é responsável direta pela morte de um indivíduo, pode agir perigosamente ao facilitar o aparecimento de outras doenças que acometem um organismo debilitado ou sem resistência. Os alimentos devem fornecer também os elementos nutritivos essenciais às células, tecidos e órgãos do corpo humano. Por isso, além das calorias, é preciso considerar a ingestão de proteínas, vitaminas e sais minerais, cuja insuficiência acarreta sérias consequências à saúde. A essa carência, Adas (2004, p. 19) denomina “fome parcial, específica ou fome oculta”, e é o segundo tipo da divisão acima mencionada.

Já a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para classificar e avaliar a fome, leva em consideração a ingestão calórica, a quantidade de comida disponível e as desigualdades no alcance aos estoques de alimentos. Desse modo, quando não há acesso ao alimento em quantidade necessária, ou quando o acesso é em quantidade suficiente porém de qualidade inadequada, e quando há quantidade e qualidade suficientes mas sem o montante adequado de nutrientes no organismo, há um quadro definido como de fome. Estar bem nutrido significa, então, ter alimento suficiente em quantidade e qualidade adequadas e também apresentar uma concentração determinada de todos os nutrientes necessários ao corpo. Certas doenças, como a malária e algumas parasitoses, que são comuns especialmente em regiões dominadas pela pobreza e pela miséria, interferem na absorção dos nutrientes pelo organismo, o que pode levar ao quadro deficitário mesmo que as demais condições estejam atendidas.

Dessa forma, percebe-se a estreita ligação e até mesmo certa confusão conceitual entre pobreza, fome e desnutrição. É importante destacar que a fome conduz à desnutrição, mas

nem toda desnutrição resulta da fome; que é possível ser pobre sem ter fome, com a pobreza afetando outras necessidades básicas; e ainda que é possível também ter fome sem que isso ocorra em decorrência da pobreza, mesmo que tal fato seja mais raro, como acontece em guerras e até por regimes alimentares voluntários, por exemplo. A fome decorrente da guerra deu origem à ideia de “segurança alimentar”, que foi modificada posteriormente e agora se encontra bastante disseminada. Melhem Adas (2004, p. 15) explica que essa expressão começou a ser usada nos anos 1950, relacionada à questão da “segurança nacional”. Naquela época, o conceito não estava relacionado à desnutrição e à fome em períodos normais, de inexistência de guerras ou conflitos excepcionais, mas à “necessidade de os países serem capazes de produzir os seus próprios alimentos, como forma de evitar uma crise de abastecimento alimentar resultante de cercos militares ou mesmo de boicotes de ordem política”.

O uso dessa expressão foi consolidado na década de 1970, porém o conceito sofreu várias modificações. Atualmente, sobretudo a partir da Cúpula Mundial de Alimentação realizada em 1996, são considerados três aspectos quando se alude à “segurança alimentar”¹⁸. Trata-se de quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos, conforme explica Walter Belik (2003) ao avaliar a implantação do programa Fome Zero no país¹⁹. O autor destaca a importante distinção entre acesso e disponibilidade de alimentos, pois mesmo existindo, estes nem sempre estão ao alcance de uma população, seja por falta de renda, seja por causa de conflitos ou mesmo pela logística de distribuição. Além disso, esse acesso tem que ser constante, seguindo o padrão de três vezes por dia, conforme as definições atuais sobre as necessidades enérgicas e nutricionais; e, ainda mais, os alimentos precisam estar enquadrados nos padrões de qualidade estabelecidos pelos organismos sanitários.

Também em 1996, em meio aos debates sobre a segurança alimentar, foi difundida a noção de “soberania alimentar”, referindo-se à autonomia dos países nesse sentido, que

¹⁸ A FAO, segmento da ONU voltado a agricultura e a alimentação e principal organização mundial a abordar o tema, define “segurança alimentar” como “o acesso de todas as pessoas, durante todo o tempo, a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que possam satisfazer as necessidades nutricionais e alimentares para uma vida ativa e saudável”. O conceito está disponível na página da entidade, no link: <<https://www.fao.org.br/cf.asp>>.

¹⁹ O *Fome Zero* é um programa do governo federal do Brasil, lançado em janeiro de 2003, imediatamente após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato e hoje identificado como “Estratégia Fome Zero”, ainda existente, embora tendo passado por modificações desde sua formulação original. Na página do programa na internet (www.fomezero.gov.br), é definido como “uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos”. Sua proposta é promover a segurança alimentar e nutricional “buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”. Suas ações visam a assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção e o consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, nas condições de saúde, no acesso ao abastecimento de água.

poderia ser garantida com a geração de emprego e renda dentro das nações, diminuindo a dependência das importações e das flutuações de preços do mercado internacional (BELIK, 2003, p. 14). A geração de trabalho e renda é uma das estratégias mais disseminadas para combater a fome e a miséria na atualidade. Vale retomar a análise já realizada anteriormente nesta tese, de que as ideias de soberania, autonomia e capacidade de cuidar do próprio sustento estão fixadas na ética neoliberal, que apresenta o empreendedorismo como valor essencial. O programa Fome Zero, tal como foi configurado na sua origem, inspirado num pretenso apoio da sociedade, que poderia dar contribuições financeiras para ajudar a diminuir o contingente de famintos do país, não teve a adesão que havia sido ambicionada de grande parte da população em condições de colaborar. O projeto, carro-chefe do primeiro mandato do governo Lula, não encontrou também amplo agendamento na imprensa. Nenhuma edição das revistas *Veja*, *Istoé* e *Época* de 2003 abordou o programa em suas manchetes e elegeu o tema como principal de alguma de suas edições. Talvez isso se deva, de acordo com a perspectiva desenvolvida nesta tese, ao fato de que a ideia original do programa ainda tinha em sua concepção os princípios do Estado assistencial, o que já não compunha o repertório das narrativas jornalísticas do início do século XXI.

2.2. A trajetória da mundialização do mercado

Nesta seção, será esboçado o caminho percorrido para a configuração atual do capitalismo e sua relação com a propriedade privada, até a emergência de novos valores de renda e consumo sobre questões da ordem do social, que exacerbam e tornam toleráveis nas “sociedades de controle” as situações de miséria e fome. A necessidade de suprir o corpo de nutrientes é comum a todos os seres vivos. Por isso, desde os tempos mais remotos, o ser humano convive com a fome e procura se alimentar. Ao longo da história da humanidade, foram ensaiados diversos modos de produção, sempre com o objetivo de atender essa necessidade básica para a sobrevivência da espécie, mas também como modo de submeter algumas populações às ambições das classes mais abastadas. A seguir, serão descritos brevemente alguns desses métodos de obtenção de alimentos e os contextos históricos nos quais predominaram, lembrando que nenhum modo de produção vigorou de forma exclusiva. A intenção dessa genealogia é mapear a relação do ser humano com os meios de produção em diversas culturas e em diferentes períodos históricos até a atualidade, quando os alimentos se

tornaram um produto comercial ou uma mercadoria: um objeto a ser consumido e acessível, portanto, somente a quem pode pagar por eles. A conexão entre a alimentação como um direito fundamental e o consumismo, bem como o processo evolutivo dessa simbiose, contribui para a compreensão acerca dos valores evidenciados na sociedade contemporânea, que podem ser identificados nas narrativas jornalísticas aqui focalizadas.

Na pré-história, como se sabe, prevaleciam as populações nômades. De acordo com as estações do ano, esses grupos mudavam sua localização para buscar os alimentos providos pela natureza. O antropólogo Marshall Sahlins (1983, p. 13), ao analisar esse tipo de sociedade em seu livro *Economia da Idade de Pedra*, publicado originalmente em 1974, detém-se nos hábitos dos caçadores e coletores, particularmente em sua maneira de buscar alimentos. Em seu estudo, considerado bastante polêmico embora muito interessante para os fins desta tese, o autor classifica aquele modo de vida como “sociedade da afluência”, porque nela todas as vontades e necessidades materiais de seus membros eram facilmente satisfeitas. Assim, embora um olhar superficial e rápido para a vida daqueles povos pudesse apontar um estilo de vida árduo, penoso e desconfortável, Sahlins defende que essas sociedades viviam em “abundância”, pois necessitavam pouco e essas exigências básicas costumavam ser supridas. Seus integrantes alimentavam-se da caça e da coleta, exploravam as riquezas da terra e, depois de extraí-las, migravam para outras regiões, o que permitia a reconstrução natural daquilo que havia sido retirado — algo comparável ao que hoje se denomina “economia sustentável”.

Com tantos recursos disponíveis nos bosques e florestas daqueles tempos, Sahlins (1983, p. 14) afirma que os caçadores não temiam a escassez — um receio que, paradoxalmente, vigora na atualidade, sob o modo de vida capitalista e apesar de sua marcante abundância, mas com a administração dos recursos a cargo dos mercados globais. Assim, de acordo com a análise de Sahlins, aqueles povos não faziam estoque: alimentavam-se com fartura quando havia comida, sem preocupações com o futuro. Ao acabar o que estava disponível, saíam em busca de mais alimentos. Nos momentos de fartura, aproveitavam para descansar. Por certo, havia fases difíceis para conseguir comida e tantos outros obstáculos, não apenas naturais, como as tempestades e a seca, mas também relativos ao convívio entre os diferentes grupos populacionais e com as outras espécies, muitas vezes vivenciando conflitos com diversos graus de violência.

Tempos depois, com as mudanças climáticas e o desenvolvimento das primeiras técnicas agrícolas, os seres humanos perceberam que podiam ter algum controle sobre os

recursos naturais promovendo a produção intencional de alimentos. Por consequência, aproximadamente no ano 8.000 a.C., ainda na Idade da Pedra, começaram a surgir as comunidades sedentárias. Tanto essa fixação dos homens às terras como o surgimento da escrita, em torno de 4.000 a.C, marcam o início da Antiguidade. No entanto, apesar das intensas transformações vivenciadas naquele período, os meios de produção ainda eram de uso coletivo: não havia propriedade privada, as relações eram familiares e tinham como princípio a cooperação. Nessa fase, começou a domesticação das espécies animais e vegetais, bem como o desenvolvimento de novos instrumentos para a agricultura e a capacidade de armazenar o resultado do trabalho. Assim, os seres humanos passaram a produzir, e não mais a apenas aproveitar o que a natureza fornecia, fazendo reservas de alimentos para consumo futuro. Com isso, foi introduzida uma rotina de obrigações bem mais rígida e exigente do que a anteriormente existente: agora era preciso desmatar, preparar a terra, plantar, colher, cuidar e alimentar os animais, ocupar-se da manutenção das vivendas, etc. Essa transformação significou, também, a origem das agressões ao meio ambiente e a escalada de intervenções humanas na natureza, bem como o começo da sujeição ao *labor*, para retomar a expressão cunhada por Hannah Arendt.

Na Idade Média, iniciada por volta do século V, teve origem a prática da propriedade sobre a terra, com o predomínio dos modos de produção escravista e feudal. No modo de produção escravista, a propriedade não se limita à terra e aos meios de produção, mas também atinge os escravos. Os senhores, que eram a minoria, tinham direitos quase totais sobre seus escravos — configurando as sociedades soberanas, anteriores às disciplinares, de acordo com as denominações atribuídas por Foucault, nas quais o poder soberano tinha direito de fazer morrer e deixar viver. Os escravos eram conseguidos, quase sempre, graças à conquista de novos territórios. A relação que se estabelecia nesses casos era de domínio e sujeição. Os escravos não eram considerados pessoas, mas instrumentos de produção. Por isso, eram alimentados apenas para que tivessem condições físicas de trabalhar, e não porque possuísem direito à vida — o que, de fato, não tinham.

A crise do Império Romano, quando os soberanos não conseguiam mais manter o domínio sobre seus povos, assim como as guerras decorrentes das invasões bárbaras terminaram por promover uma ruralização daquelas civilizações clássicas, que já não podiam mais realizar muitas atividades comerciais. Essa transformação resultou numa certa descentralização do poder soberano. Sem a possibilidade do comércio, a produção agrícola voltou-se à subsistência. Com isso, os escravos transformaram-se numa classe camponesa,

que constituiu a principal força de trabalho nos feudos. Esse sistema se baseava na relação de dominação entre os senhores e seus servos. Os primeiros eram donos das terras, tinham total autonomia tanto sobre seu feudo como sobre o fruto do trabalho dos servos, que por sua vez tinham o direito de cultivar um pedaço de terra cedido pelo dono; no entanto, era preciso produzir para o senhor antes de se dedicar à sua própria subsistência e à de sua família. A propriedade rural garantia poderes civis e políticos, assegurados pela “lei da terra”, que incluía poderes sobre a vida humana.

Esses dois regimes configuram o poder pré-moderno, anteriores ao surgimento do *biopoder* definido por Foucault e que vigorou a partir da modernidade. Nas sociedades soberanas, o objetivo era o monopólio, o confisco dos bens e também dos corpos, cujo ápice seria a decisão de causar a morte dos súditos — e não o poder de gerir a vida, princípio básico do biopoder. O regime soberano estava baseado na violência e na opressão, com punições severas transformadas em espetáculo público para evitar novas reações desobedientes.

Já a Idade Moderna, cujos primórdios são habitualmente localizados entre os séculos XV e XVIII, marca o início do modo de produção capitalista. Nesse amplo período da história europeia — com suas correspondentes repercussões ultramarinas, integrando os outros continentes nessas práticas econômicas, políticas e culturais — foram estabelecidos os princípios mercantis, característica primordial ao modo de vida promovido pela burguesia. Nesse caso, as relações se baseiam na troca visando à obtenção de vantagens para um dos lados, conforme explica o filósofo Maurício Abdalla (2002, p. 52), por meio do conceito de “troca competitiva”. A essas ações, o economista Adam Smith as denominou “mercantilismo”, sistema de comércio que é considerado a primeira fase do capitalismo. O declínio da sociedade feudal, com o apoio da burguesia — em consequência, sobretudo, da disputa entre os senhores pela soberania absoluta — levou ao estabelecimento de uma nova configuração política: a monarquia. Estabilizada sob o poder supremo do monarca, esse regime constituiu o Estado, e este se viu fortalecido pelo mercantilismo, por sua vez, que lhe rendia riquezas por meio dos impostos aplicados ao comércio.

O fim do sistema feudal provocou a libertação dos servos das terras às quais estavam ligados, e disponibilizou uma massa de trabalhadores que somente tinha para oferecer sua própria força de trabalho — sem nenhuma garantia de sobrevivência, assim como ocorrera na relação com seus senhores. Nessa época, as terras produtivas foram utilizadas, principalmente, para a criação de animais, numa gradativa substituição da agricultura. Nesse mesmo período de queda do feudalismo e expansão mercantil, desenhava-se a Revolução Industrial, com a

introdução das máquinas que modificaram a relação de prazer e dor descrita por Arendt (2007, p. 322) e que acabaram ocasionando o declínio do *homo faber*, responsável pelo *trabalho*. A revolução industrial promoveu a substituição do princípio da utilidade pelo da felicidade, reconfigurando o *status* de “útil” dos produtos, agora avaliados a partir de sua capacidade de reduzir os esforços e o sofrimento.

Junto com essa imensa transformação, multiplicou-se a necessidade de mão de obra assalariada, porém com baixas remunerações, para trabalhar na fabricação massiva de diversos produtos. Isso ocorreu exatamente no momento em que o consumo passou a ser um valor e, desse modo, o trabalho se transformou em labor, convertendo os objetos de uso em bens de consumo e a força de trabalho no único produto a ser oferecido pelos operários no mercado (ARENDR, 2007, p. 137). Foucault observa nesse período a configuração de um novo modelo de poder, ancorado no gerenciamento da vida, que o filósofo denominou *biopoder*.

Esse processo de industrialização consolidou e fortaleceu as práticas mercantis, inclusive com trocas entre diferentes países, pois as rotas comerciais já estavam mapeadas e eram utilizadas com facilidade, promovendo uma “mundialização do mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 75). O Estado vigente durante a prática mercantilista controlava a economia e priorizava a expansão comercial — o equivalente ao que hoje se denomina exportação —, utilizando-a para se fortalecer por meio do acúmulo de metais preciosos. Durante o jogo político dos séculos XVII e XVIII, porém, o Estado se apropriaria de uma tecnologia de poder antes utilizada somente pela Igreja para o domínio dos sujeitos: o poder pastoral. No curso intitulado *Segurança, território, população*, ministrado por Foucault entre 1977 e 1978, o filósofo afirma que tais técnicas emergiram como razão governamental para guiar as condutas dos sujeitos modernos. No entanto, um de seus eixos fundamentais, o da salvação, não buscava mais salvar as almas, mas sim o próprio Estado: salvar a riqueza da nação, mesmo que para isso fosse necessário sacrificar alguns indivíduos. Assim, para reter as riquezas e multiplicá-las, o Estado aplicava uma “balança comercial favorável”, que consistia em vender mais e comprar menos. Isso era realizado à custa do trabalho da população, prioritariamente na manufatura da matéria-prima, que permitia maiores possibilidades de venda para outras nações, e na taxação dos produtos que entravam em cada país.

2.3. A privatização das terras

Karl Marx, em sua clássica obra *O Capital* (1867), analisa essa brutal transformação da sociedade nos primórdios da era moderna e na montagem do capitalismo, com a consequente expropriação dos trabalhadores. O autor relata o início da tomada de terras populares e também de propriedade do Estado recém-constituído, na Inglaterra, ainda no século XVI, embora melhor percebida a partir do século XVII. A medida tinha o apoio da burguesia, pois transformava a terra em um objeto comercializável, permitia a expansão dos domínios produtivos e tirava as pessoas do campo, aumentando assim o número de trabalhadores disponíveis para a indústria incrementada pela revolução das máquinas. No século XVIII, a tomada de terras foi realizada com base legal, por meio de decretos que permitiram aos senhores tomarem as terras ocupadas pelo povo como propriedade privada. Assim, apenas entre 1810 e 1831, descreve Marx, foram retirados 3,5 milhões de acres²⁰ de terra comunal, sem que nada fosse pago às pessoas que nelas viviam. Isso se efetuava no intuito de aumentar as propriedades que já eram grandes, e se efetivava sobre terras produtivas das quais muitas pessoas sem outros recursos obtinham seu sustento.

Marx apresenta vários relatos de expulsão de milhares de famílias dos campos, inclusive com registros de mortes daqueles moradores que se recusaram a sair. Na Escócia, por exemplo, os camponeses também foram expulsos das áreas rurais e enviados às cidades fabris, e suas terras, da mesma forma, foram transformadas em pastos. Parte dessa população foi deslocada para a costa marítima e tentou viver da pesca, até que os grandes negociantes de peixe da Inglaterra arrendaram aquela orla e expulsaram novamente seus moradores. Situações semelhantes foram registradas em outros países, em que os grandes proprietários de terras se apossavam de novos espaços com o objetivo de enriquecer ainda mais sob o novo regime econômico. Tudo isso contribuiu para o que Marx chamou “acumulação original”. Trata-se da riqueza acumulada pelos já ricos naqueles tempos, que constituiu a base precursora do modo de produção capitalista, cujo cerne é a separação entre produtor e meios de produção. Assim resume o autor de *O Capital*:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos (MARX, 1980, p. 850).

²⁰ Acre é uma medida agrária utilizada em alguns países. Essa unidade corresponde a aproximadamente quatro mil metros quadrados ou 0,4 hectare.

Percebe-se que a propriedade privada sobre os meios de produção foi uma das principais formas de acúmulo de bens do capitalismo como sistema econômico, cuja marca fundamental é a diminuição do controle do Estado na economia, ou seja, a implantação de um Estado liberal. Essas duas características o diferenciam do mercantilismo, que promovia o acúmulo de bens por meio da “balança comercial favorável” garantida pelo Estado. Com a expulsão da população do campo para a cidade, tanto seus antigos meios de vida como sua matéria-prima se tornaram propriedade do novo senhor das terras. A partir de então, os antigos moradores, sem nenhum direito assegurado, se viram obrigados a comprar os frutos dessas terras, originando e incrementando o mercado interno.

A numerosa clientela antes extremamente fragmentada, dependente de uma quantidade imensa de pequenos produtores que trabalhavam por sua própria conta, concentra-se agora num vasto mercado, abastecido pelo capital industrial. Assim, à expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo da dissociação entre a manufatura e a agricultura. E só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção (MARX, 1980, p. 865).

No entanto, o grande contingente de ex-camponeses disponíveis para o trabalho assalariado não tinha como ser absorvido tão rapidamente pela indústria. Além disso, sua adaptação à disciplina requerida por essa nova ocupação tampouco foi simples, como bem descreve Marx — ou, ainda, como o explicou Max Weber em sua obra igualmente seminal: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Por isso, parte desses expulsos do campo dedicou-se à mendicância ou a praticar roubos. Ainda que sua ida para as cidades e sua situação, em boa parte dos casos, não tivesse sido motivada por vontade própria, a legislação de diversos países da Europa, desde o século XV, punia-os severamente por vagabundagem e os tratava como criminosos — situação registrada ainda na atualidade, como pode ser observado nas reportagens analisadas no quarto capítulo desta tese. As leis trabalhistas, enunciadas para regulamentar o trabalho assalariado desde fins do século XIV, também eram rígidas e desfavoráveis aos trabalhadores, sendo inclusive contrárias às greves e outros protestos depois legalizados.

Enquanto isso acontecia em terras centrais, mantinha-se a escravização de populações nativas, inclusive crianças, especialmente na África e em outras colônias dos países europeus. Os escravos tinham como atribuição a produção de alimentos para o comércio transnacional e o enriquecimento dos países já ricos. As populações residentes fora dos países dominantes eram exploradas no comércio, tendo que pagar preços altos aos comerciantes capitalistas para

conseguirem produtos que não fabricavam, mas cuja matéria-prima muitas vezes eles próprios produziam. Os agricultores pobres, destituídos de suas terras, também foram enviados a colonizar territórios conquistados além dos mares, especialmente no século XIX. Países como Brasil, Estados Unidos e Canadá, bem como a região do Caribe tinham nos escravos e nos trabalhadores estrangeiros um componente essencial de sua economia agrícola. A exploração escravagista e dos migrantes permitiu a produção de comida a custos baixos, que podia ser comprada pelos assalariados da indústria europeia.

Mas essa população operária, explorada e faminta, também se revoltava — assim como os escravos, mesmo que muitas vezes fosse ao preço da própria vida. Nesse sentido, Raj Patel, ativista político de origem indiana, relata em seu livro *Obesos y famélicos*, publicado em 2008, que durante o período colonial os países ricos temiam as revoltas escravas porque estas poderiam deter a produção alimentícia e, então, faltaria comida para eles — e, sobretudo, não haveria disponibilidade daquela comida barata que atendia a massa trabalhadora assalariada. Com isso, é possível confirmar o que Foucault já havia analisado no curso *Segurança, Território, População*: o bom governo se desenvolve calculando-se os níveis aceitáveis de pobreza para evitar distúrbios que possam afetar a paz do Estado. Mais adiante, no curso *Nascimento da Biopolítica*, o filósofo ressalta que a governamentalidade se efetiva pela intervenção e regulação das populações, por meio das biopolíticas. Nesse sentido, o poder podia ser exercido até pela permissão de um quadro de fome controlado, fazendo com que persistisse, embora em níveis que não arriscassem a segurança das elites, como relata Raj Patel.

A solução para a insatisfação operária na Europa exigia mitigar a razão do descontentamento: ater-se a um contrato social não escrito, manter os níveis de fome e de pobreza dentro de limites administráveis e garantir quantidades suficientes de alimentos baratos sempre disponíveis. Esse último exigia escravos e trabalhadores agrícolas mal pagos. (...) a pobreza que caracteriza os países do Hemisfério Sul no século XX teve origem no desenvolvimento do moderno sistema mundial de produção de alimentos. Por isso, os levantes escravos assustavam tanto os responsáveis pelo novo sistema internacional de produção alimentar: sem eles não havia açúcar, e conseqüentemente não havia comida para apaziguar os trabalhadores industriais. (PATEL, 2008, p. 82 – tradução da autora²¹)

²¹ La solución a la insatisfacción obrera en Europa implicaba mitigar el pido de descontento: atenerse a un contrato social no escrito, mantener los niveles de hambre y de indigencia dentro de límites manejables y lograr que hubiese cantidades suficientes de comida barata siempre disponibles. Esto último requería esclavos y trabajadores agrícolas mal pagados. (...) La pobreza que caracterizaría al Sur Global en el siglo XX tuvo su origen en el desarrollo del moderno sistema mundial de producción de alimentos. Por eso a los artífices del nuevo sistema internacional de producción alimentaria los asustaban tanto los levantamientos de esclavos: sin ellos no había azúcar, y en consecuencia no había comida para apaciguar a los obreros industriales (PATEL, 2008, pp. 81-82).

O ativista admite que a Revolução Francesa deixou no passado os regimes absolutistas e promoveu os valores da nova classe burguesa, transformando fortemente os regimes socioeconômicos e inaugurando outros modos de vida. No entanto, os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” que serviram de lema a tal revolução não se aplicaram a todas as pessoas, embora inicialmente os escravos tivessem acreditado que o movimento de libertação também era para eles.

Os escravos pensaram erradamente que as palavras da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos — lideradas em grande parte pelas classes médias contra a aristocracia — se referiam também a eles, que eles também podiam sonhar com a vida, a liberdade e a busca da felicidade. No entanto, esse ideal não era dirigido a esse público: eram muito pobres, negros e indispensáveis à produção de alimentos para a Europa. O açúcar barato que eles colhiam era destinado a pacificar os trabalhadores europeus, e não era razoável que os escravos se agitassem, reproduzindo os slogans da revolução europeia, quando haviam sido capturados e levados ao Caribe especialmente para não se rebelarem (PATEL, 2008, p. 81-82, tradução da autora²²).

No Haiti — colônia francesa que era responsável, na época, pela produção de 40% do açúcar consumido no mundo —, quase meio milhão de pessoas eram escravas, levadas da África para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. A taxa de mortalidade dessas populações era maior que a de natalidade, o que fazia com o que o tráfico de escravos não cessasse. Para eles não havia comida em qualidade e quantidade suficientes, não havia recursos médicos, e a população masculina era superior à feminina. Por conta disso tudo, dois anos depois da Revolução Francesa, cujos efeitos não chegaram até eles, os escravos residentes no Haiti se rebelaram na mais bem sucedida revolta escrava ocorrida na história. Isso resultou em represálias ao longo dos duzentos anos seguintes, sendo hoje um dos países mais miseráveis do mundo.

2.4. A comercialização de um bem vital: a comida

O breve mapeamento histórico resumido acima tem o propósito de localizar o surgimento do conceito de propriedade privada e o advento do modo de vida capitalista, já

²² Por su parte, los esclavos pensaron erróneamente que las palabras de la Revolución francesa y de la Independencia de Estados Unidos – lideradas en gran parte por las clases medias contra la aristocracia – se referían también a ellos, que ellos también podían soñar con la vida, la libertad y la búsqueda de la felicidad. Sin embargo, dicha retórica no estaba dirigida a este público: eran demasiado pobres, demasiado negros y demasiado indispensables para la producción de alimentos para Europa. El azúcar barato que ellos cosechaban estaba destinado a pacificar los cuerpos de los obreros europeos, y no era lógico que los esclavos se sublevaran, reproduciendo los eslóganes de la revolución europea, cuando habían sido capturados y llevados al Caribe expresamente para impedirlo (PATEL, 2008, p. 81-82).

que ambos os fatores são fundamentais na definição atual do problema da miséria e da fome dela decorrente. Alimentar-se é uma questão básica para a vida humana. Sendo essencial e impossível de ser esquivada, tal necessidade tornou-se uma excelente oportunidade de negócio para o capitalismo. Bem antes disso, nas sociedades pré-históricas, a alimentação era livre e partilhada, dependendo basicamente das condições dadas pela natureza e da disposição dos homens em retirá-la do ambiente. Mesmo havendo períodos de fome e de fartura, a ideia de “comunidade” e o princípio da cooperação costumavam prevalecer, apesar dos inúmeros conflitos que também ocorriam nesses grupos, de acordo com a análise antes mencionada do antropólogo Marshall Sahlins, pois constituíam uma condição básica para a sobrevivência das populações. Porém, com a delimitação das terras produtivas e a instauração do mercado capitalista, os alimentos passaram a ser objeto de comércio, e as antigas redes de cooperação foram definitivamente rompidas.

Em suma, o capitalismo modificou drasticamente as relações com o trabalho e instaurou a noção de produtividade: a fabricação massiva, rápida e eficaz de objetos de consumo imediato e não duradouros. Esse rendimento foi conquistado graças à implantação das biopolíticas, estratégias tendentes a governar vidas e aproveitar ao máximo as forças da população, por meio do exercício de poder organizado em torno às disciplinas dos corpos modernos. Assim, conforme a análise de Michel Foucault (2010, p. 153), nas sociedades industriais, pretendeu-se converter a população num objeto de intervenção política, de gestão e de governo para ajustá-la aos processos econômicos. Cabe salientar que essa produtividade foi possível de ser concebida e obtida, também, graças aos avanços tecnológicos que ajudavam a minimizar os esforços físicos e permitiam aumentar a escala produtiva (ARENDETT, 2007, p 322).

Tudo isso afetou ainda, e talvez sobretudo, a relação com os alimentos. Os recursos técnicos e a organização industrial, tanto da manufatura como da circulação e do consumo, permitiram aumentar exponencialmente o cultivo agrícola e o volume de produtos. As técnicas de irrigação e o desenvolvimento de fertilizantes e pesticidas artificiais contribuíram para diminuir as pragas que atacavam as culturas e promover o crescimento mais rápido das plantas cultivadas em escala industrial. No que se refere aos animais, por sua vez, o uso de ração aditivada com hormônios de crescimento fez com que o tempo de maturação diminuísse. Nesse sentido, o ativista Raj Patel (2008) apresenta uma análise sobre as consequências de uma agricultura submetida às definições do mercado, destacando o que isso

significou na vida de milhares de camponeses, com seus efeitos se propagando inclusive já no final do século XX:

A maioria dos agricultores do mundo vive mal. Alguns precisam vender suas terras e tornar-se empregados nas terras que antes eram suas. Outros migram para as cidades e até para outros países. Há aqueles que se suicidam (PATEL, 2008, p. 12, tradução da autora²³).

Patel relata ainda que as grandes corporações, por serem donas de muitas terras e, portanto, de grande parte da produção mundial de alimentos, passaram a definir o que seria produzido e os valores para a venda desses produtos. No entanto, tudo isso se efetua em nome de algo impessoal e até intangível: o livre comércio internacional, regulado pelas cotações globais e pelas leis da oferta e da demanda. Muitos agricultores ainda tentaram acompanhar esses processos e, por isso, se endividaram sem conseguir os efeitos desejados.

O resultado imediato dos baixos rendimentos agrícolas — e essa é uma regra que quem vive na pobreza pode atestar — é uma auto-exploração produto do pânico. Em vez de desistir e mudar para outras cidades ou cultivar outra coisa, os agricultores semeiam mais café, trabalhando até o esgotamento e fazendo o que podem e o que não podem para tentar manter algum padrão de vida; às vezes, afetando o meio ambiente numa tentativa desesperada de sobreviver. Isso tem provocado um excedente mundial de 900 milhões de quilos de café (PATEL, 2008, p. 14, tradução da autora²⁴).

Em função desses processos, no século passado, muitos camponeses endividados — sobretudo nos países periféricos — arrendaram suas propriedades por não terem condições de mantê-las em atividade, situação recorrente ainda na atualidade. Assim, tornaram-se “meeiros” ou mão de obra barata em suas próprias terras. Outros, sem alternativa, simplesmente abandonaram o campo e migraram para os grandes centros urbanos, somando-se aos desempregados ou subempregados que lotam as megalópoles do século XXI e aumentando a multidão de famintos que nelas vive às margens da cidadania. O processo de urbanização mundial se deu a partir da Revolução Industrial e atualmente atinge grandes proporções, com diversos países registrando altos índices de residentes nas cidades. Em 2007, o mundo viveu um fato considerado um marco histórico: a população urbana se igualou à população rural. A partir daí, a concentração urbana foi crescendo a passos ainda mais acelerados, conforme dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), braço da

²³ “La mayoría de los agricultores del mundo lo pasan muy mal. Algunos de ellos tienen que vender sus tierras y se convierten en jornaleros en las tierras que antaño habían sido sus propiedades familiares. Otros emigran a las ciudades, o incluso al extranjero. Los hay también que se suicidan.” (PATEL, 2008, p. 12)

²⁴ “El resultado inmediato de los bajos ingresos agrícolas —y ésta es una ley que cualquiera que vive en la miseria puede corroborar— es una autoexplotación producto del pánico. En vez de tirar la toalla y mudarse a las ciudades o tratar de cultivar otra cosa, los agricultores siembran más café, trabajando hasta el agotamiento y arañando lo que pueden y de donde pueden para lograr mantener algún tipo de estándar de vida; a veces, a su pesar, estropeando el medio ambiente en un intento desesperado por sobrevivir. Esto ha provocado un excedente mundial de café de 900 millones de kilos.” (PATEL, 2008, p. 14)

ONU para questões populacionais. O relatório mais recente, com dados de 2011, mostra que 52,1% dos habitantes do planeta residem nas zonas urbanas. Nos países mais desenvolvidos, esse percentual é de 77,7%, enquanto nos países periféricos fica em 46,5%. Entretanto, algumas regiões que concentram nações menos desenvolvidas já têm suas cidades ocupadas por cerca de 80% de seus habitantes. O Brasil registrou em 2011 uma população urbana de 84,6%. Em todo mundo, as projeções para 2020 indicam a concentração de 56% da população nas cidades e para 2050, de 67,2%²⁵.

O aumento da população e as dificuldades de sobrevivência num planeta cada vez mais populoso é um tema que integra a agenda jornalística das últimas décadas. Ao longo da história da revista *Veja*, diversas vezes esse assunto ocupou a capa, com títulos como: “São Paulo: dores e alegrias da explosão urbana” (27/01/1971); “Somos 100 milhões” (23/08/1972); “A explosão demográfica” (16/01/1974); “As cidades superpovoadas” (28/08/1974); “O caldeirão urbano” (16/09/1981); “A ameaça da superpopulação” (16/11/1983); “O mundo superlotado” (15/07/1987); “Megacidades: o inchaço das áreas urbanas preocupa mais que o aquecimento global” (16/04/2008); “Demografia: as mulheres estão desarmando a bomba populacional” (07/07/2010); e “Chegou o bebê nº 7 bilhões: a espaçonave Terra está ficando pequena” (02/11/2011).

Uma dessas edições, em especial, ilustra como a urbanização preocupa os cidadãos-consumidores da contemporaneidade. Publicada em 24 de janeiro de 2001, traz a manchete “O cerco da periferia” e o subtítulo “Os bairros de classe média estão sendo espremidos pelo cinturão de pobreza e criminalidade que cresce seis vezes mais que a região central das metrópoles brasileiras”. Os quadros interpretativos da reportagem reforçam a elevada insegurança nas grandes cidades brasileiras, em consequência do aumento da população pobre que vive nas regiões urbanas. Assim, a ética neoliberal, já bastante circulante na sociedade da virada do século e evidenciada na narrativa jornalística, deixa patente sua preocupação com aqueles a quem já não pode confinar e que não consegue converter em consumidores. Como destacou Gilles Deleuze (1992, p. 224), as “sociedades de controle” de finais do século XX e início do século XXI precisam manter sob domínio a crescente massa de “excluídos” gerados pelo capitalismo: aquela grande e ainda crescente parcela da população que não tem recursos para consumir.

Além disso e em paralelo, desde o início da produção capitalista — e ainda mais fortemente a partir da Segunda Guerra Mundial, com a crescente globalização da economia e

²⁵ Dados obtidos no documento *World Urbanization Prospects*, disponível em <<http://esa.un.org/unpd/wup/index.html>> Acesso em 28dez2012.

a expansão do livre comércio —, diversos países passaram a se especializar na manufatura de poucos produtos, conforme suas características e facilidades, buscando produzir grandes quantidades desses itens para exportá-los. Em troca, passaram a importar os demais produtos necessários à manutenção de sua população. Se essa estratégia era mais rentável economicamente, ao mesmo tempo tornou os diversos países interdependentes, fazendo com que a crise de um acabe afetando várias nações. E aquelas que não conseguem se adequar a esse esquema, seja por falta de recursos ou devido a determinadas características de seu solo e clima, por exemplo, padecem com a dependência externa sem ter nada a oferecer em troca — a não ser, como ocorria no início da industrialização, sua força de trabalho. Isso, quando sua população, mal nutrida, ainda não está fraca demais para desempenhar tal função.

Marshall Sahlins (1983), no livro antes referenciado, já alertava para os riscos de uma atividade econômica originada num cenário de insuficiência de recursos naturais, que provoca consequências em todos os atores envolvidos no processo. Ainda em 1974, o antropólogo afirmou que “o capitalista vê-se diante de possíveis investimentos do capital finito, o trabalhador espera alternativas de emprego remunerado, e o consumidor... o consumo é uma tragédia dupla: o que começa inadequadamente terminará em privação” (SAHLINS, 1983, p. 16, tradução da autora²⁶). Portanto, o cenário da época em que o autor fez esse alerta, há quase quatro décadas, já se anunciava crítico. Com o passar do tempo e com os avanços do consumismo como valor supremo da contemporaneidade, tais necessidades ficaram ainda mais insaciáveis.

Ao mesmo tempo, os desejos e os padrões de vida dos indivíduos contemporâneos exigem mais recursos para serem atendidos. Até o acesso ao que é essencial à sobrevivência, em termos orgânicos, vem se tornando mais caro, como é o caso dos alimentos, que desde o final do século passado e especialmente a partir de 2007 atingiram fortes altas nos seus preços, tornando-se inacessíveis a uma parcela cada vez maior da população. Essa crise assume uma nova denominação que, sem dúvida, merece uma análise: a “insegurança alimentar”, conceito adotado a partir da ideia já mencionada de “segurança nacional”, trazida à tona após a Segunda Guerra Mundial, quando os diversos países tentavam se restabelecer e garantir que fossem capazes de assegurar sua independência na questão alimentícia para evitar o desabastecimento resultante dos cercos militares e dos boicotes de ordem política (ADAS, 2004, p. 15). A expressão “segurança alimentar” foi disseminada, especialmente, na década de

²⁶ “El capitalista se ve enfrentado a posibles inversiones de un capital finito, el trabajador (es de esperar) a opciones alternativas de empleo remunerado, y el consumidor... el consumo es una tragedia doble: lo que comienza en la inadecuación terminará en la privación.” (SAHLINS, 1983, p. 16)

1970, a partir da Conferência Mundial de Alimentação, realizada em Roma, na Itália, em 1974. O termo referia-se aos problemas mais globais de abastecimento, e não a indivíduos e famílias. Assim, era inadmissível que um país produzisse alimentos mas sua população não tivesse acesso a eles.

Já em 1983 a FAO incluiu no conceito de segurança alimentar o “acesso físico e econômico” das pessoas à alimentação básica necessária à sobrevivência: “A segurança alimentar (...) é conseguida quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a comida nutritiva e segura em quantidade suficiente e adequada às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996). Em 1986, o Banco Mundial apresentou uma distinção entre insegurança alimentar transitória e crônica, sendo a primeira decorrente de desastres naturais, colapsos econômicos ou guerras, e a última, associada à pobreza e à miséria.

Diante das recentes crises resultantes das altas dos preços dos alimentos, que reduziram drasticamente o acesso a eles em diversas nações, alguns governos de países periféricos diretamente afetados por esse novo fantasma, como Nigéria e Malawi, ainda tentaram preservar sua produção voltando-a para seu mercado interno. Essas nações, por exemplo, optaram por investir seus recursos na produção interna e não disponibilizá-la para a exportação, a fim de garantir seu comércio apenas a “preços justos” e, ao mesmo tempo, subsidiando os preços dos alimentos para a população local, garantindo-lhe a comida necessária à sua sobrevivência. Entretanto, encontraram fortes resistências e empecilhos para cumprir tal meta. Contrários a essas atitudes, os organismos internacionais de crédito negaram-lhes ajuda monetária e, ainda, incentivaram os agricultores particulares a produzir para a venda no mercado, e não para as instituições governamentais de seus países.

Grandes multinacionais que produzem mercadorias na categoria alimentar, como Nestlé, Unilever e Pepsico, compraram imensas porções de terras em países africanos, asiáticos e latino-americanos, para nelas estabelecerem — como fazem em todo o mundo — o cultivo voltado à exportação. Assim, tornaram essas nações periféricas mais dependentes da importação e reféns das políticas externas de financiamento alimentar. Em consequência da ocupação das terras por grandes empresas e da produção centrada na exportação, boa parte dessa população saiu do campo para lotar as cidades, sem emprego, sem renda, sem produção própria de comida, totalmente vulnerável e cada vez mais dependente dos auxílios dos fundos internacionais. O Haiti, por exemplo, importa praticamente 100% da farinha de trigo e 75% do arroz consumidos por seus habitantes; em 1970, o país produzia 90% dos alimentos que

consumia; agora, importa 55% de tudo que precisa. Já o Brasil, embora ocupe o terceiro lugar no *ranking* mundial de exportação de produtos agrícolas, também enfrenta problemas sérios de insegurança alimentar, tanto nas áreas rurais quanto em zonas urbanas, e atualmente vivencia a expansão da indústria multinacional alimentícia. A Coca-Cola, por exemplo, em 2005, comprou a pequena fábrica Sucos Mais, sediada no município de Linhares, norte do Espírito Santo²⁷. A Nestlé adquiriu a fábrica de chocolates Garoto, também no Espírito Santo, em 2002, numa transação questionada judicialmente devido à concentração do setor a partir dessa compra, já que a Nestlé passaria a controlar mais de 50% do mercado de chocolate no Brasil e, em alguns segmentos, como a cobertura de chocolate, essa concentração ultrapassaria 80%²⁸. Por outro lado, a maior exportadora de soja do Brasil é a norte-americana Cargill, com atuação em quase setenta nações dos cinco continentes — a empresa atua em diversos setores, sendo também a maior processadora de cacau da América Latina e responsável pela produção de itens alimentícios para venda direta, como óleo de cozinha das marcas Liza e Mazola. Em 2005, essa firma ampliou suas atividades no país com a aquisição da Seara, a terceira maior exportadora brasileira de carnes, aves, suínos e termoprocessados²⁹. A também norte-americana Sara Lee controla as marcas de café Pilão, Caboclo, Café do Ponto, Seletto, Moka e Jaraguá, adquiridas ao longo de sua atuação no Brasil, a partir de 1998, e hoje é a líder no mercado interno³⁰.

Em síntese, devido a esses processos, os grandes latifúndios ocupam as áreas produtivas em todo o mundo: essas terras são usadas para abastecer a indústria alimentícia, especialmente com a prática da monocultura. Os animais são criados em sistemas de confinamento para o fornecimento de carnes, leite e ovos. Por sua vez, os cereais são usados tanto para alimentar esses animais como para produzir itens alimentícios supérfluos, de baixo valor nutricional e bastante calóricos, que são vendidos como se fossem itens básicos. No caso do Brasil, os principais responsáveis pelo avanço do país na escala das exportações são a soja e a carne de gado, ambas produzidas em fazendas de proporções gigantescas, contabilizando milhares de quilômetros de extensão.

²⁷COCA-COLA. *Coca-Cola amplia produção em Linhares*. Disponível em <www.cocacolabrazil.com.br/release_detalhe.asp?release=49&categoria=30&chave=produtos>. Acesso em 18mar2011.

²⁸ZIMMERMANN, Patrícia. CADE reprova compra da Garoto pela Nestlé. In: *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 de fev. de 2004. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u80283.shtml>. Acesso em 18mar2011.

²⁹CARGILL. *Relatório Anual 2005*. Disponível em <www.cargill.com.br/wcm/groups/public/@csf/@brazil/documents/document/br-2005-corporate-rpt.pdf>. Acesso em 18mar2011.

³⁰SARA LEE. *Sara Lee Brasil*. Disponível em <www.saralee.com/Brasil/SaraLeeBrasil.aspx>. Acesso em 18mar2011.

Com a concentração da indústria alimentícia, os preços são submetidos às determinações das empresas que regulam o mercado, bem como a outras contingências relativas ao jogo das finanças globais. Assim, os países perdem sua autonomia política e econômica porque sempre dependem dos demais — e, sobretudo, dos pouco controláveis vaivens do mercado. Como o acesso aos alimentos é restrito somente a quem pode pagar por eles, nas regiões periféricas a situação torna-se muito grave. Pelo menos setenta países, localizados principalmente na África subsaariana (como Congo, Ruanda, Quênia, Uganda, Etiópia, Somália, Gana, Guiné, Guiné Bissau e Nigéria), região caribenha, além da Índia e da China, da Coreia do Norte e do Sul, já não conseguem alimentar sua população e dependem tanto das importações agrícolas como da ajuda internacional. O quadro desses países fica mais grave quando comparado com aqueles que adotam políticas de subsídio às atividades agropecuárias, prática comum às nações mais desenvolvidas. Existem vários tipos de subsídios concedidos aos agricultores. Considerando todos eles, a diferença entre os países torna-se enorme. Enquanto um estabelecimento rural norte-americano recebe, em média, US\$ 56 mil em subsídios por ano, na Europa esse valor fica em US\$ 27 mil e, no Japão, em US\$ 20 mil. No Brasil, um estabelecimento rural recebe US\$ 1,1 mil. Proporcionalmente em relação ao valor da produção, o total de subsídios corresponde a 63% no Japão, 43% nos EUA, 33% na União Europeia e 6% no Brasil³¹.

A utilização de elevados subsídios na atividade agropecuária é uma prática condenada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), pois é tida como uma interferência na livre troca das mercadorias e na formação dos preços. Em 2011, alguns países da África avaliavam denunciar os Estados Unidos na OMC por conta dos subsídios ao cultivo do algodão, após a divulgação de um estudo, intitulado “Algodão: o drama do ouro branco”, lançado no Fórum Social Mundial de Dacar pela Fair Trade Africa, uma organização social africana que apoia os produtores locais. Esse estudo estimava que 10 milhões de cotonicultores do Oeste africano estavam prejudicados pela política agrícola dos países mais abastados, não tendo condições de se inserir no mercado e, portanto, condenados a uma situação de pobreza. A iniciativa encontrava amparo numa ação brasileira, empreendida em 2009, que resultou na condenação dos EUA pela OMC pelos mesmos subsídios. Na ocasião, o Brasil conseguiu também o direito de retaliar comercialmente os norte-americanos, não apenas em produtos agrícolas,

³¹ TENÓRIO, Roberto. Agricultura: Do subsídio à política agrícola. In: *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, 22 de nov. de 2011. Disponível em <www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23> Acesso em 5jun2012.

mas também em outros segmentos. Em 2010, um acordo provisório negociou limites aos subsídios naquele país e a criação de um fundo financiado pelos EUA para dar assistência técnica aos produtores agrícolas brasileiros³². Atualmente, o Brasil pressiona os EUA, que têm em tramitação projetos de lei para modificar a concessão dos subsídios naquele país, exigindo que seja reduzida até 2013.

Por causa de todos os fatores elencados nesta seção da tese, ocorre uma situação aparentemente paradoxal. No início do século XXI, às custas da exploração de mão de obra — especialmente em países cujas leis trabalhistas são mais frágeis — e da concentração da produção que reverbera na eficácia, os preços dos alimentos em nível mundial, de forma geral, são considerados baixos. Sobretudo, no caso dos produtos de escasso valor nutricional, como os compostos de carboidratos, açúcares e gorduras, que se tornam atrativos graças às cores e aos odores artificiais. Atualmente, apesar desse barateamento de certos produtos alimentares, itens que compõem o repertório nutricional mais comum tiveram constantes aumentos de preços, e por isso o número de famintos no mundo tem aumentado: já gira em torno de um bilhão, o que representa uma ampla população situada abaixo da renda mínima necessária para garantir a aquisição dos alimentos. Conforme dados da FAO divulgados em 2012, uma em cada sete pessoas passa fome no planeta e a falta de alimentos é o principal risco de morte no mundo, sendo superior à soma dos óbitos resultantes de doenças como Aids, tuberculose e malária³³.

Uma das razões para esse aparente paradoxo é que os alimentos, especialmente os “bons”, estão cada vez mais acessíveis, mas apenas para aquela parcela dotada de “poder de compra”. Os valores oferecidos pelas grandes indústrias aos pequenos agricultores em pagamento pela sua produção são muito pequenos, insuficientes para a manutenção de suas terras e para a sobrevivência de suas famílias. Assim, eles precisam comprar no mercado aquilo que não produzem, mas não têm recursos para isso. Sem alternativas, esses produtores ficaram acuados com a recente e fabulosa expansão da indústria alimentícia e, por tal motivo, engrossaram as estatísticas da pobreza. Além disso, em geral, a opção dos pequenos produtores pela venda direta aos consumidores não traz bons resultados, já que nos supermercados é possível encontrar uma enorme variedade de produtos, disponibilizados pela grande indústria, de modo mais prático, a preços mais baratos que os da produção caseira e

³² GOMES, Marcel. África quer sanções a subsídios agrícolas de EUA e Europa. In: *Carta Maior*, São Paulo, 9 de fevereiro de 2011. Disponível em <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17395>. Acesso em 3dez2012.

³³ FAO. “O que você precisa saber sobre a fome em 2012”. Disponível em <<https://www.fao.org.br/oqvpssf2012.asp>> Acesso em 05jan2013

com garantias sanitárias em atendimento às leis vigentes. Por isso, muitas vezes só resta aos pequenos produtores aceitar as condições impostas pelas grandes empresas, negociando as mercadorias a preços muito baixos ou até mesmo vendendo-lhes suas terras.

Um exemplo recente dos prejuízos da industrialização alimentar à população ocorre na Bolívia, evidenciando os efeitos do capitalismo e da globalização nesse âmbito tão fundamental da existência. Seus habitantes se alimentam há séculos da quinoa, uma planta muito rica em nutrientes que é cultivada nos Andes desde os domínios do império inca. No entanto, bem recentemente, as sementes desse vegetal caíram no gosto dos moradores dos países mais desenvolvidos, o que motivou seu cultivo para a exportação com o atrativo de aumentar a renda dos agricultores andinos, o que de fato aconteceu. Contudo, essa mudança no foco da produção fez os preços da quinoa nos mercados locais subirem a tal ponto que seu consumo ficou inviável para a grande maioria dos bolivianos e, em consequência, a dieta dessa população passou a ser baseada em comida processada. Nos supermercados daquele país, um quilo da semente equivale a 4,85 dólares, enquanto o quilo do macarrão custa 1,20 e o do arroz, um dólar. Assim, na região mais tradicional em que ainda hoje se cultiva a quinoa, a desnutrição infantil aumentou e o gosto pelos alimentos industrializados foi incorporado pela população, sobretudo a mais jovem, que não viveu os tempos da fartura da semente e recebe as influências de outros hábitos alimentares, fortemente apoiados pela publicidade e pela cultura midiática em geral³⁴.

A variedade dos alimentos ofertados nos supermercados é decidida pela própria indústria do setor, de acordo com as possibilidades de lucro que estes oferecem em cada época e local. A qualidade dos produtos, em termos de nutrientes essenciais ao organismo, não tem relevância nessas decisões. A fim de desenvolver esse imenso mercado e tirar dele o máximo proveito, é preciso também incrementar as necessidades e vontades dos consumidores para além daquelas apenas nutritivas, e nesse jogo garantir maiores possibilidades de lucros com os produtos e serviços à venda. Assim, no século XX, a indústria alimentícia ganhou um importante aliado: o desenvolvimento das biotecnologias, especialmente da química, que possibilitaram a formulação de conservantes artificiais baratos e práticos, capazes de conferir aos alimentos industrializados uma longevidade antes impensável, e também de aditivos que lhes dão aroma e gosto semelhantes aos naturais. Além dos aditivos químicos, açúcares, sais e gorduras presentes nos produtos industrializados são

³⁴ Autoria não publicada. Valorizada, quinoa se torna inacessível em sua terra, a Bolívia. In *O Globo online*, 26 de abril de 2011. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/ciencia/mat/2011/04/25/valorizada-quinoa-se-torna-inacessivel-em-sua-terra-bolivia-924314275.asp>> Acesso em 26abr2011.

responsáveis por diversos danos à saúde da população. Obesidade, intoxicações, alergias e doenças como diabetes e problemas cardiovasculares estão entre as consequências possíveis do consumo daquelas substâncias. Embora menos nutritivos e até mesmo nocivos, esses alimentos são mais rentáveis. Apenas nos Estados Unidos, a indústria alimentícia movimenta em torno de 600 bilhões de dólares por ano³⁵.

Entretanto, com tamanhos recursos e sem conseguir ignorar as consequências dessa alimentação de baixo teor nutritivo e rica em gordura, açúcar e sal, a preocupação dos diversos Estados nacionais no que tange aos problemas alimentares da atualidade — tanto em nível local como regional e global — parece se concentrar naqueles distúrbios que atingem especialmente os consumidores, tais como o sobrepeso, a obesidade e também a anorexia ou a bulimia, por exemplo, ou ainda na difusão de suplementos que garantam os nutrientes necessários e não disponíveis nos produtos ofertados, criando uma nova indústria.

As sérias consequências da alimentação pouco nutritiva e até maléfica vêm provocando medidas polêmicas. Exemplo disso é a proibição da venda de lanches e bebidas de alto teor calórico ou com gorduras nas escolas, como salgadinhos industrializados, frituras, refrigerantes, sucos artificiais, balas e chicletes, entre outros. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Santa Catarina e Paraná já formalizaram legalmente essa restrição, e outros governos estão construindo seus dispositivos para evitar o comércio de determinados produtos para crianças³⁶. Há também em tramitação no Senado brasileiro o Projeto de Lei 144/2012, de autoria do senador Eduardo Amorim (PSC/SE), que determina a proibição da venda casada de lanches com brindes ou brinquedos, por estimular no público infantil o consumo de alimentos de baixo valor nutritivo e alto teor calórico. Alguns municípios já adotam a medida no âmbito de suas legislações, como foi o caso pioneiro de Florianópolis, que não permite esse comércio desde junho de 2012. Em dezembro de 2011, o PROCON do Estado de São Paulo multou em 3,19 milhões de reais a rede MC Donald's por publicidade abusiva para a venda do McLanche Feliz. A punição resultou de uma denúncia feita pelo Instituto Alana, uma organização não governamental voltada à defesa das crianças, que

³⁵ SILVA, Christiane. Indústria se rende a Atkins. Revista *Veja*, edição 1838, de 28 de janeiro de 2004. Disponível em <http://veja.abril.com.br/280104/p_090.html>. Acesso em 12jan2012.

³⁶ Ministério da Saúde. *Experiências estaduais e municipais de regulamentação da comercialização de alimentos em escolas no Brasil: identificação e sistematização do processo de construção e dispositivos legais adotados*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

delatou a campanha de brinquedos colecionáveis, vendidos junto com os lanches elaborados para o público infantil, como prejudicial à saúde dos pequenos consumidores³⁷.

De fato, alimentos *in natura* exigem condições mais sofisticadas para transporte e conservação, o que encarece seu valor final e diminui a quantidade possível de ser ofertada. A opção das empresas, portanto, costuma ser a de privilegiar aqueles produtos que possibilitam uma margem maior de lucro. Assim como enfatiza Raj Patel (2008), a indústria alimentícia cria produtos aparentemente naturais, como as frutas híbridas, e os coloca à venda por preços mais acessíveis, já que sua fabricação se torna mais fácil e volumosa, e sua durabilidade é maior. Com o passar do tempo, e apesar de sua artificialidade, esses produtos são tratados como se sempre tivessem existido, passando a integrar o cardápio regular dos consumidores.

Pensemos no kiwi, que era conhecido como a groselha da China: para superar os prejuízos da guerra fria, a empresa da Nova Zelândia que o lançou ao mercado nos anos cinquenta trocou seu nome. Era um sabor que não tinha nada parecido, ainda que agora pareça como algo que sempre existiu. (...) a indústria alimentícia acrescenta anualmente dezenas de milhares de novos produtos às prateleiras, alguns deles se transformam em elementos indispensáveis até tal ponto que (...) não se pode pensar em viver sem eles (PATEL, 2008, p.11, tradução da autora³⁸).

Assim, a indústria alimentícia concentra seus esforços em baratear seus custos e garantir uma produtividade alta, mantendo certa estabilidade no mercado da comida. O preço alto pago pelos consumidores nem sempre está somente nos valores praticados, mas envolve também os prejuízos à sua saúde e à sua qualidade de vida. Entretanto, motivados por uma vontade cada vez mais ávida de consumir, o *animal laborans* da contemporaneidade já não busca apenas os produtos que realmente vão garantir sua sobrevivência, mas procuram descobrir paladares e aromas que preencham seus desejos mais simbólicos. Já para o *homo sacer* da atualidade, os alimentos, mesmo os de baixa qualidade nutritiva, nem sempre estão acessíveis e, com isso, sua vida converte-se em uma carência contínua e extrema.

³⁷ CASEMIRO, Luciana. Procon multa McDonald's em R\$ 3 milhões por publicidade abusiva. In: *O Globo online*, 6 de dezembro de 2011. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/procon-multa-mcdonalds-em-3-milhoes-por-publicidade-abusiva-3395722>>. Acesso em 07jan2012.

³⁸ "Pensemos en el kiwi, que hace mucho era conocido como la grosella china: para adecuarse a los prejuicios de la guerra fría la empresa de Nueva Zelanda que lo lanzó al mercado a finales de los años cincuenta le cambió el nombre. Era un sabor con el que nadie se había criado, aunque ahora parece que siempre haya existido. (...) la industria alimentaria suma todos los años decenas de miles de nuevos productos a los expositores, algunos de los cuales se convierten en elementos indispensables hasta tal punto que (...) no se puede pensar en vivir sin ellos." (PATEL, 2008, p.11)

CAPÍTULO 3

O faminto contemporâneo e os paradoxos do capitalismo

*A gente não quer só comer,
A gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.*
(Arnaldo Antunes)

A contemporaneidade parece reforçar alguns grandes e polêmicos paradoxos do capitalismo. Um deles é a “tolerância” à existência de tantos famintos e miseráveis na atualidade, quando os valores humanitários alcançaram importante espaço na ética social e num momento em que há uma superabundância de alimentos disponíveis no planeta. Essa contradição motiva a tentativa de compreender as origens dessa cultura mais “humanizada” e as razões para que uma parte considerável da população esteja excluída dessa “humanização”. Atualmente, vigora a máxima de que todo ser humano tem uma dignidade que lhe é intrínseca, pelo simples fato de ser humano. Tal asseveração não é, porém, uma verdade ahistórica, mas resulta do processo evolutivo civilizatório, e encontra respaldo em diversos autores especialmente a partir do Iluminismo. Sua formulação remete primordialmente ao filósofo Immanuel Kant, ainda no século XVIII, num período marcado tanto pelas ideias iluministas como pela expansão do capitalismo. Essa premissa se baseia no valor atribuído ao ser humano enquanto fim em si mesmo e que não poderia, portanto, ser coisificado ou instrumentalizado, utilizado como um meio para se atingir outro fim.

No entanto, convém esclarecer que Hannah Arendt, em seu estudo crítico acerca da condição humana, afirma que essa concepção de Kant foi uma expressão do “utilitarismo antropocêntrico do *homo faber*”, e que teria sido enunciada para evitar que as categorias de meios e fins fossem aplicadas ao campo da ação política. Essa acepção antropocêntrica contribui para compreender o declínio do *homo faber*, que tinha no produto a finalidade extrema de seu trabalho. Sendo o homem o fim último, todo o resto — inclusive o resultado de seu trabalho — converter-se-ia apenas em meio. Com isso, o *animal laborans*, com seu

apetite insaciável que busca consumir tudo unicamente para sua sobrevivência, torna-se o principal representante das sociedades de consumo e o símbolo do capitalismo. Como vive com foco exclusivo na manutenção da própria vida, o *animal laborans* realiza um processo que se assemelha ao processo biológico, no sentido de ser contínuo, interminável.

Arendt ressalta que a formulação de Kant, embora não tenha sido a primeira a reconhecer o valor do ser humano sobre todas as outras coisas, inclusive a natureza, tornou-se de algum modo referencial pois terminou por extrapolar a esfera política, que era o centro de suas reflexões. A filosofia kantiana finca suas bases no pensamento utilitário, mas sua pretensão não era formular o conceito de utilitarismo em sua época.

Antes de Kant, no século XVII, o filósofo inglês John Locke defendia como direitos inalienáveis do indivíduo tanto a vida como a liberdade e os bens — os três sendo sua “propriedade”. A supremacia do indivíduo sobre a coletividade tornou-se um importante valor na era moderna. Devido à enunciação de tais princípios, Locke é considerado um dos primeiros formuladores do liberalismo político. Por sua vez, o filósofo suíço Jacques Rousseau, no século XVIII, também reconheceu a liberdade como direito inato do ser humano e teceu profundas reflexões sobre a origem das desigualdades, que resultaram na obra *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, publicada em 1755 e carregada dos ideais iluministas. Rousseau destacou especialmente dois tipos de desigualdade: a primeira, que ele denominou “natural ou física”, seria definida pela natureza, como a saúde, as forças do corpo e o caráter; enquanto a outra, “moral ou política”, dependeria de uma convenção estabelecida ou autorizada pelos homens (ROUSSEAU, 2007, p. 29). Assim, a desigualdade natural não careceria de uma explicação, mas a de ordem política seria resultante de uma submissão da natureza à lei.

Historicamente elaborada, a noção da dignidade, firmada sobre os direitos de liberdade e igualdade e, especialmente, sobre a valorização da condição humana, fornece os indícios para avaliar o que as sociedades consideravam e ainda classificam como toleráveis ou intoleráveis. O conceito de dignidade não se encerra nos autores iluministas, e alcança a contemporaneidade intrigando os pesquisadores, que buscam compreender as origens de tal paradigma. Nesse sentido, já no final do século XX, o assunto é abordado pelo filósofo canadense Charles Taylor (2000). Esse autor destaca que a consolidação do conceito de dignidade resulta da passagem das sociedades de casta, pré-modernas — cujas hierarquias se baseavam na “honra” que garantia a seus detentores certos privilégios — para o modelo capitalista das sociedades posteriores às revoluções democráticas, que buscaram um conceito

mais universal e igualitário. Assim, a dignidade — diferente da honra — é um valor extensivo a todos os indivíduos e que, como tal, deveria ser garantido de antemão.

Também em fins do século passado, o filósofo alemão Jürgen Habermas (2004, p. 47) afirmou que o reconhecimento da condição humana é resultado de um processo evolutivo baseado em valores morais necessários ao convívio em sociedade, estabelecidos a partir do que é considerado bom para cada pessoa e bom para o grupo. Dessas relações se extrai o conceito de “dignidade humana”, entendida por ele tanto em sentido moral como jurídico: trata-se de algo que não se possui de maneira natural, mas é intangível e somente tem “significado nas relações interpessoais de reconhecimento recíproco e no relacionamento igualitário entre as pessoas”. De acordo com esse autor, toda vida humana desfruta de dignidade e exige respeito. Assim como Taylor, Habermas (2004, p. 52-53) explica que a aplicação desse termo encontra rastros no conceito pré-moderno de “honra”, destacando que mesmo que a dignidade das pessoas naquele período se materializasse de maneiras distintas, conforme seu *status* social, seria possível abstrair dessa noção mais antiga a ideia de “dignidade do homem”, que é “universalista em sua essência e que compete à pessoa como tal”. A dignidade, portanto, é um valor moral constituído historicamente no Ocidente moderno. E, nesse sentido, o comportamento moral é visto por Habermas como:

Uma resposta construtiva às dependências e carências decorrentes da imperfeição da estrutura orgânica e da fragilidade permanente da existência corporal (evidente sobretudo em fases da infância, da doença e da velhice). A regulamentação normativa das relações interpessoais pode ser compreendida como um poroso invólucro de proteção contra certas contingências, às quais o corpo vulnerável e a pessoa nele representada estão expostos. Ordens morais são construções frágeis, que, *de uma só vez*, protegem o corpo de lesões corporais e a *pessoa* de lesões internas ou simbólicas (HABERMAS, 2004, p. 47).

Por tais motivos, acatar essa dignidade exigiria assegurar as condições básicas para a sobrevivência de cada ser humano. Em decorrência das transformações morais e éticas vividas no curso da história da civilização ocidental, sobretudo nos últimos dois séculos que configuraram a era moderna, a sociedade contemporânea reconhece a dignidade como uma condição necessária para que todos os seres humanos possam nascer e se desenvolver no seu processo histórico e social. Trata-se de algo garantido pelos mecanismos tradicionais e legítimos vigentes, tanto em nível global como nas diversas esferas nacionais, especialmente pelas leis que normatizam e regulam o convívio social. Por consequência, a existência de um quadro grave de fome e miséria na atualidade, que resulta na tolerância da sociedade à sobrevivência de seres humanos em condições tão precárias, permanece como uma contrariedade que incita as reflexões e a busca por possíveis respostas.

3.1. A construção da noção de “pessoa”

O reconhecimento do ser humano como fim último e de uma dignidade que lhe é atribuída exclusivamente por sua situação humana não foi sempre assim: a concepção de pessoa passou por várias transformações ao longo da existência da espécie até se delinear a noção atualmente em uso, que considera certos direitos como inerentes à sua condição. Ainda hoje, há diferentes conceitos vigentes, alguns deles até contraditórios entre si, mas são definidos e praticados por diversas sociedades, operando simultaneamente em variados campos do saber e de ação.

Em seu ensaio intitulado “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”, o antropólogo francês Marcel Mauss (2003) analisa as formas que a categoria de “eu” adquiriu ao longo do tempo em diversas organizações sociais, estudando de que maneira ela ganhou corpo até se tornar mais clara nas sociedades ocidentais. Desde as ideias mais “primitivas”, permeadas por cerimônias rituais que usavam máscaras para a representação individual e coletiva, até a consolidação da noção de pessoa que temos hoje no Ocidente, houve um longo caminho. Foi na sociedade romana que começou a se modelar uma concepção mais próxima da que existe atualmente, graças à incorporação do aspecto jurídico às noções já existentes em outras culturas. “A ‘pessoa’ é mais do que um elemento de organização, mais do que um nome ou o direito a um personagem e a uma máscara ritual, ela é um fato fundamental do direito” (MAUSS, 2003, p. 385). Nessa representação, a “pessoa” ganhou a forma de uma entidade completa e independente, dotada de direitos e deveres individuais. Tomada como elemento jurídico, a pessoa recebeu também uma conotação moral: “um sentido de ser consciente, independente, autônomo, livre, responsável” (MAUSS, 2003, p. 390-391).

A noção de pessoa definida na sociedade romana resultou de muitas lutas de origens variadas, nas quais seus integrantes conquistaram direitos de cidadania. No entanto, cabe lembrar que os escravos permaneceram excluídos dessas prerrogativas, pois não eram considerados proprietários do próprio corpo e, portanto, a rigor não eram “pessoas”. Na Idade Média, o cristianismo modificou essa relação ao aceitar que os escravos tinham alma, mesmo que não fossem donos de seus corpos. Com o apoio dos dogmas estabelecidos pela Igreja, especialmente aqueles sobre a dupla natureza de Cristo, humana e divina, a noção de pessoa

ganhou um sentido cada vez mais individual, aproximando-se das concepções mais atuais (MAUSS, 2003, p. 393).

Para Arendt (2007, p. 74-75), os aportes mais relevantes da sociedade romana na concepção da pessoa se referem ao reconhecimento da vida humana acima de qualquer outro princípio, até mesmo sobre a propriedade, que era tida como valor supremo nas sociedades pré-modernas por ser um fator essencial para a participação na vida pública. Antes da era moderna, destaca a autora, a propriedade privada ou a *privatidade* era mais que uma condição para ser admitido à esfera pública, onde se desenvolvia a vida política. “Não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano”. Já na Idade Média, entretanto, a riqueza privada, muitas vezes computada pelo número de escravos que cada um possuía, passou a ser mais valorizada que a propriedade. Isso significava que o sujeito não precisaria se preocupar com sua sobrevivência, então estaria livre para exercer a atividade política (ARENDR, 2007, p. 74). Buscar ampliar sua propriedade em vez de dedicar-se à vida política era tido como uma renúncia a essa liberdade e uma voluntária equiparação à condição do escravo. Com a ascensão do capitalismo, porém, a busca pela extensão da propriedade — como analisado no segundo capítulo desta tese por meio do relato histórico feito por Karl Marx — mudou de *status* e passou a ser valorizada, não mais sendo assimilada ao tipo de servidão análoga à do escravo. Já nas atuais sociedades de controle, retomando o conceito formulado por Deleuze, a propriedade mudou novamente de sentido e está se redefinindo ao incorporar a noção de “acesso”, já abordada no primeiro capítulo deste estudo.

Outro importante motivo para a elevação da vida humana foi a ascensão da tese da eternidade, defendida pelo cristianismo, que promoveu o que havia de mais mortal — a vida humana individual — e alterou a relação do homem com o mundo, concedendo uma esperança a quem parecia condenado na vida terrena. No entanto, o desejo de imortalidade mundana tinha sido a inspiração da atividade política. Com a ideia da eternidade, esta última foi perdendo sua importância: o mundo tornou-se mais perecível que o homem e a glória terrena passou a ser considerada ilusória. A vida individual tomou “a posição antes ocupada pela ‘vida’ do corpo político” (ARENDR, 2007, p. 327).

Entretanto, de acordo com a nova visão, a conquista da eternidade somente seria possível por meio de uma vida santa: graças à ausência de pecados terrenos. A santidade da vida atribuída pelo cristianismo romano se distinguia em muito das atitudes dos povos da antiguidade, conforme avalia Arendt. Estes últimos, por exemplo, desprezavam a privação

imposta pelo trabalho, enfeitavam os filhos indesejados, tinham convicção de que a vida sem saúde não merecia ser vivida e de que o suicídio era um gesto nobre de quem ansiava abandonar a vida atribulada. Por outro lado, a inviolabilidade da vida promovida pelo novo credo já não permitia desprezar o escravo por ele aceitar sua condição em vez de atentar contra a própria vida (ARENDDT, 2007, p. 328).

Para o filósofo Charles Taylor (2010), as importantes mudanças no conceito de pessoa que ocorreram na modernidade estão relacionadas à gradativa ascensão do que ele denomina “ideal de autenticidade”, uma promoção das subjetividades e um reconhecimento das identidades individualizadas, da autonomia e da realização pessoal de cada um. Esse ideal, que “alterou profundamente as condições de crença em nossas sociedades” (TAYLOR, 2010, p. 555), começou a tomar forma no final do século XVIII, mas foi na segunda metade do século XX que ganhou força e se generalizou. A “cultura da autenticidade”, segundo Taylor, reconhece como legítimos tanto o questionamento às disciplinas como a permissão de reconhecer-se a si próprio e individualmente escolher aquilo que é melhor para si.

Esse período coincide com a crise das sociedades disciplinares que marcaram a modernidade, analisadas por Foucault, e a conseguinte ascensão das sociedades de controle, conceituadas por Deleuze. A pesquisadora Flavia Costa (2010, p. 67), ao tratar das modificações na noção de pessoa, recorre a Foucault ao estabelecer que, nas sociedades apoiadas no regime disciplinar, foi promovida a criação da alma como “cárcere do corpo”. Assim, a alma passa, primeiramente, a ser identificada como a “consciência” e, depois, como a pessoa, mas esta, entretanto, tem sentido como a “parte mais viva da vida humana”. Já no século XX, segundo Flavia Costa (2010, p. 67), a noção de pessoa comuta-se na cisão entre “o animal, meramente biológico”, com o homem “propriamente humano”.

A década de 1960 foi o ponto mais alto dessa transformação para a “cultura da autenticidade”, com as revoltas da juventude “contra um ‘sistema’ que sufocava a criatividade, a individualidade e a imaginação”. Tais reações reivindicavam a criação de “vínculos mais ‘orgânicos’” contra um “sistema ‘mecânico’”, agiam “contra o instrumental e a favor de vidas devotadas a coisas de valor intrínseco”, lutavam pela igualdade e a favor da sensualidade contra a repressão do corpo (TAYLOR, 2010, p. 559). Sob o olhar foucaultiano, tal transformação resultou de uma forte oposição aos regimes disciplinares.

Assim, em decorrência das mudanças na concepção moral de pessoa e da elevação da individualidade como valor, fruto de reflexões e conflitos travados em vários âmbitos, chegou-se a esse reconhecimento da integridade dos seres humanos que hoje vigora como

uma premissa básica nas sociedades contemporâneas. Essa noção de pessoa cristã influenciou as definições laicas que atualmente imperam, pelo menos no mundo ocidental, induzindo sua maneira de lidar com algumas questões que envolvem os seres humanos de forma crescentemente universal: agora todos são considerados merecedores de proteção e respeito, e supõe-se que as instituições criadas para tais fins devem garantir esses direitos. Tais assertivas, no entanto, coexistem — e se opõem — com a ética neoliberal vigente nas sociedades atuais.

3.2. Os Direitos Humanos

A sociedade romana foi uma das precursoras das garantias asseguradas pelo Direito contemporâneo, especialmente as relacionadas aos direitos humanos. A tradição grega, igualmente, deixou forte influência na concepção do que era chamado Direito Natural. Admitindo esses antecedentes, o filósofo italiano Giorgio Agamben alerta para a necessidade de analisar a definição dos direitos humanos a partir de seu significado histórico. De acordo com esse autor (2010, p. 124), as declarações de direitos não são “proclamações gratuitas de valores eternos metajurídicos, que tendem (na verdade sem muito sucesso) a vincular o legislador ao respeito pelos princípios éticos eternos”. Agamben afirma que a Revolução Francesa, em 1789, abriu caminho para o reconhecimento dessa “vida nua natural”, ou o nascimento, como razão de todo direito, ao proclamar na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que os “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

Segundo o autor, essa vida natural foi colocada na base do ordenamento e inaugurou a biopolítica na modernidade. Agamben detém-se numa questão que ele identifica na declaração destinada aos “homens” e aos “cidadãos”: devido à ideia aditiva do título, não necessariamente significariam a mesma coisa. Assim, o filósofo promove importantes considerações recorrendo às reflexões de Arendt sobre o problema dos refugiados do período entre guerras, abordado em sua obra *Origens do totalitarismo*, originalmente publicada em 1949. No livro, a autora alemã afirma que a concepção dos direitos do homem é arruinada quando se olha para a situação dos refugiados, que perderam todas as relações e qualidades e ficaram somente com seu caráter humano. Assim, para Agamben (2010, p. 123), a noção de cidadania estaria acima — e não como condicionante — dos direitos que seriam sagrados e inalienáveis aos homens.

Após a Segunda Guerra Mundial, o reconhecimento dos direitos humanos ganhou destaque e, para Agamben, a “ênfase instrumental” a eles atribuída impediu a compreensão do significado histórico dessas declarações. Relacionadas às biopolíticas, tais declarações inscrevem a “vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação”. O filósofo destaca ainda que o fundamento do Estado moderno dos séculos XIX e XX não é o homem como sujeito político livre e consciente, mas sim a sua vida nua natural, originada do seu nascimento, como foi enunciado pela Revolução Francesa. Com a politização da vida natural, essa vida nua ganha prioridade na estrutura do Estado, garantindo sua legitimidade e também sua soberania (AGAMBEN, 2010, p. 124).

Tomando as definições das ciências jurídicas que vigoram na atualidade, os Direitos Humanos são aqueles relacionados à pessoa, inerentes à sua natureza e devidos somente ao fato de que cada sujeito pertence à mesma espécie biológica. Assim, estão no rol desse tipo de direitos todas as necessidades básicas para o desenvolvimento da pessoa, considerados essenciais à sua dignidade. Os direitos humanos são atualmente divididos em três dimensões. Na primeira, estão os direitos civis e políticos, ou de *liberdade*, declarados logo após a Revolução Francesa. Na segunda, estão os direitos econômicos, sociais e culturais, ou de *igualdade*, que começaram a ser reconhecidos e formulados no início do século XX. A terceira dimensão é bem mais recente, reconhecida somente no final do século passado, e proclama os direitos de *fraternidade*, que são os coletivos. Neles se incluem a paz, o meio ambiente e a informação, por exemplo, bem como a proteção às minorias.

O primeiro bloco desses direitos, os de *liberdade*, contempla uma aplicação imediata e foi assumido por vários Estados ao redor do mundo como direitos garantidos nas suas diversas leis nacionais. Esse conjunto envolve os direitos individuais de liberdade, segurança, integridade física e moral, e de participação na vida pública para todos os cidadãos de cada nação. Já o segundo grupo, que envolve os de *igualdade*, institui princípios para as políticas dos Estados, mas estes nem sempre são assegurados em normas legislativas. Nesse conjunto estão os direitos econômicos, sociais e culturais, que se referem às condições de vida e de acesso a bens materiais e culturais considerados essenciais para a existência do ser humano enquanto pessoa. No entanto, são direitos que dependem da disponibilidade de recursos e da vontade política, por parte de cada Estado e em cada momento histórico, para que sejam atendidos. No Brasil, a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Contudo, mesmo que não estejam estabelecidos por leis, considera-se que esses direitos da segunda dimensão deveriam ser assegurados pois são essenciais à vida humana, mas geralmente sua implantação só é conquistada quando a população se organiza e cobra sua implementação. Embora seja o Estado o responsável por tais garantias, esses direitos são considerados anteriores à sua formação, apesar de nem sempre terem sido assegurados, tanto nos regimes precedentes como em alguns Estados modernos e até na atualidade. São direitos subjetivos que visam a promover a “igualdade material de oportunidades, ações e resultados, entre partes ou categorias sociais que são desiguais em certas relações específicas (...) protegendo e favorecendo juridicamente os hipossuficientes nessas relações sociais”, conforme explica o especialista Sérgio Resende de Barros³⁹.

Nos direitos sociais reconhecidos nesse segundo bloco — entre os quais se incluem educação, saúde, trabalho, salário condizente à realidade — destaca-se o direito à alimentação, entendida como algo fundamental à existência e à integridade psicofísica de todos os seres humanos. A falta de acesso aos alimentos provoca a vulnerabilidade da pessoa e, por isso, atenta contra sua dignidade, impossibilitando sua participação social e o exercício de sua cidadania, devendo ser, por conseguinte, intolerável. Por tais motivos, garantir o direito à alimentação implica conceber o direito à vida não somente no sentido de não permitir sua privação, mas também no intuito de assegurar a cada ser humano o acesso a certos bens e serviços indispensáveis à preservação de sua vida. O destaque dado nesta tese ao direito à alimentação e ao que decorre de seu não atendimento — como a fome e suas consequências, situação incompatível com as noções de cidadania que vigoram na atualidade, ou, ainda, com o conceito da dignidade humana aqui discutido — deve-se ao fato de que seu desrespeito pode ser considerado a máxima expressão da miséria. Trata-se de uma evidência de que os demais direitos — especialmente os sociais, mas também os civis e políticos — dificilmente estão sendo respeitados.

Em países de tradição liberal ou neoliberal, o direito à vida é considerado apenas pela garantia dos direitos humanos da primeira dimensão: por exemplo, proteger contra a violência é uma obrigação do Estado. Entretanto, garantir alimentação, água, saúde e educação para todos os cidadãos é uma recomendação para a formulação de políticas públicas, porém não é considerado algo obrigatório, o que indica que seu não atendimento é, de certa forma, tolerado. Isso se deve, em boa medida, ao fato de que o acesso a esses bens ou serviços é uma questão de mercado, que por sua vez é definido como uma instituição autônoma para o

³⁹ Citado do artigo “Direitos Humanos”, divulgado no site pessoal do jurista Sérgio Resende de Barros, sem data de publicação. Disponível em <<http://www.srbarros.com.br/pt/direitos-humanos.cont>>. Acesso em 12nov2010

liberalismo, não devendo receber intervenção estatal. Vale lembrar que, seguindo as premissas neoliberais disseminadas no final do século passado e analisadas por Foucault, a miséria chega a ser interessante e conveniente para manter estável o jogo econômico. No entanto, cabe ressaltar que os direitos da segunda dimensão ganharam importância no século XX, particularmente depois da crise liberal das décadas de 1920 e 1930, ocasião em que foi proposta a doutrina keynesiana e o Estado do bem-estar social.

Mais tarde, exatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo precisava se recuperar dos estragos causados pelo conflito bélico e quando os valores que conduziram às guerras passavam por reformulações, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso ocorreu em 1948 e significou, partindo das análises de Agamben, uma tentativa de inscrever a vida natural dos seres humanos na ordem jurídico-política. Nesse mesmo momento surgiram em alguns países mais desenvolvidos as políticas sociais que tinham como norteador o modelo da solidariedade nacional, no qual a coletividade assume a proteção e deve “cobrir os infortúnios dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 273). Todavia, essa política também entrou em crise nas últimas décadas, abrindo o caminho para os avanços do neoliberalismo. Em decorrência do insucesso do regime keynesiano e do ônus econômico resultante das políticas sociais implantadas nesse período pós-guerra — e que se estenderam em alguns países até finais do século XX —, uma nova versão dos ideais liberais foi delineada na década de 1960 e ganhou cada vez mais força, impondo limites à atuação do Estado, levando à privatização dos serviços e dando uma renovada autonomia ao mercado.

No liberalismo e, principalmente, no neoliberalismo, é atribuída atenção especial às liberdades e responsabilidades individuais, já que esses valores são condições essenciais para sua manutenção e consolidação. O Estado não se preocupa em garantir as liberdades, mas em produzi-las e organizá-las, pois elas são fundamentais à governamentalidade nesse tipo de regime. “O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre”, explica Foucault (2008, p. 87), “vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre”. No entanto, nessa prática está presente, simultaneamente, uma relação de produção e destruição das liberdades: “é necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc”, que operam como o contrapeso das liberdades (FOUCAULT, 2008, p. 87). Já o neoliberalismo tem suas bases ancoradas nos mecanismos de concorrência, com a proposta de promover uma sociedade empresarial e transformar cada um de seus indivíduos em empresários motivados pela competitividade. Essa estratégia só pode

ter sucesso numa população financeiramente capaz de participar da dinâmica econômica. Vale destacar que um recurso comum para o sucesso do jogo é a adoção da estratégia já mencionada do “imposto negativo”, elevando ou rebaixando intencionalmente as pessoas que estão no limiar da renda mínima, conforme as necessidades do interesse econômico em questão (FOUCAULT, 2008, p. 284).

É imprescindível realçar que a ausência dos direitos da segunda dimensão afeta somente a população mais vulnerável financeiramente e não compromete o projeto de felicidade dos consumidores, o que contribui — ou até é o motivo principal — para que essa óbvia relação entre direitos básicos e sobrevivência humana seja desconsiderada e, conseqüentemente, tolerada. Apoiado nas liberdades individuais, na valorização das subjetividades e no “espírito empresarial”, o ideário político neoliberal promoveu um novo e importante princípio moral do capitalismo contemporâneo: o consumismo. Na atualidade, o conjunto de consumidores passou a ser de fato a parcela “cidadã” da sociedade, integrada por aqueles que não carecem de garantia estatal dos direitos da segunda dimensão, visto que podem pagar por esses benefícios e, desse modo, concorrer com sucesso na disputa por esses bens escassos. Alimentação, educação, assistência médica, entre outros itens, tornaram-se objetos comercializáveis e acessíveis somente àqueles têm renda suficiente para comprá-los, desonerando o Estado desses cuidados outrora tidos como essenciais. Assim, restou aos pobres a tarefa de exigir do poder público a devida atenção a essas carências, buscando maneiras, nem sempre alcançadas, de conquistar seus direitos de cidadania. Afinal, o regime neoliberal propõe assegurar somente o Estado mínimo e incentivar que a população possa arcar com os custos de sua existência, mesmo precariamente.

Entretanto, cabe perguntar: por que, então, a estrutura institucional que vigora sob o capitalismo ainda inscreve tais privilégios na categoria de direitos universais? Possivelmente, trata-se de um dos tantos paradoxos ou contradições que assombram o projeto de mundo hoje vigente, com propostas divergentes ainda em pugna e vestígios formais de regimes anteriores. Mas é provável que assim permaneça, pois o reconhecimento do direito à vida, decorrente de um longo e em diversos momentos conturbado processo civilizador, não permitiria que essas prerrogativas fossem excluídas. Tal medida implicaria ignorar a grande parcela da população que, em todo o mundo, ainda carece do acesso a serviços fundamentais e não conta com a atenção do Estado. Essa situação pode ser estudada a partir das percepções do filósofo Giorgio Agamben, quando ele analisa a estratégia contemporânea de excluir pela inclusão (2010, p. 35), ou quando Foucault examina a utilização calculada do “imposto negativo”. A

condição desses miseráveis não cidadãos, famintos e carentes de direitos, é semelhante também à dos refugiados citados por Arendt e por Agamben, aos quais também são negados quaisquer direitos. Vale lembrar que os campos modernos constituíam espaços que configuravam situações de exceção e justificavam a suspensão da lei. Medidas como essas, adotadas na modernidade e na contemporaneidade, remetem ao poder soberano, aquele que, segundo Foucault, determinava a morte e consentia a vida. Essa soberania efetiva-se quando acontece o aprisionamento da *vida nua* — desprotegida, supérflua e exposta à morte violenta — que Agamben denomina *homo sacer*, análoga à condição dos famintos da atualidade, expostos à morte e desprovidos de garantias sobre sua vida (AGAMBEN, 2010, p. 75-76).

A condição *homo sacer* dos miseráveis contemporâneos é enfatizada com a adoção de programas de cunho assistencialista voltados a diminuir certos problemas relacionados ao déficit da capacidade de consumo, sobretudo a partir do final do século XX, quando o neoliberalismo estendeu suas bases por todo o Ocidente. A adoção desses programas, enquadrados na estratégia neoliberal do “imposto negativo” analisada por Foucault (2008, pp. 280-284), nada mais é que o processo de “excluir pela inclusão” examinado por Agamben ao analisar a *vida nua* existente nos campos de concentração.

No artigo intitulado “Pobreza e exclusão social”, elaborado em 2002 a pedido do Banco Mundial, a cientista política Elisa Reis e o sociólogo Simon Schwartzman destacam que, enquanto os direitos civis e políticos são de natureza constitucional, os direitos sociais são objeto de políticas que devem ser implantadas de maneira prática e realista e, por vezes, deveriam adquirir força de lei. Os autores explicam ainda que a definição e a determinação dos direitos sociais nas leis, como é o caso brasileiro da Constituição Federal, acarretam uma oposição entre o “legal” e o “real”, ocasionando dificuldades para o setor público.

A inclusão de direitos nos textos legais tem o efeito prático de criar, para a sociedade, a percepção de que estes direitos existem e são legítimos; e, para os governos, a responsabilidade pelo seu atendimento. Ao mesmo tempo, esta situação pode trazer problemas extremamente sérios para o setor público, quando, por exemplo, os tribunais criam para o Executivo obrigações acima de suas possibilidades financeiras e institucionais. (REIS; SCHWARTZMAN, 2002, p.8)

A discussão em torno dos direitos sociais e sua fundamentação jurídica, como se percebe acima, é bastante polêmica, especialmente sob o aspecto exposto por Reis e Schwartzman. As origens dos direitos sociais estão diretamente relacionadas ao liberalismo e ao neoliberalismo, sobretudo aos momentos de crise desses sistemas. Concebidos a partir dessas tendências, os direitos sociais acabam sendo individualizados e excluídos da responsabilidade do Estado, justificando manifestações que apenas orientam as políticas

públicas. Por isso, como bem sugeriu Agamben, seria preciso não se perder de uma avaliação acerca da construção histórica de tais direitos. Contudo, eles são reconhecidos, configurados e defendidos formalmente na sociedade atual. Por isso, este estudo não pretende aprofundar a discussão acerca dos direitos humanos, além do que foi até aqui analisado, inclusive a partir das críticas de Foucault à ascensão do liberalismo e posteriormente do neoliberalismo, examinadas no primeiro capítulo desta tese. A abordagem dos direitos humanos se insere no contexto deste estudo pois foco da pesquisa está na instrumentalização da miséria e da fome e no modo como tal questão é tratada nas narrativas jornalísticas das últimas quatro décadas feitas pela imprensa brasileira, representada nesta pesquisa pela revista *Veja*.

Num breve enunciado da formulação dessas narrativas, convém enfatizar que até a década de 1980 os temas relacionados à miséria e à fome eram tratados sob a perspectiva política e enquadrados como intolerável, num momento em que ainda eram fortes os preceitos do Estado do bem-estar social, que naquele período entrava em declínio no Brasil. Naquela década, as reportagens começaram a realçar individualmente as vítimas, prevalecendo uma “personificação”, como a denominam os pesquisadores Paulo Vaz e Gaelle Rolny (2010), ou a cultura da “autenticidade” aqui assinalada. Especialmente a partir da década de 1990, quando se intensificou esse ideal classificado pelo filósofo Charles Taylor e que encontra bastante fundamento nos modos de vida que se desenvolvem sob o neoliberalismo, um novo tema passou a receber destaque frequente na imprensa: a felicidade como um objetivo primordial na realização individual. Com isso, a situação dos miseráveis e famintos ganhou uma invisibilidade que a enquadra, portanto, como algo tolerável nas sociedades de consumo.

3.3. Fome e miséria nas “sociedades de controle”

Em 2010, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) divulgou que o número de famintos havia chegado a um bilhão em todo o planeta. O fato virou notícia nos jornais do mundo inteiro, afinal nunca antes na história houve tanta gente sem ter o que comer. Proporcionalmente, significa que uma em cada sete pessoas que habitam a Terra passa fome. Em meados do século XX, quando o geógrafo e médico brasileiro Josué de Castro publicou sua obra *Geografia da fome* (1946), essa relação era de uma em cada oito pessoas. Em números proporcionais, portanto, a conexão piorou, e os números absolutos estão mais altos do que nunca, resultando no aumento da desigualdade social entre as pessoas e,

também, entre as nações. Em números aproximados, a Ásia e o Pacífico concentram 66% dos famintos, a África abriga 27%, a América Latina e o Caribe, 5%, e menos de 2% se encontram nos países mais desenvolvidos.

Cabe notar, porém, que quando Josué de Castro realizou seus famosos estudos, o referencial para classificar o quadro de fome guardava diferenças em relação aos padrões atuais, mormente no que se refere ao consumo energético. As observações do médico naquele período estavam mais voltadas ao consumo de vitaminas e minerais, identificando as regiões em que havia carência dos nutrientes e relatando as consequências dessa falta. No Nordeste açucareiro, por exemplo, a expansão da cana-de-açúcar provocou, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, sérios prejuízos à alimentação daquela população, que chegou ao século XX consumindo basicamente feijão, charque, café e açúcar, efeito do largo espaço dedicado aos canaviais. No levantamento realizado por Josué de Castro (2003, p. 121-123) em 1932, em Recife, com 2.585 pessoas, foi constatado que 80% dos avaliados não consumiam leite, ovos, verduras e frutas, resultando numa deficiência de proteínas, vitaminas e sais minerais a menos da metade das taxas indicadas pelos nutricionistas naquela época. Em termos energéticos, o consumo médio era de 1.645 calorias, também insuficiente, pois se considerava como fundamental a ingestão de 2.640 calorias diárias para aquela população, devido às condições climáticas e às características preponderantes do metabolismo naquela região.

Atualmente, já não se recorre mais às necessidades nutricionais como parâmetro alimentar, mas somente aos requisitos calóricos. De acordo com a economista Sonia Rocha (2000, p. 111), isso acontece porque análises baseadas no *Estudo Nacional da Despesa Familiar* (Endef)⁴⁰ e na *Pesquisa de Orçamentos Familiares* (POF)⁴¹ de 1987/88 apontam que se houver garantia de que os requisitos calóricos são atingidos, os outros nutrientes também estariam satisfeitos. Os índices energéticos adotados no Brasil são baseados nas recomendações da FAO e aplicados a cada capital estadual, conforme as variações metabólicas que nelas predominam, entre outros fatores. No artigo “Do consumo observado à linha de pobreza”, publicado em 1997, a autora recém citada apresenta os índices

⁴⁰ O Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1974 e 1975. Trata-se de uma pesquisa domiciliar, efetuada em todo território nacional (exceto nas áreas rurais do Norte e Centro-Oeste) durante um ano, que trabalhou com uma amostra aproximada de 55 mil domicílios e 53 mil famílias. Teve o objetivo de coletar dados relevantes sobre orçamentos familiares e consumo de alimentos para, sobretudo, analisar a situação nutricional no país a partir de um quadro de orçamentos domésticos. (IBGE, 2010)

⁴¹ A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), também realizada pelo IBGE, é similar ao Endef. Visa mensurar as estruturas de consumo, dos gastos e dos rendimentos das famílias para traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos. A POF mais recente é a 2008-2009. Antes dela, foram publicadas as POFs: 1987-1988; 1995-1996; e 2002-2003. (IBGE, 2010)

recomendados por cinco especialistas para dez capitais brasileiras. Para obter uma informação interessante a nosso trabalho, consideramos uma média entre esses dez índices. Desse modo, com base nos dados da FAO de 1973, o consumo energético recomendado no Brasil era de 2.304 calorias por dia. Considerando os parâmetros da FAO divulgados em 1985, os estudos no início da década de 1990 apontam para um consumo médio recomendado, no Brasil, de 2.172 calorias diárias.

Portanto, os parâmetros da FAO para as necessidades calóricas foram reduzidos ao longo do tempo, o que sugere que o número de pessoas consideradas famintas poderia ser ainda maior, caso os índices mínimos fossem os mesmos da década de 1940, quando Josué de Castro efetuou suas pesquisas. Uma das razões apontadas para essa redução é a automatização de diversas atividades, o que minimiza as exigências físicas e, conseqüentemente, as carências energéticas dos organismos humanos. Não obstante, as regiões que concentram os maiores índices de famintos são as menos industrializadas e desenvolvidas do planeta, aquelas nas quais ainda predomina o trabalho braçal, que exige mais energia e, por conseguinte, a ingestão de mais calorias.

Em setembro de 2010, cinco meses depois do anúncio da chocante marca de um bilhão de famintos na Terra, a FAO divulgou que a fome mundial havia recuado — pela primeira vez em quinze anos —, descendo para 925 milhões de famintos. No relatório “O estado da insegurança alimentar no mundo 2012”⁴², o mais atual publicado pela organização, a estimativa é de que existam 1,4 bilhão de pessoas na extrema pobreza, das quais 870 milhões passam fome e sofrem de desnutrição crônica (FAO, 2012). A maior redução ocorreu na Ásia, especialmente em decorrência do incremento na economia da China e da Índia, países considerados “emergentes” devido à aceleração de suas economias e ao aumento do poder aquisitivo de boa parte de suas populações. A África, porém, registrou um declínio menor na desnutrição.

Considerando o complexo e movimentado panorama no que tange ao assunto aqui abordado, a proposta desta tese consiste em observar com maior atenção as reportagens publicadas na revista *Veja*, desde seu lançamento, em 1968, até o final de 2012, envolvendo temas relacionados à fome e estendendo-se a outras questões relacionadas à miséria. No início desse período que abarca mais de quatro décadas, a “insegurança alimentar” era um fantasma tão assustador quanto agora, embora não fosse ainda empregada essa expressão para caracterizar o estado constante de fome de certas parcelas da população. Mas, naquele

⁴² FAO, WFP and IFAD. *The State of Food Insecurity in the World 2012. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition*. Rome, FAO, 2012.

momento, tomavam forma as teorias neomalthusianas⁴³, apregoando que a população cresceria a um ritmo maior que a capacidade de produzir alimentos. Esse temor foi reavivado especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os países viram suas populações aumentarem e enfrentaram séria diminuição na capacidade de alimentá-las. Em resumo, os neomalthusianos, que propagaram seus discursos principalmente a partir dos países mais desenvolvidos, afirmavam que o crescimento populacional acelerado dos países periféricos constituía um forte obstáculo ao progresso econômico. Afinal, isso tornaria necessário fazer mais investimentos na área social, o que reduziria os recursos que poderiam ser aplicados nos setores produtivos da economia. Tal fato serviu de argumento para a adoção de biopolíticas com foco no controle de natalidade. Era uma “tentativa de adaptar a dinâmica populacional à economia, e não a economia à dinâmica populacional”, conforme afirma o geógrafo Melhem Adas (2004, p. 54), discípulo de Josué de Castro.

Com a chamada “Revolução Verde”, sobretudo a partir da década de 1970, a produção agrícola foi impulsionada pelo uso de novas tecnologias, dando lugar a uma quantidade sempre crescente e aparentemente ilimitada de alimentos. Isso contribuiu muito para que as ideias neomalthusianas fossem superadas diante do enorme volume de comida produzido mundialmente. Todavia, mesmo com essa quantia que seria suficiente, obtida graças aos avanços técnicos, há ainda um predomínio do eixo econômico em relação às necessidades da população, o que resulta num quadro de carências e falta de acesso aos alimentos por uma grande parcela dos habitantes do planeta, que não tem como pagar por eles. Assim, essa elevada produção atual não implicou o fim da fome como problema social, mas resultou na sua passagem para o segundo plano das preocupações políticas e, paradoxalmente, seu aumento numérico. Isso acontece ainda hoje, embora sua solução pareça ser possível e, quiçá, óbvia: se há mais alimentos que gente, a equação matemática mais simples indica que todos poderiam ser alimentados e ainda sobraria comida. Mas na sociedade contemporânea, marcada tanto pela abundância como pelo desperdício, a realidade desafia a matemática para atender a outra lógica: a do capitalismo.

O problema da fome, considerado como um sintoma do subdesenvolvimento, não é atacado em sua causa, porque essa atitude iria contra a ordem econômica mundial que vigora

⁴³ O economista e demógrafo britânico Thomas Malthus ficou conhecido por sua polêmica teoria, publicada em 1798, sustentando que a população mundial cresce em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética, sendo a fome, portanto, um mal inevitável e em fatal crescimento. Na segunda metade do século XX, os problemas demográficos mundiais revitalizaram as ideias do economista, na forma de um “neomalthusianismo”. Já no final do século XX e no início do XXI, organizações internacionais que atuam na área garantem que o planeta é capaz de produzir comida suficiente, e que o problema está relacionado à distribuição dos alimentos, desacreditando as ideias de Malthus.

na contemporaneidade, baseada tanto na globalização como na liberalização do comércio, ambas comandadas pelos países mais ricos (FOUCAULT, 2008; ADAS, 2004). Com isso, acaba sendo tratado como um fenômeno isolado e até mesmo “naturalizado”, o que faz com que seja tolerado, sem uma preocupação com suas verdadeiras causas nem com suas possíveis soluções. Para resolvê-lo, ainda hoje há quem defenda o controle de natalidade para que seja promovido um aumento na renda da população, algo que costuma ser considerado uma das razões para a fome enquanto problema social. Porém, é importante ressaltar que as taxas de natalidade são mais baixas em populações com renda elevada, especialmente pelos altos níveis de educação, resultando na redução no número de nascimentos. A taxa de natalidade mais baixa é, então, uma consequência do aumento da renda, e não sua causa (ADAS, 2004, p. 61).

Exemplo dessa relação foi constatado pela antropóloga Walquiria Domingues Leão Rêgo, que realizou uma pesquisa com mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família. Em entrevista à Revista *Marie Claire*, a pesquisadora relata que o dinheiro recebido do governo por cada criança matriculada na escola deu às mães, mulheres que vivem nos bolsões de pobreza brasileiros, a oportunidade de tomar decisões, inclusive a de ter menos filhos. Segundo apontou a pesquisa, o número de mulheres que procuram por métodos anticoncepcionais aumentou durante os cinco anos em que o estudo foi realizado, que envolveu também o retorno às mesmas entrevistadas para novas conversas. Graças aos recursos recebidos por meio do programa Bolsa Família, as mulheres deixaram de ser dependentes dos maridos, passaram a decidir pela separação em casos de insatisfação e a tomar decisões sobre o próprio corpo⁴⁴. Elisa Reis e Simon Schwartzman (2002, p. 18), no artigo já referido anteriormente, defendem que a desigualdade na renda é agravada no Brasil pelas diferenças em educação. Afinal, o baixo nível de escolaridade gera dificuldades para se conseguir emprego e ainda resulta numa pouca qualificação dos postos de trabalho. Se o acesso à educação fosse mais igualitário, haveria um cenário com mais paridade nas oportunidades, ainda que o mercado de trabalho continuasse sendo restrito.

Nas sociedades contemporâneas, já não é mais possível dissociar fome e renda, visto que a população em condição de miséria é a que invariavelmente vive em situação de insegurança alimentar e nutricional. Afinal, os alimentos existem e estão disponíveis para o consumo humano, mas somente alcança esse estoque quem pode pagar por eles: os

⁴⁴ SANCHES, Mariana. O Bolsa Família e a revolução feminista no sertão. In: Revista *Marie Claire*, 3 de dezembro de 2012. <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/o-bolsa-familia-e-revolucao-feminista-no-sertao.html>> Acesso em 05jan2013.

consumidores. Como a riqueza está concentrada nas mãos de poucos e a pobreza, sim, é globalizada, apesar de todos os avanços técnicos e das conquistas no plano das “liberdades individuais”, ocorre algo que parece incompatível: um contingente cada vez maior de pessoas não consegue dispor dos alimentos necessários à manutenção da sua vida. Isso acontece, em boa medida, em decorrência da ética neoliberal que se encontra em vigor na atualidade.

A população mundial aumenta cotidianamente e, desse modo, cresce também a procura pelos alimentos, fazendo com que o mercado atenda à regra mais simples da oferta e da procura, elevando os preços e dificultando o acesso universal. Para os camponeses, conforme destaca Adas (2004, p. 55), a questão é ainda mais complicada, pois além da renda, o acesso aos alimentos relaciona-se também com o acesso à terra, aos meios de produção e à estrutura fundiária, entre outros aspectos. Assim, uma enorme parcela da população é privada, portanto, daquilo que atualmente (e paradoxalmente) é considerado um direito humano inerente à dignidade das pessoas.

A fome habita os discursos do Estado desde sua constituição na história do Ocidente; e, antes, já era preocupação de reis e soberanos. No entanto, na sociedade contemporânea — especialmente por causa da fartura que torna contraditória a existência desse quadro imenso de miséria na atualidade — ganha *status* de grande problema social, não natural, conseqüentemente intolerável. E, dadas as condições mais evidentes de disponibilidade de comida, hoje a fome também aparece claramente como um problema evitável, o que aponta para a submissão do eixo social ao econômico e expande o abismo entre o *homo humilis*, aquele ser humano que vive à míngua, e o *animal laborans*. Levando em conta os direitos humanos da segunda dimensão, aqueles considerados sociais e de igualdade, a persistência do problema da fome na atualidade justifica a enunciação e a implantação de inúmeras políticas públicas. Em razão disso, governantes e líderes do mundo todo se reúnem rotineiramente com a proposta de discutir possíveis soluções para essa mazela social, que emerge como o principal desalinho à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assim, por exemplo, em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU), levando em conta o que analisou como “as principais aflições mundiais”, estabeleceu os “Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”⁴⁵, incluídos no *Projeto do Milênio*, e definiu que o primeiro deles seria “acabar com a fome e a miséria”⁴⁶. A meta proposta nesse item consiste em reduzir

⁴⁵ As informações sobre o *Projeto do Milênio*, da Organização das Nações Unidas, estão disponíveis no site www.objetivosdomilenio.org.br.

⁴⁶ Os oito objetivos são: 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das

pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior à medida de um dólar PPC por dia e a proporção da população que padece com a falta de alimentos. Isso significa promover a ascensão do *homo humilis*: em dados brutos, seria retirar da indigência mais de quinhentos milhões de pessoas. No entanto, até mesmo a utilização do critério de medição acima mencionado para definir o estado de miséria é questionável. O critério adotado pela ONU é o mesmo que utiliza o Banco Mundial, que modificou o valor de referência em 2008: quem vive com menos de 1,25 dólar PPC por dia é miserável, e pobre é quem vive com até dois dólares PPC diariamente.

Já no Brasil, que tem por referência o salário mínimo, é considerado pobre quem recebe até dez reais por dia, o que totaliza 300 reais por mês, e miserável é quem vive com cinco reais por dia, ou 150 reais mensais. Entretanto, em 2012, o valor médio da cesta básica de alimentos apurado nas dezessete capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) aumentou mês a mês. Em dezembro de 2012, por exemplo, o maior valor foi registrado em São Paulo, onde a cesta com treze itens custou R\$ 304,90. Com base no custo apurado para a cesta de São Paulo, e levando em conta que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE⁴⁷ estima que o valor do salário básico necessário precisaria ser, pelo menos, R\$ 2.561,47, ou 4,12 vezes o mínimo em vigor atualmente, que é de R\$ 622,00. O salário mínimo ideal no Brasil seria superior à renda per capita que qualifica um brasileiro como pertencente à classe alta. Na definição da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a classe média envolve quem tem renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019 por mês. Acima disso, já está inserido na classe alta⁴⁸.

Logo, esse exemplo mostra que o fato de reposicionar quinhentos milhões de miseráveis na categoria de pobres não significa que estes passariam a ser alimentados satisfatoriamente e, menos ainda, que com isso se extinguiria o problema da fome em nível mundial. Tais parâmetros são constantemente criticados, inclusive pelos economistas, porque para avaliar mais precisamente os índices de pobreza e miséria deveria ser levado em consideração o gasto com alimentação, como propõe a economista Sônia Rocha. Essa

gestantes; 6) Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

⁴⁷ DIEESE. “Cesta básica aumenta em todas capitais em 2012”. Disponível em <<http://trovatore.dieese.org.br/analisecestabasica/2012/201212cestabasica.pdf>> Acesso em 08jan2013.

⁴⁸ D'AGOSTINO, Rosanne. Nova classe média inclui ao menos 50% das famílias em favelas do país. In *Portal GI*, 1 de outubro de 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/10/nova-classe-media-inclui-ao-menos-50-das-familias-em-favelas-do-pais.html>> Acesso em 12dez2012.

pesquisadora utiliza os dados referidos ao consumo calórico recomendado pelos especialistas para, então, traçar os valores de renda mínima que seriam indispensáveis. Isso se deve ao fato de que a alimentação é considerada uma necessidade básica, então as exigências nutricionais são utilizadas para determinar as linhas de pobreza (ROCHA, 1997, p. 314).

Assim, reposicionar meio bilhão de pessoas não significa melhorar substantivamente o quadro, já que a maior contrariedade reside no fato de que a situação não cessa de piorar. Os pequenos recuos que às vezes ocorrem no índice mundial de famintos costumam derivar de um aumento da desigualdade entre os países mais ricos e os mais pobres, e não exatamente de uma diminuição da quantidade de famintos em termos absolutos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as diferenças no modo de vida das populações de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, como Noruega, Austrália e Islândia, e com IDH mais baixo, como Níger, Afeganistão e Serra Leoa, são enormes.

Como exemplo, o PNUD destaca o rendimento per capita: para cada dólar ganho por um morador de Níger, país com quatro milhões de habitantes e terras férteis, situado no norte da África, um norueguês ganha 85 dólares. Enquanto a expectativa de vida do primeiro é de 50 anos, a do segundo é de 80 anos, atualizando nesses locais que detêm os piores índices a condição *homo sacer* formulada por Agamben. Mesmo levando em conta a diferença no custo de vida e, portanto, a proporção do poder de compra, a situação é grave, pois os países menos desenvolvidos são fortemente afetados por governos autoritários e corruptos, e por altos índices de inflação, especialmente em produtos considerados de primeira necessidade. Vale lembrar, como analisou Foucault no curso *Nascimento da biopolítica*, que o neoliberalismo promove mecanismos concorrenciais e se vale de uma população que oscila entre a miséria e a pobreza para sustentar o jogo econômico, conforme a conveniência para o mercado em cada momento.

Foi exatamente nesse contexto, no ano de 2007, que o mundo se viu surpreendido por um aparentemente repentino aumento nos preços dos alimentos. Isso agravou a situação já bastante problemática, gerando uma crise de “insegurança alimentar” que permanece até hoje, entendida como uma situação em que não são atendidas as necessidades mínimas de alimentos em termos de quantidade, qualidade e regularidade no acesso. Naquele momento, a responsabilidade pelo aumento dos preços apontou para os combustíveis, visto que os derivados do petróleo tiveram um reajuste de até 40% em alguns países. Na outra ponta, os chamados biocombustíveis, ou agrocombustíveis — obtidos a partir de matéria-prima vegetal

e renovável —, também foram culpabilizados pelo problema, inclusive com a perspectiva alarmante de instauração de um caos alimentar nos próximos anos, em virtude da expansão da produção dessa modalidade de combustível que passaria a consumir boa parte das terras cultiváveis do planeta e dos grãos que poderiam ser usados como alimentos. Na circularidade do mercado, outros fatores relacionados ajudaram a gerar a crise: o preço da carne subiu porque a ração dos animais é elaborada a partir de cereais; além disso, o transporte dos produtos alimentícios e dos suprimentos utiliza combustíveis fósseis. Por outro lado, países de alta produção agrícola, como o Brasil e os situados no Leste Europeu, viveram grandes períodos de seca em 2005 e 2006, e os efeitos foram sentidos de 2007 para 2008. Por último, devido ao medo da expansão da crise e para se proteger, alguns países exportadores reduziram os montantes enviados para fora de seus territórios, piorando a situação daqueles que dependem da importação.

Como se vê, as causas divulgadas para esse desequilíbrio são várias, mas o fato é que, entre 2007 e 2008, segundo dados da FAO⁴⁹, a maioria dos produtos agrícolas básicos teve reajustes, entre eles o arroz, que subiu 217%; o trigo, que encareceu 136%; o milho, 125%; e a soja, que somou um reajuste de 107% (FAO, 2008). Esses cereais constituem a base da alimentação da maioria dos países periféricos, o que já indica uma tendência que favoreceria o quadro de subnutrição. A alimentação regular apoiada em alguns cereais levou muitos países a obrigar a adição de vitaminas e minerais nos produtos refinados para tentar garantir o consumo mínimo desses nutrientes pelas suas populações, num claro exemplo das biopolíticas que caracterizam as sociedades disciplinares da modernidade e que se estendem à contemporaneidade.

Numa comparação entre dados da FAO dos períodos 1990-92 e 2003-05, o número de famintos subiu de 842 milhões para 848 milhões, sendo a altíssima quantidade de 832 milhões referida a moradores dos países em desenvolvimento. Desse montante, 65% residem em apenas sete nações: Índia, China, República Democrática do Congo, Bangladesh, Indonésia, Paquistão e Etiópia. Em particular, na República Democrática do Congo, a proporção de pessoas subnutridas aumentou de 29% para 76% entre os dois períodos acima, especialmente em função da guerra vivenciada no país. As estimativas reveladas a partir de 2007, porém, mostram uma acelerada elevação no número de famintos no mundo inteiro, num crescimento proporcional que supera os índices já registrados historicamente. Esse quadro foi agravado

⁴⁹ FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2008 – los precios elevados de los alimentos y la seguridad alimentaria: amenazas y oportunidades*. FAO: Roma, 2008.

com a desaceleração da economia em diversos países a partir de 2009, que provocou sérias crises em nações que antes nunca haviam vivenciado situações semelhantes, como Grécia e Portugal, entre outros.

Apesar da magnitude dos números citados, a reação da sociedade contemporânea diante dessa afronta à dignidade humana carrega certa tolerância, pois não se compara às expressões de repúdio às diversas manifestações da violência, por exemplo, nem às preocupações com outros problemas relacionados à alimentação — tais como a obesidade, que já atinge também mais de 300 milhões de pessoas, ou mesmo os transtornos alimentares como a anorexia e a bulimia. A FAO estima que dez milhões de pessoas morram anualmente em decorrência da “insegurança alimentar”, sendo 30% crianças⁵⁰. A morte cotidiana de tanta gente por falta de comida não provoca choque e comoção mundial suficientes para promover uma transformação dessa realidade. Assim, como fruto dessa despolitização do problema, a responsabilidade sobre a situação recai no mercado, uma instituição dispersa, amorfa e imensurável que, por essas características, não está sujeita a condenações éticas ou a avaliações públicas; e, além disso, habitualmente é naturalizado no modo de vida ancorado no capitalismo de tendência neoliberal.

Outro fato que contribui para a falta de iniciativas nesse sentido é que esse grande número de famintos compõe um dado, uma estatística, uma cifra que tampouco costuma ser personificada em vidas ou rostos humanos, especialmente na atualidade. Contudo, um movimento contrário a essa tendência, atualmente, pode ser notado nos produtos midiáticos como o que constitui o foco desta tese. A dramatização dessa realidade e a subjetivação dos personagens, quando ocorrem, têm o propósito de promover certa “compaixão à distância”, tal qual foi identificado pelos pesquisadores Paulo Vaz e Gaelle Rolny (2010), em seu artigo intitulado “Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais”. Essa estratégia destaca a individualidade das vítimas em forma de relatos e imagens, motivando que a audiência experimente a dor dessas vítimas por meio das reportagens, embora o público leitor se encontre bem distante daquela realidade. A tentativa de propiciar uma “compaixão à distância” chegou a ser observada também nos relatos sobre os casos de miséria e fome aqui analisados, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, operando uma aparente aproximação e, por esse caminho, tendendo a suscitar no espectador certa preocupação com o problema. Isso ocorre por meio da identificação e da empatia, ou por ser a compaixão um tipo de pré-requisito necessário à conquista da felicidade — tema que será abordado mais adiante neste

⁵⁰ FAO. *Os desafios para um mundo sem fome*. Disponível em < <https://www.fao.org.br/dmsm.asp> > Acesso em 12abr2012.

capítulo —, embora ambas as realidades permaneçam bem distantes uma da outra. Entretanto, cabe notar que essa atenção costuma ser logo substituída por outras identificações mais mundanas apresentadas pela própria dinâmica jornalística, que gera um fluxo ininterrupto de notícias variadas que se sobrepõem rapidamente.

É oportuno ressaltar que, desde que boa parte da população mundial foi sendo privada da terra como um requisito básico do funcionamento do capitalismo, esse grupo não tem encontrado maneiras de assegurar, em primeira instância, sua própria alimentação. Para complicar tal quadro, as necessidades dos sujeitos modernos foram aumentando, com uma profusão de novos desejos criados pelas estratégias capitalistas com o intuito de ampliar os lucros, concentrar as riquezas e manter o controle do mercado. Atualmente, a escravidão e a servidão são práticas eticamente condenáveis em quase todo o mundo segundo os padrões ocidentais, sendo inclusive proibidas por leis em diversos países. A crítica às culturas orientais que ainda autorizam a submissão de mulheres e crianças a trabalhos considerados desumanos e a jornadas acima dos limites tolerados no Ocidente, por exemplo, encontra eco em diversas represálias e embargos comerciais, o que muitas vezes contribui para agravar a situação de fome nesses países. A situação dessas populações marca duplamente a atualidade do conceito de *vida nua*, proposto por Giorgio Agamben. Por um lado, são subjugadas em seus países, que não lhes reconhecem direitos nem lhes fornecem garantias; e, por outro lado, nações inteiras são colocadas na condição de *homo sacer* quando outros países lhes negam participação no mercado global e, ainda mais, lhes boicotam com o desabastecimento de produtos essenciais.

Em 2006, uma organização não governamental denominada Oxfam International, que atua em 92 países, tem sede na Austrália e apresenta como missão o trabalho com vistas à erradicação da pobreza, denunciou um conjunto de empresas fabricantes de acessórios esportivos por explorarem mão de obra nos países asiáticos. O relatório “Fora do jogo! Direitos trabalhistas e produção de roupa desportiva na Ásia”, fruto de uma pesquisa realizada ao longo de um ano com 12 marcas, apontou que os trabalhadores asiáticos não podiam pedir aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho de forma organizada em associações e sindicatos, pois eram punidos com demissões e outros tipos de violência. O documento afirmou ainda que 80% dos trabalhadores eram mulheres provenientes de comunidades pobres e responsáveis pelo sustento de seus filhos⁵¹. Antes disso, em 2002, as firmas Nike e Adidas

⁵¹ OXFAM. ¡Fuera de Juego! Las marcas deportivas pagan millones a las estrellas del Mundial pero vulneran los derechos de sus trabajadores, 18 de maio de 2006. Disponível em <www.oxfam.org/es/news/2006/pr060524_labor>. Acesso em 12nov2012.

já haviam sido denunciadas pela mesma organização, que delatou um quadro ainda mais grave no documento intitulado “Nós não somos máquinas”. Segundo esse relatório, os trabalhadores viviam na extrema pobreza, com salários correspondentes a dois dólares por dia, sofriam assédio sexual e humilhações, e cumpriam a jornada em condições insalubres, com altos índices de acidentes no manuseio das máquinas e exposição a fumaça tóxica. A notícia, divulgada pela BBC, rede britânica de televisão, informou também que naquele ano a Nike e a Adidas tiveram um faturamento de 750 milhões de dólares⁵².

Ao mesmo tempo em que ocorre esse tipo de condenações a determinadas práticas consideradas imorais, antiéticas ou ilegais do ponto de vista ocidental, a indústria situada no lado mais economicamente desenvolvido do planeta muitas vezes também se apropria das frágeis relações trabalhistas praticadas mais comumente no Oriente. Em 2011, a imprensa brasileira noticiou que a companhia Zara, grife espanhola de roupa destinada aos consumidores de classe média e alta, utilizava, em três fábricas implantadas no estado de São Paulo, mão de obra boliviana mantida em relação similar à escravidão, com jornadas superiores às 14 horas diárias, confinamento em moradias precárias e sem higiene⁵³.

Na indústria alimentícia, relacionada de modo mais direto ao objeto desta tese, as grandes marcas exploram recursos humanos e naturais de países periféricos em condições igualmente ilegais. A maior parte do cacau usado pela indústria do chocolate, por exemplo, é obtida na África Ocidental, e sua extração envolve um grande contingente de crianças, estimado em 1,8 milhões de trabalhadores com menos de 15 anos nesse segmento na Costa do Marfim e no Gana⁵⁴. Já no Brasil, o Ministério Público do Trabalho empreende constantes operações para libertar seres humanos submetidos à exploração análoga à servidão em diversas indústrias ligadas à alimentação. Em 2012, foram encontradas e resgatadas no país quase duas mil pessoas, a maioria trabalhando em propriedades rurais, mas também em

⁵² Autoria não publicada. ONG acusa Nike e Adidas de explorar trabalhadores. In *BBC Brasil*, 7 de março de 2002. Disponível em <www.bbc.co.uk/portuguese/economia/020307_nikeml.shtml> Acesso em 12nov2012.

⁵³ BRUNING, Felipe Vanini; NEVES, Márcio. Zara reconhece trabalho irregular em 3 confecções de SP. In *Folha de S.Paulo*, 17 de agosto de 2011. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/mercado/961047-zara-reconhece-trabalho-irregular-em-3-confecoes-de-sp.shtml> Acesso em 23jan2012.

⁵⁴ DACEY, Jessica. Chocolate mantém gosto amargo de exploração. In *swissinfo.ch*, 6 de outubro de 2011. Disponível em <www.swissinfo.ch/por/economia/Chocolate_mantem_gosto_amargo_de_exploracao.html?cid=31223982> Acesso em 13nov2012

BBC Brasil. Estudo encomendado pela Nestlé diz que empresa compra cacau processado por crianças. In *BBC Brasil*, 29 de junho de 2012. Disponível em <www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2012/06/120629_cacau_nestle_lgb_rn.shtml> Acesso em 13nov2012

setores urbanos, como construção civil e vestuário⁵⁵. Para sustentar a exportação brasileira de carne, os trabalhadores de frigoríficos são expostos a condições perigosas, com jornadas em ambientes de baixas temperaturas e com alto índice de mutilações. Em consequência, nesse ramo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins (CNTA) estima que 80% dos empregados têm alguma doença ocupacional. Em 2007, o Brasil exportou três milhões de toneladas de frango, a maior parte dela desossada e cortada em pequenos pedaços. Para produzi-las, os trabalhadores desempenham atividades repetitivas e ininterruptas, desenvolvendo quadros de Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), doenças tipicamente laborais e que ascenderam na modernidade⁵⁶.

Esses exemplos evidenciam que, na atualidade, as transações comerciais entre os países envolvem redes bastante complexas. É possível relacionar ainda essas situações de mercado com os campos de concentração analisados por Agamben, com a suspensão das leis e a criação de exceções, pois embora irregulares, são bastante praticadas em nome do princípio da concorrência que rege a ética neoliberal contemporânea. É fundamental esclarecer que essa política também constitui um mecanismo de controle dos mercados, e mascara práticas bem habituais da governamentalidade da vida, ou do biopoder contemporâneo. Afinal, o capitalismo ocidental — que já levou seus tentáculos às economias dos países mais populosos do Oriente e aos confins de todos os continentes — exerce fortemente suas pressões sobre a vida das populações. A privação do acesso à terra e, conseqüentemente, aos alimentos, talvez seja o exemplo mais claro desse tipo de estratégia. Nesse sentido, foram reconfiguradas as biopolíticas — aquelas medidas adotadas pelas instituições disciplinares modernas com o objetivo de intervir e regular o comportamento das populações, com seus mecanismos para garantir a produtividade dos sujeitos. Atualmente, no capitalismo de tendência neoliberal, as biopolíticas são concebidas e implantadas, sobretudo, pelas empresas (com ou sem apoio dos Estados), que muitas vezes são transnacionais e interferem de outros modos nas condições de vida da população.

⁵⁵ MPT. Trabalho escravo contamina cadeia produtiva do país. 2 de janeiro de 2013. Disponível em <http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I_2CbEdFAAovLRY!/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/trabalho+escravo+contaminacao+cadeia+produtiva+do+pais>. Acesso em 08jan2013.

⁵⁶ CNTA. Doenças do trabalho nos frigoríficos de carne: omissão e transferência de responsabilidade. 21 de dezembro de 2012. Disponível em <www.cntaafins.org.br/index.php/noticias/pesquisas/205-doen%C3%A7a-do-trabalho-nos-frigor%C3%ADficos-de-carne-do-rs>. Acesso em 08jan2013

De acordo com as teorias de Michel Foucault, os dispositivos disciplinares adotados entre os séculos XVIII e XX buscavam ampliar as aptidões dos corpos individuais, garantindo sua obediência para canalizar suas forças a serviço do capital, conseguindo que tais comportamentos e suas conseqüentes moralizações penetrassem em cada sujeito graças à sua “internalização”. Apesar de todas as transformações testemunhadas nas últimas décadas, e embora tenham sido reformulados, importantes traços desse poder sobre a vida permanecem atuantes e até mesmo cresceram nas atuais “sociedades de controle” — cujos mecanismos de “assujeitamento” se manifestam de modos bem mais sutis. Isso se revela, por exemplo, na flutuante inclusão ou exclusão dos indivíduos na parcela daqueles que são definidos como consumidores.

As biopolíticas que envolvem a exploração da fome persistem neste início do século XXI. Populações inteiras são submetidas às regras de um mercado do qual elas são excluídas ou incluídas conforme a conveniência ao jogo econômico, como destacou Foucault. O problema da falta de acesso aos alimentos é tratado como uma questão de renda, e o principal alvo das políticas governamentais enquadradas no “imposto negativo” costuma ser a geração de recursos aos indivíduos, de alguma forma tornando-os como sujeitos de si mesmos. Uma vez incluídos nos programas de subsídio, eles podem pagar por seus alimentos e, desse modo, se converterem nos *animais laborans* contemporâneos, integrando-se à parcela de consumidores capazes de contribuir para o bom funcionamento do mercado. Ao mesmo tempo, a *vida nua* é reforçada no abandono dos países miseráveis desprovidos de riquezas naturais exploráveis e cujos habitantes não representam uma significativa força de trabalho a ser aproveitada pelo mercado.

Tudo isso se deve a um movimento que constitui um vetor fundamental dos modos de vida ancorados no capitalismo, especialmente em sua versão mais avançada da contemporaneidade: os aspectos políticos, sociais e ambientais das questões relativas à necessidade e ao direito à alimentação e, portanto, ao direito à vida, passaram a ser subordinados ao eixo econômico. A prevalência dessa vertente econômica é complexa e envolve, entre outros aspectos, a valorização das subjetividades, especialmente em sua versão empreendedora, em detrimento das obrigações estatais referidas a todos os cidadãos definidos pela sua “igualdade”. Isso implica a autorresponsabilidade dos sujeitos pelas suas vidas, com base em valores hoje considerados fundamentais como os da “livre-escolha” e do gerenciamento dos riscos. Além disso, as questões sociais encontram-se relegadas em

detrimento das relações de consumo, resultantes das mudanças de hábitos da população mundial sob o incentivo das políticas neoliberais.

Entre os valores morais predominantes no capitalismo contemporâneo, o abismo entre as categorias de consumidores e não consumidores pode chegar ao extremo de representar uma nova modalidade de “eugenia”. Esta se basearia no poder de compra de cada pessoa — premissa diferente da que determinou as medidas higienistas praticadas no final do século XIX e na primeira metade do século XX, que se apoiaram em características físicas do organismo sadio e das etnias consideradas superiores, em nome de algumas estratégias nacionais. Agora, porém, a diferenciação da “parte ruim” das populações — os não consumidores — já não é efetuada nos moldes dos extermínios praticados outrora. Mesmo assim, pode-se dizer que, na contemporaneidade, permitir a morte anual de milhões de pessoas porque carecem dos recursos necessários para se alimentar corretamente implica certa cumplicidade com um tipo de “eugenia”. Trata-se, neste caso, de uma prática asséptica baseada em características que não são físicas, étnicas ou raciais, mas que se referem ao nível de renda e à capacidade de consumo. Ou, ainda, à “herança social”, condição que substituiria na atualidade a “herança biológica” que determinara o destino dos seres humanos durante o regime nazista, conforme analisou o filósofo Giorgio Agamben (2010, p. 144).

3.4. A canalização biopolítica da fome na contemporaneidade

Embora não seja uma prerrogativa da contemporaneidade a de utilizar o acesso aos alimentos como um mecanismo que visa à governamentalidade das populações, é agora que tal fato parece mais contraditório e, por isso, causa grande estranheza ao ser analisado. Afinal, não pode ser considerado trivial o fato de exercer domínio sobre as populações negociando suas condições mínimas de sobrevivência, sobretudo numa época em que há fartura de alimentos e se produziu uma “evolução” no “processo civilizatório” que reconhece as circunstâncias essenciais à vida humana como direitos inalienáveis. Entretanto, não é de hoje que o controle da produção alimentícia opera como um dispositivo de poder. Em alguns períodos do passado ocidental isso acontecia de modo mais claro, enquanto atualmente, quase sempre, ocorre de forma obscura e disfarçada em discursos aparentemente empenhados e preocupados, sob a égide do neoliberalismo politicamente correto. Nos sistemas escravagistas e feudais, por exemplo, a comida era usada para obrigar os servos a trabalharem para os

senhores. Já no capitalismo, paga-se em dinheiro pelo trabalho dos miseráveis para que eles possam comprar sua própria comida, algo que nem sempre é possível.

Para compreender os percursos que ainda promovem esse domínio, mesmo numa sociedade que já reconhece como direitos inalienáveis aqueles relacionados como essenciais à sobrevivência, vale recorrer à análise empreendida por Foucault no artigo intitulado “O sujeito e o poder”. Nesse texto, o filósofo analisa o jogo político predominante nos séculos XVII e XVIII e explica que a razão governamental daquele momento passou a apoiar-se nas tecnologias do “poder pastoral”. Naquele momento, a igreja cristã já não garantia mais o pleno domínio dos sujeitos, e uma das razões para isso é que a secularização vivenciada na modernidade reduziu a crença na vida eterna como uma compensação do sofrimento na terra. Dessa forma, o caminho aberto por esse processo foi rapidamente aproveitado pelo Estado, que se apropriou das tecnologias do poder pastoral para promover a individualização dos sujeitos por meio da consolidação de novos ideais terrenos, apoiados — entre outros pilares — no enaltecimento da felicidade como um valor prioritário e na riqueza como predestinação à salvação eterna.

Assim, o Estado moderno combinou técnicas de individualização e procedimentos de totalização, constituindo uma nova forma política, que transforma os indivíduos em sujeitos. Vale lembrar que essa expressão tem dois significados: “sujeito a alguém pelo controle e dependência” e, também, “preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento”. Na análise de Foucault (1995, p. 235), “ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”. Esse poder pastoral “implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la”, explica o filósofo (1995, p.237). Então, o antigo poder pastoral não chegou a desaparecer na modernidade, mesmo com o enfraquecimento da igreja que ocorreu a partir do século XVIII. Mas perdeu a parte principal de sua eficácia, sobretudo, quando sua função se ampliou e se alargou para fora da instituição religiosa, tomando todo o corpo social e estendendo uma tática individualizante a uma série de poderes: família, medicina, psiquiatria, educação e empregadores. Nessa “nova distribuição” do poder individualizante, o Estado moderno se apropriou das tecnologias do poder pastoral, cujo objetivo final deixou de ser o de dirigir o povo para sua salvação no outro mundo, e passou a ser a de assegurá-la neste mundo. Neste contexto, “a palavra *salvação* tem diversos significados: saúde, bem-estar, segurança, proteção contra acidentes” (FOUCAULT, 1995, p. 238).

O filósofo destaca que o poder não é consensual e que se configura como um modo de ação de alguns sobre os outros, mas não de forma direta e imediata. A relação de poder é “um

modo de ação que age sobre sua própria ação” (FOUCAULT, 1995, p. 243). É diferente de uma relação de violência, que age sobre um corpo ou sobre as coisas, que força, submete, destrói algo passivo e, se encontrar alguma resistência, tenta reduzi-la. Logo, cabe deduzir que “o exercício do poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira”, conforme assegura Foucault. Segundo o autor (1995, p. 244), o poder é “menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’”. Nesse sentido, como já abordado anteriormente nesta tese, o exercício de poder pressupõe certa liberdade: só pode existir sobre sujeitos individuais ou coletivos que têm a possibilidade de adotar diversas condutas, reações e comportamentos, que podem se deslocar e até escapar; isto é, que podem “resistir”.

Assimilando o conceito de Foucault, é possível identificar na contemporaneidade essa forma de poder pastoral adotada pelo Estado. Afinal, parte da população, principalmente a mais carente de recursos para se integrar ao modelo neoliberal, é submetida às ações de um Estado que tenta salvar-se a si próprio e a seus mecanismos de funcionamento — especialmente o mercado. Em busca desse resultado, são utilizadas estratégias que favorecem a aceitação de tal projeto para que os sujeitos se sintam nele integrados. Vale lembrar como importante recurso, nesse sentido, as iniciativas enquadradas no rótulo do “imposto negativo” e, também, as políticas públicas sem cunho financeiro, concebidas com o objetivo de melhorar as condições das populações menos abastadas.

Para os fins desta tese, portanto, interessa realçar que no centro das relações de poder há sempre uma “insubmissão”, condição essencial para sua existência. Por conseguinte, o confronto é ardil e se encerra quando as reações de oposição são substituídas por mecanismos pelos quais um dos lados consegue definir, com constância e segurança, a conduta do outro lado. Na atualidade, colocar os sujeitos como prioridade nas ações empreendidas configura-se um importante mecanismo de aceitação desse poder e uma forma eficaz de abrandar o conflito. É oportuno destacar que a todo momento é possível a uma relação de poder converter-se num confronto entre adversários, e as relações de adversidade podem resultar no emprego de mecanismos de poder. Essas duas possibilidades levam ao surgimento de fenômenos de “dominação” encontrados em várias sociedades (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Tipicamente, as nações menos desenvolvidas — nas quais ainda é fraca a presença de iniciativas de imposto negativo de forma sistematizada — registram constantes conflitos internos, muitas vezes motivados pela precariedade da vida de suas populações. Exemplo recente disso é a chamada Primavera Árabe, uma onda de levantes populares contra as

ditaduras de diversos países do Oriente Médio e do norte da África. Iniciado em dezembro de 2010 na Tunísia, o movimento se expandiu quando um jovem tunisiano, desempregado, ateou fogo ao próprio corpo para se manifestar contra as condições de vida no país. O jovem morreu, mas seu ato deflagrou uma série de protestos que, em um ano, já tinha derrubado três ditadores: o presidente da Tunísia, Zine el-Abdine Ben Ali, depois de 24 anos no poder, fugiu para a Arábia Saudita; no Egito, o presidente Hosni Mubarak foi deposto depois de governar por 30 anos; e Muammar Kadafi, líder na Líbia por 42 anos, foi morto quando se escondia dos ataques rebeldes. Além desses, os governantes do Iêmen e do Kwait renunciaram⁵⁷.

Os motivos para os conflitos descritos acima podem ser resumidos em problemas que esses países têm em comum: desemprego, pobreza e corrupção. E a razão do confronto talvez passe pelo fato de que as ditaduras, comumente, não incorporaram a seus regimes as estratégias de atuação neoliberal. Mal administrados, os índices elevados daqueles três componentes contribuem para suscitar uma enérgica resistência ao poder soberano que é exercido pela força, na contramão do poder moderno que se ancora no regime disciplinar, como foi analisado por Foucault. E muito distante, ainda, do poder que se configura nas sociedades contemporâneas, definido por Deleuze como sendo mais volátil, diluído e apoiado em formas sutis de controle, amparadas na aparente liberdade individual e baseadas na prevenção e na inclusão.

Mesmo nos regimes disciplinares, para o bom exercício da governamentalidade, segundo Foucault, é preciso que haja certa liberdade: não uma liberdade absoluta, mas controlada, com a possibilidade de abertura de alguns pontos de resistência. A governamentalidade, tanto no liberalismo do século XVIII como no neoliberalismo contemporâneo, opera a partir da gestão da liberdade, pois se concentra em definir em que medida “os diferentes interesses (...) não constituirão um perigo para o interesse de todos” (FOUCAULT, 2008, p. 89). Além disso, Foucault salienta que é fundamental “que a liberdade dos processos econômicos não seja um perigo, um perigo para as empresas, um perigo para os trabalhadores”, bem como “a liberdade dos trabalhadores não pode se tornar um perigo para a empresa e para a produção”. Nem mesmo os riscos individuais a que qualquer pessoa está sujeita — como os acidentes, as doenças e a velhice — podem “constituir um perigo nem para os indivíduos nem para a sociedade”, afirma o filósofo. Assim,

⁵⁷ ESTADÃO. *Um ano de Primavera Árabe, a primavera inacabada*. Disponível em <<http://topicos.estadao.com.br/primavera-arabe/>>. Acesso em 16jan2013; TERRA. *Luta por liberdade revolucionária no norte africano e península arábica*. Disponível em <www.terra.com.br/noticias/infograficos/protestos-mundo-arabe/>. Acesso em 16jan2013.

a todos esses imperativos (...) devem corresponder estratégias de segurança que são, de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo. A liberdade e a segurança, o jogo liberdade e segurança — é isso que está no âmago dessa nova razão governamental cujas características gerais eu lhes vinha apontando. Liberdade e segurança — é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo (FOUCAULT, 2008, p. 89).

Uma das mais sérias consequências da soma dos fatores desemprego, pobreza e corrupção é a fome e a insegurança alimentar. Em 1946, o sociólogo Josué de Castro havia identificado a força adquirida pelos poderes econômicos e políticos a partir da exploração da miséria e da desigualdade social: a “pressão modeladora de forças econômicas ou culturais” se exerce sobre o ser humano através de um mecanismo biológico. “É através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, é através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante” (CASTRO, 2003, p. 21). O sociólogo brasileiro realizou seus estudos bem antes de Foucault conceituar o “biopoder”, mas suas observações já anunciavam o tipo de poder formulado pelo filósofo, que seria exercido de modo a adequar os fenômenos da população aos processos econômicos para garantir, assim, a utilidade e a docilidade dos corpos no intuito de assegurar o desenvolvimento do capitalismo (FOUCAULT, 2010, p. 153).

Para manter esse cenário, então, é preciso exercer certo domínio sobre esses “não-cidadãos” das nações contemporâneas. Agora, apesar dos avanços no “processo civilizador” que permitiram um relaxamento nas condutas e uma ampliação inédita das liberdades individuais, especialmente nos países mais desenvolvidos, a “arte de governar” as pessoas continua sendo uma questão primordial. Afinal, ainda hoje o bom governo pretende manter equilibrado o jogo econômico, adotando políticas que se apropriam dos fenômenos biológicos e convertem o ser humano em seu objeto. Trata-se, novamente, das biopolíticas que buscam intervir e regular as vidas das populações de modo a adequá-las ao projeto em vigência na sociedade.

Mas se, na modernidade, o biopoder agia graças aos dispositivos de confinamento apoiados na disciplina, na contemporaneidade, tais aparelhos não são mais suficientes para garantir o bom governo. Como já foi mencionado, em 2007, o mundo vivenciou uma grave crise de insegurança alimentar, que permanece até hoje. Uma excessiva alta nos alimentos levou diversos países, especialmente os mais pobres — entre eles, Egito, Haiti, Filipinas e Bangladesh — a registrar, a partir de 2008, situações de tensão provocadas por manifestações sociais em protesto contra a falta de acesso aos alimentos. Os temores de que ocorresse um levante popular e os receios dos conseguintes riscos para o comércio internacional que a extensão de tais ações poderia causar motivaram diversas reuniões de organismos

internacionais como a ONU e o G-8⁵⁸. O objetivo desses encontros era conseguir a enunciação de medidas que pudessem conter os ânimos de uma população enfurecida pelo fantasma da fome — um espectro que, em 1946, fora definido pelo sociólogo Josué de Castro (2003, p. 23) como “uma das mais sérias ameaças à paz, tão inquietante quanto o segredo da bomba atômica”.

Atualmente, porém, não é possível manter os miseráveis famintos confinados em locais específicos, como outrora foi possível fazer com os refugiados dos campos de concentração estudados por Giorgio Agamben (2002). Recorrendo às teorias de Deleuze (1992), cabe deduzir que a governamentalidade moderna deu lugar, na atualidade, a um tipo de controle contínuo e ilimitado, consolidado em uma aparente liberdade, que se realiza por meio do endividamento e do consumo ou de certa generalização da produtividade empresarial. No entanto, a população faminta, que antes já era grande demais para ser confinada, agora é também pobre demais para ter acesso à dívida, resultando num cenário em que o controle pode não ser tão simples e precisa de recursos ainda mais sutis e também mais eficazes para poder operar. Esses recursos envolvem um rol de estratégias características do neoliberalismo, que realça uma liberdade delimitada e concedida, com forte amparo na concessão de uma capacidade de consumo conveniente ao jogo econômico.

As propostas do capital humano, do empreendedorismo individual e do imposto negativo, analisadas por Foucault, atualizam as biopolíticas na contemporaneidade. Nesse cenário, a alimentação pode ser um eficaz dispositivo de controle, necessário, inclusive, para garantir a segurança da sociedade. Em sua análise, o filósofo francês ressaltou que o modelo empresarial implantado no neoliberalismo mantém uma população que flutua entre o poder de consumir e a extrema miséria. Para esse autor, tal população constitui um reserva de mão de obra que pode ser utilizada ou colocada de volta na condição de assistida (FOUCAULT, 2008, p. 284). No entanto, diante do atual cenário mundial, esse interesse pode ir além. Despojados de direitos e marginalizados, os miseráveis famintos podem atender às necessidades dos abastados fornecendo também “material humano”, tanto cultural como natural, aos interesses políticos e econômicos do projeto em vigor. No Brasil, por exemplo, embora ilícita, ainda é comum a prática do “voto de cabresto”, que se vale do abuso de autoridade, da compra de votos e do uso da máquina pública para obter o controle político sobre determinadas populações. Mais habitual no interior do país e nos rincões de pobreza, essa prática é registrada também nas grandes cidades, numa versão atualizada à “era digital”

⁵⁸ O G8 é o grupo dos oito países mais ricos e influentes do mundo, do qual fazem parte Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia.

que obriga o eleitor a fotografar seu voto para comprovar a fidelidade. Em virtude desse novo hábito, o uso de telefone celular nas cabines de votação foi proibido pela Justiça Eleitoral.

Já a junção dos valores empresariais com as biotecnologias leva, por exemplo, à configuração legal de cobaias humanas, voluntárias ou pagas, conforme a legislação de cada país. Reportagem do jornal *O Globo*, publicada no dia 18 de junho de 2011, informa que, no Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) “não fiscaliza de forma independente e sistemática os cerca de 3.000 testes de novos tratamentos, equipamentos e remédios que acontecem hoje no país envolvendo, segundo estimativas de profissionais de saúde, cerca de 250 mil brasileiros”⁵⁹. As falhas apontadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde, responsável pela autorização das pesquisas, incluem a realização de testes com um número pouco significativo de pacientes, bem como o fato de não avisar os cobaias de que estavam sendo submetidos a testes de novas drogas e não informar sobre os eventuais riscos de efeitos colaterais.

A partir desse último exemplo, percebe-se que as populações menos abastadas são seduzidas para se submeter a esse tipo de experiências e, muitas vezes, aceitam em troca de remuneração ou mesmo na esperança de um tratamento que, caso seja aprovado, pode não ser acessível para eles devido aos altos preços, especialmente decorrentes das patentes que restringem uma comercialização mais ampla. Aliás, as patentes sobre diversos itens, com destaque para as sementes e os medicamentos, tem tornado os seres humanos mais dependentes das tecnologias, ao mesmo tempo em que favorecem a concentração de mercado e o fortalecimento das grandes indústrias. Com isso, atuam como um mecanismo de controle biopolítico bem atual, por meio da dominação e submissão de populações inteiras, evidenciando a relação instrumental e de exploração daquelas vidas que estão desprovidas do imprescindível poder de consumo.

Em termos de alimentação, por exemplo, os organismos transgênicos costumam ser apontados como uma possível solução para o problema da fome porque garantem safras maiores, protegidas de pragas e outras intempéries naturais. Dominada por grandes empresas multinacionais, essa tecnologia permite o cultivo a partir de sementes geneticamente alteradas, que são inférteis por definição, privatizadas ou protegidas com patentes e comercializadas a preços elevados. As pesquisas para sua obtenção são financiadas por grandes corporações e também pelo poder público, mas seus resultados geram rendimentos

⁵⁹ SCOFIELD JR, Gilberto. Governo está de olho em novos remédios, mas não fiscaliza 250 mil cobaias humanas. In: *O Globo*, 18 de junho de 2011. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/politica/governo-esta-de-olho-em-novos-remedios-mas-nao-fiscaliza-250-mil-cobaias-humanas-2873402>>. Acesso em 20set2011.

cada vez maiores às indústrias alimentícias. Ao mesmo tempo em que os transgênicos possibilitam um preço mais baixo no produto final vendido nas prateleiras dos supermercados, os lucros crescem e se concentram. As sementes produzidas com essa tecnologia tão sofisticada vão se tornando inacessíveis aos pequenos agricultores, que ficam sem condições de plantar, vender, ter renda e mesmo se alimentar, o que majora a miséria no campo e contribui para o inchaço das áreas urbanas.

Voto de cabresto, cobaias humanas e a explosão da violência pelo aumento do preço dos alimentos podem ser exemplos da mesma situação de miséria e fome a que uma parte importante da população mundial está sujeita, reforçando os resultados da análise realizada por Josué de Castro ainda na primeira metade do século XX. As conclusões do sociólogo brasileiro apontam para o sentido de que a fome é a expressão biológica de um fenômeno econômico bem definido: o subdesenvolvimento. Mais de seis décadas atrás, ele apontava uma possível solução:

O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo. É dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade. Só assim teremos um verdadeiro desenvolvimento econômico que nos emancipe de todas as formas de servidão. (CASTRO, 2003, pp. 291-292)

No entanto, o Estado do bem-estar social constitui um modelo que não encontra respaldo no capitalismo de inspiração neoliberal surgido no final do século passado e, atualmente, em franca expansão pelo mundo. Esse novo sistema redireciona a proteção e a promoção do bem-estar social — e também econômico — dos cidadãos para a esfera do mercado autorregulável, concedendo apenas aos consumidores o acesso às condições de cidadania. Retomando as reflexões de Foucault sobre o poder pastoral, o Estado moderno buscava salvar a si mesmo, ainda que para isso fosse preciso sacrificar alguns indivíduos — o que também ocorre hoje em relação aos miseráveis e famintos: eles são a *vida nua* contemporânea, algo sem valor, quase descartável, bem distante do ideal consumidor-cidadão. No capitalismo atual, num momento histórico em que predomina a ética neoliberal, a essência do mercado reside na concorrência e não mais na troca (FOUCAULT, 2008, p.161). Esse projeto de mundo e os modos de vida que o acompanham já não estão baseados na igualdade de oportunidades, na distribuição das riquezas e, especialmente, na responsabilidade pública por aqueles que não são capazes de garantir a si mesmos o mínimo necessário para viver em condições adequadas. Ao contrário, a figura que emerge nesse contexto é a do empreendedor individual, cujo gerenciamento é decalcado nos moldes empresariais.

3.5. A busca pela felicidade: uma “tecnologia do governo neoliberal”

Embora sua busca seja um ideal humano desde os tempos mais antigos, a felicidade como um valor ascendeu especialmente a partir do iluminismo e das revoluções do século XVIII. O pesquisador Joel Birman (2010), no artigo intitulado “Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade”, focaliza a elevação desse ideário como um imperativo na modernidade e destaca que, embora a Revolução Francesa estivesse ancorada nos ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, o que emergiu foi “o discurso do individualismo”. Segundo o autor, as constituições francesa e norte-americana fundaram a nova ordem social na associação dos indivíduos, fazendo com que cada indivíduo e sua relação holística com o mundo perdessem boa parte de seu sentido (BIRMAN, 2010, p. 35). Vale lembrar, porém, que nesse período o liberalismo estava em forte expansão, incutindo na sociedade uma ética baseada nas liberdades e responsabilidades individuais. O século XIX evidenciou a fragilidade dos ideais igualitários da Revolução Francesa, que não foram efetivados para toda a população. Com isso, começaram a ganhar força as raízes daquilo que mais tarde, especialmente no século XX, configurou o projeto político do socialismo, evidenciado nas políticas de bem-estar e deflagrados em diversos países com insurreições internas, como a Revolução Russa, em 1917, e a Chinesa, em 1949, e com a “divisão” do mundo em duas partes em razão da construção do muro de Berlim, na Alemanha, em 1961.

Na linha das análises de Foucault sobre a constituição das biopolíticas, cabe concluir que esse movimento em prol da equidade e dos direitos sociais também foi mal sucedido, levando à falência os regimes socialistas e abrindo espaço para o surgimento de um novo regime político na segunda metade do século XX. O neoliberalismo, que reforçou as liberdades e responsabilidades individuais, retirando do Estado a tarefa de proteger a população, injetou na sociedade o espírito empresarial da concorrência, numa alusão, sugerida por Birman (2010, p. 36), da ideia de “salve-se quem puder”. Cada indivíduo, então, passou a cuidar exclusivamente de sua vida e seus objetivos em busca da sobrevivência. Trata-se, portanto, de uma atualização contemporânea do *animal laborans*, convertendo em consumidores os cidadãos do século XXI.

O desejo por autonomia compõe o estratagema neoliberal que associa a independência pessoal à conquista da felicidade. Com isso, cada sujeito precisa se sustentar e galgar o

próprio sucesso sozinho, interiorizando o modelo empresarial que tem na concorrência seu principal sustentáculo e considerando os demais como adversários. A felicidade é, portanto, uma “tecnologia do governo neoliberal”, como afirma Sam Binkley no artigo “A felicidade e o programa de governamentalidade neoliberal” (2010). O autor analisa a ascensão da chamada psicologia positiva, uma linha desse campo de saber que teve origem em meados da década de 1990, cuja proposta é mapear os estados mentais relacionados à felicidade e não mais tratar os problemas da psicologia tradicional, voltados aos estados considerados “negativos”, como as neuroses e psicoses. Apoderando-se de argumentos científicos, esse novo ramo conquistou espaço na sociedade contemporânea e passou a pautar de modo crescente os meios de comunicação. Exatamente nesse período começaram a aparecer com frequência reportagens sobre temas relacionados à felicidade, como bem-estar, qualidade de vida, o poder da autoestima, entre outros. Nesse momento, surgiu ainda um novo nicho literário, cujos títulos passaram a ocupar os primeiros lugares no *ranking* dos *best-sellers*: a autoajuda.

O resultado da emergência do individualismo, apoiado na aspiração à felicidade, está explícito na mídia: não somente na propaganda, cuja clara finalidade é criar desejos de consumo, como também na imprensa, que ainda é prestigiada no senso comum devido a sua função principal de informar. O pesquisador João Freire Filho, no artigo “Fazendo pessoas felizes: o poder moral dos relatos midiáticos” (2010a, p. 8-9), analisa diversas reportagens publicadas nas revistas brasileiras *Veja*, *Istoé* e *Época*, entre 1999 e 2009, e categoriza do seguinte modo os textos encontrados em relação ao seu tema: visões panorâmicas das ciências e das filosofias da felicidade; autoestima; autoajuda; domínio do tempo; equilíbrio emocional/atitude positiva; viver mais e melhor. Freire identifica nas três principais publicações semanais do país a mesma tendência subjetivista que destaca a importância do “poder interior”, da autoestima, da segurança e da autonomia na conquista de uma vida feliz.

Representação emblemática dessa obsessão é a tentativa de inserir a “busca da felicidade” como um direito fundamental, somando-o aos já declarados na Carta Magna brasileira. Atualmente tramita no Senado federal uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria do senador Cristovam Buarque, que prevê a inclusão dessa nova prerrogativa, que seria conquistada como consequência da concretização dos demais direitos básicos. Caso essa emenda seja aprovada, o artigo 6º da Constituição Federal ganharia nova redação: “são direitos sociais, *essenciais à busca da felicidade*, a educação, a saúde, a

alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”⁶⁰.

A perspectiva sustentada nesta tese analisa o discurso jornalístico envolvendo a miséria e a fome como um sintoma desse quadro de carências. Assim, a referência à inclusão do ideal de felicidade como objeto jurídico se deve, especialmente, ao fato de que esse tema vem ganhando cada vez mais espaço no noticiário e se tornou um importante valor no século XXI. Entretanto, constitui um valor essencial e um direito quase oficializado como fundamental que, na verdade, é voltado apenas para os consumidores. O projeto de felicidade não abrange os miseráveis e famintos, excluídos dos mercados competitivos. É construído para as elites e as classes médias que têm sua origem na ascensão burguesa do século XVIII. Os menos abastados ficaram de fora dos ideais da Revolução Francesa e, conseqüentemente ou até de um modo mais brutal-explicito ainda, também não são abarcados nesse projeto pilar do neoliberalismo contemporâneo.

João Freire Filho relaciona 21 edições de *Veja* nas categorias que ele definiu no estudo, com títulos sobre amor próprio, poder interior, autoajuda, crença, carreira de sucesso, corpo e mente são, longevidade, como manter-se jovem, entre outros. Nesse mesmo intervalo temporal de dez anos, entre 1999 e 2009, nossa pesquisa encontrou somente uma edição cuja capa tratava a miséria como sério problema social, colocando esse flagelo como protagonista da narrativa jornalística (Edição 1.735, de 23/01/2002: “Miséria: o grande desafio do Brasil”). Essa comparação ilustra a modificação nas pautas prioritárias da agenda pública, que por sua vez se manifestam também nas pautas da imprensa, levando à invisibilidade e à redefinição acerca do que a sociedade considera tolerável ou intolerável.

Na relação que compõe nossa amostra de análise, voltada à miséria e aos problemas dela decorrentes, a partir da década de 1990 poucas edições abordaram o tema. E, quando o fizeram, assumiram a retórica neoliberal do empreendedorismo, dos fracassos individuais e da autorresponsabilidade pelo sucesso, enquadrando os miseráveis como uma ameaça ao projeto de felicidade dos abastados. A incapacidade de viver autossustentado é considerada uma condição vergonhosa na atualidade, e quem depende fundamentalmente de uma estrutura pública para sobreviver ocupa um lugar de “parasita social”, conforme define o pesquisador João Freire Filho no artigo “A felicidade na era de sua reprodutibilidade científica” (2010). A interiorização do discurso neoliberal arruína a concepção do estado assistencial e coloca os

⁶⁰ Grifo da autora à parte que seria acrescida à Constituição Federal.

desvalidos como indivíduos que se aproveitam do Estado e impedem seu crescimento econômico (FREIRE FILHO, 2010b, p. 72-73).

A governamentalidade analisada por Foucault ao estudar a origem das biopolíticas é retomada por Sam Binkley (2010) quando aponta a felicidade, que dá suporte ao individualismo, como uma tecnologia do governo neoliberal. As biopolíticas buscam regular as populações e intervir nelas, por meio da disciplina anátomo-política do corpo humano. O corpo individual é o “operador através do qual se realizam a domesticação, a evolução consciente, o autocontrole, a civilização e o progresso”, enfatiza a pesquisadora Flavia Costa (2010, p. 69). Assim, graças à internalização dessa disciplina de gerenciamento dos corpos, a governamentalidade é aplicada ao autogoverno individual. A consolidação do liberalismo está ancorada na atribuição de liberdade e de autonomia aos indivíduos, mas se trata de uma autonomia e uma liberdade bem delimitadas, que constituem um recurso bastante eficaz para desonerar o poder público de responsabilidades, ao fazer com que os próprios indivíduos sejam responsáveis pelo governo de si (BINKLEY; BIRMAN; 2010). Flávia Costa (2010, p. 69) analisa que governo de si é instrumentalizado também com a ajuda das “tecnologias da opinião pública”, como a publicidade e a informação massiva, que cumprem, no nível do coletivo, o papel das tecnologias do eu.

Depois do fracasso dos regimes políticos que tentaram ser uma alternativa ao liberalismo, o neoliberalismo investiu ainda mais no incentivo às condutas tidas como empreendedoras. Como na concepção do “parasita social” aplicada por João Freire Filho, Sam Binkley (2010, p. 93) também destaca que a dependência, herança do regime de governo assistencial, passa a ser considerada um sério impedimento para um comportamento arrojado. E essa postura mais “proativa”, recorrendo a um jargão tipicamente empresarial do século XXI, é proclamada como um elemento essencial para a conquista da felicidade. À nova arte de governar neoliberal interessa a busca pela felicidade porque resulta numa imensurável “economia”, afinal, quando o projeto de uma vida feliz é interiorizado e as técnicas para alcançá-lo são assimiladas, o poder público não precisa de muito empenho para conseguir seus resultados. Nesse propósito, ainda encontra forte apoio nas narrativas jornalísticas, objeto desta tese, que contribuem para a construção das subjetividades e para definir os modos de ser da contemporaneidade.

João Freire Filho (2010b, p. 71-72) elenca as características das pessoas felizes, cujo desenvolvimento é quase exclusivamente atribuído aos próprios indivíduos e atendem com grande eficácia as propostas neoliberais: as pessoas “cronicamente felizes” mantêm a vida sob

controle; adotam uma rotina saudável, então pouco adoecem; não “remoem” problemas e preferem falar do futuro, de metas e projetos; não pretendem mudar o mundo, mas conformam seu *modus operandi* a ele.

As pessoas ‘cronicamente felizes’ dispensam a intromissão dos poderes públicos em sua vida privada (...) A motivação interna para *trabalhar* pela própria felicidade já garante o alinhamento entre os seus projetos individuais (aumento do bem-estar subjetivo, da autoestima, da qualidade de vida, da sensação de autodomínio e de superação pessoal) e metas governamentais e organizacionais (reforço da disposição e do comprometimento cívico, aperfeiçoamento do desempenho produtivo) (FREIRE FILHO, 2010, p. 72).

Essa felicidade, segundo Binkley, compõe o tão valorizado “capital humano”, constituído tanto de elementos inatos como adquiridos, aos quais cada indivíduo recorre para aumentar sua produtividade (FOUCAULT, 2008, p. 315). O conceito de capital humano ganhou importância no rastro da psicologia positiva, com a valorização das características “afirmativas” das pessoas, que podem e deveriam ser utilizadas para aumentar o desempenho — que, por sua vez, é associada à felicidade. Os miseráveis e famintos, dependentes do Estado para sua sobrevivência, carentes do cumprimento dos direitos básicos, pouco “produtivos” e empresariais, são considerados parasitas, pois não têm “valor agregado”, não têm algo a empreender e estão de fora do projeto de felicidade. Incapazes de agir por si mesmo, merecem, por conseguinte, ser infelizes. Como não esbanjam felicidade, aparência necessária ao mercado competitivo, estão, portanto, também dele excluídos, num ciclo difícil de ser rompido.

Ao mesmo tempo, esses miseráveis são objeto de uma “generosidade” praticada pelos mais abastados, por recomendação da psicologia positiva, pois seria uma das condições de felicidade (FREIRE FILHO, 2010b, p. 61). Talvez seja por isso que desde o final do século passado proliferaram organizações sem fins lucrativos, voltadas às populações menos providas de recursos. Essas instituições, reconhecidas e legitimadas pelo Estado, buscam ocupar o espaço que ficou vago depois do abandono da política do bem-estar, transferindo o cuidado com o outro, no entanto, sem torná-lo obrigatório. Sustentadas muitas vezes por pessoas “generosas” e “altruístas”, tais entidades configuram mais uma das muitas contradições do capitalismo. A felicidade é um valor essencial e seu projeto não abarca os miseráveis. A conquista da felicidade envolve como condição uma preocupação altruísta e certa atenção aos menos favorecidos. Já essa população de pouca renda não tem direito à felicidade porque seu capital humano é praticamente inexistente, é dependente e, portanto, não provida de qualidades essenciais à proposta empreendedora em vigor. A valorização dessa conduta empresarial, competitiva, de alto desempenho e proativa permeia as narrativas

jornalísticas a partir da década de 1990, sendo bastante frequente na revista *Veja*, que constitui a amostra deste estudo, mas também é percebida nas suas concorrentes, sem falar nas publicações que abordam exclusivamente temas relacionados à *performance* produtiva. Associadas à felicidade, as reportagens muitas vezes recorrem a possíveis comprovações científicas e buscam “ensinar” as técnicas para alcançar a plenitude, praticando uma espécie de “pedagogia da vida”, termo empregado pelas pesquisadoras Julia Salgado e Marianna Ferreira Jorge, no artigo “Em busca da alta *performance*: a remediação dos mal-estares nos discursos de consumo”, apresentado em 2012 no Seminário Internacional Brasil & Portugal: Jovens, Subjetividades e Novos Horizontes.

Exemplo bem recente da “pedagogia da vida” está na chamada publicada na capa da edição 2.306 da revista *Veja*, de 30 de janeiro de 2013: “Jovens CEOs: as lições de quem chegou ao topo antes dos 40”. O empreendedorismo e o alto desempenho são valorizados na reportagem “Os CEOs mais jovens do Brasil”. O texto de abertura reforça a cultura empresarial, baseada no estímulo à produtividade e na meritocracia, que “favorece a promoção rápida dos executivos”. Na narrativa, os casos de sucesso são levados ao conhecimento da audiência, com a explicação para o fato de, ainda tão jovens, terem chegado ao cargo de CEO (*chief executive officer*, ou diretor executivo). São pessoas com capital humano elevado, resultado de suas experiências de vida, do ensino em bons colégios, e também de suas características essenciais, sobretudo o espírito empreendedor e a competitividade.

A superação, o trabalho exaustivo e a obstinação também são qualidades responsáveis por uma carreira bem sucedida, como pode ser conferido em duas edições da revista *Veja* publicadas em outubro de 2012. A edição do dia 10 repercute os desdobramentos do julgamento dos envolvidos num esquema de corrupção que ficou conhecido como “Mensalão”. A capa personaliza o ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, mostrando sua origem humilde. A representação disso está no retrato em preto e branco de uma criança e na manchete: “O menino pobre que mudou o Brasil”. A descrição da foto aparece como subtítulo, informando que se trata do ministro, então com 14 anos de idade, quando estudava num colégio público, em Paracatu, cidade do interior de Minas Gerais. A edição tem a data do dia em que Joaquim Barbosa foi eleito presidente do STF, cargo mais importante do judiciário brasileiro, mas foi editada antes. A reportagem tem cunho político e seus quadros interpretativos relacionados ao episódio em julgamento não serão detalhados aqui porque não compõem o objetivo desta tese, mas a edição foi escolhida como exemplo

porque ilustra a opção da imprensa, que por sua vez repercute os paradigmas construídos na sociedade de valorizar a *performance* individual. Em destaque, as condutas associadas ao ideal da felicidade, deixando em evidência que o sucesso ou o fracasso decorrem da capacidade empreendedora de cada indivíduo.

O primeiro parágrafo da reportagem o apresenta: “O menino Joaquim Barbosa nunca se acomodou àquilo que o destino parecia lhe reservar”, texto que parece confirmar a “herança social” definida por Agamben como algo decisivo na contemporaneidade. Nessa linha, a reportagem relata que o garoto, “filho de um pedreiro, cresceu ouvindo dos adultos que nas festas de aniversário de famílias mais abastadas deveria ficar sempre no fundo do salão. Só comia doces se alguém lhe oferecesse”. Em seguida, realça o papel importante do ministro, que foi o relator do processo, e apresenta algumas ações bem sucedidas em sua vida, resultado de sua capacidade empreendedora e de superação, como o fato de falar quatro idiomas além da sua língua materna. Uma das páginas apresenta em destaque uma fala de Joaquim Barbosa, enfatizando esse perfil independente e protagonista das próprias conquistas: “minha vida é de muita luta, algumas vezes em ambientes hostis. Sou um sujeito que nunca pediu nada a ninguém, nunca me curvei a ninguém e tive muita sorte”.

Uma semana antes, no dia 3 de outubro de 2012, a capa de *Veja* foi dedicada ao ex-jogador de futebol Ronaldo Nazário, apelidado de “Fenômeno”, que aceitou participar do quadro “Na medida certa” do programa *Fantástico*, exibido aos domingos na TV Globo. Bastante acima do peso, o ex-atleta expôs sua condição física e topou o desafio proposto pelo programa. A manchete: “Força de vontade” foi impressa em caixa alta. O subtítulo apresenta as superações já vivenciadas pelo ídolo: “O que aprender com Ronaldo, um campeão que venceu contusões gravíssimas e se tornou o maior artilheiro das Copas, em sua tentativa de emagrecer diante de milhões de olhos em um programa de televisão”. Na capa, o nome Ronaldo está em caixa alta e se associa visualmente como continuação do título. Internamente, o tom da matéria é dado pelo subtítulo na página 93, onde inicia a reportagem. “Ao emagrecer publicamente em um programa de televisão, o ex-craque Ronaldo serve de espelho para uma das mais difíceis buscas do ser humano: a do poder interior que nos faz mudar hábitos ruins”. A reportagem envolve duas importantes pautas da agenda contemporânea: a superação e o “poder interior”, relacionados ao ideal da felicidade, e a obesidade. Desde o final do século passado, quando o assunto envolve alimentação, o que se nota é um predomínio de edições voltadas aos distúrbios alimentares típicos dos “cidadãos-consumidores” das “sociedades de controle”. Até 1989, somente três edições da revista *Veja*

havia publicado na capa reportagens sobre dietas e assuntos correlatos, já de 1990 a 2010, foram 32 capas, tendência também acompanhada pelas concorrentes *Istoé* e *Época*.

3.6. A abundância do capitalismo e o apetite insaciável dos consumidores contemporâneos

Na cultura alavancada pelo capitalismo, ancorada na moral burguesa e na preocupação com a obtenção de vantagens, sobretudo em sua versão neoliberal de final do século XIX e início do XX, passou a ser valorizado de modo crescente o ponto de vista individual em detrimento do coletivo. Os modos de subjetivação estimulados pelo liberalismo se edificam em torno do desejo e da busca por sua satisfação, mas sempre com foco no consumo material, que é o motor do capitalismo. Assim, deseja-se muito — desejos materiais de possuir coisas de diversas categorias — e, nessa lógica, um indivíduo nunca terá o suficiente porque sempre irá querer mais, portanto, sempre estará insatisfeito por não possuir coisas que também deseja.

Retomando aqui as reflexões do antropólogo Sahlins (1983, p.13-14), nas sociedades caçadoras e coletoras da pré-história, as necessidades eram correspondidas e saciadas não porque havia excedentes, mas porque se desejava pouco e desejava-se o básico, o que era facilmente atendido pelos recursos naturais. Já na abundância do capitalismo, especialmente na era contemporânea da sobreprodução e do marketing, embora haja um enorme estoque de uma variedade de produtos para saciar todos os desejos e as preferências, a sociedade consumidora nunca está satisfeita. Diante de tamanha variedade de oferta e da impossibilidade de se ter tudo, é preciso fazer escolhas, e o que guia essas eleições individuais deixa de ser apenas o desejo utilitarista da ordem material.

Neste jogo de livre escolha do consumidor, cada aquisição é simultaneamente uma privação, porque cada vez que se compra algo se deixa de lado outra coisa, em geral um pouco menos desejável, mas também talvez mais desejável em outros aspectos, que poderíamos ter tido no lugar da outra. (...) as privações que isso acarreta não seriam somente materiais. (SAHLINS, 1983, p. 16, tradução da autora)⁶¹

Nessa mesma linha de argumentação, o sociólogo Colin Campbell (2001) afirma que a insaciabilidade é uma marca do consumismo moderno. À medida que as necessidades vão sendo atendidas, novos desejos surgem imediatamente. Atualmente, em meio a tanta

⁶¹ “En este juego de libre elección del consumidor, cada adquisición es al mismo tiempo una privación, porque cada vez que se compra algo se deja de lado otra cosa, en general poco menos deseable, e incluso más deseable en otros aspectos, que podríamos haber tenido en lugar de la otra. (...) las privaciones que ello traería aparejadas no serían sólo de índole material.” (SAHLINS, 1983, p. 16)

opulência, há muita pobreza e sofrimento, e isso está relacionado ao ideal de felicidade contemporâneo, que não abrange os menos abastados. A conquista da felicidade está associada a um consumismo exacerbado que abrevia a durabilidade das coisas e faz com que o anseio por consumir nunca esteja satisfeito. A consequência imediata desse apetite voraz dos consumidores é o acirramento da desigualdade em relação aos excluídos desse jogo.

Uma autora que contribuiu grandemente para a compreensão desta problemática é, novamente, a filósofa alemã Hannah Arendt, com suas teses desenvolvidas no livro *A condição humana*. Entre as categorias apresentadas nesse estudo, a autora define como *animal laborans* aquele que vive apenas em busca do que é realmente necessário à sua sobrevivência, sendo incapaz, por sua condição física e social, de raciocinar e desenvolver opiniões sobre o mundo (ARENDR, 2007, p. 31). Arendt atribui a emergência do consumismo a um novo ideal vigente na sociedade ocidental a partir da era moderna, que sob os influxos do capitalismo associa riqueza crescente, abundância e felicidade. Em nome desse projeto, ganhou espaço a “economia de desperdício”, quando tudo deve ser rapidamente substituído para que o processo seja contínuo e perene. Assim, no tempo em que não está produzindo, considera-se que o ser humano deveria estar consumindo. De acordo com esse novo ideal, o consumo já não pertence à órbita das necessidades concretas — pois essas seriam apenas as básicas à sobrevivência física, insuficientes para alimentar a dinâmica exigida pelo mercado —, mas prioritariamente das superfluidades que constituem as necessidades simbólicas (ARENDR, 2007, p. 146-148).

Apropriando-se dessas observações de Arendt, o psicanalista brasileiro Jurandir Freire Costa (2004, p. 137) enfatiza a opressão provocada por essa aspiração obsessiva pela felicidade associada ao consumismo e materializada nos desejos de insaciabilidade que marcam os modos de vida contemporâneos. Assim, o consumo sem limites tem o objetivo de dar sentido às existências humanas, num mundo que opera sob a égide de um individualismo cada vez mais agravado e carente de outras fontes simbólicas que possam dar sentido às ações e à vida. Desse modo, os apetites insaciáveis já não podem ser preenchidos com produtos úteis. Freire Costa (2005, p. 134-135) alerta para as consequências da supremacia do *animal laborans* e da elevação da felicidade como valor moral: o indivíduo foi privado do “chão firme” da utilidade, que outrora apoiava a ideia de uma vida plena e digna de ser vivida.

O que resulta disso é uma transformação nos valores que superdimensiona o acesso a bens e serviços e menospreza as necessidades dos menos abastados. Essa mudança é percebida também na mídia, especialmente na imprensa, objeto desta tese, que acompanha o

posicionamento vigente na sociedade de valorizar as questões relacionadas à elite e à classe média. Desde a década de 1980, o nível de agendamento da questão da fome e da miséria diminuiu consideravelmente e as narrativas publicadas apresentavam uma aparente despolitização. A partir da década de 1990, o foco nos famintos e miseráveis foi praticamente extinto. O destaque a temas mais individuais e que realçam valores simbólicos, em detrimento daqueles que problematizam a realidade concreta da falta de estrutura à sobrevivência, deixa evidente a modificação na prioridade dos assuntos e indica as possíveis motivações para a predominância da ética neoliberal, que resulta numa inversão entre o que é tolerável e o intolerável.

No entanto, levando em consideração os direitos formalmente reconhecidos atualmente, decorrentes do processo civilizatório e da valorização da vida humana acima de qualquer coisa, poder-se-ia presumir que a satisfação das necessidades básicas seria algo inseparável do direito à vida, e o não atendimento a essas necessidades deveria ser tomado como algo intolerável, pois configuraria um atentado contra a dignidade e, por fim, contra a vida humana. Sendo a felicidade um valor supremo da contemporaneidade, não ter condições de se alimentar seria, portanto, o ápice da infelicidade e uma enorme afronta à ética vigente. E nesse ponto se constitui mais um paradoxo do capitalismo que vale a pena destrinchar.

A falta de acesso aos alimentos, à água potável ou aos serviços de saúde pode impedir a existência do ser humano enquanto pessoa, mesmo efeito obtido com a restrição das liberdades individuais, o terrorismo e a repressão violenta. Essas atitudes, porém, costumam provocar fortes reações de repúdio em todo o mundo, diferentemente do que acontece com a miséria e a fome na atualidade, que são bastante toleradas, parecem naturalizadas e não mais escandalizam. O nível de agendamento de coberturas sobre as mortes decorrentes do quadro de miséria é bastante inferior ao relativo a violências como o terrorismo e a insegurança urbana, e até mesmo a tragédias naturais como terremotos e tempestades. Vale destacar que as coberturas das consequências das tragédias naturais são, muitas vezes, marcadas por críticas e responsabilizações do poder público, embora decorrentes de quadros sobre os quais nem sempre é possível alguma ingerência. Diferentemente disso, a fome e a miséria não são consideradas acontecimentos noticiosos no sentido jornalístico, pois são quadros crônicos da realidade social, e não carregam aspectos de ineditismo, tais como as tempestades e a explosão de uma bomba, por exemplo. Desse modo, a questão somente é abordada quando um “fato” novo se dá, geralmente associado à divulgação de dados pelas autoridades reconhecidas. Mesmo assim, a cobertura fica limitada temporalmente, não encontra

desdobramentos e análises, e atualmente esvazia a responsabilidade do poder público, embora se saiba que o problema da fome é social e econômico, e não natural.

3.7. A “guinada subjetivista” nas narrativas noticiosas

As mudanças nos valores prevaletentes na cultura ocidental, que acompanham a passagem das sociedades disciplinares para as de controle, envolvem também uma transformação na ideia de “vítima”, cujos efeitos podem ser observados em diversos âmbitos. Um exemplo é fornecido pelos pesquisadores Paulo Vaz e Gaelle Rolny (2010), que fizeram uma análise das coberturas jornalísticas da revista *Veja* relacionadas às grandes catástrofes provocadas por temporais nas últimas décadas, no Brasil, e nesse quadro elaboram o conceito de “vítima virtual”. Segundo esses autores, até meados do século XX prevalecia a “política da piedade” no tratamento moral do sofrimento, refletido nas matérias jornalísticas: uma atitude cujo objeto era o reconhecimento do sofrimento do outro e era acompanhada por uma determinada interpretação de suas causas. Nesses casos,

O sofrimento é observado por quem não sofre e narrado para outros que também não sofrem. Assim, nessas narrativas, a audiência é endereçada como os felizes que devem agir politicamente para reduzir os sofrimentos dos infelizes. Se deve agir, a audiência também é endereçada como responsável. (VAZ; ROLNY, 2010, p. 5)

O quadro descrito acima é encontrado também em parte da cobertura relacionada aos assuntos que envolvem a fome e a miséria, pois há um período em que é percebida uma tentativa de aproximar os cidadãos dos excluídos. Essa aproximação fazia parecer aos leitores da imprensa que eles estariam de algum modo envolvidos e atentos à questão, pelo simples fato de ficarem sensibilizados. Mas esse quadro mudou nas últimas décadas: a contemporaneidade teria provocado uma crise nessa “política da piedade”. Como efeito dessa transformação, fez emergir a figura da “vítima”, com especial destaque a partir das lutas das “minorias” que ocorreram nesse período histórico, como judeus, homossexuais, negros e mulheres. Se, antes, esses grupos não eram qualificados e personalizados, e a audiência era colocada no lugar dos responsáveis pelo seu sofrimento, atualmente, os sofredores reportados perderam o anonimato e a generalização. Agora, os fatos detalhes sobre a vida pessoal e a singularidade daqueles que sofrem recheiam as reportagens, favorecendo a identificação da audiência com a vítima.

Apoiando essas modificações que vêm ocorrendo, Vaz e Rolny detectam uma concomitante mudança nas coberturas jornalísticas daquelas tragédias. Entre 1970 e 1984, por exemplo, as reportagens apontam uma diferenciação, por parte do poder público, no tratamento destinado a ricos e pobres nesse tipo de ocasião. Depois, a revista *Veja* viveu um período de transição nas abordagens, que vai até 1996, quando mantém as denúncias das desigualdades mas muda a explicação para suas causas. Nesse período, as diferenças no tratamento e as consequências dos graves problemas passam a ser atribuídas “a um Estado ineficiente, que intervém onde não deveria, tem funcionários demais e, por isso, não consegue cuidar da população em geral, nem fazer cumprir a lei” (VAZ; ROLNY, 2010, p. 10). Outra mudança observada nessa transição refere-se à crítica às autoridades públicas: as reportagens das décadas de 1970 e 1980 tratavam-nas como agentes de decisões coletivas, mesmo que as medidas adotadas atendessem a grupos privilegiados; já a partir da década de 1990, as autoridades passam a ser responsabilizadas por negligência, incompetência, populismo e corrupção — sendo sujeitos, portanto, a responsabilidades criminais.

Até a virada do século XX para o XXI, as coberturas jornalísticas realizadas por essa revista tratavam a questão de maneira mais geral, coletiva e impessoal. As primeiras individualizações são feitas com a adoção de relatos e fotos que contam a história das pessoas afetadas por diversos problemas. Segundo Vaz e Rolny (2010, p. 13), essa iniciativa tinha a função de sensibilizar a audiência sobre a gravidade dos acontecimentos, mas muitas matérias sequer citavam os nomes das vítimas, sua história antes da tragédia nem os rumos dos sobreviventes. Mais recentemente, sobretudo a partir de 2008, as histórias passaram a ser contadas do ponto de vista das vítimas, com seus nomes, suas experiências de vida e, principalmente, com seus próprios depoimentos e a divulgação de imagens referidas a sua vida pessoal antes da tragédia, destacando uma trajetória feliz que foi interrompida violentamente.

Esses detalhes do passado e da personalidade de cada vítima parecem individualizar, mas, de fato, cumprem as funções de generalização e de idealização. Simplificando ao extremo a vida de indivíduos, retirando delas o que há de angústia, conflito e incerteza, os meios de comunicação só retêm o que delineia o ideal de uma felicidade privada. Não se trata da vida dos indivíduos, mas do que a vida deveria ser, se não fosse a incapacidade do Estado de prover segurança. (VAZ; Rolny, 2010, p. 14)

Cabe esclarecer, porém, que essa condição encontrada por Vaz e Rolny em relação à cobertura das tragédias naturais não é notada na cobertura da miséria e da fome. A marca principal das narrativas atuais é, contrariamente, uma certa invisibilidade aos indigentes. O prisma dos excluídos não prevalece nas histórias dos jornais e revistas. A realidade, agora, é

comumente enquadrada sob a ética neoliberal que valoriza o empreendedorismo e o sucesso individual, ética essa que não coloca na agenda dos debates a situação dos menos favorecidos e, portanto, os mantém afastados de boa parte das coberturas jornalísticas, quase numa situação de não existência. Nas narrativas mais recentes, os miseráveis e famintos somente costumam ser os personagens principais quando são apontados como responsáveis pela interrupção do projeto de felicidade dos verdadeiros sofrendores, os consumidores, geralmente em reportagens que tratam da violência e da insegurança. Assim, os pertencentes às classes média e alta são emoldurados como as “vítimas virtuais”, sujeitos aos riscos que seriam impostos pelos mais pobres.

João Freire Filho (2010) também faz uma análise de algumas matérias publicadas na revista *Veja*, observando a mudança no tom das reportagens ao longo de sua existência, no sentido de passarem a dar mais destaque para aqueles assuntos de cunho “subjetivo” que proliferaram nos últimos dez anos evidenciando certa “privatização moral das responsabilidades”. Assim, o autor destaca que o individualismo emergente sob a influência do neoliberalismo transforma determinados problemas coletivos e políticos em questões pontuais e técnicas, que podem ser, então, “subjetivamente gerenciadas”:

Os indivíduos são instigados a sentirem-se responsáveis não só pelo que fazem, mas também pelo que acontece com eles. A responsabilização plena se situa na raiz de uma exigência generalizada de implicação dos indivíduos na vida social, que os encoraja a interiorizar, sob a forma de falha moral, sua situação de exclusão ou fracasso (afinal, são as próprias capacidades e motivações individuais que são solicitadas pelas oportunidades e pelos desafios circundantes). (FREIRE FILHO, 2010, p. 13)

Os artigos desses pesquisadores brasileiros, apoiados na observação das coberturas jornalísticas da tradicional revista *Veja*, mostram a emergência da valorização dos sujeitos individuais e de suas liberdades, algo que se constata na individualização das responsabilidades — uma característica marcante da sociedade contemporânea com sua inspiração neoliberal. No que tange às reportagens sobre temas relacionados à fome publicadas nessa mesma revista, o que se percebe é que as coberturas feitas até a década de 1980, em linhas gerais, tratavam o assunto de uma forma mais ampla e cobravam a responsabilidade do poder público com relação à solução do problema e ao combate às desigualdades. Porém, passados quarenta anos dos primeiros textos sobre a questão, o que se encontra é uma modificação nas narrativas que explicam o problema da fome: agora, sob a égide neoliberal, responsabilizam os miseráveis por sua própria miséria, reforçando a *performance* individual como fator decisivo à ascensão social e apontado essa mobilidade como algo possível e alcançável por sujeitos empreendedores.

CAPÍTULO 4

A arqueologia da fome na revista *Veja*

Analisar as narrativas jornalísticas de diversos momentos históricos permite perceber as mudanças nos princípios morais e éticos de uma sociedade. Ao buscar compreender o que se diz em textos, imagens e diagramação, é possível identificar e avaliar certas transformações que afetam tais valores, e que por sua vez repercutem também nas esferas políticas e sociais. Quanto à metodologia de análise, cabe recorrer à articulação sugerida por Foucault entre a dimensão genealógica, desdobrada nos primeiros capítulos desta tese, e a dimensão arqueológica, a que este capítulo se dedica. Em linhas gerais, neste caso, a análise genealógica consiste numa observação do fenômeno social da fome enquanto “dispositivo de poder” na sociedade contemporânea, como um mecanismo que visa à governamentalidade das vidas humanas para ajustá-las aos processos econômicos. Já a arqueologia se propõe a refletir sobre a problematização do tema pela sociedade, e neste caso compreende uma análise de como os saberes fazem com que um assunto entre no jogo do verdadeiro e do falso, constituindo-o como objeto do pensamento e também dos jogos de poder (FOUCAULT *in* ROCHA, 2010, p. 126).

Nesta pesquisa, a problematização está centrada nas práticas discursivas plasmadas na revista *Veja*, que expressam certos modos de tematizar, pensar e tratar a questão da fome em circulação na sociedade. Cabe lembrar que essa revista lidera as vendas, em escala nacional, em sua modalidade. A revista tem uma tiragem semanal de 1,2 milhão de exemplares⁶², enquanto suas concorrentes diretas — *Istoé* e *Época* — editam, cada uma, em torno de 400 mil exemplares por semana⁶³. Setenta por cento dos leitores de *Veja* pertencem às classes A e B, atingindo em grande medida a elite e a classe média brasileiras. A publicação tem circulação nacional, sendo um importante instrumento na formação das opiniões, mas suas reportagens também constituem sintomas dos valores vigentes na sociedade à qual ela se dirige e na qual eles se conformam. A imprensa, representada nesta análise pela *Veja*,

⁶² Dados obtidos no site da Editora Abril, cuja fonte citada é o Instituto Verificador de Circulação (IVC), referente ao período de agosto de 2012. Disponível em <www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em 20jan2013.

⁶³ Dados obtidos no site da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010. Disponível em <www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>. Acesso em 20jan2013.

configura-se como um campo legitimado socialmente para operar funções de outros campos, como afirma a professora Ruth Reis em sua tese *Do global ao local: o jornalismo no tempo das trocas*, apresentada em 2002 na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa legitimidade decorre de um

processo de especialização de competências típico da modernidade, que concedeu à mídia e ao jornalismo, em especial, o papel de narradores privilegiados, cuja tarefa é dar a conhecer aquilo que diz respeito ao mundo e ao presente que se desenrola diante dos olhos de quem dele faça parte (REIS, 2002, p. 37).

Roland Barthes já destacara, em seu livro *Mitologias*, que a imprensa promove e reproduz certos “mitos”, criando sistemas simbólicos sob o argumento de narrar apenas fatos. No entanto, muitas vezes as informações são transmitidas com certa forma “inocente”, o que contribui para propiciar uma percepção dos fatos como se fossem algo natural. Essa naturalidade é alcançada de maneira sutil, por exemplo, com a divulgação dos acontecimentos de forma aparentemente despolitizada, o que, segundo Barthes, dá a eles uma clareza de constatação, e não de explicação, pois assim favorece a aura da normalidade ao mesmo tempo em que dissemina certa “mitologia pequeno-burguesa”.

O filósofo Michel Foucault, no livro *A ordem do discurso*, resultado da aula inaugural por ele ministrada em 1970, defende que os discursos produzidos na sociedade são controlados, escolhidos, organizados e distribuídos de modo a afugentar aquilo que lhes parece ameaçador, a dominar o acontecimento aleatório e “esquivar a sua pesada e temível materialidade”. O discurso está diretamente relacionado ao desejo e ao poder, avalia o filósofo, pois “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação”, mas aquilo “pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2002, p. 8-9;10). Para o filósofo, o discurso é uma prática social que ele analisa como um “acontecimento”, que se realiza a partir de algumas condições e regras pré-estabelecidas.

Assim, pode-se avaliar que a eleição das informações que são reportadas, a ordem do relato, a disposição dos elementos nas páginas, o uso das palavras, a seleção das fotos, a escolha das fontes e a definição da ordem dos fatos não são arbitrários, mas refletem certos valores vigentes. Sob essa perspectiva, a presente tese se propõe a analisar as reportagens da revista *Veja* sobre o problema social da fome e da miséria, visando identificar como são construídos os discursos em torno dessa questão ao longo de quarenta e quatro anos, a partir das narrativas que se referem diretamente ao tema e também na opção pelo enfoque em outras questões afins. Para realizar tal investigação, foram observadas todas as capas da revista, desde a edição número 1, publicada em 11 de setembro de 1968, até a edição 2.301, de 26 de dezembro de 2012. As capas das revistas semanais, como avaliaram as pesquisadoras Julia

Salgado e Marianna Ferreira Jorge (2012), funcionam como bons indicativos a respeito das prioridades estabelecidas nas sociedades.

O mapeamento de todo o período de publicação da revista permite perceber a agenda dessa questão na imprensa. Assim, constata-se que até meados da década de 1990, a escolha pela temática social é mais frequente que a partir da virada do século XXI, quando passam a predominar assuntos comportamentais ou relacionados a proposições do cenário político brasileiro. Na pesquisa realizada no arquivo da revista, verifica-se que na década de 1970 tem destaque as matérias sobre inflação e sobre a crise econômica que o país vivia naquele momento. Os impostos também foram prioridade, sobretudo o de renda de pessoa física, criado com o propósito aparente de distribuir a renda. Nesse período, começam a se delinear as narrativas que realçam o *animal laborans* contemporâneo, dando prioridade ao consumidor com suas questões e seus anseios. Em virtude da crise brasileira, a década de 1980 registra muitas capas sobre desemprego e sobre inflação, nas quais os personagens principais são os cidadãos com alguma capacidade de consumo. Especialmente nas décadas de 1970 e 1980, a revista deu importância ao tema da superpopulação no planeta, assunto que voltou a ser referenciado no final da década de 2000.

A violência urbana ocupou fortemente a agenda jornalística no final da década de 1980 e início de 1990, quando ocorreram muitos sequestros a pessoas das classes média e alta. Antes disso, o tema já integrava o repertório do noticiário, porém mais modestamente. Entretanto, o aumento da criminalidade, os altos índices de assaltos, o crescimento das periferias urbanas, o problema do tráfico de drogas e outros assuntos ligados à insegurança das elites foram ganhando mais espaço nas narrativas a partir da década de 1980. Outro assunto que chama a atenção está relacionado ao consumo. Nas décadas de 1970 e 1980, o alvo foi a inflação e as dificuldades que ela acarretava ao consumidor, além da formação da classe média. Depois, o foco se voltou especificamente aos sacrifícios que a burguesia brasileira enfrentava com reduzido poder de compra em consequência dos problemas que o país atravessava. Já no século XXI, o *glamour* da riqueza e o sonho da ascensão social são usados como chamariz para os leitores, associando a mobilidade e o ideal do *animal laborans* contemporâneo com a *performance* individual. A partir da década de 1990 são publicadas muitas capas dedicadas a emprego, profissões em alta e carreira, valorizando a ética empreendedora incentivada pelo neoliberalismo. A década de 2000 é marcada por matérias sobre o crescimento econômico do Brasil, apesar das crises vivenciadas em todo o mundo.

Para compor a amostra desta tese, foram selecionadas 23 reportagens de capa. Além dessas, foram escolhidas outras dez matérias que, mesmo não sendo as principais de cada edição, tiveram chamada⁶⁴ na primeira página da revista. Quanto ao critério para definir a temática do escopo que integrou a análise, os textos coletados têm relação com a questão da miséria e da fome — seja no foco principal, seja como pano de fundo para tratar outros temas — e também abordam os consumidores, o que permite perceber as prioridades das narrativas e dos quadros interpretativos. No que tange à fome como questão mais relevante, as edições que se dedicaram ao assunto quase sempre se ocuparam dos períodos de seca intensa registrados na região Nordeste. Das 23 capas selecionadas, a palavra fome somente é verificada em duas manchetes⁶⁵: “A fome no mundo”, na edição 323, de 13 de novembro de 1974; e “A fome no Nordeste”, na edição 1.545, de 6 de maio de 1998. Já a desnutrição como grave problema no Brasil foi registrada na manchete “Um milagre chamado comida”, publicada na edição 1.468, de 30 de outubro 1996. O termo miséria também apareceu apenas em dois títulos: “A indústria da miséria”, na edição 1.284, de 21 de abril de 1993; e “Miséria: o grande desafio do Brasil”, edição 1.735, de 23 de janeiro 2002.

O escasso número de reportagens que abordam diretamente a questão da fome indica certa “invisibilidade” no que tange a esse assunto, e sugere algumas pistas sobre o que é considerado tolerável e intolerável pela sociedade que está representada na revista. Como a imprensa tem a legitimidade necessária para fazer circular determinados temas e desempenha um papel importante na construção da “realidade”, ao mesmo tempo em que também é resultado de uma realidade socialmente construída, esse nível de “invisibilidade” indica a configuração de uma realidade da qual estão excluídos os famintos e miseráveis. Evidencia também o não reconhecimento da fome e da miséria como problemas prioritários a serem resolvidos na sociedade contemporânea, sendo, portanto, da ordem do tolerável.

Abaixo, segue uma tabela com todas as reportagens selecionadas para a análise. Dela constam a edição, a data de publicação e a manchete presente na capa, acompanhada de subtítulo quando foi o caso, título da reportagem interna, editoria em que foi publicada e páginas que ocupou.

Tabela 1 – Relação de reportagens analisadas

	Edição Data	Título na capa	Título na reportagem	Editoria Páginas
--	----------------	----------------	----------------------	---------------------

⁶⁴ Uma “chamada” é o texto curto publicado na capa da revista, indicando uma reportagem da edição que merece destaque, mas que não foi a principal e, portanto, não foi objeto de manchete.

⁶⁵ O termo “manchete” define o título principal da capa da revista e indica o tema principal de uma edição. Já a “manchete interna” é o assunto mais destacado de uma página.

1.	Edição 67 17/12/1969	Nordeste, 1959-1969 A década da luta do passado contra o futuro	Depois de 10 anos, a hora das reformas	Sem editoria 28-46
2.	Edição 185 22/03/1972	Um imposto para distribuir a renda	A política do imposto de renda	Sem editoria 68-75
3.	Edição 196 07/06/1972	Distribuição da renda Por que não é mais justa	A renda dos brasileiros	Economia e negócios 67-74
4.	Edição 257 08/08/1973	O dilema da carne	A carne, um prato bem polêmico	Economia e negócios 91-96
5.	Edição 298 22/05/1974	Como enfrentar a inflação	A remarcação total	Economia e negócios 84-94
6.	Edição 323 13/11/1974	A fome no mundo	O mundo sem alimentos	Especial 84-100
7.	Edição 361 06/08/1975	Como medir a pobreza urbana	Nem só de PIB vive o homem?	Economia e negócios 88-94
8.	Edição 364 27/08/1975	O dinheiro está curto	O drama do dinheiro curto	Consumo/Salário 88-93
9.	Edição 380 17/12/1975	Classe média brasileira	Classe média, um mito?	Especial 42-46
10	Edição 385 21/01/1976	[Chamada na capa] Nordeste: o perigo da seca	Por enquanto, um aviso	27-29
11	Edição 619 16/07/1980	Depois de João Paulo II O Brasil dos injusticados	A face cruel do Brasil	Especial 84-90
12	Edição 636 12/11/1980	[Chamada na capa] Nordeste: a seca do século	A maior das secas	Ambiente 76-80
13	Edição 654 18/03/1981	A seca do século	Os sertões do nordeste morrem de sede	Especial 44-57
14	Edição 673 29/07/1981	Por que os alimentos custam tão caro	O enigma dos alimentos	Economia e negócios 60-68
15	Edição 779 17/08/1983	A agonia do nordeste	A tortura da seca	Especial 56-66
16	Edição 1.161 19/12/1990	Os miseráveis Nunca houve tanta gente morando na rua	O problema do Brasil	Brasil 30-38
17	Edição 1.284 21/04/1993	A indústria da miséria Quem ganha com a seca, a fome e a doença	A indústria da miséria	Brasil 16-29
18	Edição 1.468 30/10/1996	Um milagre chamado comida	Quem sustenta a casa	Especial 48-61
19	Edição 1.545 6/05/1998	A fome no Nordeste “Ainda bem que eu não tenho de comer calango”	O fantasma da fome	Brasil 26-33
20	Edição 1.684	O cerco da periferia	A explosão da periferia	Cidades

	24/01/2001			86-93
21	Edição 1.735 23/01/2002	Miséria - o grande desafio do Brasil	O paradoxo da miséria	Especial 82-93
22	Edição 1.809 02/07/2003	[Chamada na capa] Reportagem especial O dinheiro encolheu A renda média do brasileiro afundou 15% em um ano	Querida, meu salário encolheu	Brasil 40-45
23	Edição 1.815 13/08/2003	Retratos do Brasil que dá certo	O Brasil das oportunidades	Especial 66-77
24	Edição 1.954 03/05/2006	[Chamada na capa] Bolsa família: moeda eleitoral ou ajuda?	A moeda eleitoral de Lula	Economia e negócios 106-111
25	Edição 2.056 16/04/2008	[Chamada na capa] Megacidades: o inchaço das áreas urbanas preocupa mais que o aquecimento global	O planeta urbano	Demografia 106-113
26	Edição 2.057 23/04/2008	[Chamada na capa] Comida: a ameaça dos preços altos	O fantasma de Malthus	Economia 68-69
27	Edição 2.057 23/04/2008	[Chamada na capa] Estados Unidos: os pobres na terra da riqueza	Os pobres no país dos ricos	Internacional 72-76
28	Edição 2062 28/05/2008	[Chamada na capa] Comida: alimentar 6,7 bilhões de bocas é o limite do mundo	Vai ter pra todo mundo?	Especial 68-78
29	Edição 2085 05/11/2008	[Chamada na capa] Está faltando terra	A terra não aguenta	Ambiente 96-99
30	Edição 2.143 16/12/2009	Estamos devorando o planeta	Fome de ar, água e comida	Especial 132-146
31	Edição 2.165 19/05/2010	O milionário mora ao lado	A receita dos milionários	Economia 116-125
32	Edição 2.201 26/01/2011	Desigualdade Por que até o FMI quer diminuir o abismo que separa os muito ricos dos muito pobres	Uma bebida amarga	Economia 72-74
33	Edição 2.259 07/03/2012	[Chamada na capa] Desigualdade: O Brasil começa a diminuir o abismo entre ricos e pobres	O abismo ficou menor	Demografia 90-93

A partir do referencial teórico que embasou os capítulos anteriores desta tese, cada uma das reportagens foi examinada tendo em vista, principalmente, a observação e a leitura cuidadosa dos textos, mas também foi realizada uma análise das fotos, da diagramação e dos recursos gráficos utilizados. Os resultados dessa investigação constituem o esboço deste capítulo. A título comparativo, vale lembrar a importância dada pela revista — sobretudo, nos últimos vinte anos — a assuntos relacionados à alimentação, porém em temas com outro viés,

como dietas, obesidade, cuidados com o corpo e com a beleza, reeducação alimentar, anorexia e bulimia, entre outros. Durante o período total de edição de *Veja*, foram encontradas 36 capas voltadas aos distúrbios alimentares típicos dos “cidadãos-consumidores” das “sociedades de controle”, a maior publicada nos últimos vinte anos. Além desses, há ainda cinco reportagens sobre esses assuntos que receberam chamada na capa, embora não tenham sido as principais de cada uma dessas edições. Cabe notar que esse número é superior ao selecionado para a análise desta tese, que priorizou as questões específicas dos “não-consumidores”. Assim mesmo, o total das 33 eleitas inclui também reportagens que abordam situações em que os menos abastados representam alguma ameaça aos consumidores, quando a miséria está associada à violência e à crise de segurança das áreas urbanas, ou quando as coberturas envolvem temas que de algum modo trazem reflexos aos assuntos prioritários, seja por associação ou pelo paradoxo – não necessariamente por uma atenção dada à fome e à miséria como problemas sociais a serem enfrentados e resolvidos. O enfoque na segurança, registrado durante toda a existência da revista, mas reforçado mormente a partir da década de 1990, confirma a tendência das “sociedades de controle” analisadas por Gilles Deleuze, que precisam enfrentar a “explosão dos guetos e favelas”, decorrente da exclusão sistemática provocada pelo capitalismo de consumo.

Em linhas gerais, percebe-se que nas primeiras três décadas de existência da revista, o problema da fome foi tratado como uma questão política, com atribuição de responsabilidades às autoridades e alguma cobrança para que soluções fossem providenciadas, chamando atenção para sua instrumentalização a favor da manutenção do poder político e econômico. Já a partir da década de 1990, sobretudo depois da virada do milênio, prevalecem as reportagens de abordagem comportamental, relacionadas aos distúrbios alimentares típicos dos “cidadãos-consumidores”, com uma aparente despolitização das narrativas. Essas mudanças no perfil editorial da revista *Veja* foram assinaladas também pelo pesquisador João Freire Filho (2010), ao mostrar que as capas sobre política e economia se tornaram menos frequentes a partir da década de 1990, e que foram ganhando espaço aqueles “assuntos tradicionalmente associados às publicações femininas, como as relações íntimas e familiares e o bem-estar emocional”. Em seu estudo, o pesquisador ressalta que o mesmo panorama é encontrado nas concorrentes *Istoé* e *Época* — o que indica que se trataria de uma tendência mais geral que, inclusive, excederia o âmbito das revistas semanais para abarcar um espectro midiático bem mais amplo; e, além disso, não seria exclusivo do contexto brasileiro.

4.1. A biopolítica da fome no alvo das narrativas: o protagonismo do sofrimento e a responsabilidade das autoridades

A primeira capa de *Veja* que aborda o problema da fome tem como motivação os dez anos de existência da Sudene, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Publicada em 17 de dezembro de 1969, a edição 67 da revista tem a manchete “Nordeste, 1959-1969: A década da luta do passado contra o futuro”, colocada no canto da foto do rosto de um nordestino. A reportagem é longa, ocupa da página 28 até a 43, e apresenta oito páginas somente de fotos coloridas, numa espécie de fotorreportagem sobre os problemas do Nordeste em meio às narrativas sobre a história da Sudene. As fotos são acompanhadas de legendas com informações e também trechos literários.

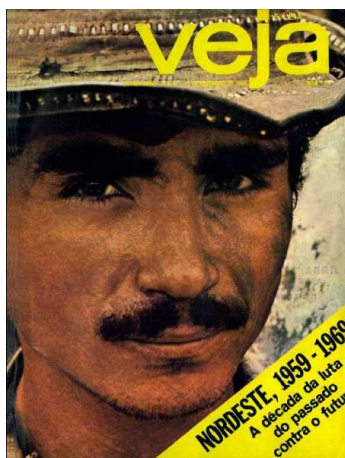


Figura 1 - Capa da edição 67, de 17 de dezembro de 1969

“Depois de dez anos, a hora das reformas” é o título interno da reportagem, que já indica o sentido crítico da cobertura. As duas primeiras páginas trazem, lado a lado, a foto de uma fábrica em Recife, símbolo da industrialização proporcionada pela Sudene na região, e a imagem de uma favela em Palmares, indício de um problema ainda não solucionado. O foco da reportagem é a Sudene. Assim, o texto conta a história da entidade e destaca conclusões do estudo que a originou, começando pela disparidade entre a renda do Nordeste e a do Centro-Sul do país, que na época era mais de três vezes superior. A matéria aponta as frentes de combate à miséria propostas no documento da Sudene, elaborado em 1959, destacando seu caráter inovador.

Era uma visão nova, vigorosa e radical. Insistia numa solução global do drama nordestino. Estabelecia alguns pontos fundamentais. Era imprescindível fazer a reforma agrária, liberar terras do açúcar para a plantação de alimentos e reduzir a tragédia que era o abastecimento das zonas urbanas nordestinas. Era absolutamente

indispensável também formar uma indústria nordestina para ocupar o lugar vago deixado pelo setor açucareiro, que perdera a vitalidade, não tinha mais capitais, não criava empregos novos e não tinha perspectivas de melhorar sua situação no mercado internacional, cujos preços estavam em declínio. (...) Era fundamental, ainda, reorganizar o sertão, onde conviviam a pecuária dos grandes proprietários e as diminutas plantações (minifúndios) de pequenos arrendatários. Estes colonos tinham terras pobres e obtinham pouco dinheiro com suas safras (geralmente de algodão e divididas igualmente com o proprietário das terras). No resto de seus minifúndios plantavam apenas o suficiente para comer. Isto agravava o drama da alimentação: colhendo apenas para a própria comida de um ano, a seca do ano seguinte significava a fome no sertão e uma contribuição para o encarecimento dos gêneros alimentícios nas cidades.

E o último, mas não menos importante dos postos estratégicos a serem atacados: a criação de empregos e a redistribuição da renda.

Após descrever o cenário apresentado no estudo, *Veja* explica que “o ataque” ao quadro de miséria foi a criação da Sudene, em 1959. No entanto, esclarece que não surtiu efeito, tal como os incontáveis órgãos já criados, que tiveram “resultados medíocres” e “os mais recentes apenas ‘promissores’”. A cobertura trata a questão política envolta na criação da Sudene e informa que chegou a haver uma proposta de reforma agrária, que a revista afirma ser a base para muitas mudanças verdadeiras na região, mas “não passou de boa intenção”. E as críticas não param aí: a reportagem destaca que a única reformulação que chegou a ser feita foi em 1964, no governo de João Goulart, narrada como “reforma agrária suspeita”. Essa frase é acompanhada pelo depoimento de um entrevistado, Mário Lacerda, ex-funcionário do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e então lotado na Assessoria Técnica do superintendente da Sudene: “como acreditar nela, se o presidente da República era o maior latifundiário do país”.

A pretenciosa reforma não avançou muito, e logo João Goulart foi deposto pelo Golpe Militar de 1964 — publicada no auge da ditadura, a revista refere-se ao golpe como ‘revolução’. O texto afirma que outros governos posteriores fizeram propostas com a mesma finalidade, mas nada teve resultados nesses dez anos. *Veja* desmente alguns argumentos normalmente usados para tal insucesso, como o pouco tempo para realizações importantes, e para isso compara com uma bem sucedida reforma agrária efetuada no Japão em quatro anos. A reportagem expõe o que credita como a verdadeira razão para nada ter mudado: “a concentração do poder político do Nordeste nas mãos dos grandes proprietários de terras”. E acrescenta que “os ‘coronéis’, senhores de terras abundantes” são “chefes políticos formidáveis”.

Desse modo, como não teria conseguido fazer a reforma agrária por causa dos coronéis que detêm o poder político na região, a Sudene concentrou-se em incentivar as indústrias, optando pelo que seria o caminho mais fácil, conforme a definição publicada pela

revista: “com seu avanço paralisado na direção das reformas de base, não desejadas pelos políticos ligados à terra, a Sudene deslanchou vigorosamente pelo caminho que ofereceu menor resistência: o da industrialização”, afirma um trecho da reportagem. Alguns dados são apresentados para corroborar o sucesso dessa industrialização do Nordeste, demonstrando o crescimento econômico da região. Mas, apesar da empreitada certa da industrialização, o texto ressalta que não houve avanços nas outras propostas: “o fato de ter chegado à meta industrial sem ter sequer se aproximado dos outros três pontos estratégicos previstos inicialmente é que constitui a fonte dos pecados atribuídos à Sudene nesta sua festa da primeira década”.

A matéria relata ainda o crescimento na migração para as cidades que receberam as indústrias, mas alerta para o aumento do desemprego e subemprego nessas mesmas cidades, já que não teria sido possível absorver toda a mão de obra disponível. Além disso, continuaram estagnados os avanços em saneamento e saúde e não havia sinal de combate aos problemas: “a indústria sem as reformas no campo não afastou definitivamente a ameaça da miséria”. Em busca da solução, um diretor da Sudene entrevistado pelos repórteres afirma que é preciso expandir o mercado. Já um industrial, instalado na região por incentivo da Sudene, reclama que o organismo colocou no mesmo local um concorrente e que não há mercado suficiente para os dois sobreviverem, mas a entidade o desmente e ressalta que há chances de comercialização para ambos. Os entrevistados indicam a necessidade de ampliar o número de consumidores. Em relação a isso, *Veja* destaca a reação do então presidente Garrastazu Médici ao receber a cópia do que seria seu plano de governo, “O Projeto Brasil”. A esse respeito, a revista publica que o presidente “devolveu-o para seus ministros, alertando que queria um programa para 90 milhões de brasileiros e não para os 26 milhões do mercado atual”. Médici ainda tinha determinado que a situação valesse também para a Sudene, lembrando que “os ‘quatro pontos’ iniciais procuravam os interesses dos 27 milhões de nordestinos e não apenas dos seus 9 milhões de compradores atuais”.

Na década de 1960, como se percebe nessa reportagem de *Veja* — mesmo com alguma “contrariedade” do presidente, o que evidencia a existência do Estado do bem-estar social, inclusive nos governos militares — já estava presente a equação consumo-cidadania, que implica um poder econômico fortemente entrelaçado com o poder político na definição dos valores cívicos, algo que hoje constitui a matriz das “sociedades de controle” descritas por Gilles Deleuze, ou o “espírito do capitalismo”, analisado por Boltanski e Chiapello (2009).

A reportagem sobre a Sudene contém a retranca⁶⁶ “Os frutos do canavial”, que se refere à mortalidade em Amaraji, perto de Recife, na Zona da Mata, área mais fértil do Nordeste. No texto, *Veja* conta que, no início da década de 1960, a população começou a se organizar em ligas camponesas, inclusive com uso de violência, e que as ações políticas como a criação da entidade visavam conter a revolta popular, indicando a necessidade das “sociedades de controle” de tentar manter sob domínio a população excluída do consumo capitalista, e evidenciando os dispositivos biopolíticos que visam adequar suas forças à produtividade.

E não foi por acaso que a criação da Sudene se deu exatamente nessa época e abrangendo não só a Zona da Mata mas todo o Nordeste. Uma de suas motivações era sanar as causas da agitação social no campo oferecendo mais empregos, assistência social e educação. As notícias de Amaraji parecem dizer que a miséria não foi erradicada, mesmo se aparentemente a calma substituiu a agitação social. (...) Quase todas as tensões sociais no Nordeste nasceram da monocultura da cana. Campos trabalhados primitivamente, engenhos velhos de dois séculos e usinas de baixa produção faziam da cana um péssimo negócio. Com a baixa renda, o lavrador era explorado ao limite de suas forças num trabalho quase escravo.

A matéria destaca que, na época, o trabalho havia sido regulamentado pelo governo, mas isso não teria sido suficiente, pois “enquanto os salários oficiais dos lavradores aumentaram em 62%, desde 1964, a carne seca, alimento base do homem do campo, aumentou em 300%”. As oito páginas de fotos coloridas que integram a reportagem apresentam legendas com informações e algumas citações literárias de obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. Há fotos de trabalhadores dos canaviais e de moradores das cidades que estavam sendo industrializadas; imagens que retratam o passado e o presente: açude com água, árvore frutífera isolada na caatinga, chaminé de usina, criança carregando água sobre o chão seco rachado, e placas anunciando uma futura indústria; fotos de moradores, estabelecimentos comerciais e animais comuns na região; um casal de retirantes em busca de emprego; bem como imagens que sublinham o contraste entre as casas e os estilos de vida do senhor do engenho e do camponês, nomeadas “dois mundos”.

Na edição 323, com data de 13 de novembro de 1974 e com a manchete “A fome no mundo”, o tema é explícito na própria capa, já colorida, que traz a imagem de uma pessoa macilenta e desnutrida, de calças rasgadas e pés descalços. Internamente, a reportagem tem o título “O mundo sem alimentos” e vai da página 84 até a 100. Os recursos visuais não são muito sofisticados em termos técnicos e estéticos, mas são duros e diretos. A

⁶⁶ Retranca é o termo usado para designar cada unidade de texto em jornal, cuja origem está no código empregado para localizar um texto nos diagramas de uma edição.

informação prioritária é a escrita, organizada de maneira linear. Mesmo assim, o drama esquálido e torpe é destacado visualmente, embora com pouco aparato gráfico — algo que se tornou mais habitual no século XXI. No entanto, o flagelo fica visível e chocante na imagem da criança esquelética no colo da mãe, que revela uma verossimilhança — recurso típico da prática jornalística daquele momento — com a dura realidade enfrentada pelas vítimas do problema em debate na Conferência Mundial de Alimentação, objeto específico dessa cobertura.



Figura 2 - Capa da edição 323, de 13 de novembro de 1974.

A reportagem empenha-se em apresentar informações que destaquem a vida sofrida dos miseráveis, sem, no entanto, personalizá-los. Nesse momento, o drama ainda era generalizado e focalizado nas vítimas da exclusão. Parte dos dados utilizados foi apresentada na Conferência e serve para mostrar a situação mundial. *Veja* descreve o clima dessa reunião, as trocas de acusações entre as autoridades nela presentes e alerta, retomando a teoria malthusiana, que o problema da fome tende a aumentar porque teria se tornado impossível alimentar tanta gente. No primeiro parágrafo, a revista lança a seguinte assertiva: “Assim, sob a forma de perguntas urgentes, e de novo para espanto ou terror do mundo, o imortal esqueleto do Apocalipse volta a cavalgar verozmente sobre a humanidade”. Expressões como essa não parecem comuns aos textos publicados por *Veja* no século XXI, tampouco são percebidas demonstrações de assombro ou de choque por parte dos jornalistas, especialmente porque manifestações desse tipo podem ir de encontro às regras de objetividade referenciadas no discurso sobre a prática profissional.

Também não é usual atualmente o recurso das citações literárias, mais presentes nas décadas passadas. Além disso, a cultura da imagem privilegia os textos curtos e a informação visual. Tais transformações de formato e conteúdo estão, sem dúvida, relacionadas a mudanças éticas que se consolidam em nossa sociedade, especialmente motivadas pelas

questões econômicas e pela valorização do consumidor. O apelo visual é transportado às páginas noticiosas e, assim, as críticas ao sistema que favorece a desigualdade são extintas enquanto predomina essa assepsia visual da contemporaneidade.

Vale lembrar que nas décadas de 1960 e 1970 voltava à tona, com bastante força, a teoria de Malthus, principalmente em virtude dos problemas que começavam a aparecer pela falta de alimentos e pela conseqüente diminuição da autonomia de diversos países no que se refere à alimentação de suas populações. O economista e demógrafo britânico Thomas Malthus, na passagem dos séculos XVIII para XIX, ficou conhecido por sua polêmica teoria de que a população mundial cresceria em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumentaria em progressão aritmética, sendo a fome, portanto, um mal inevitável. Na segunda metade do século XX, os problemas demográficos mundiais revitalizaram as ideias do economista, na forma de um “neomalthusianismo”. Já no século XXI, as organizações internacionais que lidam com as questões alimentícias garantem que o planeta é capaz de produzir comida suficiente, e que o problema está relacionado à sua distribuição.

Afinada às ideias neomalthusianas, a reportagem de *Veja* veiculada em 1974 informa que os estoques de comida desde 1960 variavam entre 100 e 155 milhões de toneladas, mas a população mundial se multiplicava 2,4% a cada ano, apontando como problema o fato de haver “uma multidão incontrolável de novas bocas a alimentar”: 200 mil por dia, 73 milhões por ano, naquele contexto. As soluções elencadas na reportagem são as seguintes: novas plantações, novas comidas, melhores colheitas, reforma agrária, cooperação global e controle populacional. A revista reforça a ideia de que a população mundial estava crescendo de forma acelerada e que o planeta não era capaz de produzir alimentos na mesma velocidade, legitimando sua posição por meio de autores que defendiam esse pensamento. Não bastasse esse avanço, a narrativa apoia-se ainda no fato de que tal quadro seria previsível e, portanto, evitável, algo que antecipa a “política da vítima virtual” que Paulo Vaz, Janine Cardoso e Carla Felix analisaram no artigo “Risco, Sofrimento e Vítima Virtual: a Política do Medo nas Narrativas Jornalísticas Contemporâneas”, publicado em 2012. Reforçando o alerta a uma previsibilidade do cenário, a reportagem recorre a estudiosos das áreas de ciências humanas e sociais, críticos contundentes das desigualdades na sociedade, para argumentar o seguinte:

Por mais chocantes ou apavorantes que sejam os números sobre a fome, a verdade é que eles já estavam previstos desde os tempos imemoriais, dos homens das cavernas às profecias bíblicas. E uma relativa abundância na produção de comida, logo depois da II Guerra Mundial, parece ter contribuído para expulsar da memória humana tanto o fantasma de Parson Thomas Malthus, o economista inglês que duzentos anos atrás fez a assustadora conjugação das linhas de crescimento de comida com a da multiplicação de pessoas, quanto as palavras de visionários como George Orwell,

para quem ‘as mudanças de dieta são mais importantes que as de dinastia ou de religiões’.

Seis anos atrás, o filósofo e cientista social inglês C. P. Snow trazia esta ameaça para o campo do provável: ‘Entre 1975 e 1980, na melhor das hipóteses, haverá fomes localizadas. Na pior, as fomes localizadas se espalharão pelo mundo’. Os especialistas não tiveram nenhuma surpresa, portanto — nem dificuldades para determinar os motivos da crise de agora. Segundo eles, quase tudo que poderia acontecer de errado na produção e distribuição de alimentos de fato aconteceu de dois anos para cá.

Os “especialistas” a que se refere a revista são os líderes reunidos na Conferência, principalmente os secretários e ministros de Agricultura dos diversos países nela representados. Já as reportagens mais recentes, com destaque para as publicadas neste milênio, elegem como fontes os técnicos e especialistas, sobretudo economistas, que priorizam o incremento do mercado e as relações comerciais em suas explicações do fenômeno, apontando como positivo o aumento da renda — e, conseqüentemente, o poder de compra — de parte da população.

O texto aponta que problemas ecológicos somados a questões políticas seriam os responsáveis pela miséria de algumas populações, descrevendo situações terríveis e chocantes como as seguintes:

No Chade, um dos seis países africanos da região ao sul do Saara conhecida como Sael (onde vivem 25 milhões de pessoas que há seis anos enfrentam a seca e o avanço das areias do deserto, à velocidade de 50 quilômetros por ano), muitos pais recusam os remédios contra difteria enviados pela ONU: preferem que seus filhos morram imediatamente a crescerem em agonia. Na Índia, em certas províncias do nordeste, os famintos — são 15 milhões deles em todo o país — desfolham todas as árvores que encontram em busca de algumas miseráveis calorias que poderão prolongar um pouco mais suas vidas, enquanto famílias inteiras se suicidam enlouquecidas pela fome.

Nessa cobertura, *Veja* levanta questões acerca das responsabilidades por tal situação. A revista não aponta claramente soluções ou culpados, mas coloca os líderes dos países mais ricos no centro do problema, encerrando a primeira parte da reportagem com aspas de um conferencista. Com o depoimento do “pai da revolução verde”, o agrônomo americano Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz de 1970, o texto principal chega ao fim: “basta deixar o secretário de Estado Henry Kissinger e mais doze ministros de países-chave da Conferência trancados num quarto sem comida, e depois também sem água”, propôs o especialista, concluindo que, então, “uma solução aparecerá”.

Durante o evento, os representantes dos Estados Unidos informaram que o país não pretendia continuar como “abastecedor mundial”, tal como acontecera nas últimas décadas. Essa situação, realmente, preocupava outros técnicos presentes por causa da dependência do mundo em relação aos EUA, e, ainda mais, porque o país estava sujeito a secas periódicas que

afetavam a produção. Com isso, a revista questiona o seguinte: “onde encontrar, então, a tranquilidade necessária à economia alimentícia do mundo?”. E, em seguida, apresenta dados que ilustram a diferença de consumo entre países ricos e pobres.

Os americanos não apenas plantam mais, colhem mais e exportam mais. Como acontece em todos os países ricos e mesmo nas cidades ricas de países pobres, eles também comem mais: 1 tonelada de cereais por ano e por pessoa contra 150 quilos nas regiões atrasadas, e 314 ovos a cada 365 dias contra oito dos indianos. Carne, leite e ovos — fontes tradicionais de proteínas — desempenham um papel pequeno na dieta dos pobres, que não têm como pagar por elas. Por isso, produz-se cada vez mais carne na América Latina — mas ela chega cada vez menos aos estômagos locais.

Nas reportagens analisadas acima, percebe-se uma postura semelhante à que os pesquisadores Paulo Vaz e Gaelle Rolny (2010, p. 9) identificaram ao avaliar as coberturas sobre grandes tragédias provocadas por chuvas, entre 1970 e 1984: uma responsabilização das autoridades e uma crítica ao tratamento diferenciado dado pelo poder público a ricos e pobres. Vaz e Rolny observaram que naquele período as matérias não apenas apontavam a negligência do Estado como também indicavam as razões para tal atitude, marca evidente da “política da piedade” no tratamento moral do sofrimento. No caso específico da fome, as reportagens desse período salientam e tecem abertamente críticas à instrumentalização da fome como dispositivo biopolítico, sobremaneira quando abordam a seca no Nordeste.

Afinal, a fome e a miséria configuram-se um eficaz dispositivo para a governamentalidade da população, tornando-a objeto de intervenção política, de gestão e de governo, configurando um poder que ascendeu com o liberalismo moderno, como analisou Foucault, e que se atualiza na versão neoliberal do capitalismo contemporâneo. No período em que o filósofo disseminava suas reflexões nos cursos ministrados na França, o neoliberalismo era um sistema recente. Por isso, no Brasil ainda regido pelo Estado do bem-estar social, as narrativas jornalísticas expressavam descontentamento e refutavam as práticas baseadas nesse aparelhamento da miséria e da fome.

A edição 385, de 21 de janeiro de 1976, trouxe a reportagem “Por enquanto, um aviso”, referida na capa com uma chamada no alto da página indicando a temática: “Nordeste: o perigo da seca”. A cobertura está centrada na estiagem e começa relatando a situação na cidade de Irecê, na Bahia, que havia recebido, naquela semana, um avião enviado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais, uma instituição de direito privado vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A fundação, criada em 1972 com a finalidade de produzir chuvas artificiais e estudar a meteorologia, tentava fazer chover na região “bombardeando” as nuvens. Em seguida, o texto narra o drama de um grupo de

retirantes (uma família formada por um casal e seis filhos acompanhada de um homem que deixou na cidade a esposa e os dois filhos) que aguarda na estrada a “última esperança”, um ônibus com destino a São Paulo. O que faz o rapaz deixar a família para trás é a tentativa de encontrar uma realidade diferente da sua: “Não conheço nada lá, mas aqui estou morrendo de fome. Tem 99 dias que não arranjo serviço e vou pra lá trabalhar”. Depois de apresentar os exemplos, a reportagem informa que cerca de 150 mil pessoas no sertão baiano estão sem alimentos suficientes e mais de 50 mil trabalhadores “diaristas” não encontram serviço. Em seguida, conta o cotidiano difícil dos moradores em busca da sobrevivência na região.

Não há água e famílias inteiras percorrem de 5 a 30 quilômetros através da caatinga para entrarem, de madrugada, nas longas filas de Irecê, onde são distribuídas magras rações — 600 gramas de farinha, 400 de arroz, 200 de carne-seca, 800 de feijão e um quarto de litro de óleo. A comida é para uma semana, não importando se a família em cinco ou dez filhos. Há desmaios, tentativas de saques em armazéns, crises de nervos.

O texto descreve a região afetada, que atinge vários pontos do nordeste e também Minas Gerais, no Sudeste. Relata a fé dos moradores e o apelo aos santos para que chova. A falta de alimentos e água é a parte mais crítica. Um entrevistado relata, sobre os habitantes da região: “De manhã não comem nada, ao meio-dia comem uma coisinha e de noite fazem o pelo sinal [uma oração cristã⁶⁷] na boca e vão dormir”, indicando a prática de refeição única no dia. A alternativa, então, é tentar escapar. Por isso, as passagens para São Paulo estão esgotadas para o mês seguinte inteiro. A reportagem é ilustrada por muitas fotos, ainda em preto e branco, reforçando o sofrimento das vítimas: pessoas em estradas de terra seca, carregando alimentos, observando o animal morto em decorrência da estiagem, esperando nas filas pela comida e pelo emprego.

Com a seca, muitos empregados perderam sua fonte de renda porque os fazendeiros não tem trabalho para eles. As ameaças de saque tornaram-se cotidianas nas cidades, levando à suspensão das feiras, ao fechamento de supermercados e colocando muitos moradores acampados nas praças. Algumas autoridades são entrevistadas e não evitar aplicar a expressão “seca” para falar do problema e o tratam como uma “situação climática desfavorável”, resultado do atraso das tradicionais chuvas de “inverno”⁶⁸. A revista até concorda com a avaliação, todavia ressalta a falta de preparo da região para situações como aquela, realçando novamente que o quadro grave seria evitável. “Os problemas, portanto, decorrem sobretudo da precária estrutura econômica da região, incapaz de absorver contratempos, mesmo os

⁶⁷ A oração cristã a que se refere o entrevistado é: “Pelo sinal da Santa Cruz, livrai-nos, Deus, nosso Senhor, dos nossos inimigos”.

⁶⁸ A reportagem foi publicada no mês de janeiro, mas no Nordeste, comumente, é chamado de “inverno” o período de chuvas.

previsíveis, como a falta de chuvas. Mesmo porque as áreas mais atingidas não são as de maior incidência de secas no nordeste.”

Exemplo disso é a cidade de Irecê, citada no início da reportagem, município que tem baixos índices de estiagem e uma produção elevada de milho e feijão. Com tais características, novamente, a revista critica as autoridades. “Um celeiro que não resistiu a dois meses sem chuvas, e que é administrado atualmente por um fervoroso devoto do imponderável, o prefeito Ineny Nunes Dourado, de 44 anos”, que se esquivava de responsabilidades, como publicou a revista, destacando a fala do próprio prefeito: “ ‘Estes problemas não são culpa da Arena ou do governo’, apressa-se a explicar ele. ‘Devem ser creditados a São Pedro, que está caducando’ ”.

O texto explica também a possível origem das dificuldades de Irecê, que pela capacidade produtiva de suas terras, é conhecida como um “celeiro do nordeste”, porém os agricultores, em 1972, foram convencidos de que o plantio da mamona era mais rentável que o do feijão e do milho. De fato, na época, o valor de comercialização da mamona era alto, mas dois anos depois, a superprodução fez com que os preços despencassem. “Como resultado houve um crescente endividamento dos pequenos agricultores — 60% da região é formada por minifúndios de 35 a 60 hectares.” Depois disso, foi retomado o cultivo de feijão e milho, “que, entre outras vantagens, podem ser comidos”. Contudo, as dívidas já estavam acumuladas e as sementes, escassas, situação agravada pela falta de chuvas.

A partir disso, a revista alerta que além de não haver “uma estrutura econômica capaz de enfrentar este imprevisto”, as autoridades são lentas na assistência aos flagelados, ação que é alvo, inclusive, das “divergências políticas de sempre”: “Para o prefeito Dourado, por exemplo, o governo deveria emprestar dinheiro aos proprietários, ao invés de imobilizar recursos com a dispendiosa massa de refugiados”. E publica a justificativa dada pelo prefeito para explicar sua opção: “É um dinheiro que ele vai receber de volta. É melhor financiar os proprietários do que arcar com os prejuízos”. A escolha do prefeito mereceu destaque na revista que, naquela década, tinha como característica atribuir responsabilidades ao poder público pelos problemas que atingiam a população menos abastada e excluída dos recursos. Entretanto, tal posição denota a opção pela economia, em detrimento do social, característica do capitalismo em vigor, mesmo na fase em que era ainda marcante a presença do Estado do bem-estar social. Como esse ideário do bem-estar ainda era predominante nas posições éticas então vigentes na sociedade, percebe-se que aquele era um momento de transição, coexistindo nas narrativas os valores pró-igualdade e também os mais mercadológicos.

O mesmo prefeito manifestou-se contrário a salários “muito altos” nas frentes de trabalho abertas para absorver a mão de obra das lavouras, pois “criaria um problema para a região depois da seca”: “O pessoal ia querer logo aumento. Como é que nós ficaríamos?”. As razões do prefeito encontram eco nos fazendeiros entrevistados. Um deles afirma: “O dono da terra está em piores condições do que o trabalhador, pois este não tem dívidas, não tem gado passando fome, não tem filhos na escola”. Mais uma vez, a reportagem tece sua crítica ao destacar que não é isso que pensa o trabalhador desempregado, “que tem apenas uma lata para medir os litros das rações nas filas da cidade”, e que nem sempre consegue voltar com os vasilhames cheios. A distribuição da comida segue critérios rígidos, já que não há muita quantidade disponível. O padre responsável pela repartição explica: “Velho só se não for aposentado. Mulher só maior de 15 anos, abaixo disso só se estiver com barriguinha redondinha. Crianças de forma nenhuma. Vamos deixar o coração em casa. Hoje não podemos ter pena de ninguém”. É interessante perceber no relato do padre como eram excluídas da prioridade as minorias que, atualmente, costumam receber mais atenção.

Quatro anos depois dessa reportagem intitulada “Por enquanto, um aviso”, a seca do Nordeste brasileiro ganhava novo destaque na primeira página da revista *Veja*. No canto esquerdo do topo da capa dessa edição, cuja matéria principal falava da eleição do presidente norte-americano Ronald Reagan, estava a chamada “Nordeste: a seca do século”. Internamente, a reportagem da edição 636, publicada em 12 de novembro de 1980, trouxe o título “A maior das secas” e abordou a forte estiagem decorrente de dois anos sem qualquer chuva na região, que já provocava falta comida e grandes e irrecuperáveis perdas na agricultura — situações também presentes na reportagem anterior. A foto principal ocupa a metade superior da página em que o texto inicia e mostra uma pessoa caminhando numa paisagem bastante seca na cidade de Parelhas, no Rio Grande do Norte.

A revista faz um relato do cenário local, onde milhares de casas estão vazias porque seus habitantes foram tentar a vida em diferentes lugares, outro drama semelhante ao narrado anos antes. A matéria apresenta muitas fotos com cenas indicando as dificuldades proporcionadas pela estiagem, como a que mostra uma criança pegando água num pequeno poço, o único que restou de um rio que secou; ou da fila de espera pelo prometido auxílio em dinheiro, a ser entregue pelo governo. O texto compara a seca atual com a que teria sido a pior já registrada no Nordeste, entre 1877 e 1897, que matou mais de 500 mil pessoas de fome e de sede — vale ressaltar que todas as coberturas da seca nordestina fazem essa mesma comparação. Por causa da situação crítica, “dom Pedro II jurou que venderia até a última joia

da coroa para que não houvesse mais vítimas da seca”. Entretanto, num tom crítico e debochado, a revista lembra que “a coroa, intacta, está até hoje no Museu de Petrópolis. A seca, irremediada, continua a ser visitada por governantes e suas promessas”, publicou em alusão à visita programada pelo presidente João Figueiredo ao interior de Pernambuco.

A solução comumente adotada, igualmente citada nas reportagens anteriores sobre a seca, é a distribuição de água pela Sudene em carros-pipa, o que não é suficiente e converte os moradores em reféns dos altos preços praticados pelo donos de poços, evidenciando que há uma indústria que se beneficia da pobreza. Em consequência da falta de água, aumentam os problemas de saúde pública, triplicando o número de atendimentos médicos na região, com casos de verminoses, sarampo, parasitoses e avitaminoses. Além da água, outra dificuldade difícil de contornar, novamente, é a falta de acesso aos alimentos. A venda mais barata é feita pela Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), do Ministério da Agricultura, que montou supermercados para comercializar artigos de primeira necessidade. Todavia, a companhia “não vende fiado e os flagelados nem sempre têm dinheiro no bolso”. Por causa disso, os moradores acabam “‘pendurados’ nas cadernetas dos ‘bodegueiros’, cujos preços são até 50% superiores aos da Cobal. Em contrapartida, os ‘bodegueiros’ oferecem crédito.” A capacidade de endividamento é limitada e vem do trabalho nas frentes organizadas pela Sudene, empresa governamental criada para o desenvolvimento do Nordeste, que frequentemente paga com atraso e leva os trabalhadores a se endividarem e depois a usarem tudo para pagar a “bodega”.

A reportagem evidencia o ciclo interminável em busca da sobrevivência. O trabalho é executado por pessoas que já perderam quase toda a força do seu corpo, mas que precisam do dinheiro para se alimentar e garantir a pouca capacidade produtiva necessária para novamente assegurar sua precária alimentação. São indivíduos que compõem o grupo que atende à conveniência do jogo econômico analisado por Foucault ao estudar o nascimento das *biopolíticas*. Esse círculo de trabalho e renda permite ainda que seja mantida a dinâmica comercial em regiões desfavorecidas economicamente, fazendo sobreviver os pequenos negócios. Os postos de trabalho gerados pela Sudene servem para atenuar os efeitos da pobreza, ação tida como ineficiente em outra reportagem da revista *Veja*, publicada em 1969 e analisada no início deste capítulo. De toda forma, a estratégia da Sudene contribui para de algum modo manter certa segurança na sociedade, sem, no entanto, buscar sanar as causas do problema. Suas ações correspondem às ardilezas capitalistas apoiadas no *biopoder*, cujos resultados incluem o eficiente domínio político e econômico na região.

De um modo geral, constata-se que a instrumentalização da fome e da miséria referida nas narrativas jornalísticas do Brasil até a década de 1980 é marcada por críticas, especialmente à administração pública. Nessa reportagem sobre a seca no Nordeste, o texto repreende o governo ao afirmar que os gastos com a situação emergencial da região são excessivos e mal aplicados, deixando claro que a intenção das autoridades públicas é essencialmente acalmar a população.

A ação do governo é grandiosa — ele já gastou ali, com a seca, somente este ano, 20,2 bilhões de cruzeiros —, porém ineficiente. Tanto que um de seus esforços tem sido proibir aglomerações de flagelados para evitar quebra-quebras. Além disso, o dinheiro é mal distribuído, sobra em alguns lugares, falta em outros. (...) Há também desvio de verbas.

Quatro meses depois da reportagem analisada acima, “A seca do século” virou manchete. A edição 654, de 18 de março de 1981, outra vez deu atenção ao problema da estiagem na região mais pobre do Brasil, temática já agendada na década anterior e que ainda ganharia novos destaques na década corrente e na seguinte, mas que foi diminuindo gradativamente seu nível de agendamento. Em 2012, por exemplo, quando a região viveu uma forte estiagem, iniciada 2011 e que levou mais de 750 municípios a decretar “estado de emergência”⁶⁹, o assunto não foi mencionado em nenhuma capa. Evidenciando a tendência a serem publicadas menos matérias com abordagens político-sociais e mais comportamentais, as concorrentes *Istoé* e *Época* também não deram destaque à 72ª grande seca.

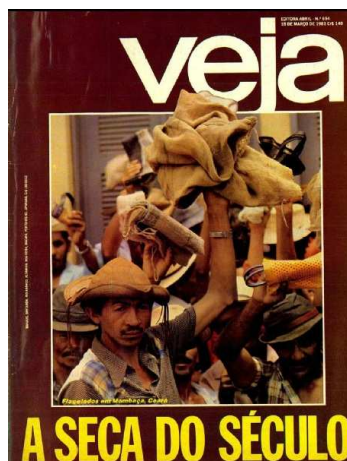


Figura 3 - Capa da edição 654, de 18 de março de 1981.

A cobertura de 1981 realçou o fenômeno natural que desembocava em sérias consequências à população, consideradas previsíveis e, portanto, evitáveis. Ocupando quatorze páginas coloridas, a matéria “Os sertões do nordeste morrem de sede” apresenta

⁶⁹ MADEIRO, Carlos. Em sua 72ª grande estiagem, Nordeste ainda luta por políticas de convivência com o sertão e vê erros históricos. In *UOL*, 24/05/2012. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/eventos/seca-no-nordeste>>. Acesso em 03fev2013.

muitas fotografias, algumas de página inteira, mostrando pessoas e cenários afetados pela seca, dando início a um tipo de cobertura que marcou a década de 1980. Essa época foi caracterizada pela publicação de relatos pessoais com ênfase no seu sofrimento, configurando o que Vaz e Rolny (2010) denominaram “personalização das vítimas”, um reforço à “política da piedade” que assinala as narrativas desse período. O lide narra a saga de uma família de migrantes que busca um lugar melhor para viver e, além disso, são entrevistados diversos moradores das regiões afetadas.

O texto relata os prejuízos na agricultura, no turismo, na produção de energia, e descreve a pobreza que se alastra, a falta de alimentos e água, os incontáveis saques, movidos pela “fome, sede e desespero”, a migração massiva e a fé que ampara a população mais prejudicada, “acostumada a recorrer muito mais a Deus que ao governo”. Todos esses são assuntos presentes nas coberturas anteriores sobre o mesmo tema, embora o texto não faça qualquer referência a outras edições. Um trecho da reportagem resume os efeitos da devastação:

As marcas sociais são bem mais visíveis. Elas começam no impacto sobre a vida doméstica, desdobram-se na invasão de cidades por multidões de flagelados e frequentemente desembocam na desagregação familiar. Ao cabo de uma seca, milhares de famílias se estilhaçam nos caminhos que levam ao sul (...). Antes da partida, todavia, milhares de nordestinos unem-se às tropas de ‘flagelados’ que invadem as cidades à caça de alimentos.

O texto afirma que a perda maior foi sofrida pelos pequenos e médios agricultores e os que plantam em terra alheia — rendeiros e posseiros, “que não recebem nenhuma assistência nem têm direito a empréstimos bancários”. Um economista entrevistado explica que quem mais perde com a seca “são os que estão fora do sistema”. Na apuração dos repórteres, esse pessoal “fora do sistema” é composto pelos trabalhadores sem terra que representavam 80% da força de trabalho empregada na agricultura nordestina. Outros grandes prejudicados são os proprietários de minifúndios com menos de 10 hectares. *Veja* recheia a reportagem com depoimentos de trabalhadores.

Nessa matéria, a responsabilidade pela diminuição dos duros resultados da estiagem é atribuída, prioritariamente, ao governo federal, que não se prepara para a longa estiagem previamente anunciada: “os planos de emergência (...) não parecem avançar com o mesmo apetite exibido pela seca” e “a Sudene acumulou promessas e sonhos sem resultados práticos relevantes”. Apoiada em números, *Veja* garante que os dados “provam que os planos de desenvolvimento do nordeste conseguiram ajudar, mais diretamente, sobretudo aqueles que não precisavam de ajuda”.

Para justificar esse tipo de conclusões ou afirmações, a revista publica depoimentos que confirmam seus quadros interpretativos. Exemplo disso está no trecho “Os sessenta pesquisadores do centro [Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido] entendem que o nó górdio da agropecuária nordestina não está na ausência de chuvas, mas sobretudo no subaproveitamento das águas”. Assim, a causa de tão grave flagelo passa pela negligência das autoridades, como afirma a reportagem. Entre os descuidos, *Veja* menciona a falta de atenção a um relatório técnico elaborado em 1978 que previa um longo período de estiagem nos seis anos seguintes. A Sudene, segundo a revista, não deu crédito ao documento, “rotulado de alarmista”. Quando foi levado em consideração, era tarde: “No segundo semestre de 1979, quando os governadores da região foram afinal apresentados ao texto, já não havia o que fazer: 430.000 homens estavam alistados no programa de emergência”.

Numa das retrancas, intitulada “Feijão, arroz e farinha, a dieta da seca”, a reportagem traz à luz, mais uma vez, a canalização biopolítica da fome, evidenciada no depoimento de uma das “vítimas”, que agradece ao governo por estar vivo. A condição de sobrevivência é atribuída a um claro exemplo do “imposto negativo” analisado por Foucault ao traçar as estratégias neoliberais da governamentalidade: trata-se do dinheiro repassado ao agricultor pela Sudene, mensalmente, durante o período de estiagem.

O agricultor José Alves Neto, 35 anos, sua mulher e os dez filhos não comem carne há um ano. Desde janeiro, a família faz a dieta da seca — feijão, arroz ou farinha duas vezes ao dia. ‘A gente ainda não morreu de fome porque Deus e o governo velam por nós’, diz Alves.

As autoridades locais exercem forte pressão e encontram espaço na narrativa da revista para ataques e queixas. No texto principal, a expressão severa de vários líderes municipais é reproduzida, mas o destaque mesmo é dado numa retranca que ocupa um terço do total da reportagem. “Tentando vencer a maldição do dinheiro perdido” aborda as questões políticas que impedem as soluções para a fome e a miséria nordestinas. A reportagem afirma que os recursos do governo federal são distribuídos não de acordo com a necessidade, mas sim fruto das relações políticas construídas entre as autoridades regionais e o poder central, que beneficia algumas cidades e estados e retalia outros, deixando-os à mercê da natureza. Nessa retranca, novamente fica bastante explícita a instrumentalização biopolítica da fome e a crítica da revista ao jogo que resulta na exclusão de uma parcela da população, em detrimento de um público que interessa mais aos governantes, como relatado no trecho abaixo:

O BNDE mal gasta em operações no nordeste uma décima parte do que tem nos seus cofres. E isso tudo não ocorre por acaso, mas como produto de intenção. O ministro Delfim Netto acredita que é mau negócio aplicar no nordeste, onde a

rentabilidade é menor, um dinheiro federal que anda curto e que pode render muito mais em outros lugares. Essa doutrina prosperou.

Na mesma linha, a revista publica o depoimento de um prefeito da região, que afirma já ter sido procurado por um grande industrial nordestino que disse a ele “achar muito melhor o governo aplicar em regiões desenvolvidas, triplicar o investimento e, com as sobras, ajudar o nordeste”. Na sequência, a narrativa deixa claro que o Nordeste, apesar de tantos problemas sociais, não é tido como uma prioridade e sofre represálias do governo federal, que nega verbas aos estados colocando “na geladeira” os gestores que contrariam o governo federal: “Pessoalmente, o trato dos governadores nordestinos com Brasília varia segundo o temperamento e o prestígio de cada um”.

Essa reportagem de 1981 deixa evidente a “biopolítica da fome”, a apropriação da miséria humana com o intuito de torná-la um dispositivo de poder para o controle da população de modo a adequá-la aos interesses políticos e econômicos. O texto explicita que as biopolíticas de prevenção, planejamento e regulação são um recurso fundamental para interferir nas condições de vida de suas populações e aproveitar-se delas. Ao mesmo tempo em que expõe tal atitude, a narrativa tece duras críticas, postura bastante diferente da que é manifestada atualmente, momento em que mal se fala nessa questão. Quando abordada, geralmente como pano de fundo de outros assuntos, levanta os problemas por ela causados para a manutenção de uma economia estável, como será visto mais adiante.

4.2. A personalização das vítimas

Nas análises empreendidas por Vaz e Rolny (2010) em relação às coberturas sobre as tragédias naturais, os pesquisadores identificaram que, a partir do início da década de 1980, começa a haver uma “personalização das vítimas” nas reportagens da imprensa brasileira. Assim, os detalhes da vida pessoal dessas vítimas passam a preencher as narrativas. Essa situação é semelhante à percebida na cobertura da fome e da miséria, especialmente quando a abordagem se dá a partir da seca, um fenômeno tão natural quanto as tempestades que motivaram as notícias analisadas pelos pesquisadores. A narrativa pormenorizada reforça certa “política da piedade” ao promover a sensibilização da audiência para casos individuais quando se alude a um problema que, na realidade, afeta um coletivo: “os testemunhos têm a função maior de tornar sensível o horror dos eventos” (VAZ; ROLNY, 2010, p. 13).

O que foi notado na cobertura da seca publicada em 1981, analisada anteriormente, é salientado na edição 779 de *Veja*. Veiculada em 17 de agosto de 1983, traz na capa a manchete “A agonia do Nordeste”. Mais intensamente que a edição de 1981, ao longo das dez páginas dedicadas a esta cobertura, a revista destaca os dramas familiares resultantes da seca e do quadro de miséria existente, essencialmente, no Nordeste. A imagem de uma dessas famílias estampa a capa da revista: um casal, uma filha, uma jumenta e uma cachorra, preparados para retirar-se de sua cidade natal e rumar, a pé, mais de duzentos quilômetros na esperança de uma vida melhor.



Figura 4 - Capa da edição 779, de 17 de agosto de 1983.

Na página 56 começa a matéria especial com o título “A tortura da seca”, dividida em quatro partes e com dois boxes. O primeiro relato refere-se à família mostrada na capa, ilustrado com uma nova foto. O texto conta minuciosamente como é a vida dessas pessoas, os poucos objetos que possuem, para onde vão, por que vão, que esperanças têm. O texto, por meio de referências a obras literárias que narram a espinhosa realidade do sertão, fala da seca mais severa, duradoura e abrangente já registrada no Nordeste, que agravou a vida já difícil daquela população. O chefe da família cuja trajetória é contada na abertura da matéria diz que, desde 1979, não vê dinheiro: seus últimos trabalhos foram sempre em troca de algo para comer. *Veja* informa que desde o começo dessa seca tão grave, o casal já perdeu dois filhos. Além disso, a filha mais velha, na época com quinze anos de idade, foi deixada como empregada doméstica na cidade natal, e uma outra, com oito anos, foi entregue para ser cuidada por uma família conhecida. Assim, o casal migrou acompanhado somente da outra filha, com onze anos, em busca de uma vida melhor. Com a riqueza textual, a narrativa contribui para que o sofrimento do outro seja reconhecido pela audiência, classificando o drama, provavelmente, como intolerável na sociedade.

A reportagem aponta ainda que os problemas resultantes da longa estiagem eram consequência do “acúmulo secular de miséria e descaminhos” registrados no Nordeste, fazendo com que a seca encontre o lugar “desequipado como sempre, com os recursos econômicos escassos e os recursos humanos desbaratados pela pobreza e a deseducação”. Em relação a isso, afirma a revista, “o governo reage como sempre: faz um programa de emergência”. Tais programas de emergência são as ações da Sudene, alvo de críticas em coberturas anteriores e novamente nesta reportagem:

Em sua esmagadora maioria, as obras tocadas nas frentes têm por objetivo achar ou guardar água — são açudes, cacimbas, poços ou canais, construídos ou restaurados às dezenas de milhares. Ou seja, há uma multidão, hoje, dedicada, quase messianicamente, a cavar buracos no Nordeste. Triste é que certamente a maior parte desses buracos não levará a resultado algum, ou será abandonada pela metade — e a Sudene, na próxima seca, será obrigada de novo a recorrer aos 3087 carros-pipa que, hoje, socorrem a região. O problema dos programas de emergência é que carreiam bilhões em recursos para resolver situações de momento, mas não preparam o futuro.

Retomando as conclusões de Barthes publicadas no livro *Mitologias*, de que a imprensa promove e reproduz certos “mitos” e naturaliza os fatos ao não se aprofundar em suas causas, percebe-se que afirmações como as mostradas acima evidenciam a “constatação” dos fatos e contribuem para naturalizá-los, pois apesar do tom que aparentemente dita o “intolerável”, não há explicações claras para os acontecimentos. Assim também ocorre na segunda parte da matéria, intitulada “No país das tonteiras”. O texto apresenta relatos comoventes das famílias sem comida, dando destaque a um sintoma frequente provocado por essa carência: as tonteiras, que podem levar até a desmaios. Segundo *Veja*, outra situação comum é que muitos daqueles que vivem em cenários de miséria têm vergonha de admitir sua situação. Sem dinheiro, tentam fazer compras a crédito nos poucos armazéns, submetendo-se à cobrança de juros, mas nem sempre conseguem. Alguns ainda conseguem sobreviver por meio da caridade dos menos miseráveis.

O relato do sofrimento das vítimas corrobora a “política da piedade” ao mesmo tempo em que revela a condição *homo sacer* desses não cidadãos, famintos e carentes de direitos, que guarda semelhanças com os refugiados citados por Arendt e por Agamben, aos quais também eram negados quaisquer direitos. Na análise de Agamben, o filósofo italiano remete o poder exercido nos campos de concentração, tanto na modernidade como na contemporaneidade, ao poder soberano, aquele que na concepção de Foucault determinava a morte e consentia a vida, um poder que mandava morrer e deixava viver. Na narrativa da revista *Veja* é possível traçar a forte semelhança entre o poder soberano e a situação das vítimas do flagelo nordestino, expostos à morte e desprovidos de garantias sobre sua vida,

embora tudo isso estivesse acontecendo às portas do século XXI, especialmente num momento em que vigorava o projeto do Estado do bem-estar social, cuja proposta tinha como prioridade dar assistência aos menos favorecidos e zelar por suas condições de vida.

De acordo com a reportagem, o mais seguro para essa população é conseguir emprego nas frentes de trabalho da Sudene, numa solução que leva, no mesmo cenário, à sucessão do poder soberano pelo biopoder. Mesmo que o salário seja pequeno — o que corresponderia, na moeda de hoje, a cerca de 150 reais —, a ocupação dá às famílias a certeza de ter algum dinheiro com certa regularidade. Como a primeira remuneração somente é paga depois de quarenta dias do início do serviço, nessa espera o trabalhador aumenta suas dívidas nos comércios locais e o salário acaba sendo utilizado integralmente para quitar, com juros, as obrigações já assumidas, assegurando a dinâmica o jogo econômico que tem no consumo capitalista a sua sustentação, ao qual se referiu Foucault. O pagamento pelo trabalho e o subsídio financeiro a uma parte da população configuram algumas importantes manobras neoliberais empregadas para reclassificar os pobres e miseráveis na condição mais conveniente não somente para garantir os mecanismos do jogo mas também para minimizar os riscos de violência ou a “insegurança” da classe média, materializada nas ameaças de saques e ocupações dos estabelecimentos comerciais. Entretanto, esse pouco dinheiro não resolve o problema, principalmente porque boa parte das famílias ultrapassa os dez membros, o que não modifica o quadro, mas somente atenua os efeitos da pobreza, mantendo certa segurança na sociedade, como analisou Foucault.

A terceira retranca também se dedica a aprofundar o sofrimento das vítimas. “A dura luta pela água” relata as dificuldades dos moradores em conseguir o mínimo de água para consumo. Uma das entrevistadas conta que em sua região somente se consegue água perfurando o chão, e que o líquido assim obtido é muito salobro. Para bebê-lo, o que ocorre apenas uma vez por dia, é preciso adicionar açúcar, mas ela completa: “beber é mentira”, pois “a gente dá é uma lambida na palma da mão”. Para se conseguir uma água de melhor qualidade, é preciso caminhar muitos quilômetros até açudes e poços e disputar com os outros interessados. Por isso, a solução emergencial da Sudene foi a adoção de carros-pipa para abastecer as casas. Todavia, o texto relata que inclusive essa medida enfrenta dificuldades, como a corrupção desses trabalhadores. Segundo *Veja*, em troca de gorjetas, os veículos abastecem de modo escondido, durante a noite, as casas dos mais ricos. Somente o que resta é distribuído, durante o dia, para a população mais pobre.

A última retranca é chamada “As vitórias da morte” e tem no lide a frase “meus filhos são muito morredor”, pronunciada por um entrevistado que relata seu drama. O casal é jovem e, durante a seca, perdeu dois filhos, enquanto o terceiro, ainda bebê, estava doente. Essa matéria detalha ainda a vida de outra família, que perdeu dois dos oito filhos, e a mulher, aos 34 anos, está grávida novamente. O texto conta em minúcias a vida dessa família e descreve sua casa. A mãe relata que os filhos, com fome, mastigam qualquer coisa que encontram no chão: plástico, borracha e palito de fósforo riscado.

A revista afirma que, quando não provoca a morte, a desnutrição deixa outras marcas: as deformações. Para corroborar esse outro aspecto do problema, que permite a associação com a *vida nua* analisada por Agamben, essa reportagem de *Veja* descreve os corpos das crianças desnutridas, cuja fraqueza não lhes permite andar. O tratamento é difícil, pois os adultos não permitem a internação das crianças por não quererem ficar longe de seus filhos, conta o médico da cidade. “Não temos o problema do menor abandonado”, pois “aqui o menor é condenado”, diz o pediatra. Ainda no depoimento desse profissional, lê-se o seguinte: “O que mais preocupa são as que sobrevivem. Que será delas?” A reportagem entrevista o então o governador de Sergipe, João Alves, que afirma: “estamos criando uma sub-raça”. E acrescenta: “é como no *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley: teremos uma categoria de homens inferiores pela própria constituição”, resultado, portanto, da “herança social” à qual se referiu o filósofo Agamben, que acarreta uma transmissão quase tão segura quanto a hereditária.

Os dois boxes da matéria levam os seguintes títulos: “Comida de gado, o cardápio da família Santos” e “Os ataques do bicho que come ‘por dentro’”. No primeiro, lê-se o relato de uma família com quinze filhos que, envergonhada, admite comer palma, o cacto procurado pelo gado quando não resta mais capim. No segundo box, está a narrativa sobre uma família que vivia de maneira razoável até a seca começar, porque plantava sua própria comida. Com a falta d’água, porém, a horta não produziu mais nada. Assim, o patriarca passou a trabalhar para a Sudene a dez quilômetros de casa, entretanto o dinheiro obtido nesse emprego não conseguia garantir comida para todos. Portanto, “de sete anos pra cima, cada um tem que ir ao mato buscar seu almoço”, explica o homem entrevistado por *Veja*.

Nessa reportagem de 1983, as fotos retratam os personagens em diversas situações — as vítimas da seca e da fome —, enquanto as legendas indicam seus dramas. Há fotos da família inteira, de suas casas, dos alimentos que comem, da busca pela água nos poços, da tentativa de capturar pequenos animais para o consumo, das frentes de trabalho da Sudene,

dos armazéns da região, da distribuição de água pelo carro-pipa, de cortejos fúnebres de crianças. O drama descrito é bem retratado visualmente, numa reportagem que se atém aos relatos pessoais, exemplar desse período, conforme analisaram Vaz e Rolny (2010).

4.3. A ascensão da “propriedade volatizada” como desejo dos consumidores

Ainda na década de 1970, embora houvesse atenção aos problemas relacionados aos miseráveis e famintos, a dedicação aos assuntos de interesse dos consumidores já começava a ser estampado, mesmo que numa proporção bastante inferior ao que é encontrado no século XXI. O mundo enfrentava uma forte crise econômica, iniciada ainda na década de 1960, que colocou em declínio o Estado do bem-estar social e deu início à ascensão do neoliberalismo. Os países ocidentais viviam a desaceleração do desenvolvimento, sentiam o peso da inflação e as dificuldades da instabilidade econômica. A produção industrial diminuía e algumas indústrias corriam o risco de falência, os preços aumentavam e as taxas de desemprego cresciam. O Brasil, entretanto, sentiu a crise mais ao final da década. No início dos anos 1970, o país ainda vivia a euforia do “milagre econômico”, resultado das políticas adotadas pelo governo militar. Todavia, o abismo social já existente foi fortalecido.

Naquele período, a revista *Veja*, bem como outras publicações, tinha como agenda principal os assuntos relacionados à política e à economia do país. Em 1972, num intervalo de três meses, o periódico dedicou duas capas ao Imposto de Renda, um bom exemplo do biopoder analisado por Foucault, em vigor com a implantação das biopolíticas que buscam a governamentalidade das vidas por meio da intervenção política para conseguir o “ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2010, p. 153). O Imposto de Renda opera como um dispositivo pelo qual se efetiva a segregação e a hierarquização social, além de contribuir para que a acumulação individual seja apropriada pelo sistema econômico.

A edição 185, de 22 de março daquele ano, publicou a manchete “Um imposto para distribuir a renda”. A imagem que ilustra a capa é uma mexerica com os gomos sendo destacados da fruta e um cifrão impresso em cada pedaço.



Figura 5 - Capa da edição 185, de 22 de março de 1972.

A reportagem retoma a proposta do imposto, que então ocupava lugar de destaque na política econômica brasileira. O texto começa apresentando as opiniões desfavoráveis dos cidadãos, que se sentem injustiçados por considerarem muito altas as taxas que lhe são exigidas. Traça comparações com os impostos de países desenvolvidos em relação à cobrança e também à aplicação do recurso arrecadado, insinuando que no Brasil a proposta não é justa.

No topo da página principal da reportagem, acima do título “A política do imposto de renda”, a revista publica uma história em quadrinhos que apresenta o diálogo de dois cidadãos americanos:

- Mutt, será que vão reduzir os impostos?
- Pois é, no ano que vem pagaremos menos impostos!
- Mas assim o governo vai receber menos dinheiro!
- Certo! E nós teremos mais dinheiro para gastar! - Se gastarmos mais, os negócios aumentarão! - E os negócios aumentando, o governo recebe mais impostos!

Abaixo da tirinha, a legenda: “Mutt e Jeff têm mais sorte: o governo brasileiro é menos generoso”.



Figura 6 - Tirinha publicada no topo da página 68 da edição 185, de 22 de março de 1972.

O texto da reportagem em diversos pontos utiliza um tom debochado. Afirma que, diferente dos Estados Unidos, o Brasil pode não conseguir explicar aos contribuintes “que lhes devolve o imposto de renda em forma de escolas, estradas, usinas hidrelétricas”.

O próprio ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, de respeitadas talentos didáticos, ainda será muitas vezes obrigado a fazer pregações bastante convincentes para enaltecer as excelências de um imposto que se intromete diretamente no que ele mesmo costuma chamar de “a parte mais sensível do corpo humano” — o bolso.

Na sequência, a revista critica a política do governo militar que optou pela cobrança de taxas altas de impostos, tanto dos cidadãos como das empresas, iniciativa que rendeu ao país uma elevada arrecadação. Sobre isso, publica: “O Brasil transformou-se no país em desenvolvimento que mais esforços exige de sua população para pagar impostos, segundo estudos do abalizado Fundo Monetário Internacional”. A afirmação é confirmada por um gráfico que ocupa metade da segunda página da reportagem, intitulado “O esforço de cada um”, no qual há uma comparação entre países em desenvolvimento. Além do ministro da Fazenda, a reportagem entrevista economistas, políticos e cidadãos comuns. Ao longo do texto, há outros trechos com comentários apontando a exigência elevada dos contribuintes em benefício do Estado, sobretudo porque não há uma diminuição dos impostos indiretos, também cobrado em altos percentuais. Todas as páginas apresentam tabelas e gráficos e uma delas é inteiramente dedicada a explicar as mudanças definidas para aquele ano.

Menos de três meses depois, a edição 196, de 7 de junho de 1972, retoma o assunto com a manchete “Distribuição da renda: porque não é mais justa”, impressa sobre a imagem de um grande cifrão em que o traço que corta o S é uma bisnaga de pão fatiada. A reportagem tem o título “A renda dos brasileiros”. Sobreposta a ela, há um infográfico sobre os rendimentos da população.



Figura 7 - Capa da edição 196, de 7 de junho de 1972.

O texto fala do problema da concentração de renda, apresenta dados oficiais, diz que a economia é frágil e tece críticas ao sistema brasileiro que, ao mesmo tempo em que a economia cresce, promove a concentração de renda, situação que, em um prazo médio, seria um entrave para a economia, além de uma conduta imoral.

A concentração de renda não é apenas incômoda porque, a certa altura, freia a expansão da economia, já que só uns poucos estão em condições de consumir. Ela, na verdade, coloca sob suspeita os propósitos éticos de um governo. Em outras palavras, uma política econômica que seleciona com implacável rigor os poucos beneficiados com as prósperas colheitas coloca o governo, por ela responsável, numa posição tão injusta quanto a do pai que reserva as fatias mais generosas do pão para um filho apenas.

A reportagem atribui à educação grande responsabilidade pela concentração da renda, pois um estudo de economistas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), com sede no Chile, aponta um “brutal” aumento na oferta de educação para os níveis ginásial, colegial e superior. A partir disso, a reportagem conclui que a concentração de renda:

é maior nas cidades e entre universitários porque a agricultura não faz grandes distinções entre os qualificados e os não qualificados; e porque a rápida evolução da economia exigiu uma mão de obra qualificada. Como não havia suficiente oferta para essa demanda, ocorreu no primeiro momento uma valorização brusca dos que tinham um diploma universitário, colegial ou ginásial.

Assim, afirma a revista, “a educação parece ser, portanto, a maior causa da diferenciação da renda e do aumento da desigualdade na década de 1960”. A assertiva é acompanhada de dois infográficos: “Como a educação concentra a renda” mostra como variam as expectativas de ganho de um analfabeto e de um indivíduo com curso superior; e “A influência da educação, da idade e do setor na distribuição” aponta a renda de analfabetos e curso superior, menores de 20 anos e nos setores agrícola, industrial e de serviços. A partir de dados de um pesquisador entrevistado, a reportagem descreve uma situação hipotética:

A distribuição de renda no Brasil seria possivelmente muito melhor se, como durante muito tempo, o país ainda fosse “essencialmente agrícola”, se todos tivessem menos de vinte anos e se ninguém ousasse ultrapassar os umbrais de uma escola primária. (...) o desenvolvimento econômico brasileiro — como o de qualquer país — é um mecanismo que naturalmente diferencia as pessoas, principalmente através da educação. Isso é ainda mais grave quando a economia explode com altas taxas de desenvolvimento, como a brasileira, e exige a formação de pessoal mais qualificado no menor tempo possível.

(...) a educação, num primeiro instante — como agora quando a necessidade de mão de obra qualificada é muito maior que a oferta — funciona efetivamente como um fator de concentração. No momento em que a oferta se for ajustando à demanda, haverá uma redução das desigualdades — o país será mais qualificado e a renda melhor distribuída.

Os números sobre a distribuição de renda indicam que o Brasil está apenas pagando o preço do seu desenvolvimento.

A reportagem é ilustrada por diversas tabelas e gráficos e ao final tem um artigo de Albert Fishlow, “um dos economistas mais talentosos da nova geração americana”, e uma

entrevista de duas páginas com o ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto. Ao observar outras edições, percebe-se que é comum nessa época a publicação de artigos de opinião ao final de reportagens principais.

O destaque dado à participação da educação na concentração da renda ainda na década de 1970 e a hipótese levantada acerca de um quadro mais igualitário a longo prazo, que seria possível a partir da escolaridade, parecem ter consolidado uma visão que se espalhou com a ascensão neoliberal do final do século XX. Um estudo feito pela cientista política Elisa Reis, cujos resultados embasaram o artigo “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade”, publicado em 2000, dedica-se à percepção das elites acerca da pobreza e da desigualdade. Na pesquisa, por meio de entrevistas realizadas nos anos de 1993 e 1994, especialmente sobre o Brasil, a autora constata que a educação é considerada a dimensão estratégica para intervenção política, sendo o “caminho mais adequado para dotar os desprivilegiados de recursos”, bem conforme aos ideais empreendedores do capitalismo contemporâneo. Assim, os mais pobres teriam condições de “competir por um lugar melhor na estrutura social sem envolver uma ativa redistribuição de renda e riqueza”. Na avaliação da pesquisadora, “a prioridade conferida à educação expressa a crença amplamente difundida segundo a qual a escola cria oportunidades de mobilidade social”. Além disso, também aparece como um dos principais recursos para as políticas públicas por significar uma possível ascensão de parte da população, sem que seja necessária uma mobilização descendente de outra parcela (REIS, 2000, p. 146-147).

A crise econômica que começava a se desenhar no Brasil, apesar da euforia do “milagre econômico”, não passou despercebida à imprensa. Ao longo da década de 1970, a inflação passa a ocupar espaço nas narrativas jornalísticas. A edição 257, de 8 de agosto de 1973, traz a manchete “O dilema da carne”, ao lado da foto de um pedaço de carne bovina que ocupa quase a capa inteira. Na reportagem intitulada “A carne, um prato bem polêmico”, o foco é o número de assaltos a açougues em virtude do alto preço desse alimento. O alvo dos ladrões é exatamente o produto. A pista para o delegado que chefia a investigação de uma ocorrência é “o cheiro atualmente raro de churrasco ou bife”, tamanha escassez do alimento. De acordo com a reportagem, o problema é registrado nos períodos chamados de entressafra, quando a produção diminui e a carne a ser comercializada fica minguada. Com isso, muitos estabelecimentos chegam a paralisar suas atividades e fechar as portas. As filas multiplicam-se nos poucos lugares onde há carne bovina disponível, mesmo a preços exorbitantes. O texto narra que os clientes mais abastados não medem esforços para adquirir seu pedaço favorito,

nem que para isso seja preciso “subornar” o açougueiro. Nesse exemplo, já é possível perceber a prioridade dada aos consumidores-cidadãos, ao *animal laborans* contemporâneo, que enfrenta a insegurança provocada pelos menos favorecidos.



Figura 8 - Capa da edição 257, de 8 de agosto de 1973.

Oito meses depois, “Como enfrentar a inflação” foi a manchete da edição 298, de 22 de maio de 1974. A capa foi ilustrada com um gráfico relativo à inflação mensal no país registrada naquele início de ano, impresso sobre uma imagem em negativo de foto de consumidor na frente das prateleiras de um supermercado. A reportagem interna tem o título “A remarcação total” e aborda a alta constante nos valores de produtos e serviços, impactando especialmente a classe média brasileira. O texto apresenta o problema, fala das explicações e das ações individuais adotadas para driblar a inflação, como, por exemplo, a opção do cidadão por manter uma horta caseira para não ter que pagar pelos vegetais no supermercado. Além de economistas e autoridades, a reportagem entrevista muitos cidadãos que reclamam da falta de dinheiro. Os salários, que haviam registrado importantes elevações nos anos anteriores, estavam estagnados, enquanto os gastos cresciam desmedidamente.

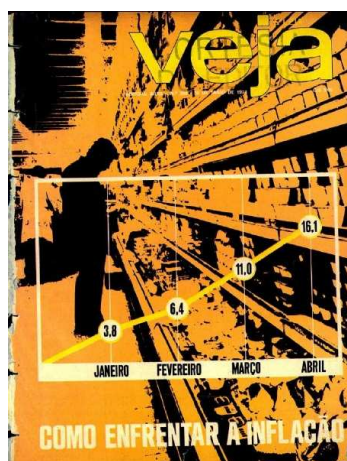


Figura 9 - Capa da edição 298, de 22 de maio de 1974.

Quando a inflação atinge fortemente a classe média fica bastante evidente que o apetite do *animal laborans* é mesmo insaciável, como analisou Hannah Arendt no livro *A condição humana*. É possível encontrar exemplos disso na narrativa de *Veja*. O metalúrgico José Venâncio, entrevistado na reportagem, não compreende a inflação, mas está bastante assustado com as consequências dela em sua vida. “Entre as despesas de Venâncio, figuram como itens importantes a prestação de televisão e os 30 cruzeiros que paga todos os meses pelo berço do seu filho, comprado em dez pagamentos”, publica a revista. Outro entrevistado está ainda mais preocupado. O operário Espedito Bastos teve um grande aumento de salário em dois anos, saltando de setecentos para três mil cruzeiros. Mesmo assim, segundo ele, não consegue o dinheiro para alguns gastos extras, como o tratamento dentário que necessita.

Um ano depois, com o mesmo viés, foi publicada a manchete “O dinheiro está curto”, na edição 364, de 27 de agosto de 1975. A reportagem “O drama do dinheiro curto” apresentava as dificuldades dos cidadãos em consumir, o que constitui a grande aspiração do *animal laborans* contemporâneo, e a queda do movimento comercial que levou à bancarrota diversos pequenos comerciantes, o que poderia desestabilizar o jogo econômico e minar a segurança da sociedade.

Pouco antes, a edição 361, de 6 de agosto de 1975, publicou a manchete “Como medir a pobreza urbana?”, com texto aplicado sobre uma ilustração que simula uma cidade, com prédios e fábricas ao fundo, e um homem simples, de expressão triste e desanimada, sentado num banco de rua acompanhado por um cachorro. Nesse momento, eram fortes as referências à política do Estado do bem-estar social. Na primeira página da reportagem, uma charge ocupa o topo. Uma mulher gorda representa o Produto Interno Bruto (PIB). No desenho, ela tem um jornal na mão, chora ao ler “Governo prefere bem-estar a P.I.B.” e lamenta “Eu que sempre fui tão atraente...”. A reportagem fala dos indicadores sociais e tem o título “Nem só de PIB vive o homem?”.



Figura 10 - Capa da edição 361, de 6 de agosto de 1975.



Figura 11 - Charge publicada na página 88 da edição 361, de 6 de agosto de 1975.

O texto tem início com uma epígrafe que remete às análises de Arendt sobre os apetites insaciáveis, bem como à privação imposta paradoxalmente pela sociedade da abundância, apontada por Marshall Sahlins.

A menos que uma família tenha um fluxo contínuo de dinheiro toda semana, todo mês e todo ano, será — ainda que tenha uma paciência de santo — uma família doente. Não apenas suas atividades materialistas, mas as não materialistas — aquilo que converte a existência em vida —, sofrerão com isso: educação, viagens, recreação e caridade, para não falar em alimentação, aquecimento e abrigo. (Paul Anthony Samuelson, Prêmio Nobel de Economia em 1970)

A reportagem fala das altas dos preços resultantes das tempestades ocorridas em algumas cidades brasileiras, sobretudo no Nordeste e no Sudeste. “Feiras, armazéns e supermercados entraram nas semanas seguintes aos desastres meteorológicos com tabelas de preços em vertiginosas e, em muitos casos, injustificadas altas”, afirma a revista. E alfineta o levantamento feito para detectar os efeitos da geada e das chuvas, que resultaria do “predomínio de estatísticas econômicas sobre as sociais” — algo bastante usual nas sociedades do século XXI. Tal mapeamento “se obstinou em permanecer, quase sempre, ao nível dos interesses empresariais”. A narrativa expõe a reclamação das classes produtoras em relação à falta de agilidade do governo para liberar os recursos prometidos. Para a revista, tal investimento é justificado, entretanto constitui um “expressivo contraponto com as minguadas manifestações oficiais sobre os reflexos que a ira climática teria gerado sobre a vida, por exemplo, de mais de 1 milhão de famílias metropolitanas que só chegam a ganhar um salário mínimo por mês”.

Uma forte preocupação da matéria é a redução da capacidade de compra pela população, o que provoca reflexos em diversos setores da economia. Afinal, se as famílias brasileiras chegam a comprometer “até 70% de seus rendimentos mensais com o item

alimentação”, a estrutura de consumo estaria totalmente alterada com “os inesperados aumentos nos componentes mais triviais de uma mesa”. O raciocínio continua: “num efeito bumerangue, todos os setores produtivos acabariam se ressentindo”, pois “proporcionalmente ao que se aumenta em despesas com alimentação, reduzem-se as compras de vestuário, os gastos com lazer, restringem-se os tratamentos de saúde, deixa-se de pensar na casa própria”. Na página 89, onde está formulado esse raciocínio, uma foto ocupa a metade inferior da folha. A legenda remete às ideias de Arendt e de Sahlins trabalhadas nesta tese, algo que também repercute no texto da reportagem “Cena de feira: essencial mais caro, carrinho mais vazio, supérfluo cada vez mais distante”. É interessante destacar que naquele momento, ainda na década de 1970, quando a retomada dos ideais liberais em novo formato ainda era tímida e remota para a realidade brasileira, o consumo de produtos e serviços não contemplados no item alimentação era considerado supérfluo, diferentemente dos atributos alcançados por esses bens no século XXI, quando o desejo estimulado do *animal laborans* os transforma em artigos essenciais à sua sobrevivência.

O fato que justifica o título da reportagem e a manchete na capa é a aprovação, pelo presidente Ernesto Geisel, de “um sistema de indicadores sociais, conjunto de informações quantitativas” para “permitir os ajustes e as correções necessárias na estratégia de combate aos problemas socioeconômicos”. Porém a reportagem sinaliza dois “defeitos” no emprego do PIB como indicador de bem-estar social, apresentados por um economista entrevistado: “O PIB não é capaz de mostrar as gritantes disparidades de distribuição de renda entre as diversas classes sociais” e “não leva em consideração as chamadas ‘deseconomias’, isto é, os efeitos negativos decorrentes do crescimento econômico, entre os quais os diversos tipos de poluição ambiental”.

Com isso, o presidente encomendou a elaboração de um conjunto de indicadores que, ao mesmo tempo, medisse “as variações nos níveis de bem-estar da população brasileira”, avaliasse “a situação dos grupos que vivem em situação de ‘pobreza absoluta’” e que quantificasse “os resultados de iniciativas governamentais como as políticas de Empregos e Salários, de Valorização de Recursos Humanos, de Integração Social e de Defesa do Consumidor”. No modelo de Estado brasileiro típico daquele período, percebe-se a prioridade atribuída ao pleno emprego, em vez das políticas de imposto negativo, características da prática neoliberal da contemporaneidade. Nota-se também que os direitos do consumidor já eram uma preocupação, o que viraria objeto de lei uma década depois.

A reportagem explica que, após a determinação presidencial, foi estabelecido o sistema brasileiro de indicadores sociais, com nove indicadores básicos: população; emprego e remuneração do trabalho; proteção ao trabalhador; orçamentos familiares; educação e preparação de mão de obra; saúde; nutrição; saneamento básico; e habitação. Em 2012, o governo brasileiro dispunha de um abrangente sistema de indicadores socioeconômicos, com 76 itens, dois quais 12 são indicadores somente sociais⁷⁰: cobertura previdenciária direta ou indireta; benefícios do INSS em dezembro; esperança de vida ao nascer; pobreza - taxa de pobreza; população - taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes); população - taxa bruta de natalidade (por mil habitantes); taxa de mortalidade; taxa de fecundidade; contribuintes da previdência social; contribuintes do INSS; população desocupada; e população residente. Comparando-se os dois blocos de indicadores, percebe-se uma atenção especial dada, na década de 1970, a questões relacionadas à sobrevivência, como saúde, nutrição, saneamento e habitação, que não constam da lista mais atual, adequada ao ideário neoliberal e focada em itens mais econômicos relativos à produtividade.

Com o rol de indicadores formulados a pedido do presidente Geisel, a revista descreve certa desconfiança na eficácia da utilização de tais parâmetros para combater sérios problemas sociais: “Resta saber em que medida tais indicadores poderão auxiliar o governo a resolver problemas crônicos e de caráter às vezes até progressivo, como o de concentração de renda e pobreza urbana”. A reportagem utiliza os dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE, mostrando que de 1970 para 1972 somente os mais ricos melhoraram de renda, enquanto os pobres e “intermediários” perderam recursos, e alerta para os números “expressivos”: “Ainda que o bolo do PIB cresça, se a sua divisão não apresentar alterações substanciais, o fato deixará de ser significativo”.

A matéria apresenta casos de famílias entrevistadas, situadas entre “a ‘pobreza absoluta’ e a difusa e anódina classe média”, que tem somente o desejo de garantir um salário mínimo:

Espremidas entre os que nada podem almejar e os que desejam exercitar vorazmente os princípios da mobilidade vertical, famílias como as de Maria Oliveira, 38 anos, e Camilo Mateus, 29, resumem sintomaticamente alguns dos elementos de síndrome de frustração e ansiedade que carregam os membros dessa nebulosa faixa intermediária de renda.

⁷⁰ Os indicadores socioeconômicos que servem de referência no Brasil estão publicados na página oficial do governo federal, onde também há o conceito de cada um deles. Disponível em <www.brasil.gov.br/sobre/economia/indicadores/indicadores-economicos/resultadoview?keywords=None&tema=Social>. Acesso em 18out2012.

O casal citado acima mora num terreno próprio, numa casa de madeira. Mateus recebeu uma pequena indenização, que era insuficiente para construir a residência em alvenaria. Com isso, utilizou o dinheiro para realizar um grande sonho — comprou um carro, que fica parado no terreno, sem nenhum uso. O exemplo deixa clara a supremacia do *animal laborans* e seu ideal de felicidade em detrimento da utilidade almejada pelo *homo faber*. A mulher dele justifica: “Ele é novo, tem direito de sonhar. Eu não quis tirar o orgulho dele. Ele fica feliz quando chega em casa e vê o carro parado. Cuida dele direitinho”. O contraste do carro com o casebre de madeira compõe a cena da fotografia que ilustra uma página da revista. A vida do casal foge à realidade dessa população, tanto pelo carro como pelo fato de que a família reside num terreno próprio, uma raridade nessa faixa de renda, o que é enfatizado no texto: “A casa própria é, aliás, depois de uma alimentação regular, o maior desejo de todas as famílias entrevistadas. Paradoxalmente, (...) o Banco Nacional da Habitação (BNH) veio de 1967 a 1973 diminuindo a construção de casas populares”. A família tem também uma televisão, o gerou uma interessante nota de rodapé na reportagem.

Curiosamente, hoje há mais aparelhos de televisão — 49,7% dos domicílios — do que geladeiras — 47,3% — nos domicílios urbanos. Essa tendência é atribuída a um certo comportamento patológico da estrutura de consumo do país, na medida em que se pode atribuir à geladeira um valor social superior ao da televisão. Mas a geladeira permite um padrão de alimentação mais satisfatório e economia de consumo, reduzindo desperdício da comida.

Vale destacar que a expressão utilizada pela revista — “um certo comportamento patológico da estrutura de consumo” — denota algum estranhamento por parte do autor do texto, considerando que há uma opção maior pelo que é considerado produto supérfluo — supérfluo não para o *animal laborans* contemporâneo, para o qual o prazer é extremamente “necessário”. Segundo a reportagem, a televisão, voltada ao entretenimento, teria menos importância que uma geladeira, útil para conservar e prolongar a durabilidade dos alimentos a serem consumidos. Tal exemplo, como observado acima, deixa evidente a preponderância do *animal laborans* em detrimento do *homo faber*, como analisou Hannah Arendt.

A narrativa da revista refere-se também ao movimento habitacional em direção às áreas urbanas. O casal entrevistado é migrante e a pesquisa do IBGE mostra que a população das áreas metropolitanas registrou aumento de 21% entre 1970 e 1975. Assim, a reportagem aproveita para destacar o problema dos retirantes, que acreditam “que a cidade grande funcionará como um maravilhoso biotônico ou vermífugo que os livrará do amarelão cultural e econômico, como aconteceu com o ‘Jeca Tatu’, idealizado por Monteiro Lobato”, imagem utilizada “em mais de 100 milhões de folhetos de propaganda de produto do Instituto

Medicamenta Fontoura S.A.” A propaganda desempenha papel decisivo no imaginário dos peregrinos, que, depois, surpreendem-se “quando se veem pateticamente desamparados da hostil, enfumaçada e indecifrável sucessão de inconquistáveis espigões de concreto”. A revista destaca que a falta de acesso a água e esgoto somada à desnutrição contribuem para multiplicar endemias e provocar um índice elevado de mortalidade infantil entre essa população migratória. Para ilustrar, entrevista famílias que sonham com dias melhores, mas que penam para sobreviver nas capitais brasileiras em moradias precárias, amontoadas em pequenos espaços, sem intimidade, privacidade, sem condições mínimas de higiene e com alimentação inconstante.

A reportagem entrevista também representantes da classe média e ressalta que uma preocupação une as duas populações: “o progressivo desgaste do poder aquisitivo de seus ganhos” ou “a virtual existência de um ‘fluxo contínuo de dinheiro toda a semana, todo o mês, todo o ano’”, potencializando a condição *animal laborans* dos cidadãos. Um economista do IPEA ouvido pela reportagem aponta os programas de distribuição indireta como a resposta mais plausível para o problema. Na época, esses programas estavam representados pelos Centros Sociais Urbanos, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social e remédios populares, que contavam com recursos do governo, e também o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), constituídos com a arrecadação das contribuições dos trabalhadores para subsidiar o seguro-desemprego e o abono salarial. A revista, porém, tece críticas a esses programas, pois “as intenções costumam ser boas mas não é raro que elas acabem dando um efeito contrário ao desejado”, levantando suspeitas em relação às medidas enquadradas na estratégia do imposto negativo e evidenciando certa desconfiança no sistema de indicadores criado pelo governo, que não promoveria soluções para os “males crônicos” vivenciados do país. Tal sistema é mais um componente para manter o jogo econômico equilibrado, pois os próprios indicadores de referência podem ser alterados conforme a conveniência.

Como parece uma prática na época, a reportagem é encerrada com um artigo de opinião. Nessa edição, assina o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto, que, no momento dessa cobertura, ocupava o cargo de embaixador do Brasil em Paris. Seu texto destaca quatro problemas atuais: distribuição de renda, desigualdades regionais, explosão demográfica e poluição causada pela industrialização. O autor posiciona-se sobre elas, explicando que “a estrutura da distribuição de renda é um fenômeno determinado historicamente e que não pode ser alterado a curto prazo sem uma modificação de ‘toda a estrutura social e política do país’”.

Portanto, “nem a mais severa mudança na estrutura política e social” iria eliminar as diferenças. Para ele, “a injustiça não reside propriamente nas desigualdades mas no fato de que elas são produzidas pelo acidente histórico que marca o nascimento de cada homem”. O ex-ministro corrobora a avaliação feita pelo filósofo contemporâneo Giorgio Agamben de que a eugenia do sistema nazista, baseada na herança genética, daria lugar a uma exclusão amparada na “herança social” dos indivíduos. No artigo, Delfim Netto defende a criação de mecanismos compensadores para complementar o sistema de preços, como política fiscal e creditícia, e especialmente mecanismos de equalização de oportunidades, sobretudo a educação básica acompanhada de uma “assistência alimentar e social, capaz de diminuir as desvantagens iniciais dos jovens provenientes de famílias mais pobres”.

No mesmo ano, em 17 de dezembro de 1975, a revista publica a edição 380, cuja manchete de capa apresenta o seguinte texto: “Classe média brasileira”. A reportagem especial “Classe média, um mito?” defende a classe intermediária da sociedade que, ao longo de sua constituição, teria sido alvo de fortes críticas das elites. No subtítulo, *Veja* afirma: “Ela tornou-se a classe mais numerosa e talvez seja a mais importante. Mas é um enigma”, referindo-se a um desconhecimento sobre as características dessa parcela da população. A matéria afirma que “a classe média brasileira não é a burguesia”, o que é justificado com a explicação de que o “pequeno-burguês do passado tinha suas orientações determinadas pela propriedade”, enquanto assalariados da classe média “preferem um bom ordenado, se for o caso, à situação incerta do pequeno proprietário”. Essa cobertura ilustra a transformação do capitalismo em finais do século XX, quando comparado ao século XIX, analisada por Gilles Deleuze. Antes, segundo o filósofo, visava à concentração para a produção e à propriedade, e passou a ter como meta o “consumo excessivo”, só praticável, portanto, com um rendimento constante e suficiente. A reportagem evidencia a ascensão da modalidade de “acesso”, identificada por Paula Sibilia (2002) nesse processo de mudança, em detrimento da prática da propriedade de bens, valorizada no capitalismo tradicional e no ideário do liberalismo. Na década de 1970, a valorização da “propriedade volatizada”, como Sibilia a caracterizou, ainda é registrada em poucas edições, mas a partir da década de 1990, ocupa espaço mais frequente nas narrativas jornalísticas. Essa propriedade mais “flexível” resulta da elevação do capitalismo voltado ao consumo e à ininterrupta substituição de produtos que é motivada pela insaciabilidade dos desejos, estimulados pela busca da felicidade.

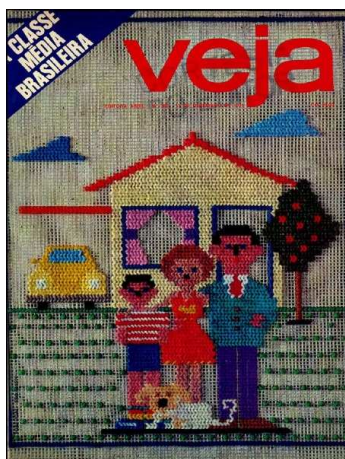


Figura 12 - Capa da edição 380, de 17 de dezembro de 1975.

Com a abordagem característica da “política da piedade”, a revista inicia a década de 1980 tecendo forte censura à desigualdade social existente no Brasil. A edição 619, de 16 de julho de 1980, publicada logo após a primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil, traz a capa “Depois de João Paulo II: O Brasil dos injusticados”, com a segunda oração em caixa alta. A manchete está impressa no canto inferior, deixando em destaque a foto em que aparece uma criança mal vestida caminhando num terreno de lixão.

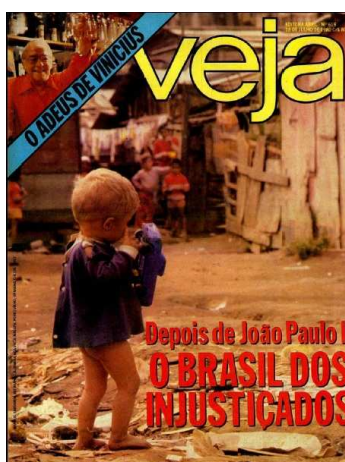


Figura 13 - Capa da edição 619, de 16 de julho de 1980.

A cobertura, especial em virtude da visita do Papa, tem o título “A face cruel do Brasil” e ocupa sete páginas. A matéria é aberta com uma citação da mais alta autoridade católica durante sua missa campal, reproduzida como uma epígrafe: “Pai nosso, o povo passa fome”. O texto enfatiza o discurso papal sobre a fome e destaca a disparidade social enfrentada no Brasil.

A verdade, dura e crua, é que o Brasil (...) vai caminhando para bater no fundo do poço como um dos países campeões em disparidade social em todo o mundo — um país que responde apenas com um embaraçado silêncio ao fato de conseguir, ao mesmo tempo, ter hoje a oitava maior economia do ocidente e abrigar 30 milhões de miseráveis absolutos (...). (Revista *Veja*, 1980, p. 85)

O texto critica o que classifica de “injustiça social”, que, conforme aponta, é responsável pela miséria, mas não sinônimo dela: “A pobreza, mais simplesmente, é o resultado da falta de recursos — um deserto pode ser justo, mas será sempre pobre. A injustiça, porém, pressupõe a atuação de um mecanismo perverso da sociedade”. A reportagem ressalta a desigualdade no Piauí, estado onde, naquele momento, mais de 2,3 milhões de pessoas viviam na miséria, com renda per capita “só comparável a infernos sociais como a República Centro Africana ou o Haiti”. Para deixar evidente a disparidade nos rendimentos, recorre a dados escandalosos:

No Piauí, a metade dessa escassa, paupérrima renda fica nas mãos de apenas 1% da população. Neste epicentro da miséria, há outros percentuais escuros: 81% das famílias recebem menos de um salário mínimo local, 20% dos proprietários possuem 80% das terras aproveitáveis e existe um único leito de hospital para cada 578 habitantes.

O texto usa provérbios e muitas expressões zombeteiras, como a explicação para a afirmação de que “o pão do pobre cai sempre com a manteiga para baixo”: “não foi certamente uma caprichosa malvadeza da força da gravidade que originou o provérbio — ainda no tempo, já remoto, em que o pão do pobre tinha manteiga”. Marcando a “política da piedade” e a tentativa de sensibilizar a audiência para o sofrimento das vítimas, a revista também aponta uma origem desse dito popular, que “expressa a certeza ancestral de que se pode acontecer algo pior para os que têm menos”. A afirmação traz à tona a tendência indicada pelo filósofo Giorgio Agamben (2010) de que a “herança social” pode ser um fator de exclusão no capitalismo atual. Nessa reportagem, é possível também relacionar a condição *homo sacer* dos miseráveis e famintos, cuja *vida nua* é desprotegida e quase descartável, o que fica evidente no “embaraçado silêncio” a que se refere a narrativa da revista *Veja*:

A verdade, dura e crua, é que o Brasil, neste início dos anos 80, vai caminhando para bater no fundo do poço como um dos países campeões em disparidade social em todo o mundo — um país que responde apenas com um embaraçado silêncio ao fato de conseguir, ao mesmo tempo, ter hoje a oitava maior economia do ocidente e abrigar 30 milhões de miseráveis absolutos (...).

Além do Piauí, a reportagem aborda a miséria em estados mais industrializados do país, como São Paulo e Rio Grande do Sul: “Na ultrapróspera cidade de São Paulo (...) as favelas crescem e se espraiam de forma impossível de conter”. Na sequência, o texto publica o depoimento em tom de “alerta alarmado” do secretário de planejamento da capital paulista: “Corremos o risco de uma convulsão popular”. Com esse trecho, a revista focaliza a preocupação das elites brasileiras com a “explosão dos guetos e favelas”, resultado do capitalismo que manteve grande parte da população incapaz de consumir e cujo confinamento

é impossível, como formulou Gilles Deleuze (1992) ao analisar a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, registrada desde o final do século XX.

O problema do êxodo rural é novamente abordado, mas dessa vez no Rio Grande do Sul, onde pequenos proprietários não conseguem sobreviver com produção própria. Já a desigualdade é realçada no relato sobre a situação vivenciada no Paraná, quando a revista contrapõe a incerteza de trabalho e o sofrimento dos boias-frias com as ricas condições do estado. Nessa narrativa, é possível verificar, mais uma vez, o que Paulo Vaz e Gaelle Rolny (2010) identificaram como característica da cobertura do sofrimento entre 1970 e 1984: a crítica à maneira diferenciada com que o poder público dirige-se a ricos e pobres, tratamento esse que potencializa o sofrimento das vítimas, posição explícita neste trecho:

No Distrito Federal, os 230 000 habitantes do Plano Piloto de Brasília desfrutam de todos os benefícios — entre os quais se destacam, pela ostentação, um parque que custou 500 milhões de cruzeiros e um cinema de propriedade do governo. Tais confortos são negados aos quase 830 000 moradores das cidades-satélites — que moram a 30 quilômetros de distância e tem de reservar seu dinheiro de condução para viagens estritamente necessárias.

Como o mote da matéria é a desigualdade, o texto elenca vários exemplos da disparidade social no Brasil. A cidade de Belo Horizonte tinha quatrocentos mil favelados ao mesmo tempo em que apenas um proprietário tinha oitenta mil lotes de terreno. O “acesso” a bens e serviços ou a “propriedade volatilizada” (SIBILIA, 2002) desejada no capitalismo atual também é destaque na reportagem, que aponta nisso um “outro traço exemplar da injustiça social brasileira”, com os mais pobres pagando mais caro para usufruir de bens e serviços. A reportagem mostra várias situações, de casos simples a ponderações mais elaboradas.

Um dos exemplos é a remoção da favela do Pinto, no Leblon, bairro nobre da Zona Sul carioca, destruída por um incêndio possivelmente criminoso em maio de 1969. As famílias foram transferidas para o Conjunto Habitacional da Cidade Alta, localizado no bairro Cordovil, a mais de trinta quilômetros dali. No lugar dos barracos, foram construídos prédios com caros apartamentos. “Ganhou quem construiu os prédios e quem comprou os apartamentos. Perderam os favelados”, afirma a reportagem, num exemplo que mostra a tentativa de manter, se não confinados, pelo menos a uma distância segura os pobres que representam alguma ameaça às elites.

Já um raciocínio mais complexo foi organizado para falar do ICM, um imposto que incide sobre a comercialização de mercadorias e acarreta em rendimentos aos governos estaduais, que é, portanto, “cobrado de forma desigual para as diferentes faixas de renda”. A lógica do pensamento é a seguinte: “quem ganha pouco gasta tudo o que ganha na compra de

mercadorias, e quem ganha muito gasta apenas uma parte”. Com isso, analisando o cenário em 1975, a revista conclui que “para o brasileiro que ganhava menos de um salário mínimo, a alíquota real de um ICM paga foi de 18,2%. Quem ganhou mais de 100 salários mínimos por mês pagou uma alíquota real de 3,1%”. Aumentando a exclusão dos mais pobres, explica a reportagem, “os governos estaduais gastam os recursos do ICM em obras e serviços que favorecem os mais ricos”.

A reboque da desigualdade social e da miséria, a revista destaca a questão da fome. Recorrendo a dados do Banco Mundial, o que dá fiabilidade à informação, publica que somente um terço dos brasileiros ingere diariamente a quantidade de calorias definida pela Organização Mundial da Saúde como “necessária para alguém permanecer vivo com decência”, resultando num cenário grave de desnutrição, sobretudo infantil. Afinal, o custo da alimentação aumentou muito ao longo da última década. “A ração (...) que valia 43% do salário mínimo em fins de 1970, consumia, nove anos depois, 70% do mesmo salário”.

O destino apontado pela reportagem, então, é inevitável. O texto reforça a ideia do sofrimento característica das coberturas desse período e responsabiliza as autoridades pela situação dos mais pobres, que não tem oportunidades para mudar de vida, numa condição que pode ser comparada à dos refugiados dos campos de concentração analisados por Agamben. “Assim, colocados em condições visivelmente desvantajosas, mal nutridos e menos fortes tanto física quanto politicamente, os pobres tem poucas chances de melhorar de situação pelas suas próprias forças.”

A revista cita iniciativas bem sucedidas de redução das diferenças, mas destaca que “a mera boa vontade, porém, não pode ser meio adequado para encaminhar a solução do problema”. Cobra responsabilidades para o que define como um problema administrativo, e não econômico e financeiro, e aponta a solução: “trata-se de fazer a sociedade — e o governo — estabelecerem, com clareza e prioridade inquestionáveis, uma meta política definida: a de combater, no mínimo, os efeitos mais trágicos da situação atual”.

Com conotação semelhante, a edição 673, de 29 de julho de 1981, dedicou-se a tentar aclarar a questão enunciada na manchete “Por que os alimentos custam tão caro”. O título da reportagem interna, “O enigma dos alimentos”, indica a dificuldade para encontrar a explicação. O viés da cobertura é a contradição entre os preços altos e as condições encontradas no Brasil, como clima e qualidade do solo, adequadas à farta produção e, conseqüentemente, à prática de baixos valores. Alguns dados de investimentos e produção justificam o tom de mistério na compreensão dos preços, pois “jamais, em seus 481 anos de

história, o Brasil produziu tanta comida. Jamais, porém, ela custou tão caro”. Os preços sobem em níveis superiores aos da inflação e alguns fenômenos são utilizados para justificar as altas, interpretações das quais a narrativa desconfia, como a geada registrada no sul e sudeste do país, que resulta na perda de muitas lavouras. Entretanto, apura a revista, o valor de alguns itens subiu antes mesmo do frio chegar, e os preços não costumam permanecer estáveis nem de uma semana para outra.

A reportagem elenca o que seriam os 10 fatores responsáveis pela elevação, sendo os três primeiros bastante sintomáticos do capitalismo e do jogo econômico que vigora na sociedade. O primeiro é que a existência de intermediários incrementa o preço, tornando-o abusivo em relação aos custos de produção. Um segundo fator é a especulação, que “tira proveito da debilidade financeira e da extrema pulverização dos pequenos produtores (...) e, por deter frequentemente o monopólio da demanda, compra a preços aviltados, estoca o alimento e acaba provocando altas artificiais”. Como bem destaca a revista, “o consumo de alimentos é compulsório”, fazendo com o que o consumidor não tenha escapatória. Tal observação é interessante nesse contexto, pois enquanto o atual *homo sacer* esforça-se sobremaneira para tentar obter o mínimo necessário, o *animal laborans* contemporâneo, que, a partir do conceito definido por Hannah Arendt, foi tratado nesta tese como o consumidor que encontra nas “superfluidades” o alvo de seus anseios, refina cada vez mais seus desejos, até mesmo no que se refere aos alimentos, recorrendo, por exemplo, a suplementos e aditivos para suprir aquilo que lhe falta.

Além da especulação com os produtos, o terceiro fator para explicar as altas dos preços é a especulação imobiliária, que desestimula a manutenção das lavouras nas proximidades das cidades. O resultado disso é que as plantações estão indo para longe dos centros consumidores, aumentando os custos de produção, principalmente decorrentes do transporte e dos insumos, provocando uma reação em cadeia. Entre os fatores, a revista destaca ainda o “conflito de interesses”, pois a agricultura priorizou a exportação e a produção do álcool para combustível, diminuindo a parcela voltada ao consumo interno. Há também a instabilidade do mercado que leva os pequenos agricultores a trocar de produto de cultivo conforme o valor dos produtos, gerando a escassez ou o excesso. Com isso, somente os grandes produtores sobrevivem, pois podem diversificar sem ir à falência.

4.4. O descaso das autoridades

Nas décadas de 1960 e 1970, as políticas voltadas para o combate à miséria eram tratadas pela revista *Veja* como sendo bem intencionadas, e as reportagens mostravam as dificuldades enfrentadas pelo poder público para implantar as soluções — embora sem eximilos de sua porção de culpa. Na década de 1990, porém, as autoridades começam a ser responsabilizadas por sua negligência, acusadas de populismo, falta de vontade e corrupção, como identificaram os pesquisadores Vaz e Rolny (2010), pois se assume que as possíveis soluções não são executadas devido à ineficiência política. Percebe-se, assim, que a imprensa passa a imputar responsabilidades às autoridades públicas na persistência dos problemas da miséria e da fome, mas o foco deixa de ser o aspecto social e passa a ser a temática que afeta os consumidores, especialmente aquela relacionada à segurança. Ainda na década de 1980, muitas edições se dedicaram a acontecimentos violentos, como assaltos e sequestros às classes alta e média. Na virada da década, a temática foi intensificada ao mesmo tempo em que começaram a ganhar espaço reportagens sobre emprego, profissões e carreiras.

Com a moldura interpretativa da “explosão dos guetos e favelas”, questão apontada por Deleuze como essencial às “sociedades de controle”, a edição 1.161, de 19 de dezembro de 1990, apresentou “O problema do Brasil”. Esse título, que abriu a reportagem da página 30, foi anunciado na capa com a manchete “Os miseráveis”, acompanhada do subtítulo “Nunca houve tanta gente morando na rua”. A capa personaliza os miseráveis, publicando a foto de “João Maria de Oliveira e sua família, sem casa e sem emprego”, uma imagem em preto e branco que contrasta com o colorido da revista e com o amarelo forte empregado no título. O foco da cobertura é a miséria existente no Brasil, que atinge uma população superior à de toda a França. Uma miséria que não tem mais como ficar oculta, pois os indigentes estão ocupando as ruas das cidades, ficando “tão maciçamente visível no cotidiano do país”.



Figura 14 - Capa da edição 1.161, de 19 de dezembro de 1990.

O início da reportagem é o relato sobre uma “invasão”, por duas mil famílias sem teto, de um grande terreno em Diadema/SP, três meses antes. A narrativa afirma que aquela forma de encontrar uma moradia não era tradicional, mas era um “instrumento cada vez mais popular no mercado imobiliário do povão — a invasão de um terreno”. Antes de generalizar, o texto apresenta um casal que recorreu a tal instrumento para conseguir a casa própria. No entanto, o dono do terreno reclamou na Justiça, conseguiu a reintegração e as famílias foram expulsas de forma violenta pela polícia, numa ação que resultou em duas mortes e mais de duzentos feridos. “Camas, mesas, fogões e armários foram destruídos e ficaram espalhados pelo chão — e a situação que gerou tudo isso ficou exatamente do mesmo tamanho”, alfineta a revista. Uma das legendas expõe que se trata de “um conflito no qual todos os lados tem razão”.

O relato segue informando ao leitor que nos anos 1990 a situação é “um dos espetáculos mais em voga no repertório atual das descamisadas e descamisados deste país”, nem sempre com tal grau de violência, mas cotidiano “em qualquer grande cidade do Brasil”. E o “pior” é que para vê-lo “não é mais preciso passar perto de uma favela, de um cortiço ou de uma área invadida”, pois muitos moram na rua, em todas as partes da cidade, inclusive nas áreas centrais. Trata-se, conforme a revista, de uma gente “miserável demais para viver numa favela, e que vai deixando de ser visto apenas como um incômodo estético para transformar-se numa das mais terríveis condenações do ‘apartheid’ social estabelecido no Brasil”. É a evidência da grande dificuldade apontada por Deleuze (1992), resultante da transformação do capitalismo na passagem do século XX para o XXI, que voltou seu objetivo para o “consumo excessivo”. Como o capitalismo manteve excluída uma grande parcela da população sem recursos para consumir, precisa, agora, encontrar uma forma de mantê-la sob domínio.

A narrativa segue a tendência da personalização das vítimas, dedicando sete páginas especialmente aos “Cidadãos da rua”, título da retranca em que é publicada a história de vida de vários moradores de rua. Assim, a revista corresponde ao anúncio feito no subtítulo: “Com uma crueldade nunca vista na História brasileira, a miséria mostra seu rosto nas grandes cidades do país”. Afinal, depois de terem abandonado os campos e construído as favelas das periferias, os miseráveis chegaram às ruas, “transformando os grandes centros urbanos num território de desesperados sociais”, colocando a miséria “visível a olho nu”.

O relato é rico em detalhes sobre cada uma das pessoas entrevistadas, apontando os caminhos percorridos até a moradia na rua. Muitos são trabalhadores, o que permite à revista

concluir que “o trabalho, no Brasil, já não é suficiente para evitar que o indivíduo acabe debaixo do viaduto”. Entremeando os depoimentos, outras fontes, como economistas e autoridades, analisam a realidade brasileira. As narrativas do início da década de 1990 já colocam em pauta os problemas que afetam especialmente o consumidor-cidadão, mas ainda carregam o traço social e as críticas aos governantes e também à sociedade mais abastada pela exclusão de milhões de brasileiros. Essa posição fica explícita quando a reportagem destaca o agravamento da situação no governo de Fernando Collor, vigente naquele momento, mas estende a responsabilidade às duas décadas anteriores, que já anunciavam um “desastre social de proporções épicas”, decorrente de “políticas, atitudes e decisões que, por parte do governo ou das parcelas da sociedade capazes de influenciar sua conduta, iam grosseiramente excluindo a maioria dos brasileiros da participação nos benefícios do desenvolvimento”. A revista publica, então, exemplos dessa exclusão: dois terços dos financiamentos foram feitos para imóveis voltados às classes média e alta; altas despesas com funcionalismo público; dinheiro público usado para socorrer indústrias, programas militares, “obras faraônicas”, usina nuclear, deixando “uma migalha para a mão de quem necessita de um auxílio urgente”.

Paulo Vaz e Gaelle Rolny (2010) analisam que a partir das lutas das “minorias” que marcaram o final do século XX, esses grupos perderam o anonimato e a generalização e passaram a ser qualificados e personalizados. Acompanhando as denúncias de desigualdade como a dessa pauta, as causas são atribuídas “a um Estado ineficiente”, que não consegue cuidar da população em geral nem fazer cumprir a lei.

A falta de “acesso” a bens e serviços, ambição das sociedades de controle voltadas ao consumo excessivo, reconfigura alguns parâmetros, como está exemplificado na reportagem. Nas favelas, que já foram “símbolo por excelência de um padrão miserável de vida”, os imóveis atingem valores tão elevados que até eles estão inacessíveis a muitos brasileiros. Com isso, chegou ao fim a “era da casa própria” e se instaurou “uma situação de descenso social”. Uma autoridade entrevistada explica: “Não é mais o pobre brigando para se tornar remediado. Agora é o pobre brigando contra o pobre”.

Os miseráveis que vivem nas ruas — a “classe zero” na denominação utilizada pela reportagem — sequer são contabilizados nas estatísticas brasileiras, enfatiza o texto, pois para entrar na numerologia oficial é preciso ter residência fixa. Como os refugiados dos campos de concentração analisados por Agamben, o *homo sacer* contemporâneo tem sua *vida nua* quase descartável, operando numa fronteira tênue com a vida animal. Sem direitos considerados básicos e essenciais, aqueles chamados “direitos humanos”, tal quadro indica um aparente

retorno à lógica soberana, porém com as marcas da contemporaneidade. A situação excludente é exacerbada quando a revista relata que o Brasil teve um desempenho econômico “formidável” ao longo de um século e, paradoxalmente a esta sua capacidade de se desenvolver, tem uma “incapacidade de promover um destino melhor aos desamparados”.

A reportagem afirma que o cenário é mais grave, pois o país “só tem conseguido crescer produzindo um número cada vez maior de miseráveis”. Reforçando a lógica da exclusão, a revista classifica como “perverso” o fato de que “os 350 bilhões de dólares anuais de PIB (...) não tenham impacto positivo nenhuma na vida de uma quantidade tão grande de cidadãos”. O texto contraria algumas explicações que já imperaram sobre o crescimento da faixa de miseráveis, outrora atribuído “ao atraso geral do país”, ou “ao fato de que sempre há dores no crescimento”, ou ainda “à necessidade de se sacrificar gente em determinadas etapas do desenvolvimento”. Em resposta a isso, a narrativa diz que os miseráveis “são o resultado inevitável da selvageria social que marcou a maior parte desse desenvolvimento”. O que *Veja* chama de “selvageria social” corresponde a uma das artimanhas neoliberais para instaurar na sociedade o modelo empresarial, como demonstrou Foucault, paradigma que opta por sacrificar uma parcela da população para que sejam atendidas as necessidades do jogo econômico.

Na edição 1284, de 21 de abril de 1993, o tema voltou a ter destaque com a manchete “A indústria da miséria: quem ganha com a seca, a fome e a doença”, que realça a corrupção praticada com dinheiro público, evidenciando a ineficiência política característica das reportagens desse período. Naquele ano, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou a campanha “Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, clamando a participação da sociedade. A matéria da revista *Veja* foi publicada na gestão do presidente Itamar Franco, sucessor de Fernando Collor, após o processo de *impeachment* que o tirou do cargo seis meses antes dessa cobertura. Dessa vez, o mote foi a utilização privada de verbas públicas de áreas sociais, insinuando uma espécie de subversão da ordem em regiões dominadas por “estados de exceção”, especialmente no período do mandato do presidente impedido. Da página 16 a 29, a revista mostra, nas retrancas “a indústria da fome” e a “indústria da seca”, como políticos e empresários se beneficiam dos recursos que deveriam atender a população mais carente. A esses, a revista denomina “profissionais da miséria” e os compara ao urubu que circula do alto buscando vidas que agonizam. Entretanto, diferente do “urubu-bicho” que se alimenta da seca, da doença e da fome dos outros, o “urubu-profissional” não “só se alimenta da desgraça alheia como a promove, caça poços para que a pobreza se perpetue”. Entre as

denúncias da reportagem estão a construção de poços em fazendas de propriedade de deputados, no Nordeste — três quartos do total de perfurações foi feita em terras particulares —, e a compra de alimentos a preços superfaturados que apodrecem nos depósitos de todo Brasil, enquanto falta merenda nas escolas públicas.



Figura 15 - Capa da edição 1284, de 21 de abril de 1993.

Outra retransa refere-se às fraudes na saúde pública, facilitadas pela descentralização do sistema. A reportagem denuncia que funcionários, médicos e políticos utilizam-se da população mais pobre e menos esclarecida para obter vantagens financeiras. Entre os exemplos, o parto registrado no prontuário de um homem, que rendeu ao médico o valor de uma cesariana, e inúmeras internações registradas em autos forjados. A revista delata ainda “Os que vivem da seca”, referindo-se ao grave flagelo registrado no Brasil, assunto que encontrou maior frequência na agenda da publicação na década de 1980. O problema, como foi narrado, não encontra solução porque há quem ganhe com ele. “Sempre funcionou como a matéria-prima de um ciclo vicioso que conserva economias de oligarcas e aumenta políticos fisiológicos”. Segundo a matéria, diversos vereadores e deputados foram beneficiados com a construção, a preços superfaturados, de poços e açudes em suas propriedades. A revista empenha-se em desqualificá-los, debochando de seus argumentos e relatando a utilização da água obtida, geralmente voltada a aumentar seus rendimentos, como a criação de peixes e gado, por exemplo, bem como a cobrança pelo fornecimento aos moradores verdadeiramente necessitados.

Os poços, como já abordado em reportagens anteriores sobre a seca no Nordeste, são construídos pelas frentes de trabalho organizadas pelo poder executivo. Assim, além do benefício direto aos donos das terras onde foram colocados, os políticos da região encontram nas obras a condição adequada para manter seu domínio, empregando seus cabos eleitorais, aproveitando-se da miséria e da fome para fins políticos e privados. Mais uma vez, a revista

reforça que o problema da seca não é resolvido pois não há vontade política, porque há um enorme interesse na permanência da situação. Afinal, “ao contrário da chuva, que cai do céu, a miséria da seca se produz em terra firme e obedece a movimentos consagrados de meteorologia social”. Nesse texto fica explícita a situação analisada por Foucault em *Nascimento da biopolítica*. Aos proprietários de terra e aos políticos que tanto se beneficiam dos recursos que poderiam amenizar o sofrimento dos moradores somente interessa “a manutenção de uma população abandonada a si própria, num cotidiano de desespero, capaz de dar duro como mão de obra barata na hora de trabalhar e como curral eleitoral na hora de votar”. Como se percebe, no início da década de 1990, apesar do neoliberalismo ascendente que pouco depois ditaria o tom das narrativas da revista, a reportagem ainda denuncia e critica a canalização biopolítica da fome e da miséria. Tal qual ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, a reportagem publicada em 1993 coloca em realce o modo como opera esse dispositivo biopolítico que mantém sob controle e adequa a população aos fins necessários à sustentação do poder político na região mais carente do Brasil.

Na última retranca, destinada aos que “vivem da fome”, a revista compara o Brasil a países como Somália e Etiópia, mas com a diferença que aqui “a fome mata de maneira clandestina e metódica”, e as vítimas “não se prestam a espetáculos televisivos: são números frios, estatística”. Logo no início, denuncia que a maior parte dos recursos empregados para combater esse flagelo “é devorada pelos abutres da indústria da fome, pelo desperdício e pela corrupção”, tal qual o montante empregado em outros setores críticos que afetam a população carente, como a saúde e a educação, aqueles enquadrados nos direitos de *igualdade*, categoria dos direitos humanos relacionados às condições de vida e de acesso a bens materiais e culturais, considerados essenciais para a existência do ser humano enquanto pessoa.

O texto destaca que de cada dez dólares empregados pelo governo federal, “apenas três materializam-se na mesa dos carentes em forma de comida”, enquanto “o restante vai manter a indústria da fome”. E critica as autoridades por sua conduta imoral e ilícita: “a fome, essa vergonha, engorda senhores confortavelmente assentados numa próspera rede de clientelismo”. Para valorizar a informação, apresenta dados divulgados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou os programas de combate à fome: “o documento da CPI é um cardápio variado sobre as formas de roubar o dinheiro dos famélicos”. Entre os exemplos citados, o fato de que três empresas concentravam 48% das encomendas de alimentos comprados pelo governo, e seus produtos eram vendidos com preços até dez vezes maiores que os do mercado. Na fala da deputada relatora do processo, a

confirmação das análises de Foucault acerca do imposto negativo adotado pelo neoliberalismo: “Esses programas servem apenas para enriquecer os empresários e ajudar os políticos nas campanhas eleitorais com distribuição de cestas básicas”. Nessa reportagem, nota-se o que Vaz e Rolny (2010) identificaram em suas avaliações sobre as narrativas jornalísticas a partir da década de 1990. As autoridades passam a ser responsabilizadas por negligência, incompetência, populismo e corrupção. A criação de uma CPI para apurar responsabilidades indica que tais autoridades estão sujeitas, então, a responsabilidades criminais.

4.5. Louvor ao “imposto negativo”

Em 30 de outubro de 1996, durante o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, a revista *Veja* dedicou o tema principal de sua edição 1.468 a dois problemas já abordados anteriormente relacionados à miséria: a fome e os moradores de rua. A capa apresenta duas fotos da mesma criança, esquelética e fraca na primeira e saudável na segunda. Não fosse a legenda, seria impossível dizer que ambas as imagens são da mesma menina. Com a manchete “Um milagre chamado comida”, a revista explica que a garota da fotografia escapou da morte. A reportagem especial ocupa quatorze páginas e começa com o título “Quem sustenta a casa”, referido às crianças que pedem dinheiro nos sinais do trânsito ou atuam como vendedoras nas ruas das grandes cidades e que respondem por uma parte considerável do orçamento de suas respectivas famílias. Evidenciando uma tendência identificada por Paulo Vaz e Gaelle Rolny (2010), a reportagem eleva a condição de “vítima” e começa a contar a história pelo ponto de vista do sofredor, numa tentativa de se aproximar da audiência promovendo uma “compaixão à distância”.

O Estado ineficiente, “que intervêm onde não deveria”, ao qual aludiram Vaz e Rolny em sua análise, é identificado nessa reportagem na referência ao governo petista do Distrito Federal, que processou um casal acusando-o de usar os filhos para pedir esmolas, classificando os pais como “exploradores de crianças” com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. A ação teve repercussão e motivou outras semelhantes, o que mereceu a crítica da revista: “A coreografia das autoridades (...) não passa de bravata. Ataca o problema na epiderme, desconsiderando que a ferida é bem mais profunda”. Em seguida, há um novo

relato minucioso reforçando a condição de vítima dos pais. Uma entrevistada rebate a ação governamental, dizendo “agora, querem criminalizar a miséria”.

A segunda parte da reportagem é intitulada “Ajuda e até carinho fora do horror” e o subtítulo aponta a educação como uma solução para o drama da infância perdida na rua. O texto é dedicado às iniciativas que associam os estudos a algum tipo de remuneração, praticadas em São Paulo, Brasília e Campinas, “ambiciosos programas que não se destinam a amparar a criança, apenas, mas também sua família”. Tais ações podem ser consideradas o embrião do programa “Bolsa Escola”, implantado inicialmente pelo governador Cristovam Buarque no Distrito Federal e, em 2001, estendido a todo o país pelo governo federal. A explicação dada pela revista para a dura realidade das crianças que vivem na rua reforça sua situação de vítimas e serve para antecipar o apoio da revista às ações assistenciais:

As crianças que hoje estão na rua na realidade são a ponta do iceberg social brasileiro, a casca de uma ferida cuja origem se encontra em empregos mal pagos e em lares desfeitos, em pais que foram massacrados pela vida ou pelo álcool ou pela falta de estudo e também porque perderam sua raiz social — e que não param de produzir meninas e meninos que não conseguem orientar porque eles próprios perderam o rumo há muito tempo.

Por meio dos relatos das crianças e dos adolescentes beneficiados, o artigo constrói um quadro interpretativo positivo sobre esse tipo de programa. Graças à certeza de contar com uma renda ao fim do mês e devido aos benefícios que o dinheiro proporciona, as crianças passam a frequentar a escola com o incentivo dos pais. A reportagem realça os resultados obtidos pelo programa Bolsa-Escola: o aumento das matrículas, a queda na repetência e o marcante resultado de quase zero no índice de evasão escolar — vale nuançar que se trata de índices fundamentais para melhorar a situação brasileira no ranking mundial de desenvolvimento humano. Nessa edição, fica evidente a assimilação das estratégias neoliberais pela revista, um posicionamento que a converteu num forte arauto do neoliberalismo e a tornou defensora não só do imposto negativo como também do espírito empresarial e da concorrência como fio motriz da sociedade contemporânea, distribuindo as responsabilidades para além das autoridades públicas.

São fórmulas assistenciais novas. Envolvem a comunidade, organizações não-governamentais e governos — principalmente estes últimos, os grandes ausentes dos movimentos de solidariedade de dez anos atrás. Com o aporte de recursos que apenas a iniciativa estatal pode prover (...) e ideias inteligentes, abre-se uma perspectiva de saída para a miséria infantil.

Entre as iniciativas aclamadas pela revista está um enorme e bem-sucedido “mutirão” envolvendo os três níveis de governo e dezenas de organizações, como a igreja, o UNICEF e as ONGs, cujas principais atividades são coordenadas pelo Programa de Redução da

Mortalidade Infantil do Ministério da Saúde. O resultado foi a redução nos índices de mortalidade de crianças, um dos graves problemas enfrentados pela camada mais pobre da população. O tom entusiasmado da revista revela que a queda na mortalidade “é uma vitória sem um dono único”, destacando também a participação dos voluntários, sobretudo ligados à Pastoral da Criança da Igreja Católica, que atende mais de dois milhões de famílias pobres no Brasil. Em seguida, o relato é continuado dando ênfase à “simplicidade” das soluções encontradas para resolver questões antes tão aparentemente difíceis, decorrentes, sobretudo, da vontade de equacioná-los, como é o caso da mistura nutritiva distribuída pela Pastoral, que tem como ingredientes sementes de abóbora, casca de ovo, folhas da mandioca e da cenoura. Ao final, reforça que o Brasil conquistou posição favorável no ranking de desenvolvimento mundial, mas alerta para a necessidade de dar continuidade aos programas e também de promover sua extensão a outras esferas, pois salvar as crianças não é o suficiente. “É preciso também dar a elas alguma perspectiva de futuro reduzindo o abismo regional que separa os nordestinos dos demais brasileiros.”

A frase final sinaliza para a necessidade de combater as causas, embora toda a reportagem se sustente em torno de estratégias que amenizam os graves problemas atacando apenas seus sintomas, característica típica das ações neoliberais. Cabe aqui fazer uma comparação com a reportagem “Bolsa família: moeda eleitoral ou ajuda?”, publicada na edição 1.954, em 3 de maio de 2006, uma década após “Um milagre chamado comida” e no ano em que Lula disputava seu segundo mandato presidencial, concorrendo com o tucano José Serra como representante de um partido ideologicamente mais neoliberal. A reportagem de 2006 recebeu uma chamada na capa, mas não foi a principal da revista. Acompanhando o título, há o desenho de uma moeda de um real com o perfil do presidente Lula dentro. Se na capa a revista levanta duas possibilidades acerca do programa que oferece subsídio financeiro às famílias, na reportagem interna a dupla possibilidade é encerrada com o título “A moeda eleitoral de Lula”, acompanhada da mesma ilustração que, no interior da revista, ocupa quase metade de uma página. O programa é apresentado como a “grande conquista do governo Lula”, que destina a ele o correspondente à metade do que “o governo pretende investir em 2006 para construir estradas, hospitais ou açudes”. A meta para esse ano seria chegar a 44 milhões de pessoas, aumentando em média o orçamento familiar dos beneficiados em 21%. A matéria publica cinco depoimentos de especialistas e, de uma forma indireta, faz críticas comparando-o ao “bem sucedido” governo de FHC, do qual o candidato José Serra seria sucessor.

A revista reconhece que o programa oferece uma ampla cobertura e é bastante eficiente, o que o transforma numa arma eleitoral, mas levanta a questão sobre a melhoria efetiva e duradoura na vida dos mais pobres, “como fez o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso”. A crítica é explícita na pergunta se o Bolsa Família “sucumbirá à maldição para a qual alertava o imortal sanfoneiro Luiz Gonzaga: ‘Quem dá uma esmola a um homem que é são / ou lhe mata de vergonha / ou vicia o cidadão?’”.

A cobertura ainda se refere ao problema da política social da Legião Brasileira de Assistência (LBA), iniciada na década de 1940 e conhecida pela corrupção e desvio de recursos. Numa comparação com essa experiência, porém, a matéria chega a exaltar a proposta de programas como o Bolsa Família, que dão dinheiro em espécie e que constituem exemplos do imposto negativo conceituado por Foucault como uma importante estratégia neoliberal. Contudo, nesse elogio, a revista enfatiza “o avanço que começou, registre-se, com a implantação do Bolsa Escola no governo de FHC”. Entretanto, a revista faz sua crítica à versão petista, apontando que os resultados não seriam tão significativos, pois graças à legislação brasileira, por exemplo, parte das exigências que o programa impõe aos beneficiados já é automaticamente cumprida, como o fato de que 97% das crianças do país entre 7 e 14 estão matriculadas na escola e 95% das crianças nessa idade participam da vacinação contra poliomielite, difteria, tétano e coqueluche. A partir disso, o texto aponta algumas sugestões que poderiam ser mais “proveitosas”, como garantir a meta de que as crianças fossem de fato alfabetizadas, o que nem sempre acontece, e reforça que nenhum controle é realizado nesse sentido, portanto “até hoje, ninguém foi excluído do programa”. Para *Veja*, “o descontrole do governo é um defeito grave porque serve de desestímulo ao cumprimento de metas”. Os resultados positivos do programa também são apontados nesta reportagem, mas sempre aparecem acompanhados de alguma ressalva, indicando o enquadramento adotado pela revista de que sua finalidade seria apenas eleitoreira. Afinal, a falta de uma séria fiscalização “permite concluir que o foco não é a melhoria da vida dos pobres, mas sim a vida eleitoral do presidente da República. E, como sempre, faz-se isso com bilhões de reais pagos em impostos pelos contribuintes”.

A segunda matéria dessa reportagem tem o título “A força eleitoral, o uso eleitoreiro”, com o seguinte subtítulo: “O Bolsa Família não foi concebido para virar uma máquina de votos, mas já que virou...”. Totalmente dedicado a demonstrar o mau uso do programa, o texto traz um infográfico com uma pirâmide que mostra a renda dos eleitores brasileiros e, embaixo, outro pequeno diagrama que mostra alguns números extraídos da pesquisa eleitoral.

O seguinte enunciado os acompanha: “Como o Bolsa Família influencia nas intenções de voto”, sugerindo que o programa arrecada votos ao presidente Lula e, mais uma vez, destacando a instrumentalização da fome e da miséria. Para isso, *Veja* apresenta dados provenientes de uma pesquisa de intenção de voto e mostra que os beneficiados retribuem a ajuda concedendo seu voto ao candidato, o que enfatiza a popularidade de Lula no nordeste, região onde se encontra a maioria desses beneficiados.



Figura 16 - Capa da edição 1.468, de 30 de outubro de 1996.



Figura 17 - Capa da edição 1.954, de 3 de maio de 2006.

As edições acima analisadas, de 1996 e 2006, foram as únicas em que os programas assistenciais do governo tiveram espaço na capa da revista. Na primeira, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o enquadramento foi bastante favorável. Na narrativa visual, prevalecem as fotografias de crianças felizes na escola ou realizando atividades proporcionadas pelo programa assistencial. Na segunda cobertura, feita no ano em que Lula concorreu à reeleição presidencial, o projeto foi criticado e, ainda que alguns méritos tenham sido reconhecidos, as críticas prevaleceram. Em termos visuais, a revista optou pelos retratos dos articulistas chamados a emitir sua opinião. Os beneficiários do programa, diferentemente do que aconteceu na cobertura de 1996, não ganharam visibilidade em 2006. A singular exceção aos retratos das fontes escolhidas foi a foto do presidente Lula em campanha, sendo cumprimentado por populares. A imagem foi acompanhada desta descrição: “Lula, cumprindo sua agenda favorita: em campanha e de olho no eleitorado pobre”.

4.6. A solução empreendedora

A segunda metade da década de 1990, já fortemente marcada pelo ideário neoliberal que guiava a política brasileira, ainda apresenta um tom parecido nas reportagens sobre a fome no Brasil. Destaca-se a negligência do poder público mas, nesse período, a incúria é registrada, sobretudo, em relação à ideia que os riscos poderiam ser previstos (VAZ; CARDOSO; FELIX, 2012). Também nessa fase as narrativas jornalísticas não mais concentram a responsabilidade nos governantes, culpados pelo descaso, mas começam a distribuir o compromisso com a solução do problema, envolvendo a sociedade e outras organizações, como na reportagem “Um milagre chamado comida”, de 1996, analisada acima. A partir dessa e nas seguintes, a imprensa critica duramente certas atitudes adotadas pela população, como os protestos e os saques, elevando uma nova “vítima virtual”: aquela que corre os riscos em decorrência desses movimentos praticados pelas classes mais pobres. Essa nova condição de vítima é típica das “sociedades de controle”, resultantes da passagem do capitalismo de produção para o de consumo (DELEUZE, 1992).

Na edição 1.545, de 6 de maio de 1998, a capa traz a foto de um menino mal vestido, sentado no interior de uma casa pobre, com expressão triste e comendo um prato de arroz e feijão, que ilustra a manchete “A fome no Nordeste”. Abaixo, o desabafo do garoto: “Ainda bem que eu não tenho de comer calango”. Ao lado da foto, a legenda: “O cearense Raimundo Lima, 6 anos, que na segunda-feira passada comia arroz e feijão doados por uma prefeitura”. Acima da foto, no alto da página, outro título: “O alcance da seca e o descaso das autoridades”. Todos os componentes dessa página contribuem para expor o descuido do poder público, pois mesmo o arroz e feijão recebidos do governo municipal somente foram entregues depois de instaurada a calamidade, como está evidente na reportagem.



Figura 18 - Capa da edição 1.545, de 6 de maio de 1998.

A cobertura vai da página 26 até a 33 desse número da revista. “O fantasma da fome” é o título principal, colocado em cima de uma foto que mostra um grupo de pessoas carregando latas d’água na cabeça, retiradas de um poço. Recursos gráficos mais avançados já são encontrados nesta edição. As fotos mostram um açude seco, bem como as famílias entrevistadas, os locais saqueados e algumas pessoas buscando alternativas para combater a fome. A reportagem começa contando a história da infância de um menino do sertão, identificado posteriormente como Vicentinho, que na época da matéria era o presidente da entidade sindical Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que aponta para um bem-sucedido caminho trilhado pelo ex-miserável sertanejo, valorizando o empreendedorismo como um dos ideais neoliberais.

Para mostrar a possibilidade de que os riscos poderiam ter sido previstos, deixando clara a falta de atenção dos agentes públicos, a revista *Veja* novamente realça que as autoridades apenas começam a preparar ajuda para socorrer as populações afetadas quando o problema torna-se demasiado grave. Além disso, as ações em caráter emergencial somente são adotadas depois que a situação ganha espaço no noticiário, embora se saiba que o fenômeno da seca — e, conseqüentemente, o da fome — é recorrente, regular e previsível. “A assistência emergencial, montada pelas autoridades, especialmente as de Brasília, só começou a ser planejada quando o problema ficou sério e chegou ao noticiário”, afirma a reportagem, “exatamente como aconteceu com o incêndio de Roraima”, contando assim outro caso de omissão das autoridades públicas.

E, no entanto, só nas últimas semanas foi que se viu a correria para apagar esse incêndio nordestino. O Palácio do Planalto tem seu quinhão de responsabilidade nesse descuido. Ocupou-se de muitos assuntos, como a reforma do carro-pipa ministerial ou a distribuição das cestas básicas de poder entre os partidos de Paulo Maluf, Orestes Quécia e Jorge Bornhausen. [...] Como no incêndio florestal em Roraima, o Planalto só acordou depois que a seca foi parar nas manchetes dos jornais e nas imagens da TV. Aí, e só aí, começou uma mobilização para montar um plano de emergência e distribuir 1 milhão de cestas básicas.

A cobertura apresenta dados indicativos das perdas de produção agrícola como consequência da seca, destacando que essa comida poderia alimentar um milhão de famílias por quase três anos, e menciona ainda o prejuízo em dinheiro e os danos ocasionados à economia local. O sofrimento é realçado na história do agricultor que perdeu a horta que sustentava a família e foi obrigado a comer palma — cacto com espinhos usado para alimentar gado. Segundo a revista, não falta água no Nordeste, mas sim maneiras de retirá-la e distribuí-la. “Há um mar de água doce no subsolo nordestino”, explica, “e há também grande quantidade em açudes”; portanto, “o que falta é controlar a captação e distribuir a água toda”.

Reforça-se assim, mais uma vez, não somente a omissão dos agentes públicos, mas também o interesse deles na manutenção do flagelo para garantir-lhes poder político:

Para combater os efeitos da estiagem, além de construir umas coisas é preciso destruir outras — como a velha indústria da seca, em torno da qual se aglutinam os coronéis da oligarquia rural. Entre os 513 deputados federais, 151 são do Nordeste, e a grande maioria tem sua base eleitoral em municípios da seca. Ainda assim, apenas 10% das emendas que esses deputados sugerem ao Orçamento da União são para combater a seca. Os outros 90%, em média, destinam-se a obras eleitoreiras, como quadras esportivas ou chafarizes nas praças, coisas que dão visibilidade e rendem votos.

No mesmo texto, a revista confirma o que havia sido detectado na observação da reportagem de 1996. Tendo tornado-se um porta-voz do neoliberalismo, *Veja* estimula o empreendedorismo e o espírito empresarial, responsabilizando não apenas o poder público como também outros setores da sociedade, e envolvendo a todos na busca de soluções:

Não se deve esperar que tenham um final satisfatório cobrando providências apenas do governo federal, o alvo mais visível de quem gosta de apontar o dedo acusador para Brasília sempre que alguma coisa dá muito errado no terreno social. O drama da seca só será resolvido se outros agentes igualmente responsáveis entrarem em ação. A Igreja, por exemplo. Ou melhor, as igrejas. E também as prefeituras, as associações comerciais e as entidades de classe. Toda a sociedade tem de querer acabar com esse velho drama.

A partir do ano 2000, as reportagens que tratam da fome e da miséria já trazem mais claramente vários elementos pertencentes ao repertório da ética neoliberal. Tal como nos assuntos analisados por Vaz, Cardoso e Felix (2012), as coberturas não relacionam a questão dos flagelados com o problema da desigualdade social. O lugar de onde se fala, nesse momento, é o dos consumidores, que de alguma forma se veem ameaçados pela massa faminta.

Na edição 1.684, de 24 de janeiro de 2001, a manchete “O cerco da periferia” e o subtítulo “Os bairros de classe média estão sendo espremidos pelo cinturão de pobreza e criminalidade que cresce seis vezes mais que a região central das metrópoles brasileiras” imprimem o tom da matéria, que aponta para a elevada insegurança nas grandes cidades brasileiras em consequência do aumento da população pobre que vive nas regiões urbanas. Na matéria intitulada “A explosão da periferia”, a posição de sofrimento é ocupada pelas classes mais abastadas, rodeadas por “crime, desemprego e miséria: uma tragédia brasileira em torno das grandes cidades”.



Figura 19 - Capa da edição 1.684, de 24 de janeiro de 2001.

Assim, a ética neoliberal, já bastante circulante na sociedade da virada do século e evidenciada na narrativa jornalística, deixa patente sua preocupação com aqueles a quem já não pode confinar e que não consegue converter em consumidores, problema que as “sociedades de controle” precisam enfrentar, como detectou Gilles Deleuze. Os miseráveis contabilizam estatísticas assustadoras, que são narradas pela revista ao desenvolver sua argumentação. Apesar dos pesados investimentos feitos em segurança em todos os Estados brasileiros, a criminalidade não para de crescer e atinge patamares dos mais elevados do mundo, potencializando os riscos. “As periferias estão ficando mais inchadas, mais violentas e pobres”, como resultado de um processo de urbanização que já levou para as cidades em torno de 80% da população do país. “Quem acharia razoável viver numa região que reúne praticamente todos os defeitos que uma cidade pode ter?”, questiona a revista antes de apresentar as agruras suburbanas. A periferia, conforme relata a reportagem, sempre foi um lugar “tremendamente ameaçador” para seus próprios habitantes. Mas agora, “a novidade” é que “a periferia incomoda também o habitante dos bairros de classe média alta e da elite”. Então, *Veja* faz uma analogia: “É como se uma espécie de Muro de Berlim tivesse sido derrubado”. Com isso, continua a reportagem, “as regiões mais abastadas das metrópoles estão conhecendo de perto, e com grande intensidade, o impacto da chegada da miséria”.

O maior impacto está no campo da segurança, ou na falta dela. Até pouco tempo antes, “apenas os moradores das áreas populares viviam em pânico, não saíam à noite e corriam o risco de ver um amigo ou parente ser assassinado por marginais”. Esse risco agora se estendeu e “o medo que antes era só deles migrou para as áreas mais ricas das grandes cidades”. Esse trecho deixa claro que não são as “vítimas reais” o alvo da preocupação da sociedade, mas sim as “vítimas virtuais”, representadas pelos mais opulentos e que, agora, se encontram expostos ao “risco”. Como foi identificado na cobertura dos crimes pela imprensa brasileira

no início do século XXI, a “política da vítima virtual” acaba justificando a adoção de atitudes mais conservadoras, mesmo que sejam discriminatórias, visando garantir o “Estado seguro” em vez do “Estado de bem-estar” (VAZ; CARDOSO; FELIX, 2012, p. 38-39).

A reportagem ressalta a importância das ações capitaneadas por alguns deputados, bem como pelas igrejas protestantes e católicas, que contribuem para amenizar as dificuldades e melhorar a vida das populações periféricas. Entretanto, afirma que essas iniciativas, que são “bem-vindas e devem ser estimuladas”, não “tem o poder de combater a miséria com eficácia”. Imprescindível é que “o Estado precisa agir com energia e responsabilidade”, sendo que a primeira medida a ser adotada “é tentar frear o processo de periferização”. A revista faz uma comparação do Brasil com a Inglaterra, mostrando a solução encontrada nesse outro país para evitar que o subúrbio continuasse crescendo nos arredores de Londres. Lá, após a II Guerra Mundial, foi construído um “cinturão verde” de produção agrícola ao redor da capital, que funcionou como “barreira vegetal”.

Nessa reportagem há, também, uma crítica aos programas executados por governantes nas décadas passadas, especialmente no que tange aos conjuntos habitacionais, pois muitos deles hoje integram essa periferia que tanto assusta as elites. Vale lembrar que nas matérias das décadas de 1970 e 1980 a mesma revista cobrava das autoridades esse compromisso para melhorar a situação dos que penavam com a falta de oportunidades, uma de cujas soluções estratégicas era a construção desse tipo de conjuntos. Já em 2001, depois de citar algumas realizações consideradas bem-sucedidas em diversos municípios brasileiros, a matéria finaliza assim: “ninguém vai resolver o problema sem acabar com a demagogia e o desperdício de dinheiro público”.

Um ano depois da aparição dessa reportagem sobre a periferia, a revista publicou, na edição 1.735, de 23 de janeiro de 2002, a manchete “Miséria: o grande desafio do Brasil”, acompanhada do destaque “A pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros é uma tragédia que não pode mais ser ignorada”. A reportagem vai da página 82 até a 93 e seu título principal é “O paradoxo da miséria”. Abaixo dele, lê-se o seguinte: “O Brasil é o mais rico entre os países com maior número de pessoas miseráveis. Isso torna inexplicável a pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros, mas mostra que o problema pode ser atacado com sucesso”. Se a questão pode ser resolvida, como afirma a revista, mais uma vez fica indicada a negligência dos governantes que ainda não apresentaram uma solução.



Figura 20 - Capa da edição 1.735, de 23 de janeiro de 2002.

O texto apresenta dados que ilustram as mudanças ocorridas no país nos últimos 25 anos, discorre sobre a desigualdade existente no mundo e conclui: “não importa de que ângulo se olhe, o Brasil é hoje o país mais rico do mundo com a maior taxa de pobreza”, assegurando que “a isso se chama injustiça social”. A matéria, publicada em ano de eleição, desafia o novo governo a “reduzir esse contingente de padrão africano”. Acrescenta, também, que o corolário resultante dessa situação atrapalha a dinâmica do jogo econômico: “Do ponto de vista econômico, a pobreza extrema e inelutável reduz a competitividade do país e restringe as possibilidades de mover a economia pela força do mercado interno”. Mas mesmo assim, como narra a revista, a economia é indiferente aos miseráveis, pois “a verdade cruel é que, nas contas macroeconômicas, a questão da miséria absoluta é apenas um detalhe”, mostrando com implacável candura que os cidadãos do século XXI são os consumidores:

A porção mais pobre da pirâmide, os miseráveis, não produz e não consome. Ou seja, os miseráveis nem entram na equação econômica de um país moderno. Teoricamente, a economia pode muito bem funcionar sem que se leve em conta sua existência.

A reportagem critica a falta de políticas para acabar com a miséria no Brasil, destacando a mobilidade social como uma importante característica do país, mas que não se abre como possibilidade para os miseráveis.

As bolhas de miseráveis parecem ter paredes de aço no país. Parecem inexpugnáveis. Elas sobrevivem intactas, indiferentes aos progressos que o país experimenta a sua volta. Não regridem sequer diante de fenômenos sociais que em outros países e situações históricas foram decisivos para derrotar a pobreza. Entre esses fenômenos está a mobilidade social. O Brasil é um campeão da especialidade — mas nem isso adiantou para bulir com as estatísticas da pobreza absoluta. (...) A mobilidade social no país está entre uma das mais altas do planeta.

A mobilidade não abrange os miseráveis, muito provavelmente porque está apoiada nas premissas da “ética empresarial” que atualmente rege a sociedade ocidental e a brasileira

em particular. Como analisou Foucault, trata-se de uma ética que escolhe, conforme a conveniência, quem sobe e quem desce do limiar da miséria a todo momento. A revista destaca a necessidade de implementar uma melhor distribuição de renda e um melhor uso dos recursos voltados aos programas sociais como parte da solução para o problema, criticando a incompetência governamental no sentido de atingir esse objetivo, por estar associada ao populismo e à corrupção. Elenca opiniões contrárias à criação de novos impostos cuja finalidade seria combater a miséria e questiona o uso do dinheiro público na área social. “Mais relevante que criar outras fontes de receita é discutir o destino do dinheiro que o governo arrecada”, pois “o recurso gasto pela área social do governo é insuficiente não porque se desvia, mas porque vigora no país um modelo concentrador reforçado pela Constituição de 1988”. O modelo a que se refere está ancorado no Estado do bem-estar social — outrora defendido nas narrativas desta mesma revista —, contrário ao ideário neoliberal que vigorou fortemente a partir da década seguinte à promulgação da Carta Magna brasileira.

Fato importante para a cobertura agora analisada é que muitos brasileiros que estão no topo mais alto da pirâmide social tiveram origens humildes e passaram por importantes ascensões sociais. Entretanto, o texto reconhece que aos miseráveis não está reservada a sorte de entrar nessa “roda ascendente”, e a razão para isso estaria em “dois grandes paradoxos” apontados pela reportagem:

O primeiro deles é que, no Brasil da miséria, há comida sobrando. O prêmio Nobel de Economia Amartya Sen explica que alguns países conhecem a fome como resultado da ausência de alimentos. Em outros, a fome é resultado da falta de dinheiro por parte de uma fatia da população. Ásia e África convivem com a fome clássica há séculos. Ali falta comida. A atual produção de alimentos no continente africano está 20% abaixo da registrada na década de 70, quando a população tinha metade do tamanho. No caso brasileiro, no mesmo período, a safra de grãos mais que dobrou. E o preço caiu. [...] O segundo paradoxo é que nunca se gastou tanto dinheiro na área social e, mesmo assim, a situação não melhora.

A matéria ainda destaca que houve importantes mudanças trabalhistas no governo Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), que beneficiaram muita gente, mas o que elas motivaram “foi um desenvolvimento seletivo”, pois “os que na mesma época estavam fora do mercado de trabalho continuaram na pobreza”. Também se faz alusão ao governo de Juscelino Kubitschek, que vigorou a partir dos anos 1950:

O progresso trouxe alguns efeitos colaterais: aumentou as diferenças regionais entre o Sudeste, onde se concentraram os investimentos da indústria, e o Nordeste, que permaneceu atrelado a uma base de economia rural atrasada e sujeita a intempéries como a seca. As faixas mais altas da pirâmide social foram as mais beneficiadas por esse processo de desenvolvimento, que teve seu auge na década de 70.

Na reportagem de 2002, dedicada à miséria brasileira, *Veja* destacou a dificuldade dos mais pobres em ascender socialmente, mas realçava que nas classes mais altas a mobilidade tornava-se cada vez mais comum. Já em 13 de agosto de 2003, na edição 1.815, a revista publicou a manchete “Retratos do Brasil que dá certo”. A reportagem intitulada “O Brasil das oportunidades” indica que, numa comparação com 19 países, o Brasil é o campeão em mobilidade social. A narrativa conta as histórias de vida e de sucesso de alguns brasileiros, como o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega e a então ministra Marina Silva, além de executivos, empresários e celebridades como Zezé di Camargo e Luciano. Em comum, todos eles têm a infância pobre e difícil que deu lugar a profissões prestigiadas e exitosas. O sofrimento do passado foi superado graças ao comportamento empreendedor de todos eles, que demonstraram ser corajosos, determinados e dedicados. Com a moldura interpretativa adotada nesta matéria, fica a impressão, para os leitores, de que ascender é fácil e quase natural quando se tem alguma força de vontade. Afinal, “de cada seis brasileiros que se movem na pirâmide social, cinco melhoram de vida”. Somente no Governo Lula, de cada dez integrantes de sua equipe, “nove vieram de famílias pobres”, informa a reportagem.



Figura 21 - Capa da edição 1.815, de 13 de agosto de 2003.

Com esse mesmo viés de valorização do empreendedorismo e foco na mobilidade social como algo que pode ser alcançado por todos, foi publicada, na edição de 19 de maio de 2010, a manchete “O milionário mora ao lado”. A reportagem “A receita dos milionários” fala do surgimento de novos milionários originados da classe média. O texto faz uma crítica ao “senso comum” que credita o aumento da renda de parte da população ao empobrecimento de outra parcela:

Os cínicos poderão condenar o aumento do número de milionários no Brasil. Verão nele um jogo de soma zero, sob o prisma equivocado de que ‘o que é ganho por alguém é perdido por outrem’. Esse não passa de um dos enganos típicos do senso comum descritos pelo economista americano Thomas Sowell em seu livro *Economic Facts and Fallacies*.

Com base no livro citado, *Veja* publica que esse “pensamento de soma zero” influenciou muitos países no século XX, inclusive o Brasil, o que resultou no “crescimento insustentável, que legou uma economia ineficiente e incapaz de enfrentar a concorrência externa. Sob o dirigismo do capitalismo de estado, o país emergiu mais injusto e desigual”. Além de adotar uma nova narrativa em relação à distribuição da renda, diferente do viés assumido por ela própria nas décadas de 1970 e 1980, a revista também reforça a ideia do empreendedorismo individual, que emergiu no final do século XX juntamente com a cultura empresarial que valoriza o aspecto emocional como forma de melhorar a *performance* (FREIRE FILHO, 2011). Assim, a revista afirma o seguinte:

No passado, a riqueza de uns só podia ser construída a expensas de outros. Não é, em absoluto, o que se vê hoje no país. Diz o economista Marcelo Neri (...): ‘O brasileiro está com mais dinheiro no bolso por causa de seu próprio esforço, beneficiado pela melhora no mercado de trabalho e no aumento do salário real. Esse avanço não se deve simplesmente a fatores como programas sociais, que não trazem um bem-estar efetivo e duradouro’.

Na mesma linha de valorização do desempenho individual, que constitui um componente muito importante da ética neoliberal, foi publicada uma das reportagens citadas no terceiro capítulo desta tese. A edição 2.290, do dia 10 de outubro de 2012, exibiu a manchete “O menino pobre que mudou o Brasil”, dedicada ao ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, titular do cargo mais importante do judiciário brasileiro, o de presidente do STF. A matéria repercute os desdobramentos do julgamento dos envolvidos num esquema de corrupção que ficou conhecido como *Mensalão*. A capa mostra a origem humilde do personagem principal desse episódio da história brasileira recente, apresentado ainda criança num retrato em preto e branco. Entremeando os quadros interpretativos de cunho político, investe na personalização e em certa humanização do magistrado, sugerindo que o sucesso ou o fracasso são resultados da capacidade empreendedora de cada indivíduo.

Entretanto, numa aparente contradição à tendência adotada nas duas últimas décadas, a revista *Veja* publicou, na edição 2.201, de 26 de janeiro de 2011 — num momento intermediário entre as matérias que ressaltam a mobilidade social —, uma chamada na capa para uma reportagem sobre desigualdade: “Por que até o FMI quer diminuir o abismo que separa os muitos ricos dos muito pobres”. Internamente, a matéria intitulada “Uma bebida amarga” tem como gancho o livro recém-lançado de dois epidemiologistas ingleses que tentam explicar o abismo existente entre as classes mais altas e mais baixas. A reportagem, ainda na abertura, aposta que “está sendo criado um consenso de que o abismo entre quem tem muito e quem tem pouco não se fecha só com o aumento das oportunidades e da

mobilidade social”. Informa que o Fundo Monetário Internacional atualizou alguns dados sobre a desigualdade social no mundo, divulgados pela ONU em 1992, quando a realidade mundial indicava que 20% das pessoas mais ricas do mundo eram donas de 82,7% de toda a renda do planeta. Na projeção para 2006, o FMI constatou que os 11% mais ricos detinham 85% da riqueza mundial, enquanto os 50% mais pobres ficam com 1% do montante total da renda.

Para realçar a noção de desigualdade, a reportagem retoma o ideário da revolução francesa. De lá para cá, o cenário nunca foi equilibrado, segundo a revista. “O mapa mundial da desigualdade de 1992, quando desenhado com os dados de 2006, ficou mais feio e mais apropriado para ilustrar o fenômeno da concentração de muitos nas mãos de poucos: ele parece um abismo.” Assim, a disparidade precisa ser atacada diretamente, pois “corrompe o tecido social”, segundo enfatiza o representante do FMI citado na matéria. O entrevistado ainda afirma que “não é somente a pobreza que fere”, pois “o que machuca mais o ser humano em todas as dimensões é a pobreza próxima da riqueza”. A defesa do FMI é que “tudo funciona melhor [inclusive as políticas públicas] em um ambiente com diferenças menos agudas”. Na última página da reportagem, uma charge mostra o cenário mundial, representado no diálogo entre um pai e um filho, que, pelas vestimentas, parecem abastados: “A coisa é cíclica, filho. Às vezes, os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres; outras vezes, os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam na mesma”.

Um ano depois da reportagem analisada acima, *Veja* publicou outra matéria com abordagem igualmente contraditória. A capa da edição 2.259, de 7 de março de 2012, registrou a chamada “Desigualdade: O Brasil começa a diminuir o abismo entre ricos e pobres”. Com o título “O abismo ficou menor”, a revista narra que o Brasil foi a economia que mais reduziu a desigualdade de renda nas últimas duas décadas. Como portadora da ética neoliberal, *Veja* explica o impressionante resultado argumentando que se tratou de um “mérito do bom e velho capitalismo”. O texto destaca que a desigualdade sempre existiu em todas as sociedades, desde as pré-industriais, no entanto, agora é possível “mover-se, pelo próprio esforço, de um espectro social baixo para outro mais alto”, fazendo referência à tão valorizada característica contemporânea: o empreendedorismo individual. Nessa mobilidade, “o capitalismo é imbatível”, afirma a revista. De todas as reportagens selecionadas para análise, talvez esta seja aquela na qual a posição da revista esteja mais assumida no sentido do apoio total às idéias e às políticas neoliberais.

Conforme Foucault analisou em seus cursos publicados no livro *Nascimento da biopolítica*, o capitalismo pós-industrial e seus regimes econômicos valem-se das desigualdades. Essa constatação do filósofo é reverenciada na narrativa de *Veja*, ao afirmar que “um certo grau de desigualdade, no entanto, é natural e saudável, pois isso dá ao ser humano a perspectiva de uma vida melhor. A esperança conforta e dá impulso e coragem para inovar e correr riscos, as molas do progresso”. Contudo, a revista faz a ressalva de que, em excesso, a desigualdade “é danosa”, confirmando a ideia de que é preciso manter no limiar da pobreza e da miséria uma “população flutuante”, um contingente cujo tamanho e composição pode variar conforme o interesse do momento, como assinalou Foucault.

Continuando a análise da mesma reportagem, a revista segue na sacralização da ética neoliberal: “o Brasil está se tornando menos desigual graças ao bom e velho capitalismo”, assertiva colocada no texto de abertura e repetida no meio da reportagem. A afirmação vai de encontro ao que foi registrado na reportagem “Por que até o FMI quer diminuir o abismo que separa os muitos ricos dos muito pobres”, publicada em 2011, que mostrava o aumento da disparidade entre a riqueza e a pobreza nos últimos vinte anos, com destaque para o Brasil. Em 2012, a narrativa aponta que houve um importante avanço nas condições das populações que ocupam as posições mais opostas na pirâmide nacional, reduzindo a distância entre elas. “Em 1995, a renda média dos 10% mais ricos era 83 vezes a dos 10% mais pobres. Essa relação passou para menos de cinquenta vezes em 2008.” Mas a reportagem não faz qualquer referência a sua abordagem do ano anterior, deixando as notícias, embora relacionadas e aparentemente contraditórias, totalmente desconectadas entre si. A matéria mais recente foi motivada por um ranking encomendado pela própria revista à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A partir do resultado, *Veja* sentencia: “Basicamente, quem está na base da pirâmide social brasileira enriqueceu, e quem está no topo avançou pouco ou ficou estagnado”. A tese da revista em nada lembra a conclusão da reportagem de 2011, demonstrada na charge que publicou a explicação do pai ao filho sobre a desigualdade, que vale repetir aqui.



Figura 22 - Charge publicada na página 74 da na edição 2.201, de 26 de janeiro de 2011.

No texto de 2012, a constatação é bastante positiva e animadora. “Desde 2000, a taxa de crescimento da renda per capita das classes A e B foi de 10%. Já a metade mais pobre da população teve um ganho real per capita de 68% no mesmo período.” Na sequência, a revista explica as possíveis causas para isso, destacando a carência de trabalhadores de baixa qualificação, típica do desenvolvimento dos países. Como a prioridade se torna a elevada formação, fica escassa a mão de obra básica, como garçom e pedreiro, elevando seu salário. Com isso, “o padrão de vida de um subordinado fica mais parecido com o do chefe”.

A cobertura mostra dados sobre a concentração de renda no Brasil e os compara com os números de outros países emergentes, atribuindo a origem das melhorias no cenário brasileiro ao seguinte motivo: “a redução da disparidade social no Brasil tomou forma em 1994, com a chegada do Plano Real”, enaltece a revista, lembrando que na década de 1980 o Brasil penou com a inflação alta. Na mesma matéria, é possível identificar também outro alerta do filósofo Gilles Deleuze na sua análise sobre as “sociedades de controle”, pois a revista evidencia a importância da dívida para incluir os mais pobres na parcela de cidadãos. “Quando a inflação foi subjugada, pedreiros, operários, empregadas domésticas e costureiras viram o valor de seu salário manter-se estável em relação aos preços dos produtos, as agências bancárias abriram as portas e eles puderam planejar o futuro”.

A “tranquilidade macroeconômica” vivenciada pelo Brasil a partir do plano Real permitiu o investimento em educação, “a mais efetiva e reconhecida ferramenta de ascensão social”. Um dos instrumentos para elevar os índices de alfabetização no país foi a criação de programas assistenciais como o Bolsa Escola, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso e transformado em Bolsa Família no governo Lula. Os programas “melhoraram as condições do ensino ao racionalizar os gastos do governo e incentivar o comparecimento às aulas”, defende a revista. Segundo a publicação, enquanto em 1990 a média dos brasileiros

era de permanecer 3,7 anos na escola, em 2012 esse indicador chegou a 7,2 anos. Um infográfico destaca as razões para a diminuição da desigualdade desde 1995, momento em que o Brasil se afiliou mais efetivamente à economia neoliberal: os brasileiros estão estudando mais; a informalidade no mercado de trabalho caiu; a inflação foi controlada; aumentou a oferta de crédito pessoal; foram criados programas assistenciais como o Bolsa Escola (atual Bolsa Família). Com isso, o Brasil estaria na contramão de muitos países desenvolvidos que aumentaram a desigualdade entre 1995 e 2008, como Estados Unidos, que enfrentam uma forte recessão na economia. A comparação se estende também a outras nações emergentes, todas com situações bem mais díspares que a brasileira.

Ao final, a narrativa critica a distribuição da renda praticada nas sociedades pré-industriais e também nos regimes comunistas atuais, que não reduziram a disparidade mas mantiveram uma “igualdade na pobreza”, como Coreia do Norte e Cuba. “No mundo moderno, a igualdade almejada é a da classe média, situada entre ricos e pobres. Pela primeira vez, esse grupo intermediário representa mais da metade da população do Brasil. Justiça social se consegue com uma boa dose de capitalismo.” A fase que encerra a reportagem reforça a condição da revista como um verdadeiro arauto do neoliberalismo contemporâneo, evidenciada nesta última reportagem de forma ainda mais clara que nas anteriores.

4.7. As dificuldades do *animal laborans* contemporâneo

Na década de 2000, a fome e a miséria não foram destaque na revista *Veja*. As coberturas que mantêm alguma relação com a temática, selecionadas na amostra desta tese, referem-se às altas dos preços dos alimentos, especialmente no final da década, bem como ao aumento da população, às mudanças nos hábitos de consumo, à mobilidade social e aos impactos das mudanças climáticas. Parte delas foi apenas chamada na capa, não sendo o carro-chefe da publicação, que nesse período deu mais ênfase, especialmente, a assuntos de comportamento e fatos políticos.

A edição 1.809, de 2 de julho de 2003, publicou na primeira página a chamada “O dinheiro encolheu: a renda média do brasileiro afundou 15% em um ano”. A reportagem “Querida, meu salário encolheu” aborda a queda da renda média dos brasileiros nos cinco anos precedentes, um fato que leva a uma “pindaíba” generalizada. Entretanto, afirma a revista, nenhuma outra parcela da população foi tão afetada quanto a classe média, “a camada

social que se espreme entre os poucos que têm muito e a maioria que tem muito pouco, quase nada”. E os maiores estragos foram “sobre alguns dos produtos mais consumidos por essa camada da população”. Com isso, “ficou mais difícil comprar as mesmas coisas, manter os filhos no colégio e pagar as contas da casa”.

A reportagem, repleta de infográficos que garantem uma predominante informação visual, destaca os números do período crítico. O texto explica como se agrava a crise. Os ricos empresários vendem menos, mas não podem parar de investir para estar preparados quando a economia se recuperar. Os mais pobres sentem a diminuição dos investimentos públicos nas áreas sociais, resultantes do corte de orçamento. “A classe média, no entanto, sofre mais”, porque ela é “a base da economia”, já que ocupa os empregos mais importantes e responde pelo “grosso do consumo nacional”. Essa descrição leva à sua associação imediata com o vitorioso *animal laborans*, cuja supremacia sobre o *homo faber* se deu na modernidade, como analisou Hannah Arendt. Demonstrando o argumento com dados estatísticos, essa classe representa somente 23% dos brasileiros, mas compra metade dos remédios vendidos nas farmácias, 55% de tudo que é comercializado nos supermercados e 90% dos aparelhos de televisão, por exemplo. A crise, então, provoca um “fenômeno circular assustador”, que seria o seguinte: “a classe média sem renda contém ainda mais o crescimento, e um movimento leva ao outro”.

A renda desse grupo diminuiu, sobretudo, porque os preços estão mais altos, inclusive os dos serviços básicos e os dos artigos de primeira necessidade. Com isso, o *animal laborans* contemporâneo é obrigado a efetivar mudanças em seu padrão de vida: corta a academia, as viagens ao exterior, os brinquedos e a troca do automóvel, enquanto simplifica os planos de saúde, tira os filhos das escolas particulares e dos cursos extracurriculares, não honra os compromissos dos cartões de crédito e dos condomínios. Com a diminuição do consumo da classe média, diminuem de forma geral as vendas, o que gera mais desemprego. Quando a classe média se protege do aperto, o resultado é o surgimento de outras crises na economia. A revista traça um panorama histórico da constituição da classe média e mostra que a situação ficou mais crítica a partir da década de 1990, com o movimento de terceirização e com a popularização dos produtos importados, que, no entanto, são iniciativas características do neoliberalismo.

Outra reportagem que aborda a subida dos preços foi publicada no dia 23 de abril de 2008. A edição 2.057 traz na capa a chamada “Comida: a ameaça dos preços altos”, e foi publicada logo após o mundo inteiro registrar uma aparentemente súbita elevação nos valores

dos alimentos. O fato gerou conflitos em diversos países, cujas populações enfrentaram dificuldades para conseguir acesso a uma alimentação mínima para lhes garantir a sobrevivência. O foco dessa reportagem é dado pelo título “O fantasma de Malthus”, ressaltando que a alta nos preços é assustadora, mas, garante a revista, “não condena o mundo à fome”. A narrativa destaca que a teoria de Malthus nunca se confirmou, mas “volta e meia assusta”. O temor provocado pelas ideias do economista e demógrafo inglês difundidas no século XVIII estava associado à alta dos alimentos registrada no início do século XXI. A revista publica dados referidos ao aumento nos valores de alguns itens, o que “para as pessoas que vivem no limiar da miséria, pode significar a fome”. Esse encarecimento levaria 100 milhões de pessoas, em todo o mundo, a migrar para a camada mais vulnerável da sociedade.

Nesse momento, a responsabilidade pela crise, segundo a FAO, caiu sobre a produção dos biocombustíveis, fato que a revista contesta. A narrativa aponta cinco razões para a elevação dos preços, sendo a principal o aumento do consumo, fato que seria irreversível. No texto, a revista frisa a importância de países como China, Índia e Brasil no aumento da demanda. Seriam as “economias emergentes”, com seus habitantes encarnando os novos *animais laborans*, as que lideraram a “alta no padrão de consumo”. Juntos, esses países somam um terço da população mundial, que, cada vez mais urbanizada, não produz o próprio alimento. Ao contrário, este é comprado nos supermercados, que exigem uma produção em larga escala para se abastecerem. Apesar da queda nos rendimentos que motivou a reportagem de 2003 antes analisada, em 2008 a revista elenca — entre os motivos para a mudança no padrão de consumo — a subida na renda média desses três países. Basicamente, seus habitantes incluíram proteína em suas dietas, consumindo mais carne, leite e queijos, cuja produção demanda mais suprimentos, inclusive os cereais e vegetais usados nas rações, além das grandes áreas de pastagens voltadas a pecuária.

Na mesma edição, a revista publica na capa a chamada “Estados Unidos: os pobres na terra da riqueza”. A reportagem intitulada “Os pobres no país dos ricos” aborda a crise norte-americana que vem fazendo engrossar o número de pobres nos Estados Unidos. A revista informa as medidas adotadas para superar o período crítico e explica o funcionamento do “vale-alimentação” distribuído pelo governo aos mais necessitados do país, somando quase 28 milhões de beneficiários. Entretanto, nada se compara ao padrão brasileiro e menos ainda aos dos demais países periféricos. Nos Estados Unidos, para integrarem a relação dos possíveis beneficiários, a renda familiar per capita tem que ser inferior a 600 dólares — bastante acima do critério que é praticado no Brasil, onde o programa Bolsa Família atende a famílias com

renda per capita inferior a 140 reais e lhes oferece entre 80 e 120 reais por criança. Aos pobres norte-americanos, o governo distribui um auxílio mensal de 240 dólares, com os quais somente é permitido comprar alimentos.

Na edição da semana anterior à publicação dessa reportagem, a 2.056, lançada em 16 de abril de 2008, uma chamada na capa da revista anuncia “Megacidades: o inchaço das áreas urbanas preocupa mais que o aquecimento global”. A matéria intitulada “O planeta urbano” se dedica a comentar o índice de urbanização do planeta. Pela primeira vez na história, a população que vive nas cidades superou o número de habitantes das zonas rurais em todo o mundo. Entre outras consequências desse processo está o aumento do número de favelados, problema que já tinha sido abordado pela revista na edição de 2001, quando falou do “cerco da periferia” decorrente do processo de urbanização no Brasil. A reportagem de 2008 tem algumas páginas inteiras com infográficos coloridos e diversificados, sendo predominante a informação visual em detrimento do texto, bastante diferente do que ocorria até a década de 1980. Enquanto os gráficos e boxes mostram estatísticas sobre o fenômeno, as fotografias focalizam os problemas tipicamente urbanos, como os engarrafamentos e os transportes públicos lotados, além dos contrastes entre riqueza e pobreza.

Um dos gráficos faz uma comparação da situação das maiores cidades, em número de habitantes, no ano de 1900 e em 2007. Um século atrás, as dez maiores estavam nos países ricos. No século XXI, oito megalópoles estavam em países em vias desenvolvimento, evidenciando o “inchaço do terceiro mundo” e transformando seus habitantes em “*Homo urbanus*”, de acordo com a denominação da revista. Com isso, aumenta o número de favelas e as “dificuldades próprias da pobreza”, que são “mais agudas no Terceiro Mundo”. A solução apontada por um dos especialistas entrevistados por *Veja* é que, em vez de combater ou tentar erradicar as favelas, seria melhor urbanizá-las. Outra medida importante é o subsídio governamental, pois os mais pobres raramente conseguem linhas de crédito. Com suas complicações, parte das cidades não consegue “encontrar seu lugar no primeiro time da globalização”. Afinal, “algumas são pobres demais para isso ou carecem de indústrias ou dos serviços necessários”, mantendo-se, portanto, excluídas das características consumistas das “sociedades de controle”.

Ainda em 2008, duas outras edições foram selecionadas na amostra desta tese. Em 28 de maio, a edição 2.062 publicou a chamada “Comida: alimentar 6,7 bilhões de bocas é o limite do mundo”. Ao lado da chamada, há uma foto de uma criança magricela, com as costelas bem salientes, como uma sorte de exceção à tradicional assepsia das imagens que

marca as narrativas jornalísticas no século XXI. Na reportagem, *Veja* lança a questão “Vai ter para todo mundo?”, clamando novamente pelas teorias malthusianas já abordadas no mês anterior. No interior da revista, algumas fotografias remetem também à pobreza extrema, enquanto os diversificados infográficos seguem a tendência colorida dos atuais projetos de diagramação. O texto em destaque na página que inicia a matéria faz o alerta para a dificuldade de alimentar uma população que não cessa de crescer, tal como Malthus sentenciou. Segundo a revista, o demógrafo errou nas previsões porque “não tinha como prever a invenção dos fertilizantes, que fizeram disparar a produção de alimentos, ou dos contraceptivos, que permitiram planejar o tamanho das famílias em sociedades mais afluentes”. Entretanto, na versão contemporânea de suas teorias, seus adeptos, os *neomalthusianos*, defendem que “a armadilha agora é gente demais vivendo num meio ambiente degradado demais”.

O gancho para a reportagem é a disparada no preço dos alimentos, que atingiu um aumento médio superior a 80%, deflagrando a pior crise “dos últimos trinta anos”. Para *Veja*, “é um grito de alerta sobre uma questão que pouca gente ousa discutir: o planeta mal consegue alimentar 6,7 bilhões de bocas hoje. O que ocorrerá em 2050, quando seremos 9,2 bilhões de terráqueos? A comida será cara e rara como nunca”. Diferente da cobertura publicada em 23 de abril, porém, esta edição de maio destaca “a espiral da fome” em consequência do aumento dos preços. O infográfico “Mais bocas para alimentar” evidencia outra vez a parcela de responsabilidade dos “emergentes” na escassez da comida. “Com mais dinheiro no bolso, chineses e indianos estão comendo mais e melhor”, diz o texto que abre uma sequência de gráficos com “alguns exemplos da pressão que o crescimento dos dois países com as maiores populações do mundo exerce sobre os estoques de alimentos e sobre os recursos naturais”. Logo abaixo, sobre a foto de um boi, *Veja* publica “Não daria para todo mundo”, falando do consumo de carne bovina pela China. Cada habitante desse país consome em média “apenas quatro quilos por ano” e mesmo assim, “os chineses já consomem 10% da produção mundial” desse alimento. Mas se cada um deles “consumisse a mesma quantidade de carne bovina que um brasileiro, 25,5 quilos, a China responderia por 75% do consumo mundial”.

A reportagem se baseia, prioritariamente, nas mudanças de hábitos vivenciadas na China e na Índia, assinalando o forte impacto que isso acarreta para o resto do mundo. Na página seguinte, um box explica “o que acontece quando indianos e chineses consomem mais”, mostrando do que é preciso dispor para se conseguir a quantidade necessária de carne,

em termos de insumos e de espaço para a criação dos animais e para a produção dos cereais que os alimentam. A conta feita por *Veja* chega ao total de 27,9 milhões de toneladas de milho e 10,5 milhões de toneladas de soja, que precisam de terra em extensão equivalente à do estado do Ceará. Outro infográfico indica que mesmo que o consumo per capita não aumente, o crescimento da população mundial já será suficiente para provocar grande impacto nos estoques de comida. Alguns dados divulgados tratam de situações hipotéticas, algo semelhante às “políticas da vítima virtual” identificadas por Vaz, Cardoso e Felix (2012). Assim, a revista lança: “se o mundo inteiro tivesse a mesma proporção de carros por habitante dos Estados Unidos, seria necessário triplicar a produção mundial de aço”.

A reportagem traça um paralelo entre a fome no mundo atual e a viagem da sonda Phoenix a Marte, em busca de água e sinais de existência de vida. Somente no dia que a sonda pisou o solo marciano, 14.856 crianças teriam morrido de fome na Terra. Como uma “fórmula macabra”, a revista explica que “a cada cinco segundos morre uma criança no mundo em decorrência de problemas provocados pela carência de calorias e proteínas mínimas para a sobrevivência”. Numa narrativa que volta a enfatizar o sofrimento dos mais pobres, *Veja* publica que “é dramático que a humanidade, em meio a progressos estupendos como a capacidade de escavar o solo de outro planeta em busca de vida pregressa, ainda seja assombrada pelo fantasma da fome — que ceifa a vida presente e futura na Terra”. Assim, a matéria força uma associação entre assuntos tão díspares como a miséria e as ciências astronômicas, para evidenciar que há descaso em relação ao problema que está sendo focalizado. Aludir a um futuro ceifado pela fome vai em direção ao que Vaz e Ronly (2010) identificaram nas reportagens mais atuais sobre os temporais que fizeram milhares de vítimas em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, quando as narrativas jornalísticas destacavam que muitas vidas, virtualmente promissoras, foram abruptamente interrompidas. Entretanto, apesar de uma aparente semelhança nesse sentido, mantém-se uma importante diferença entre as duas coberturas. Se nos acontecimentos resultantes de catástrofes naturais os fatos eram contados pelo ponto de vista das vítimas, nas reportagens atuais que tratam da fome e da miséria isso não acontece. Esse tipo de descrição foi registrado especialmente entre as décadas de 1970 e 1980, mas foi desaparecendo nos anos seguintes.

Mais recentemente, então, para a revista, os miseráveis não passam de estatísticas sem qualquer personalização. O quadro é de generalização e invisibilidade quando se trata dos menos favorecidos, e as “vítimas” sempre costumam ser os mais abastados. Assim, o que norteia as narrativas é a ameaça do fantasma da fome não a quem sofrerá diretamente com a

falta de alimentos para se nutrir, mas aos cidadãos-consumidores da atualidade, que acabam sentindo os impactos das crises econômicas em sua “qualidade de vida”. Um dos ingredientes desses processos é a onda de insegurança que toma os países periféricos, com muitos governantes sucumbindo à força das manifestações populares.

Os pobres do mundo estão inquietos. Na Somália, a polícia dispersa multidões famintas a tiros. Na Indonésia, com quase metade de seus 230 milhões de habitantes vivendo na pobreza, cada aumento de 10% no preço do arroz joga 2 milhões de pessoas na miséria absoluta. No Haiti, os preços altos derrubaram o governo. (...) No México, protestos de rua contra o preço das tortillas assustaram as autoridades. Na Tailândia, um dos celeiros de arroz do planeta, há mercados limitando a compra do produto por cliente. Na Argentina (...) os painéis voltaram a ser ouvidos, com produtores rurais reagindo contra medidas do governo e consumidores (p. 73) irritados com a escassez nos supermercados.

Já no Brasil, segundo a revista, o quadro é “mais confortável”. Mesmo assim, “um pedaço da crise mundial chegou ao país” e os preços dos alimentos ultrapassam a média da inflação. Para compensar essa alta nos preços, o recurso ao imposto negativo é fortalecido. O governo estudava aumentar o benefício concedido pelo Bolsa Família, evitando, assim, elevar os índices de miséria no país. Naquele cenário, porém, os prognósticos não eram animadores. Os preços altos haviam chegado para ficar, deixando “ainda mais vulneráveis 850 milhões de pessoas ao redor do planeta, uma massa cronicamente subnutrida que vive sempre sob o espectro da fome”. Tal como na edição 2.057, de abril de 2008, a revista publica as razões para o aumento dos preços, destacando que o que realmente pode perpetuar o problema é o aumento do consumo de alimentos, sobretudo na China e na Índia, denominadas as “locomotivas asiáticas”. Mais uma vez fica clara a responsabilização dos países periféricos e sua economia em ascensão pelos problemas causados no mundo consumidor. “Com a economia crescendo a 10% e o consumo de calorias aumentando 20%, a China, essa terra onde aconteceram mais de 1500 ondas de fome na era cristã, está formando uma imensa classe média — que quer comer carne.”

Novamente, a revista aponta para uma previsibilidade da situação e certo descompromisso com as soluções. A “revolução verde” da década de 1970 multiplicou a produção de alimentos e trouxe certa tranquilidade ao mundo que vivia assombrado pelo fantasma da falta de comida. Com a introdução de novas tecnologias no campo, a comida ficou mais farta e barata, resultando num nível de acomodação que faz com que os investimentos e as pesquisas diminuíssem, e que os países que não plantavam também não se preocupassem em fazê-lo. Junto com isso houve a intensificação da urbanização, abordada pela revista na edição de 16 de abril, que mostrou que pela primeira vez na história da humanidade há mais gente vivendo na cidade do que no campo. “Nos Estados Unidos, as

famílias rurais são 1% da população e alimentam 99%”, afirma a matéria de maio de 2008. Esse fato é outro nó do problema, pois significa “que há menos gente produzindo para mais gente”. Nesse caso, é necessária uma boa estrutura de distribuição de comida, o que não acontece. Um elevado desperdício de alimentos é registrado em algumas regiões, mas os produtos descartados não chegam a quem precisa deles. “Se falta comida na Somália, onde a insegurança alimentar ameaça mais de 2 milhões de pessoas, e sobre comida nos EUA, onde 66% da população está acima do peso, o problema não está apenas na produção.”

A narrativa aponta que “duas medidas são inevitáveis”: a primeira é “despachar ajuda imediata aos milhões de ameaçados pela fome, de modo a evitar uma crise humanitária de grandes proporções” e a segunda é “jogar dinheiro na agricultura”. Ao lembrar que a fome sempre foi uma questão séria para a humanidade, *Veja* destaca que às vezes resultou da “fúria da natureza”, mas outras vezes foi “consequência da bestialidade humana”. Nesse caso, destaca que a fome foi uma arma poderosa na II Guerra Mundial, além da bomba atômica, aludindo de algum modo à biopolítica da fome e à *vida nua* dos refugiados. A matéria lembra que os judeus dos campos de concentração nazistas tinham uma dieta de 200 calorias diárias.

As fotos que ilustram a reportagem indicam predominantemente as situações consideradas problemáticas. Uma manifestante faminta nas Filipinas, campos nazistas, alimentos desperdiçados e uma criança desnutrida na Somália. Ao lado desta última, um trecho de um poema de Pablo Neruda — “a fome é um incêndio frio que nos crava por dentro” — acompanha algumas informações que descrevem o problema “do ponto de vista biológico”, relatando o que acontece “nas primeiras horas”, quando “ter fome e saciá-la é um prazer”. Já “nos primeiros dias”, ocorre outra coisa: “viver, respirar, até mesmo pensar é um fardo”. Quando a privação chega a durar semanas, “é a morte chegando”. Ao final da reportagem, a narrativa retoma a relação inicial com a sonda Phoenix, incumbindo a ciência pela solução para o flagelo mundial da falta de acesso aos alimentos.

Contando-se a história da fome, conta-se a história da humanidade. A fome está na guerra. A fome está na política, na forma (sempre pública e barulhenta) da greve de fome. A fome está na religião, na forma (sempre reservada e silenciosa) do jejum (...) A fome está no centro da tragédia humana, mas sempre fomos salvos pelo engenho científico do próprio homem. A ciência que fertilizou a terra, controlou pestes, reinventou sementes. A ciência terá, mais uma vez, de nos salvar.

Uma retranca dessa cobertura, intitulada “Vilão é o deles”, refere-se à má fama atribuída aos biocombustíveis, algumas vezes taxados como responsáveis pela falta de alimentos no mundo. A revista defende que o problema está no milho americano e que o combustível brasileiro não tem culpa sobre o aumento dos preços da comida.

Ainda em 2008, na edição 2.085, de 5 de novembro, foi selecionada outra reportagem para análise, que constitui um exemplo do consumo insaciável do *animal laborans* contemporâneo. Com a chamada na capa “Está faltando terra: a população mundial já consome 30% a mais do que o planeta pode dar”, a reportagem “A Terra não aguenta” se debruça sobre o esgotamento dos recursos naturais em busca de patamares de conforto cada vez maiores. A narrativa segue a tendência da última década e é prioritariamente visual, com diversos gráficos e imagens. Um grande quadro de página inteira alude ao “apetite voraz”, destacando a demanda e os danos causados a alguns recursos, como o consumo elevado de água doce, o esgotamento e a desertificação de terras cultiváveis, a diminuição dos cardumes e o aumento de zonas mortas nos oceanos com extinção de várias espécies, e a contaminação da atmosfera com o dióxido de carbono resultante da queima de combustíveis fósseis.

Neste caso, como se constatou também nas reportagens anteriores publicadas no mesmo ano de 2008, os países periféricos acumulam os ônus sobre as catástrofes planetárias, junto com os mais ricos que carregam a fama de injustos.

Nos últimos 45 anos, a demanda pelos recursos naturais do planeta dobrou. Esse aumento se deve, principalmente, à elevação do padrão de vida das nações ricas e emergentes e ao crescimento demográfico dos países pobres. A população africana triplicou nas últimas quatro décadas. O crescimento econômico dos países em desenvolvimento, como a China e a Índia, vem aumentando em ritmo frenético a necessidade de matérias-primas para indústrias. China e Estados Unidos, juntos, consomem quase metade das riquezas naturais da Terra. O impacto ambiental da China se explica pela demanda de sua imensa população e, nos Estados Unidos, pelo elevado nível de consumo. (...) enquanto o chinês usa 2,1 hectares do planeta, o americano chega a utilizar 9,4 hectares.

Seguindo esse quadro interpretativo, a revista publica duas fotos, lado a lado: uma simboliza o gasto em excesso e a outra, a miséria. Elas são acompanhadas da legenda intitulada “Duas medidas”, com o seguinte texto:

Piscinas no Vale de San Fernando, na Califórnia, e solo ressecado na China: o consumo de água do planeta cresceu sete vezes nos últimos 100 anos, mas sua distribuição geográfica é desigual. Hoje, um terço da população mundial vive em regiões onde ela é escassa. O uso de água imprópria para consumo humano é responsável por 60% dos doentes do planeta.

4.8. A individualização das responsabilidades

Nas edições mais recentes de *Veja*, é possível observar certas mudanças no viés das coberturas, especialmente no que tange à fome e à miséria, como já percebido nas edições acima. O número 2.143, por exemplo, de 16 de dezembro de 2009, publicou a manchete

“Estamos devorando o planeta”. Na página 132, começa a reportagem com o título “Fome de ar, água e comida”, que vai até a 146. A reportagem é motivada pela conferência United Nations Climate Change (COP15), realizada naquele ano em Copenhague, na Dinamarca, com representantes de 192 países em busca de um acordo para conter o ritmo do aquecimento global.



Figura 23 - Capa da edição 2.143, por exemplo, de 16 de dezembro de 2009.

Nessa matéria, os recursos visuais são bastante empregados, explorando as possibilidades abertas pela difusão das novas tecnologias digitais. Há uma grande utilização também de fotografias que, acompanhadas de legendas, dão a tônica da realidade que a revista se propõe a mostrar. A cobertura, mesmo com tantos recursos gráficos, não explora as tradicionais imagens dos miseráveis famintos e moribundos, embora se refira a tal problema. Isso evidencia certa “limpeza” tipicamente digital que caracteriza as coberturas atuais, diferentemente do que ocorria no século XX, quando as reportagens costumavam salientar um lado mais “sujo” embora mais aparentemente verossímil, conforme a retórica da prática jornalística vigente na segunda metade do século passado, especialmente na proposta de retratar a realidade de um modo “realista”.

Em 2009, porém, *Veja* utiliza gráficos, montagens e quadros que pretendem prestar informações objetivas sobre a situação do planeta, destacando as questões discutidas no evento realizado em Copenhague. Os recursos visuais atendem as necessidades estéticas contemporâneas, mas servem também para enquadrar a realidade descrita nos textos. Ainda como um reflexo dessa “asepsia” das imagens, a capa é ilustrada por um perfil feminino de pele bem cuidada, dentes brancos e alinhados, maquiagem e traços delicados, quase abocanhando um garfo com o globo terrestre espetado, e tem a seguinte manchete: “Estamos devorando o planeta”.

Nessa reportagem, *Veja* aproveita o tema do evento que é objeto da cobertura jornalística — as mudanças climáticas — para dar ênfase às consequências do crescimento acelerado da população. Contudo, não o faz no sentido de alertar sobre a falta de alimentos, mas responsabilizando tal excesso de gente no planeta pelo aquecimento global, que nessa época ocupava a agenda mundial. A revista adverte que a questão, que ela julga prioritária, não estaria sendo tratada com a devida seriedade:

Por razões metodológicas e ideológicas, e também para não ampliar em demasia a pauta das discussões, dificultando ainda mais um acordo final, a questão populacional está em plano secundaríssimo em Copenhague. É estranho que ela tenha sumido dos debates sobre as soluções do aquecimento global, quando se sabe que esteve na base do seu diagnóstico desde o primeiro momento em que o aquecimento global foi visto como um perigo potencial.

A partir dessa constatação, a reportagem concentra seus argumentos nos países pobres, tal qual registrado em várias matérias da década de 2000. Ao se desenvolver, essas populações estariam mudando de hábitos e agravando o aquecimento global. Nesse sentido, a matéria coloca na conta dos miseráveis — exatamente por deixar de sê-lo — a responsabilidade pelo agravamento dos problemas do planeta, particularmente a catástrofe ecológica e mesmo a fome. Assim, o texto apresenta um conjunto de dados e estimativas, numa tentativa de mapear o quadro: hoje, a Terra tem 6,8 bilhões de pessoas e, em 2050, terá 9,2 bilhões. Após apresentar esses dados, a revista analisa: “graças ao sucesso da globalização econômica, a maioria delas atingirá um padrão de consumo de classe média”. E alerta: “é enorme o impacto da explosão populacional aliado à emergência social e econômica de imensas massas humanas antes fadadas à miséria”.

Nos infográficos, *Veja* utiliza informações que embasam suas análises. Um deles mostra a quantidade de gás carbônico que cada pessoa produzirá ao longo da vida, fazendo alusão a um dos principais vilões do aquecimento do planeta. Mas, para o exemplo, foi escolhido um chinês, cidadão de um país que vem se destacando mundialmente pelo seu rápido crescimento econômico. Assim, um chinês, vivendo 73 anos e tendo alcançado o patamar social da classe média, terá produzido 300 toneladas de dióxido de carbono durante sua existência. Outro gráfico, intitulado “A virada da poluição”, mostra que, em 1850, 24% das emissões de gases do efeito estufa provinham dos países periféricos, e 76% se originavam nos países mais desenvolvidos; já em 2009, porém, esse quadro teria se invertido, passando para 54% provenientes dos países mais pobres e 46% dos mais ricos. No que tange ao consumo de calorias, também aponta uma queda na diferença entre o consumo de países ricos e pobres. Assim, parece que a “culpa” pelos males do mundo já não é mais dos governantes

nem dos coletivos, mas sim dos indivíduos. Levando em conta as teorias dos pesquisadores Paulo Vaz e Gaele Rolny (2010), no cenário dessa reportagem, constata-se novamente a mudança no personagem que ocupa o papel de “vítima virtual”: o sofredor aqui é o consumidor, o rico, que tem sua vida feliz anterior ameaçada pela ascensão dos mais pobres.

Além disso, de acordo com as premissas da cultura neoliberal, parte da solução para sua situação deveria provir dos próprios miseráveis; afinal, a conduta empreendedora que predomina atualmente credita o sucesso a uma conquista pessoal. Para alcançá-lo, portanto, seria necessário o “empoderamento” da população — essa expressão define uma capacidade de cada um se tornar responsável pela condução de sua própria vida, e emergiu no final do século XX juntamente com a cultura empresarial que valoriza o aspecto emocional como forma de melhorar a *performance*. (CRUIKSHANK, 1999; FREIRE FILHO, 2011, pp. 4-5) Contudo, apesar desse embasamento valorativo, o êxito dos chineses, por exemplo, não é bem visto pela revista, especialmente porque seu bom desempenho impactaria negativamente nos países que já têm uma posição consolidada entre os mais desenvolvidos.

Cabe destacar que a reportagem publicada em 13 de novembro de 1974 — “O mundo sem alimentos” —, já referida neste capítulo, ressaltava o consumo excessivo pelos Estados Unidos e, de algum modo, o texto defendia os países mais pobres ao expor a diferença escandalosa na ingestão de cereais e produtos de origem animal, principais fontes de proteínas. Aquela matéria informava, por exemplo, que a Guatemala havia aumentado a produção de carne em 40% mas seu consumo interno havia caído 6%”, situação registrada também na Costa Rica, cuja produção havia crescido 92% enquanto a ingestão por seus habitantes teria sofrido uma baixa de 26%.

Tudo isso mostra até que ponto, nas “sociedades de controle”, sob a lógica neoliberal, os famintos já não são mais os cidadãos — em termos políticos — pelos quais o Estado deve responder e dos quais deve cuidar, pois não são consumidores com importância econômica e, portanto, não interessam ao novo projeto de mundo. Esse deslocamento começou a ser evidenciado nas reportagens de *Veja* desde o final do século XX. Fracassados por sua exclusiva culpa, então, constituem ainda uma ameaça à segurança dos que detêm poder de compra, incluindo nesse perigo não apenas os problemas decorrentes da eventual violência mas também, por exemplo, o aumento de preço dos alimentos.

Considerações finais

As biopolíticas características da modernidade identificadas por Foucault são percebidas também na contemporaneidade, e têm na fome e na miséria um importante dispositivo para seu exercício — isso, apesar dos grandes avanços no “processo civilizatório” ocorridos nas últimas décadas, em especial no campo dos chamados direitos humanos e das liberdades individuais, além dos avanços técnicos e econômicos ocorridos nas últimas décadas. A instrumentalização da indigência constitui um dos grandes paradoxos do capitalismo de finais do século XX e início do século XXI, sobretudo porque contrasta com a abundância e o desperdício que também ocorrem na atualidade. Entretanto, o que se percebe é que essa instrumentalização costuma ser naturalizada nesta cultura que alçou a busca da felicidade e o alto desempenho como seus principais valores. Acontece que esse projeto tão em voga não abarca os menos favorecidos, o que se reflete na tolerância da maior parte da população global ao convívio com índices cada vez maiores de miseráveis e famintos. Essa tendência é evidenciada pelos meios de comunicação e, particularmente, pela imprensa, que se configura como sintomática desses valores vigentes nas sociedades contemporâneas.

Assim, ao analisar as reportagens focalizadas no capítulo 4, que foram agrupadas especialmente pelos assuntos correlatos, identificam-se cenários e problemas que se perpetuam ao longo de quatro décadas, mas o viés e o destaque a eles conferidos variam de modo significativo nesse intervalo temporal. Ao que parece, os critérios de noticiabilidade adotados pela prática jornalística não mudaram da década de 1960 até hoje, porém a forma como eles são tratados acompanha certas tendências da sociedade como um todo. A multiplicidade das vozes envolvidas não se faz ouvir nestas coberturas, apesar de estarem ali presentes diversos atores como fontes informativas, conforme determinam os preceitos do bom exercício do jornalismo e apesar da exposição dos dramas vividos pelos famintos entrevistados nas matérias. Mas essas vozes não são debatidas nem se tornam objeto de reflexão, pois acabam servindo para naturalizar — de modo sutil e aparentemente despolitizado — a miséria e a desigualdade, em vez de procurar explicá-la e buscar suas causas. Em certo sentido, a estratégia é idêntica à destacada por Roland Barthes ao analisar as “mitologias” construídas pela imprensa francesa na década de 1950.

No material jornalístico focalizado nesta tese se constata, então, a “naturalização” do persistente problema da fome e da miséria na sociedade contemporânea, que não reage nem

toma medidas para solucionar tais mazelas que ainda afetam grande parte da população global. Essa atitude colocaria o miserável faminto contemporâneo em situação análoga ao *homo sacer* definido por Giorgio Agamben. Além disso, evidencia a estratégia biopolítica do acesso aos alimentos que age sobre os *homo humilis* — expressão criada nesta tese para designar, a partir das categorias definidas por Hannah Arendt, um ser humano que não tem valor, insignificante, sem condições de participar da vida política. Nas narrativas jornalísticas percebe-se também o triunfo do *animal laborans* enquanto sujeito consumidor na contemporaneidade, cuja supremacia sobre o *homo faber* deu-se na modernidade, conforme apontou Arendt.

Na análise das matérias é possível notar ainda que a lógica neoliberal passou a ocupar fortemente a narrativa jornalística a partir do final do século XX. Assim, em termos políticos, os famintos já não são mais os cidadãos pelos quais o Estado deve responder e dos quais ele deve cuidar; em boa medida, porque não se trata de consumidores com importância econômica. Considerados fracassados por sua própria culpa, são antagonistas do modelo de sujeito “empreendedor” que toma forma na atualidade. E, além disso, estão também distantes do *animal laborans* contemporâneo com seu desejo insaciável de consumir todo tipo de bens e serviços.

As reportagens mais atuais demonstram também uma mudança no “peso ético” do problema da fome, que é tratado somente de forma secundária em coberturas dedicadas a informar sobre o aquecimento global, sobre a violência urbana ou sobre a ascensão da classe média. Por tudo isso, o debate abordado nesta tese permite constatar que as narrativas jornalísticas atuam na “construção da realidade”, mas são igualmente um indício do ideário circulante na sociedade, cujos valores, neste início de século, estão fortemente marcados pelo que aqui denominamos “ética neoliberal”.

Cabe sublinhar que, ao longo da existência da revista *Veja*, foram encontradas poucas edições nas quais os temas da fome e da miséria foram tratados na matéria de capa da publicação. Em alguns momentos, especialmente quando predominava o ideário do Estado do bem-estar, a revista deu algum destaque para o assunto e em ocasiões até posicionou-se incisivamente em direção da necessidade de encontrar uma solução para o problema. Entretanto, a relativa ausência do tema em certos períodos históricos, sobretudo mais recentemente, revela que a fome — realidade que continua atingindo fortemente os pobres e “excluídos” — não é uma questão relevante na sociedade atual, a ponto de mobilizar os poderes políticos e econômicos em busca de sua eliminação.

Enquanto isso, temas como obesidade, dietas, anorexia, entre outros que envolvem os consumidores ou o *animal laborans* contemporâneo, foram o assunto principal em mais de trinta edições e, a partir da década de 1990, tornaram-se cada vez mais frequentes, associados ao ideal da felicidade que opera como importante valor e forte tecnologia de governo neoliberal. Ao longo dos 44 anos que compõem o intervalo temporal analisado nesta tese, constatam-se fortes mudanças editoriais na revista. Inicialmente, as abordagens tinham um cunho mais político e social. Assim, tomando a revista como uma fonte de sintomas da sociedade que a acolhe e a produz, o que se revela é a predominância, nas “sociedades de controle” conformadas na contemporaneidade, das questões econômicas e comportamentais em detrimento dos aspectos sociais e políticos no sentido moderno.

Após a realização das análises aqui empreendidas, portanto, é possível concluir que os grandes vilões para a fome e a miséria, segundo as reportagens da revista *Veja*, mudaram nos últimos anos: do descaso das autoridades em relação a um flagelo previsível e insistente, passaram a se localizar na ascensão social dos mais pobres do planeta, um fenômeno que implicaria riscos para o bem-estar dos mais privilegiados. Constata-se também que a pobreza antes era atribuída à falta de compromisso dos governantes, que a capitalizavam como um dispositivo biopolítico para manter a estrutura vigente. Já na passagem para o século XXI, de acordo com as reportagens aqui examinadas, a fome e a miséria converteram-se no resultado de uma incapacidade individual para a gestão da própria vida, fruto de um comportamento pouco empreendedor e arrojado, condições supervalorizadas na contemporaneidade. Assim, a vítima das coberturas do período em que prevalecia a “política da piedade” era o miserável. Já na “política da vítima virtual” que marca as abordagens a partir da década de 1990, essa vítima passou a ser o consumidor, que se vê subitamente sacrificado pela pobreza que o cerca, condicionando suas ações e limitando suas possibilidades.

Em termos visuais, por sua vez, também foi detectada uma forte transformação. Nas primeiras coberturas, prevaleciam os textos longos e algumas fotografias que se empenhavam em retratar com a maior verossimilhança possível a realidade abordada. Os avanços tecnológicos alteraram o projeto gráfico e valorizaram o uso de montagens, quadros e desenhos para informar os “leitores” de um modo mais visual. Junto com essas novidades, as imagens que retratavam uma aparente verdade crua perderam espaço nas páginas cada vez mais “limpas”, brilhosas e esteticamente mais leves. Assim, o drama dos flagelados saiu do primeiro plano e perdeu seu viés dramático para integrar estatísticas coloridas e

geometricamente diversificadas, resultado de uma “higienização” gráfica das coberturas graças às tecnologias digitais.

Por último, cabe destacar que o material escolhido para a análise realizada nesta tese permite notar as transformações vivenciadas não somente na revista *Veja*, mas também dá conta de uma série de alterações que conformam certa tendência adotada de forma mais abrangente pela imprensa brasileira e mundial. Tais mudanças não seriam apenas escolhas pontuais de novos caminhos assumidos por cada meio de comunicação em particular, mas constituem, sobretudo, marcos das modificações vivenciadas na sociedade globalizada na passagem do século XX para o XXI, e na forma como ela canaliza as questões mais centrais desta tese, especialmente focadas na miséria e na fome como um sintoma decorrente desse quadro de privação.

Referências

- ABDALLA, Maurício. *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002.
- ADAS, Melhem 2004, livro *A Fome: crise ou escândalo?* 2ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 1ªreimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- ARENDT, Hannah (1958). *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- BARROS, Sérgio Resende de. *Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.srbarros.com.br/pt/direitos-humanos.cont>>. Acesso em 12nov2010.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BELIK, Walter. *Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil*. In *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.12, n.1, p.12-20, junho de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20nov2011.
- BINKLEY, Sam. *A felicidade e o programa da governamentalidade neoliberal*. In FREIRE FILHO, João. (Org) *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BIRMAN, Joel. *Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade*. In FREIRE FILHO, João. (Org) *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Benedetti; Rev.Técnica Brasília Sallum Jr. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CASTRO, Josué Apolônio de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Flavia Gisela. *Biopolíticas y biotécnicas: El “cuerpo productivo” en la era de las formas de vida tecnológicas*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: UBA, 2010.
- COSTA, Jurandir Freire. *Declínio do comprador, ascensão do consumidor*. In: ____ *O vestígio e a aura: Corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*. In: ____ *Conversações*. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – Volume 1: Uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungman. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. *Interacção do género, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar*. Roma: FAO, 2005.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2008 – los precios elevados de los alimentos y la seguridad alimentaria: amenazas y oportunidades*. Roma: FAO, 2008.

FAO, WFP and IFAD. *The State of Food Insecurity in the World 2012. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition*. Roma: FAO, 2012.

FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. 18ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

____ *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

____ *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 20ª reimp. São Paulo: Edições Graal, 2010.

____ *O sujeito e o poder*. In DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-249.

FREIRE FILHO, João. *Fazendo pessoas felizes: o poder moral dos relatos midiáticos*. In: COMPÓS, XIX, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_joao_freire_filho.pdf>. Acesso em 10dez 2010.

FREIRE FILHO, João. *A felicidade na era de sua reprodutibilidade científica: construindo pessoas “cronicamente felizes”*. FREIRE FILHO, João. (Org) *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2010b.

FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças Pinto. *A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HABERMAS, Jurgen. *O futuro da natureza humana: a caminho da eugenia liberal?* Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Aquisição alimentar domiciliar per capita Brasil e Grandes Regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Volume II. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 6ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980.

MAUSS, Marcel. *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'*. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PATEL, Raj. *Obesos y famélicos: Globalización, hambre y negocios en el nuevo sistema alimentario mundial*. Buenos Aires: Marea Editorial, 2008,

REIS, Elisa. *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 42, Fevereiro de 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22set2011.

REIS, Elisa; SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza e exclusão social: aspectos sociopolíticos*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www1.esec.pt/curso/ase/wp-content/uploads/2010/04/pobreza_e_exclusao_social_-_aspectos_sociopoliticos_-_elisa_reis_et_al.pdf>. Acesso em 15out2011.

REIS, Ruth. *Do global ao local: o jornalismo no tempo das trocas*. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

ROCHA, Livia Janine Leda Fonseca. *Tudo que é sólido se desmancha em mim: considerações acerca do sujeito na obesidade mórbida*. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, 2010.

ROCHA, Sonia. *Do consumo observado à linha de pobreza*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 27 n. 2, p. 313-352, ago. de 1997. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

_____. *Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil*. In HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p 109-127.

_____. *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem da desigualdade entre os homens*. Trad. Ciro Mioranza. 2ed. São Paulo: Escala, 2007.

SAHLINS, Marshall. *Economia de la edad de piedra*. Trad. Emilio Muniz e Ema Rosa Fondevila. Madrid, Akal editor, 1983.

SALGADO, Juliana; JORGE, Marianna Ferreira. *Em busca da alta performance: a remediação dos mal-estares nos discursos de consumo*. Apresentação de trabalho. Rio de Janeiro: Seminário Internacional Brasil & Portugal: Jovens, Subjetividades e Novos Horizontes, 2012.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*: romance. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico*: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará (coleção Conexões), 2002.

TAYLOR, Charles. *A política do reconhecimento*. In: _____ *Argumentos Filosóficos*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

VAZ, Paulo; ROLNY, Gaelle. *Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais*. In: COMPÓS, XIX, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_paulo_vaz_gaelle_rolny.pdf>. Acesso em 10dez 2010.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. *Risco, Sofrimento e Vítima Virtual*: a Política do Medo nas Narrativas Jornalísticas Contemporâneas. In: *Revista Contracampo*, n.º. 25, p.24-42, dez de 2012. Niterói: Contracampo, 2012.

Reportagens da revista *Veja*

AUTORIA não publicada. A carne, um prato bem polêmico. In: *Veja*, São Paulo, pp. 91-96, 8 de agosto de 1973.

AUTORIA não publicada. A face cruel do Brasil. In: *Veja*, São Paulo, pp. 84-92, 16 de julho de 1980.

AUTORIA não publicada. A maior das secas. In: *Veja*, São Paulo, pp. 76-80, 12 de novembro de 1980.

AUTORIA não publicada. A política do imposto de renda. In: *Veja*, São Paulo, pp. 68-75, 22 de março de 1972.

AUTORIA não publicada. A remarcação total. In: *Veja*, São Paulo, pp. 84-94, 22 de maio de 1974.

AUTORIA não publicada. A renda dos brasileiros. In: *Veja*, São Paulo, pp. 67-74, 07 de junho de 1972.

AUTORIA não publicada. A tortura da seca. In: *Veja*, São Paulo, pp. 56-66, 17 de agosto de 1983.

AUTORIA não publicada. Classe média, um mito? In: *Veja*, São Paulo, pp. 42-46, 17 de dezembro de 1975.

AUTORIA não publicada. Depois de 10 anos, a hora das reformas. In: *Veja*, São Paulo, pp. 28-43, 17 de dezembro de 1969.

AUTORIA não publicada. Nem só de PIB vive o homem? In: *Veja*, São Paulo, pp. 88 a 94, 06 de agosto de 1975.

AUTORIA não publicada. O drama do dinheiro curto. In: *Veja*, São Paulo, pp. 88 a 93, 27 de agosto de 1975.

AUTORIA não publicada. O enigma dos alimentos. In: *Veja*, São Paulo, pp. 60 a 68, 29 de julho de 1981.

AUTORIA não publicada. O mundo sem alimentos. In: *Veja*, São Paulo, pp. 84 a 100, 13 de novembro de 1974.

AUTORIA não publicada. O problema do Brasil. In: *Veja*, São Paulo, pp. 30 a 38, 19 de dezembro de 1990.

AUTORIA não publicada. Por enquanto, um aviso. In: *Veja*, São Paulo, pp. 27 a 29, 21 de janeiro de 1976.

AUTORIA não publicada. Uma bebida amarga. In: *Veja*, São Paulo, pp. 72 a 74, 26 de janeiro de 2011.

BETTI, Renata; TSUBOI, Larissa. A receita dos milionários. In: *Veja*, São Paulo, pp. 116-125, 15 de maio de 2010.

BOSCO, Silvania Dal; NANNE, Kaíke; SOARES, Guilherme. A indústria da miséria. In: *Veja*, São Paulo, pp.16-29, 21 de abril de 1993.

CORREA, Marcos Sá. Os sertões do nordeste morrem de sede. In: *Veja*, São Paulo, pp. 44-57, 18 de março de 1981.

FAVARO, Thomaz. O planeta urbano. In: *Veja*, São Paulo, pp. 106-113, 16 de abril de 2008.

FRANÇA, Ronaldo. Fome de ar, água e comida. In: *Veja*, São Paulo, pp. 132-146, 16 de dezembro de 2009.

FRANÇA, Ronaldo. O fantasma de Malthus. In: *Veja*, São Paulo, pp. 68-69, 23 de abril de 2008.

FRANÇA, Ronaldo. Querida, meu salário encolheu. In: *Veja*, São Paulo, pp. 40-45, 02 de julho de 2003.

GIANINI, Tatiana. O abismo ficou menor. In: *Veja*, São Paulo, pp. 90-93, 7 de março de 2012.

LIMA, Roberta de Abreu; VIEIRA, Vanessa. A terra não aguenta. In: *Veja*, São Paulo, pp. 96-99, 5 de novembro de 2008.

MENDONÇA, Ricardo. O paradoxo da miséria. In: *Veja*, São Paulo, pp. 82-93, 23 de janeiro de 2002.

PERES, Leandra. A moeda eleitoral de Lula. In: *Veja*, São Paulo, pp. 106-111, 03 de maio de 2005.

PESSOA, Ana; *et al.* O fantasma da fome. In: *Veja*, São Paulo, pp. 26-33, 6 de maio de 1998.

PETRY, André. Os pobres no país dos ricos. In: *Veja*, São Paulo, pp. 72-76, 23 de abril de 2008.

PETRY, André. Vai ter pra todo mundo? In: *Veja*, São Paulo, pp. 68-78, 28 de maio de 2008.

SECCO, Alexandre; SQUEFF, Larissa. A explosão da periferia. In: *Veja*, São Paulo, pp. 86-93, 24 de janeiro de 2001.

THURY, Altair; KACHANI, Morris. Quem sustenta a casa. In: *Veja*, São Paulo, pp. 48-91, 30 de outubro de 1996.

WEINBERG, Monica. O Brasil das oportunidades. In: *Veja*, São Paulo, pp. 66-77, 13 de agosto de 2003.

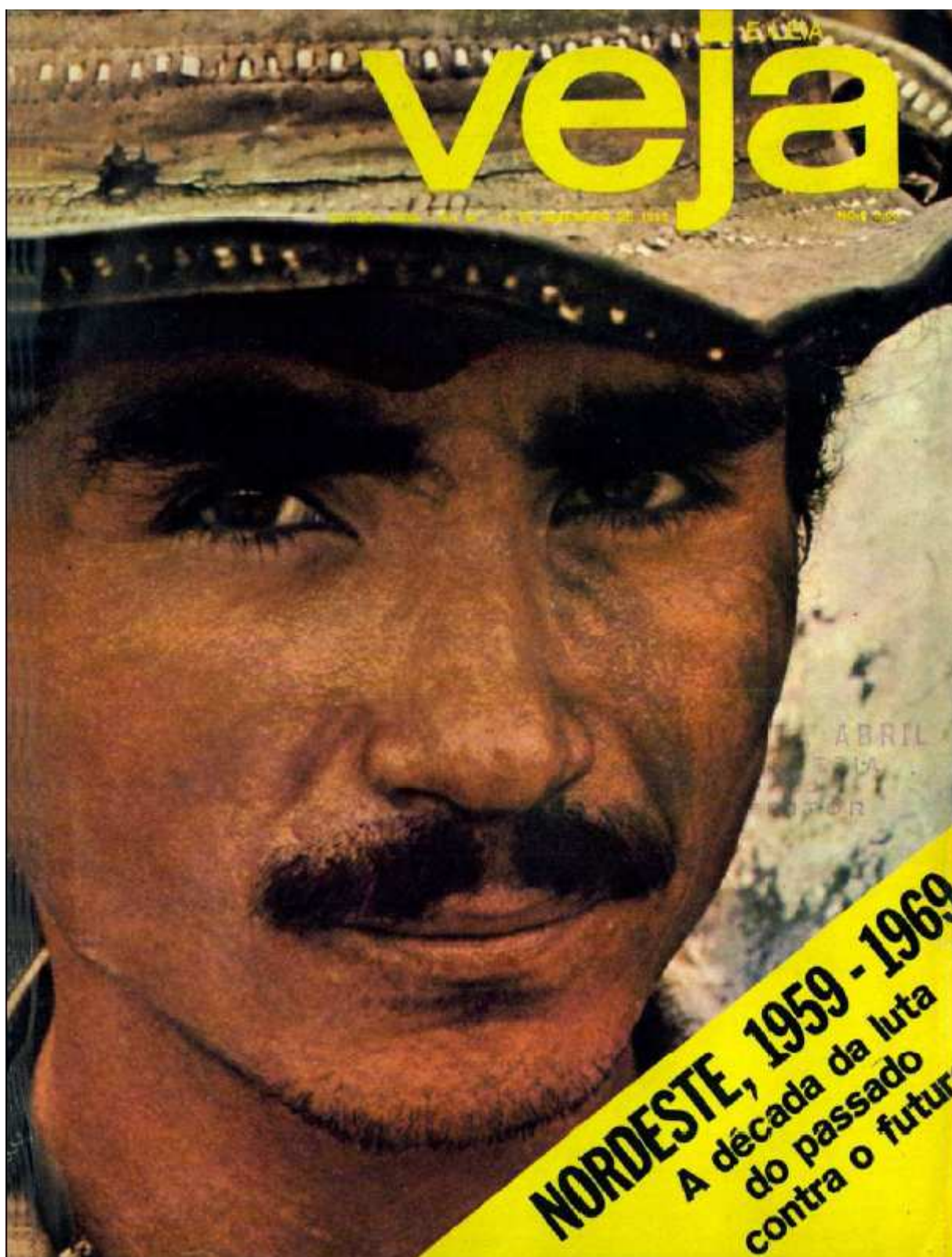
ANEXOS

Relação de reportagens analisadas

	Edição 67 17/12/1969	Nordeste, 1959-1969 A década da luta do passado contra o futuro	Depois de 10 anos, a hora das reformas	Sem editoria 28-46
2.	Edição 185 22/03/1972	Um imposto para distribuir a renda	A política do imposto de renda	Sem editoria 68-75
3.	Edição 196 07/06/1972	Distribuição da renda Por que não é mais justa	A renda dos brasileiros	Economia e negócios 67-74
4.	Edição 257 08/08/1973	O dilema da carne	A carne, um prato bem polêmico	Economia e negócios 91-96
5.	Edição 298 22/05/1974	Como enfrentar a inflação	A remarcação total	Economia e negócios 84-94
6.	Edição 323 13/11/1974	A fome no mundo	O mundo sem alimentos	Especial 84-100
7.	Edição 361 06/08/1975	Como medir a pobreza urbana	Nem só de PIB vive o homem?	Economia e negócios 88-94
8.	Edição 364 27/08/1975	O dinheiro está curto	O drama do dinheiro curto	Consumo/Salário 88-93
9.	Edição 380 17/12/1975	Classe média brasileira	Classe média, um mito?	Especial 42-46
10	Edição 385 21/01/1976	[Chamada na capa] Nordeste: o perigo da seca	Por enquanto, um aviso	27-29
11	Edição 619 16/07/1980	Depois de João Paulo II O Brasil dos injustiçados	A face cruel do Brasil	Especial 84-90
12	Edição 636 12/11/1980	[Chamada na capa] Nordeste: a seca do século	A maior das secas	Ambiente 76-80
13	Edição 654 18/03/1981	A seca do século	Os sertões do nordeste morrem de sede	Especial 44-57
14	Edição 673 29/07/1981	Por que os alimentos custam tão caro	O enigma dos alimentos	Economia e negócios 60-68
15	Edição 779 17/08/1983	A agonia do nordeste	A tortura da seca	Especial 56-66
16	Edição 1.161 19/12/1990	Os miseráveis Nunca houve tanta gente morando na rua	O problema do Brasil	Brasil 30-38
17	Edição 1.284 21/04/1993	A indústria da miséria Quem ganha com a seca, a fome e a doença	A indústria da miséria	Brasil 16-29
18	Edição 1.468	Um milagre chamado comida	Quem sustenta a casa	Especial

	30/10/1996			48-61
19	Edição 1.545 6/05/1998	A fome no Nordeste “Ainda bem que eu não tenho de comer calango”	O fantasma da fome	Brasil 26-33
20	Edição 1.684 24/01/2001	O cerco da periferia	A explosão da periferia	Cidades 86-93
21	Edição 1.735 23/01/2002	Miséria - o grande desafio do Brasil	O paradoxo da miséria	Especial 82-93
22	Edição 1.809 02/07/2003	[Chamada na capa] Reportagem especial O dinheiro encolheu A renda média do brasileiro afundou 15% em um ano	Querida, meu salário encolheu	Brasil 40-45
23	Edição 1.815 13/08/2003	Retratos do Brasil que dá certo	O Brasil das oportunidades	Especial 66-77
24	Edição 1.954 03/05/2006	[Chamada na capa] Bolsa família: moeda eleitoral ou ajuda?	A moeda eleitoral de Lula	Economia e negócios 106-111
25	Edição 2.056 16/04/2008	[Chamada na capa] Megacidades: o inchaço das áreas urbanas preocupa mais que o aquecimento global	O planeta urbano	Demografia 106-113
26	Edição 2.057 23/04/2008	[Chamada na capa] Comida: a ameaça dos preços altos	O fantasma de Malthus	Economia 68-69
27	Edição 2.057 23/04/2008	[Chamada na capa] Estados Unidos: os pobres na terra da riqueza	Os pobres no país dos ricos	Internacional 72-76
28	Edição 2062 28/05/2008	[Chamada na capa] Comida: alimentar 6,7 bilhões de bocas é o limite do mundo	Vai ter pra todo mundo?	Especial 68-78
29	Edição 2085 05/11/2008	[Chamada na capa] Está faltando terra	A terra não aguenta	Ambiente 96-99
30	Edição 2.143 16/12/2009	Estamos devorando o planeta	Fome de ar, água e comida	Especial 132-146
31	Edição 2.165 19/05/2010	O milionário mora ao lado	A receita dos milionários	Economia 116-125
32	Edição 2.201 26/01/2011	Desigualdade Por que até o FMI quer diminuir o abismo que separa os muito ricos dos muito pobres	Uma bebida amarga	Economia 72-74
33	Edição 2.259 07/03/2012	[Chamada na capa] Desigualdade: O Brasil começa a diminuir o abismo entre ricos e pobres	O abismo ficou menor	Demografia 90-93

1) Capa da edição 67, de 17 de dezembro de 1969



2) Capa da edição 185, de 22 de março de 1972



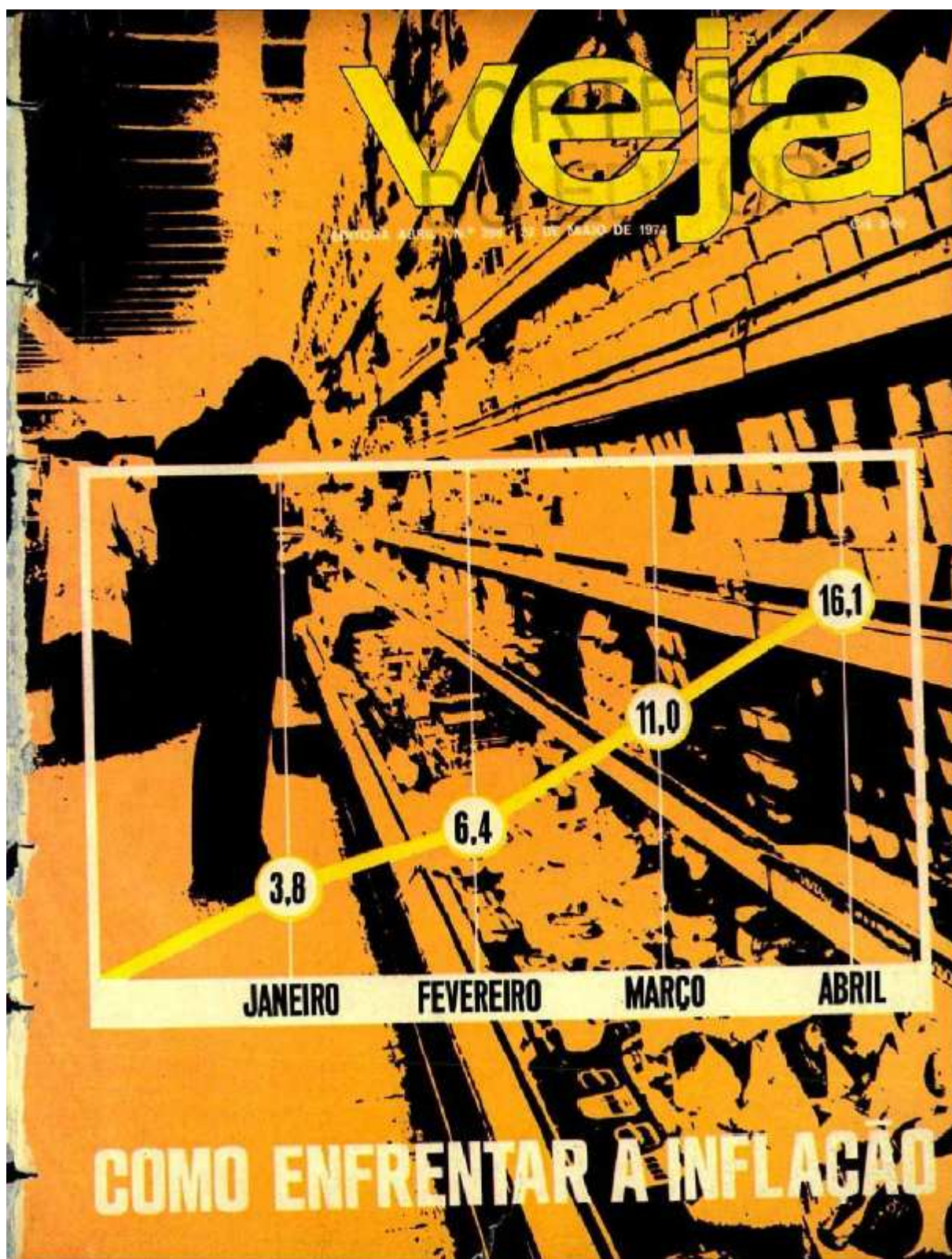
3) Capa da edição 196, de 7 de junho de 1972



4) Capa da edição 257, de 8 de agosto de 1973



5) Capa da edição 298, de 22 de maio de 1974



6) Capa da edição 323, de 13 de novembro de 1974



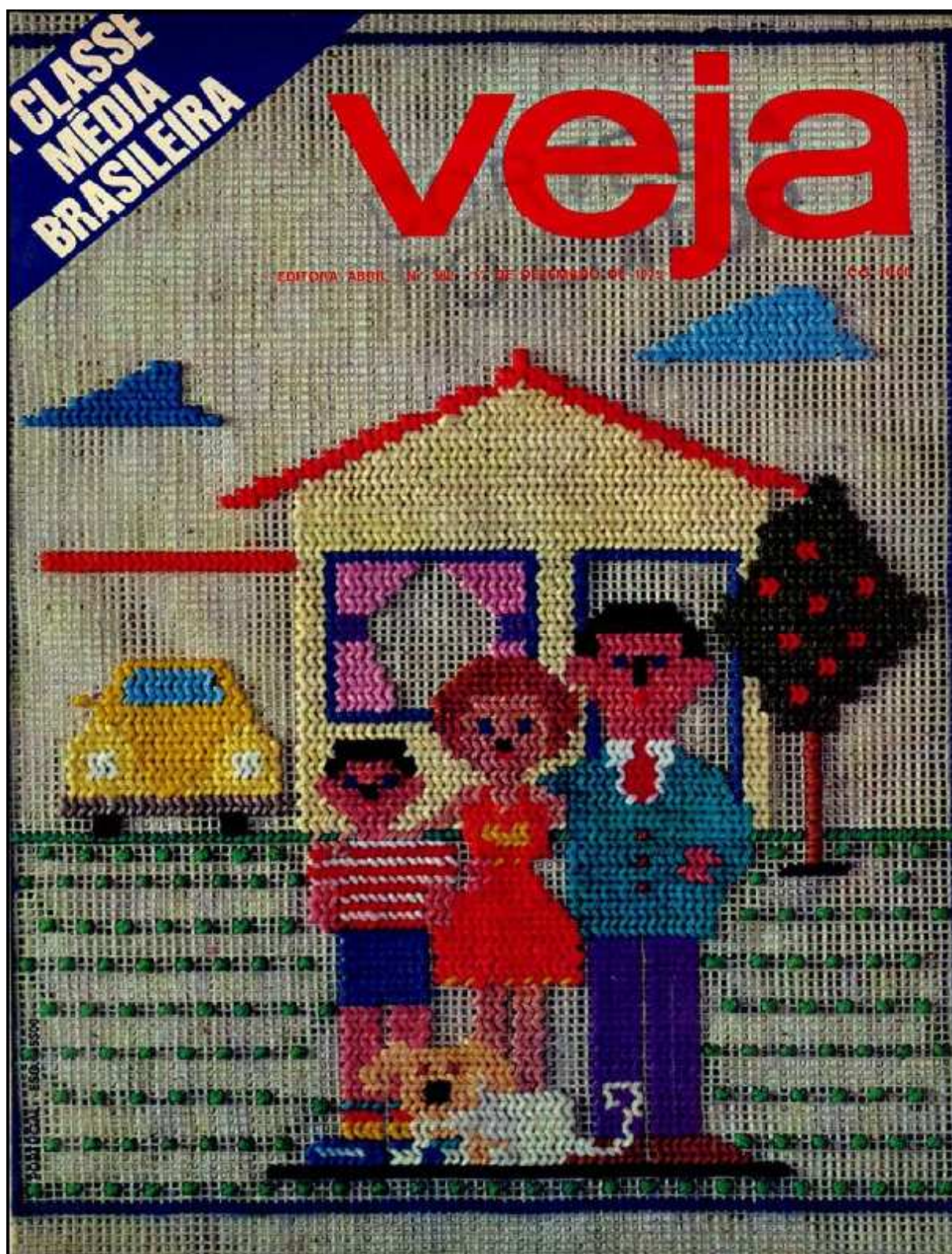
7) Capa da edição 361, de 6 de agosto de 1975



8) Capa da edição 364, de 27 de agosto de 1975



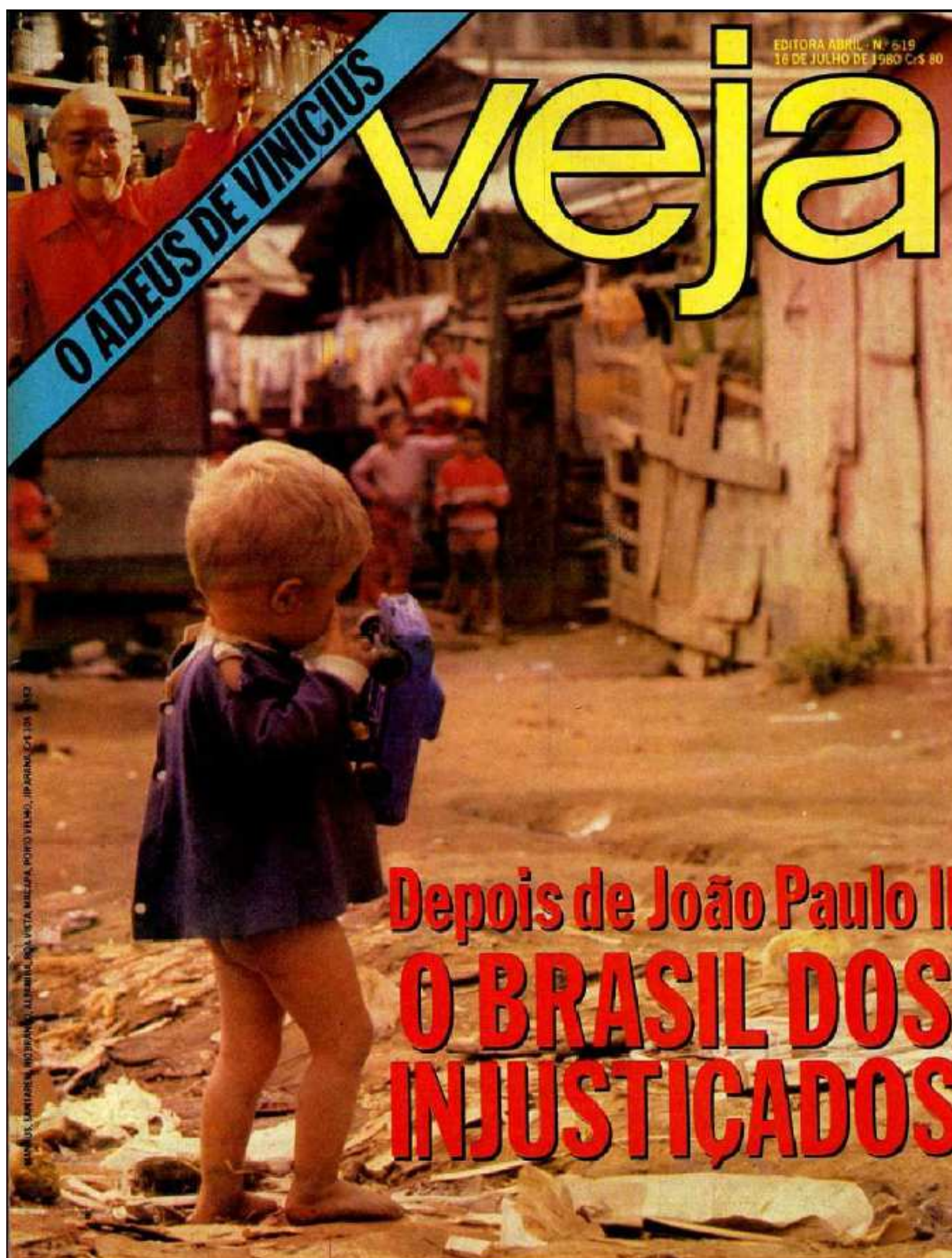
9) Capa da edição 380, de 17 de dezembro de 1975



10) Capa da edição 385, de 21 de janeiro de 1976



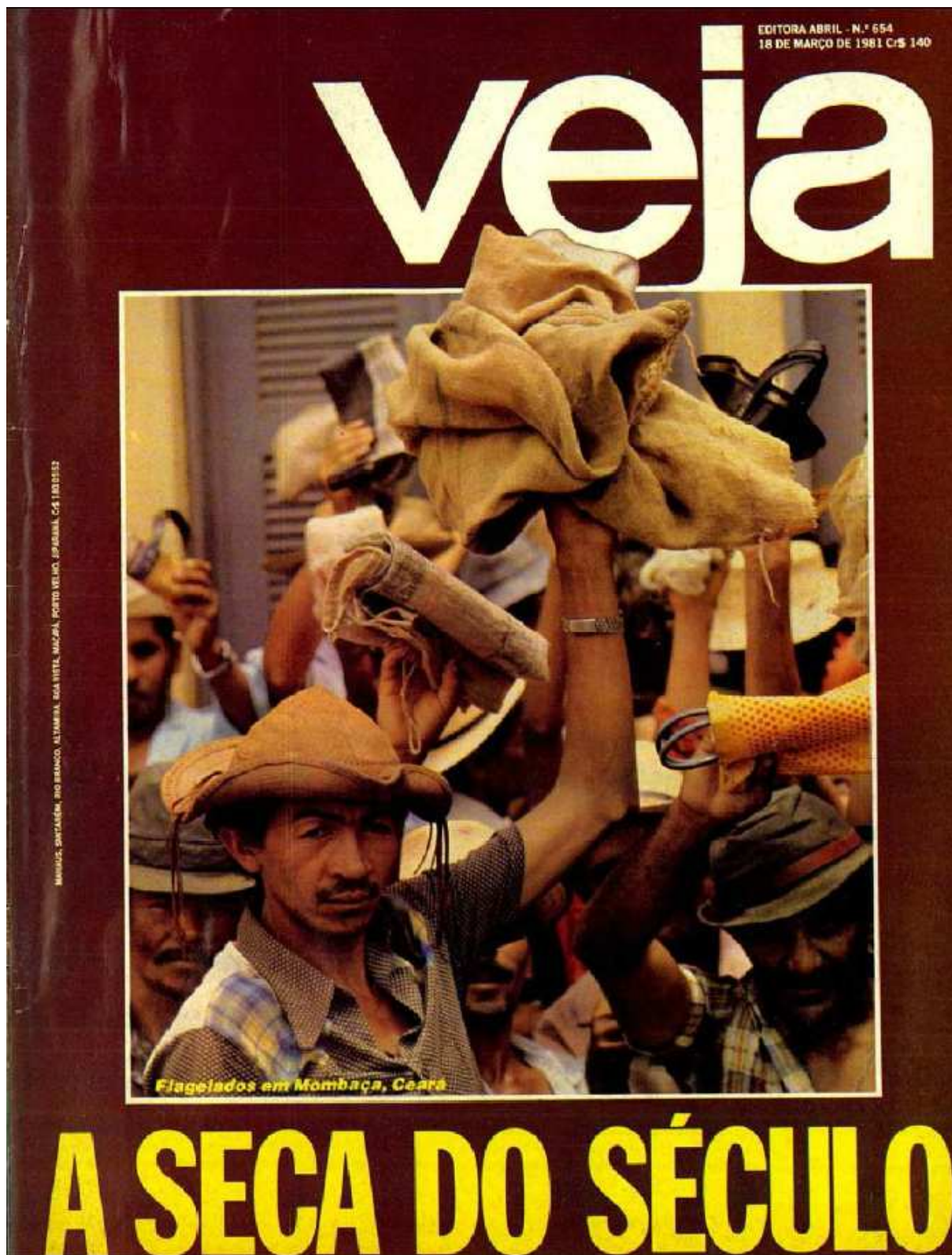
11) Capa da edição 619, de 16 de julho de 1980



12) Capa da edição 636, de 12 de novembro de 1980



12) Capa da edição 654, de 18 de março de 1981



13) Capa da edição 673, de 29 de julho de 1981



14) Capa da edição 779, de 17 de agosto de 1983

EDITORA VEJA, N.º 779
 17 DE AGOSTO DE 1983, CDMB

**SUCESSÃO:
 A JOGADA DE GOLBERG**

Veja

João Honorato Nascimento, sua mulher Zenaide e a filha Cica, na semana passada, empilharam tudo o que tinham no lombo da jumenta Branquinha, deixaram para trás sua cidade natal de Iguatu, no Ceará, e partiram a pé na estrada para Canindé, 230 quilômetros ao norte. João Honorato não se recorda da última vez que teve dinheiro no bolso. "Acho que foi em 1979." Zenaide está com o que ela chama de "falta de ar" — na verdade, tuberculose. Em Canindé eles esperam um milagre de São Francisco das Chagas, padroeiro local — remédio que vêem para a maior seca da história do Nordeste, responsável por cinco anos sem chuvas e um mínimo de 10 milhões de flagelados.

A AGONIA DO NORDESTE

15) Capa da edição 1.161, de 19 de dezembro de 1990



16) Capa da edição 1.284, de 21 de abril de 1993



17) Capa da edição 1.468, de 30 de outubro de 1996



18) Capa da edição 1.545, de 6 de maio de 1998



19) Capa da edição 1.684, de 24 de janeiro de 2001



20) Capa da edição 1.735, de 23 de janeiro de 2002



21) Capa da edição 1.809, de 2 de julho de 2003



23) Capa da edição 1.815, de 13 de agosto de 2003

A GRANDE VITÓRIA DE LULA
A aprovação da reforma da Previdência recoloca o Brasil nos trilhos

Edição ABRIL - edição 1.815
ano 36 - nº 32 - R\$ 5,90
13 de agosto de 2003

veja
www.veja.com.br

**RETRATOS
DO BRASIL
QUE DÁ CERTO**

				
MAILSON DA NÓBREGA De contínuo a guru econômico	LÍRIO PARISOTTO Da enxada ao bilhão de reais	MARINA SILVA De empregada doméstica a ministra	ALBERTO SARAIVA Da padaria a concorrente do McDonald's	MANOEL HORÁCIO De vendedor de flores a banqueiro

- ◆ Apesar das crises, de cada seis pessoas que se movem na pirâmide social, cinco melhoram de vida
- ◆ O Brasil é o país de maior mobilidade social do mundo
- ◆ Oito de cada dez integrantes da elite são recém-chegados

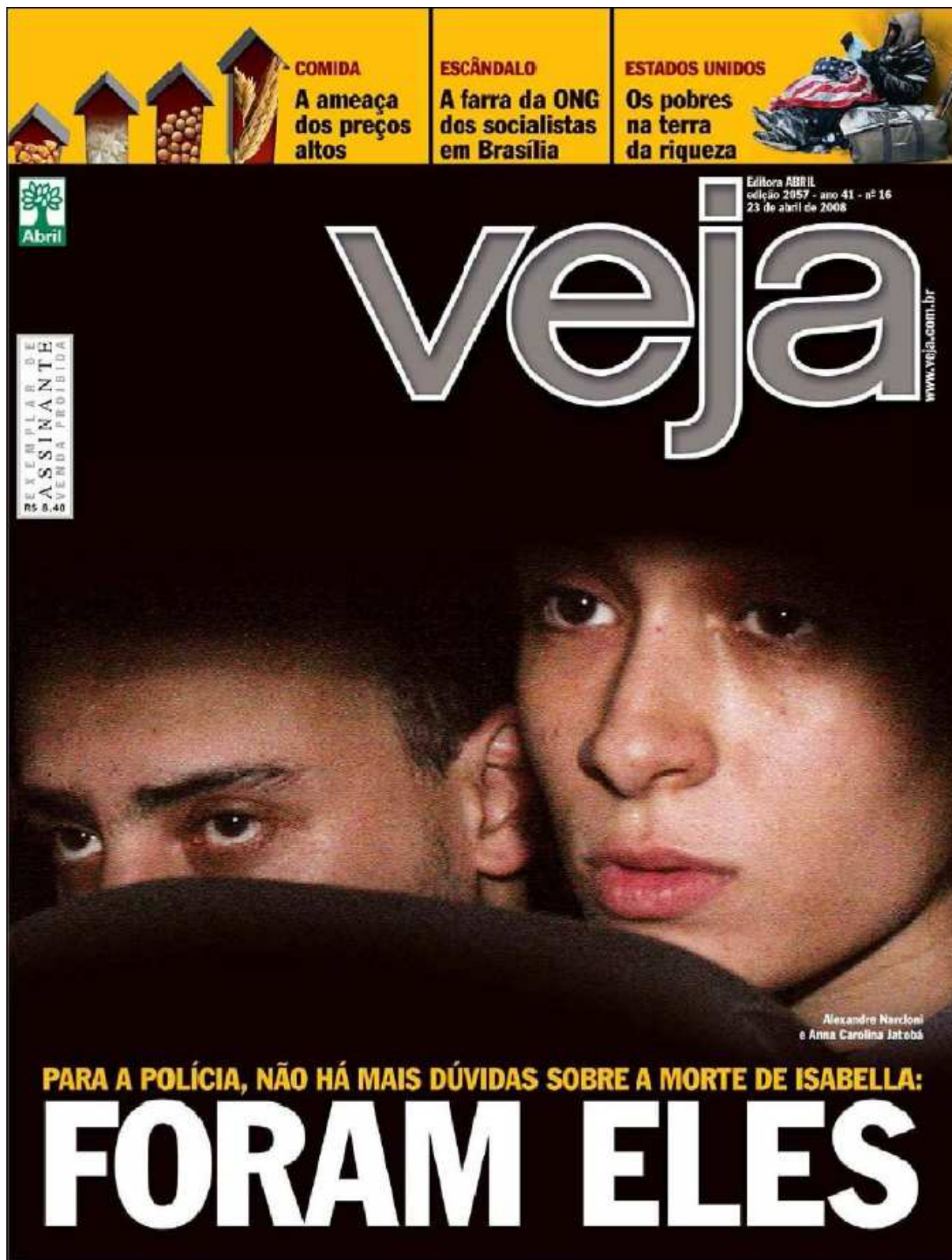
24) Capa da edição 1.954, de 3 de maio de 2006



25) Capa da edição 2.056, de 16 de abril de 2008



26) Capa da edição 2.057, de 23 de abril de 2008



27) Capa da edição 2.062, de 28 de maio de 2008



28) Capa da edição 2.085, de 5 de novembro de 2008



29) Capa da edição 2.143, de 16 de dezembro de 2009



30) Capa da edição 2.165, de 19 de maio de 2010



31) Capa da edição 2.201, de 26 de janeiro de 2011



32) Capa da edição 2.259, de 7 de março de 2012

